



foto: Paula Brandão

Fernanda Forte de Carvalho

Os Dilemas da CUT no início do século XXI: rumo a uma nova institucionalização sindical?

Tese de Doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, orientada pelo Doutor Hermes Augusto Costa e coorientada pelo Doutor Iram Jácome Rodrigues e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Julho de 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Fernanda Forte de Carvalho

Os Dilemas da CUT no início do século XXI: rumo a uma nova institucionalização sindical?

Tese de Doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho,
Desigualdades Sociais e Sindicalismo, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientador: Professor Doutor Hermes Augusto Costa
Coorientador: Professor Doutor Iram Jácome Rodrigues

Coimbra, julho de 2013

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao orientador Doutor Hermes Augusto Costa pela sua leitura crítica, minuciosa e sempre com valiosas contribuições ao meu trabalho, sendo decisivo para a conclusão deste estudo.

Agradeço também ao coorientador Doutor Iram Jácome Rodrigues que muito me incentivou por meio das conversas que tivemos e que me fizeram refletir sobre os significados da experiência como assessora da CUT neste início de século XXI.

Agradeço ainda ao Doutor Elísio Estanque por ter me estimulado a retomar os estudos neste programa de pós-graduação da Universidade de Coimbra.

Expresso minha sincera gratidão aos meus pais José Afonso Forte de Carvalho e Loara Edi Silva de Carvalho, pois, mesmo à distância, sei que torcem por mim.

Expresso também meus agradecimentos à amiga e “Teacher” Marta Motta Cury pela atenção e carinho a mim dedicados desde que cheguei a São Paulo.

Por fim, agradeço aos Dirigentes Sindicais da CUT das diversas regiões do Brasil e aos Dirigentes Sindicais da CGTB, CTB, Força Sindical, NCST e UGT por sua atenção durante o período de aplicação das entrevistas.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central compreender como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) se posiciona durante a vigência do Governo Lula no período 2003-10. Momento em que, no espaço da cidadania, para além da pauta sindical relacionada às reivindicações trabalhistas e às ações de confronto, a CUT passa a priorizar a articulação de uma pauta em prol do desenvolvimento do país, com uma ampla agenda de negociação. A ação da CUT, neste período, passa a incorporar novos atores sociais, em especial, as centrais sindicais. Neste sentido, objetiva-se apreender os significados desta relação associativa.

O estudo busca averiguar quais foram as influências deste governo para a possível conformação de uma nova institucionalização da central sindical no início do século XXI. Sendo assim, identificar-se-ão não só os fatores que determinaram maior intensidade da ação desenvolvida entre as centrais sindicais, mas também as perspectivas para uma *nova institucionalização* neste período.

No âmbito nacional, são realizadas entrevistas com os Diretores Nacionais da CUT e com os representantes das centrais sindicais com as quais a CUT vem estabelecendo uma parceria regular, sendo estes: a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Neste estudo, optou-se, também, por realizar uma entrevista com um representante da CONLUTAS, pois embora não tenha obtido o reconhecimento jurídico pelo Ministério do Trabalho e Emprego, esta Coordenação de Lutas agrupa um significativo número de ex-dirigentes da CUT. Em suma, priorizou-se a aplicação de entrevistas com os movimentos sociais, organizados em torno da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), no perímetro nacional.

Os resultados obtidos permitiram concluir que a CUT não experimenta uma fase de forte crescimento e de aceleração do processo de institucionalização, entretanto, é considerada uma *instituição forte* atualmente. As perdas e recomposições políticas, vivenciadas desde 2003, não conseguiram desestabilizar o tamanho das delegações nos congressos da CUT, nem o número de entidades filiadas. Por isso, o período 2003-10 é marcado por uma fase que se caracteriza como *estabilização institucional*. O exercício de um sindicalismo aberto ao exterior, a partir de uma agenda cidadã, conforme pretendido no discurso da instituição, é ainda um desafio. A dificuldade em estabelecer um posicionamento efetivo em direção a uma ação sindical cidadã tem relação com a capacidade de superação dos dilemas, principalmente por *dentro* da instituição, em específico no que tange ao projeto político e organizativo. Portanto, é a superação destes limites que poderá contribuir para uma *nova institucionalização* da CUT no início do século XXI.

Palavras-chave – Central Única dos Trabalhadores, espaço da produção, espaço da cidadania, institucionalização, sindicato cidadão.

ABSTRACT

The main purpose of this dissertation is to understand the position of Brazilian national trade union center Central Única dos Trabalhadores – CUT during the Lula administration over the period 2003-10, when, in the realm of citizenship and over and beyond labor's historical agenda, the CUT made it a priority to target the development of the country through a broad agenda of negotiations. During this period the CUT started to incorporate new social actors, particularly the other national trade union confederations. Accordingly, we are seeking to apprehend the meanings of this associative relationship.

The study seeks to establish the influences of the Lula government on the possible shaping of a novel institutionalization of the CUT in the early 21st century. Hence, we shall seek to identify not only factors that have determined more intense action by trade union confederations, but also the prospects for a novel institutionalization in this period.

The research is qualitative and includes findings from surveys conducted by the CUT on the socioeconomic profile of the union delegates elected at the 8th, 9th, 10th, and 11th CUT National Congresses. These findings allow us to outline the main aspects of the social composition of the CUT. Nationwide interviews are conducted with CUT National Directors as well as with representatives of the trade union confederations with which the CUT has established a regular partnership: Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), and the Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). For this study I also decided to interview a representative of CONLUTAS because, even though this organization has not been recognized by the Ministry of Labor and Employment, it is led by a number of former CUT leaders. In short, priority was given to interviews with the social movements gathered around the national Coordination of Social Movements (CMS, from the Portuguese acronym).

The findings have made it possible to conclude that the CUT, despite its being considered a strong institution today, is neither experiencing strong growth nor a process of accelerated institutionalization. Political schisms and reshufflings experienced since 2003 have neither destabilized delegations at CUT congresses, nor the number of affiliated entities. Thereby, the 2003-10 period is characterized as one of institutional stabilization. The exercise of a unionism that is open to the outside world, as well as principled on a citizen-focused agenda as advocated by the institution's discourse, is still a challenge. The difficulty in establishing a clear-cut position towards citizen-focused trade union action is associated with the capacity to overcome dilemmas, especially those from within the institution, in particular regarding the political and organizational process. Therefore, it is the overcoming of these constraints that might contribute to a novel institutionalization of the CUT in the beginning of the 21st century.

Key words: Central Única dos Trabalhadores, production space, citizen space, institutionalization, citizen-focused trade union.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
------------------------	----------

CAPITULO 1. O mundo do trabalho em transformação: implicações para a ação sindical.....	9
--	----------

1.1. Aspectos da Reestruturação Produtiva no Brasil dos anos 1980 e 1990.....	25
---	----

1.2. Mudanças no cenário político brasileiro e retratos do trabalho no início do século XXI	34
---	----

1.3. Aspectos da Estrutura Sindical no Brasil	44
---	----

1.4. As Centrais Sindicais no Brasil Atual.....	54
---	----

CAPITULO 2. Do novo sindicalismo à formação da CUT.....	67
--	-----------

2.1. CUT: Projeto político, princípios fundadores e o processo de institucionalização da Central Sindical na década de 1980	76
---	----

2.2. As estratégias de resistência e o processo de institucionalização da CUT na década de 1990 a 2002	87
--	----

2.3. Avaliação dos trabalhadores sobre o projeto sindical da CUT, resultados da pesquisa aplicada em 2002, em um cenário pré-eleitoral	111
--	-----

CAPÍTULO 3. Perspectivas de análise e metodologias utilizadas.....	119
---	------------

CAPÍTULO 4. A CUT no início do século XXI: as estratégias sindicais e os seus impactos na composição social.....133

4.1. Proposições e Mobilizações da CUT no espaço da cidadania: o Acordo Social, a Agenda dos Trabalhadores e a Jornada pelo Desenvolvimento 148

4.2. A Composição social da CUT no início do século XXI, “Quem são e o que pensam os delegados do 8º CONCURTO” 164

4.3. A Composição social da CUT no início do século XXI, “Quem são e o que pensam os delegados do 9º CONCURTO” 173

4.4. A Composição social da CUT no início do século XXI, “Quem são e o que pensam os delegados do 10º CONCURTO” 178

4.5. A Composição social da CUT no início do século XXI, Perfil dos delegados do 11º CONCURTO..... 203

CAPÍTULO 5. Os Dilemas da CUT: rumo a uma *nova institucionalização sindical?*.....217

5.1. A ação sindical cidadã no início do século XXI – Dilemas e Perspectivas para a CUT 217

5.2. O Projeto de Lei 1990/2007: o reconhecimento jurídico das centrais sindicais e os dilemas da CUT 247

CONCLUSÃO267

SIGLAS.....275

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS279

INTRODUÇÃO

Em um momento em que a credibilidade das instituições sindicais e das instituições políticas, em geral, é bastante indagada, partimos do pressuposto de que a Central Única dos Trabalhadores é uma instituição forte, organizada em 17 ramos de atividade econômica. Opção organizativa adotada por esta central sindical que, desde a sua origem em 1983, pretendeu realizar um sindicalismo de caráter independente, classista e de massas, fazendo uma evidente contraposição ao modelo de sindicalismo organizado por categorias, conforme normatiza a estrutura sindical oficial do país.

Considerando que a CUT se pauta pelo exercício de um sindicalismo que pretende a transformação da sociedade brasileira, verificamos que, vinte anos após a sua criação, esta central sindical procurou desenvolver uma agenda pelo desenvolvimento em conjunto com as centrais sindicais do país. Na investigação aqui presente, estivemos mais preocupados em abordar os significados da relação associativa (Weber, 2009) entre as centrais sindicais, os seus impactos para dentro da CUT, além de averiguar o seu potencial de poder para a almejada transformação social. Adotar esta perspectiva analítica significa afirmar que as centrais sindicais são atores sociais de relevo e, portanto, no cenário político nacional, podem conduzir mudanças na sociedade, visando torná-la mais justa e democrática.

Assim, esta dissertação tem como objetivo central compreender como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) se posiciona durante a vigência do Governo Lula no período 2003-10. Momento em que, no espaço da cidadania, para além da pauta sindical relacionada às reivindicações trabalhistas e às ações de confronto, a CUT passa a priorizar a articulação de uma pauta em prol do desenvolvimento do país, com uma ampla agenda de negociação, envolvendo principalmente as centrais sindicais. O estudo busca também averiguar quais foram as influências deste governo para a possível conformação de uma nova institucionalização da central sindical no início do século XXI. Sendo assim, identificamos não só os fatores que determinaram maior intensidade da ação desenvolvida entre as centrais sindicais, mas também as perspectivas para uma nova institucionalização neste período.

Faz-se importante ressaltar que se entende por institucionalização “o processo efetivo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido” (Panebianco, 2005:100). De acordo com o autor, no processo de institucionalização bem sucedido, a organização se torna, ela própria, objetivo para uma grande parte dos seus filiados e, deste modo, produz valores coletivos. Essencialmente, são dois os processos que se desenvolvem simultaneamente, provocando a institucionalização: “1) O desenvolvimento de interesses para a manutenção da organização (próprios dos dirigentes nos diversos níveis da pirâmide organizativa); 2) O desenvolvimento de lealdades organizativas difusas” (Panebianco, 2005:101). Ambos os processos estão relacionados com a formação de um sistema de incentivos.

Nesta tese, a nossa pretensão não é fazer uma avaliação normativa, preocupada em situar a CUT no campo político do governo ou no campo político que faz oposição a este. Tendo em consideração que, numa relação política, o conteúdo do sentido da relação social pode mudar e “também é possível que esse conteúdo de sentido seja em parte perene, em parte variável” (Weber, 2009:17), buscamos identificar as constelações de interesses, os fatores que condicionam a ação sindical conjunta, os conflitos e os dilemas de ordem institucional interna e externa que podem ter influenciado a intensidade e o tipo de ação política estabelecida a partir de 2003.

A investigação também não pretende tirar conclusões sobre a recomposição do campo político sindical nacional, que a nosso ver é uma dinâmica em curso, mas averiguar como esta intensa relação social que a CUT procurou desenvolver com as centrais sindicais pode ter sido influenciada pela dinâmica política complexa e contraditória que envolve os partidos políticos e as centrais sindicais. No período 2003-10, quando o PT se tornou governo, a CUT passou a focar uma ampla agenda de negociações direcionada para o desenvolvimento. A ação se contrapôs, em grande parte, à prática sindical priorizada nas duas décadas anteriores, fortemente marcada por ações de confronto e de busca por reconhecimento no campo político nacional.

Visando elucidar estas questões gerais, a dissertação está estruturada em cinco capítulos. No capítulo 1, abordamos “O mundo do trabalho em transformação: implicações para a ação sindical”, fazendo uma leitura sobre as transformações do espaço da produção

e os desafios para a ação sindical. Partimos do princípio de que a função principal do sindicalismo é a representação dos interesses dos trabalhadores, o que Weber (2009) denomina como representação de categorias profissionais. Nesta linha, mas tendo em atenção o caso da CUT, visamos compreender como esta representação de categorias profissionais interage e luta, no sentido Weberiano, que significa apreender como a CUT se posiciona diante da concorrência que existe hoje no país, seja com relação ao cenário de reorganização sindical, seja com relação ao poder instituído, priorizando o período da vigência do governo Lula – 2003/2010. Considerando este recorte temporal, analisamos a trajetória da CUT nas gestões políticas de 2003 a 2006, 2006 a 2009 e 2009 a 2012.

Neste capítulo apresentamos, também, os principais aspectos da reestruturação produtiva no Brasil dos anos de 1980 e 1990, assim como as mudanças no cenário político brasileiro a partir de 2003, apontando os retratos do trabalho no início do século XXI. Neste ponto, as questões são ajustadas no sentido de elucidar alguns dos principais desafios que o movimento sindical precisará tratar, caso queira avançar rumo à redescoberta democrática do trabalho (Santos, 2002). Concluimos o capítulo com a apresentação dos principais aspectos que fundamentam a estrutura sindical no Brasil, além do quadro das centrais sindicais com reconhecimento formal obtido pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Esta apresentação pretende mostrar as principais características que estruturam o modelo originário de cada central sindical reconhecida após 2008. Tomando por base tais informações, concluimos que conhecer os princípios fundadores e os objetivos destas centrais sindicais pode contribuir para identificar os principais dilemas que a CUT enfrenta neste início de século XXI.

O capítulo 2, “Do Novo Sindicalismo à formação da CUT”, apresenta o histórico sobre as origens do novo sindicalismo até a elaboração do projeto político fundador da CUT. Este projeto se ancora em princípios e compromissos/objetivos cujo enfoque principal é: “lutar pela emancipação dos/as trabalhadores/as como obra dos/as próprios/as trabalhadores/as, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista” (CUT, 2012a : 3). Avançamos o capítulo traçando a ação da CUT na década de 1980, priorizando uma seleção de textos aprovados nas Plenárias e nos Congressos desta central sindical, sobretudo focando a análise nas estratégias e nas lutas política prioritárias. O processo de institucionalização, em curso nesta década, teve seu apogeu no 3º Congresso Nacional da

CUT – 3º CONCUT (1988), com a aprovação da Tese 10, marcando a passagem da CUT movimento para CUT instituição (Rodrigues, 1997).

Apresentamos, ainda, o processo de institucionalização da CUT na década de 1990 até 2002, tendo atenção para o 4º CONCUT, realizado em 1991, que manteve, no centro da estratégia da CUT, a busca por uma sociedade socialista. No entanto, a isto se agregou a visão de que a ação sindical deveria se orientar para a disputa de hegemonia e resistência propositiva. Neste ponto, fazemos um debate sobre a passagem de sindicalismo de negociação versus sindicalismo de contestação (Lima, 1991; Santos, 1995; Rosa, 1998; Costa, 2011) que no Brasil pode ser associado à tipologia do sindicalismo cidadão (Véras, 2002; Nascimento 1998). Estas tipologias, no sentido ideal-típico de Weber (2009), quando aplicadas na análise da ação social, podem interagir entre si, conforme explicitado no capítulo 2 desta tese, ao tratar da experiência do sindicato cidadão, que a CUT almejou construir a partir da década de 1990. Concluímos o capítulo com a apresentação da avaliação dos trabalhadores sobre o projeto sindical da CUT, por meio dos resultados da pesquisa aplicada em 2002, em um cenário pré-eleitoral.

No capítulo 3, apresentamos as “Perspectivas de análise e as metodologias utilizadas”. A pesquisa, que é qualitativa, inclui os resultados das entrevistas elaboradas e aplicadas pela CUT sobre o perfil socioeconômico dos dirigentes sindicais eleitos delegados no 8º, 9º, 10º e 11º CONCUT. No âmbito nacional, são realizadas entrevistas com os Diretores Nacionais da CUT e com os representantes das centrais sindicais com as quais a CUT vem estabelecendo uma parceria regular, sendo estes: a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Neste estudo, se optou, também, por realizar uma entrevista com um representante da CONLUTAS, pois embora não tenha obtido o reconhecimento jurídico pelo MTE, esta Coordenação de Lutas agrupa um significativo número de ex-dirigentes da CUT. Realizamos as entrevistas com os movimentos sociais, organizados em torno da Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS.

Nesta sequência, foi possível desenhar as seguintes questões orientadoras da investigação: 1) Em que medida as atuais estratégias e a agenda política nacional da CUT,

focada no espaço da cidadania, se referenciam nas características do sindicalismo cidadão, perfil de ação sindical almejado nos anos de 1990 pelo setor majoritário da CUT, ou seja, a Articulação Sindical?; 2) Em que medida a opção política da CUT, pela unidade entre as Centrais Sindicais de trabalhadores, está relacionada com a conjuntura política na qual, a partir de 2003, passa a vigorar o Governo Lula?; 3) Qual é o nível de integração e participação das representações Estaduais da CUT para a execução da política de ação unificada entre as Centrais Sindicais?; 4) Como a CUT tem administrado a sua relação com o conjunto dos movimentos sociais organizados na Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS durante o período do Governo Lula?; 5) Quais os impactos do reconhecimento jurídico das Centrais Sindicais para o projeto político organizativo da CUT desde 2008 até os dias atuais?

No capítulo 4, “A CUT no início do século XXI: as estratégias sindicais e os seus impactos na composição social”, apresentamos as principais Proposições e Mobilizações da CUT no espaço da cidadania. Entre estas proposições, selecionamos o Acordo Social, a Agenda dos Trabalhadores e a Jornada pelo Desenvolvimento. O recorte temporal situa a CUT a partir de 2003, momento em que se apresenta um desafio histórico. Com o início do Governo Lula, ao mesmo tempo em que a central sindical vislumbrou a possibilidade de conquistar as suas reivindicações históricas, teve que mediar duas complexas relações. Em primeiro lugar, a relação que envolve os vínculos históricos e de identidade entre os Cutistas e o PT e, em segundo lugar, a busca pela unidade entre as diferentes centrais sindicais, em uma conjuntura política que, a primeira vista, parecia fundir os projetos e sonhos da CUT com as perspectivas reveladas pelo novo governo.

Ainda no capítulo 4, abordamos os resultados das pesquisas “Quem são e o que pensam os delegados dos congressos da CUT”. A análise se detém nos dados que foram publicados por esta central sindical. Estes dados permitem concluir que há uma estabilidade na participação dos ramos da CUT ao longo dos quatro últimos congressos (2003, 2006, 2009, 2012). Resultado que fortalece a nossa tese de que o que caracteriza a CUT no período 2003-12 é uma fase de *estabilização institucional*. Ao mesmo tempo, os dados mostram que, na agenda da Central, que pretende o exercício de um sindicalismo cidadão, persistem desafios como a renovação dos seus quadros políticos, a inclusão da juventude, a permanência das mulheres nos espaços decisórios, a aproximação efetiva das

propostas de ação de caráter cidadão à base sindical desta central, entre outros. Além disto, o impasse sobre a questão política que trata da posição dos delegados em relação à Convenção 87 da OIT se manteve, ao longo da década, revelando uma significativa melhora na pesquisa aplicada em 2012.

O capítulo 5, “Os Dilemas da CUT: rumo a uma nova institucionalização sindical?”, confronta as hipóteses com os resultados da investigação. Priorizamos por analisar o cenário de reorganização do campo sindical nacional no início do século XXI. Uma experiência que tem levado a Central Única dos Trabalhadores a exercer um novo papel, centrado principalmente na sua capacidade de articular a agenda do sindicalismo brasileiro frente ao poder instituído e à sociedade. Com esta percepção de mudança em curso e do desafio de ter que exercer uma prática sindical diferente daquela realizada nos anos de 1980 e 1990, se objetiva compreender os impactos destas novas práticas sobre a ação da CUT. Buscamos identificar os principais dilemas para a instituição no início do século XXI, além de indagar se há emergência de novos processos de institucionalização.

Os dilemas foram classificados em dois níveis: a ação sindical cidadã e a questão do reconhecimento jurídico das centrais sindicais a partir de 2008. No que tange à ação sindical cidadã, focamos nos dilemas enfrentados para a manutenção da relação associativa. Focalizamos também o desafio da CUT ao ter que extrapolar os limites desta relação social fechada entre as centrais sindicais, pois sabemos que esta é uma exigência imposta pelo exercício do sindicalismo de caráter cidadão e o seu pretense objetivo de incluir pessoas, temas, instituições, entre outros, que não constam tradicionalmente na agenda sindical.

Aprofundamos a análise sobre as consequências do novo arranjo jurídico institucional, o Projeto de Lei 1990/2007 para dentro da CUT. O foco é o projeto político organizativo da CUT. Buscamos identificar os principais dilemas para a ação sindical, no sentido de averiguar se há contribuições para uma nova institucionalização no período analisado. No momento atual, apesar dos dilemas que são gerados em função da incorporação do imposto sindical e das regras de representatividade elaboradas pelo aparelho burocrático do Estado, no cotidiano da ação sindical cutista, ainda não se verifica a consolidação de um novo projeto político e sindical que aponte para novos objetivos e

princípios institucionais, conformados em um novo estatuto. A nosso ver, o momento é marcado por uma forte estabilização institucional, razão pela qual é precipitado afirmar que a CUT se converteu em uma central institucionalizada, verticalizada e dependente do Estado (Antunes, 2011).

Sendo assim, no final do capítulo 5, constatamos que há uma forte tendência a uma *estabilização institucional*. Fato que pode ser verificado não só pela representatividade numérica alcançada pelos sindicatos da CUT no período 2003-12, como também pela participação dos delegados credenciados aos CONCURTs, pela manutenção da taxa média de sindicalização, pela permanência dos temas da agenda cidadã no cotidiano sindical, além da continuidade do que a CUT classifica como “desafios” para a ação sindical, como por exemplo, no que tange ao debate do seu projeto político organizativo, visando à mudança na sua organização e na estrutura sindical do país.

Por fim, apresentamos as conclusões do estudo e alguns contributos à ação sindical. Concordamos com Costa (2011) no sentido de que a renovação da confiança nos sindicatos depende, pois, em primeira mão, deles próprios. Nossa pretensão não é a de classificar o que a CUT deve fazer, mas tão somente colaborar para que, nesta nova etapa, a central sindical possa enfrentar o seu maior desafio que, a nosso ver, se refere a sua capacidade em articular pragmaticamente estratégias de contestação e de participação (Santos, 2004; Costa, 2011), avançando em relação ao exercício de um sindicalismo de caráter cidadão.

CAPÍTULO 1. O mundo do trabalho em transformação: implicações para a ação sindical

Neste capítulo introdutório abordaremos o tema do *Trabalho e sindicalismo*, fazendo uma leitura sobre as transformações do *espaço da produção*¹ e os desafios para a *ação* sindical. Partimos do princípio de que a função principal do sindicalismo é a *representação dos interesses dos trabalhadores*, o que Weber (2009) denomina como *representação por representantes de interesses*, ou seja, “aquele tipo de corpos representativos nos quais os membros não são nomeados de modo livre e sem consideração da pertinência profissional, estamental ou de classe e nomeados por seus iguais, reunindo-se – como se costuma dizer hoje em dia – numa *representação de categorias profissionais*” (Weber, 2009: 196).

Nesta linha, mas tendo em atenção o caso da CUT², visamos compreender como esta *representação de categorias profissionais* interage e *luta*, no sentido Weberiano significa apreender como a CUT se posiciona diante da *concorrência* que existe hoje no país, seja com relação ao cenário de reorganização sindical, seja com relação ao poder

¹ Boaventura de Souza Santos (2000) elabora uma tipologia voltada para compreender a interação social nas sociedades capitalistas. A partir mapa da estrutura ação o autor identifica seis espaços estruturais, conforme segue: “o espaço doméstico (conjunto de relações sociais de produção e reprodução da domesticidade e parentesco), o espaço da produção (conjunto de relações sociais desenvolvidas em torno da produção de valores de trocas econômicos e de processos de trabalho, de relações *de* e *na* produção), o espaço do mercado (conjunto de relações sociais de distribuição e consumo de valores de troca), o espaço da comunidade (conjunto de relações sociais agrupadas em torno da produção e reprodução de territórios físicos e simbólicos e de identidades e identificações com referência a origens ou destinos comuns), o espaço da cidadania (conjunto de relações que constituem a esfera pública, e em particular, as relações de produção da obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado) e o espaço mundial (é a soma total dos efeitos pertinentes internos das relações sociais por meio das quais se produz e reproduz uma divisão global do trabalho)” (Santos, 2000: 258).

² Não são muitos os estudos sobre a trajetória da CUT. No que se refere ao resgate da história da CUT nos anos de 1980 até o início da década de 1990, vale a pena destacar: Leôncio Martins Rodrigues (1990a), Íram Jácome Rodrigues (1997) e Giannotti e Lopes Neto (1990, 1993). Posteriormente, Vêras (2002) faz uma reconstituição de todos os congressos e plenárias, de 1983 a 2001. O autor também acentuou o debate em torno da emergência do *sindicato cidadão*, questão *política* que surgiu com força em 1991. A partir de meados da década de 2000, em geral, os poucos trabalhos que tratam da CUT se detém na análise da *ação* da central sindical em temas e em espaços específicos. Nesta linha se situam os trabalhos de Ladosky (2009), cujo recorte é a ação da CUT no Fórum Nacional do Trabalho, Carvalho (2012) que joga peso sobre a questão da participação institucional, Ferraz (2005) que trata da cidadania salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário, entre outros, que citaremos e/ou comentaremos ao longo deste trabalho. Além disto, a própria central sindical produziu farto material de registro e de reflexão sobre si própria, como: resoluções de congressos e plenárias, cadernos de formação sindical, textos, etc. (alguns dos quais, oportunamente, faremos referência ao longo deste trabalho).

instituído, priorizando o período da vigência do governo Lula – 2003/2010. Considerando este recorte temporal, analisaremos a trajetória da CUT nas gestões 2003-2006, 2006-2009 e 2009-2012. A relevância do objeto de estudo aqui tratado se deve aos seguintes aspectos relacionados à CUT:

1. A CUT é produto da ação do *novo sindicalismo*, que, a partir das greves e mobilizações iniciadas em 1978, traz à tona reivindicações como: abertura democrática do país, democratização das relações de trabalho e por mudanças na estrutura sindical de caráter *corporativista*. Na CUT, assim como no PT, os grupos políticos se organizam em *tendências políticas*³. A definição e a lógica de funcionamento destas *tendências*, conforme exposto no estatuto do partido, dão o tom à dinâmica que será seguida pela CUT desde a sua origem.
2. Nos seus objetivos fundamentais, conforme expresso em seu estatuto, o fato de a Central Única dos Trabalhadores se apresentar como uma organização sindical de massas, de caráter classista, autônomo e democrático, cujos fundamentos são: “o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo”(CUT, 2012a : 2).
3. É a maior central sindical do Brasil e, de acordo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o índice de representatividade da CUT, em 2012, era de 36,68%. A CUT está presente em 17 ramos de atividade econômica⁴.

³Embora o atual estatuto da Central Única dos Trabalhadores não faça referência a esta dinâmica política e organizativa interna, o estatuto do PT define que “Tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se de vida permanente” (PT, 2001: 137).

⁴A CUT nasce com o objetivo de mudar a estrutura sindical brasileira e conquistar liberdade e autonomia sindical. Assim, a CUT se funda defendendo a organização por *ramo de atividade*: “O sindicato pelo qual a CUT luta será organizado por ramo de atividade produtiva, será democrático e de massas (CUT, 1983: 12)”. A deliberação aprovada busca fazer uma contraposição ao que prevê a CLT, pois conforme exposto no artigo.513: “São prerrogativas dos Sindicatos: Representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida” (CLT, 2005: 140). O 2º CONCUR reitera a resolução elaborada no momento da criação desta central sindical, e, ao tratar da estrutura sindical, se opõe ao conceito de categoria conforme previsto na legislação, pois: “Ao dividir os trabalhadores por categoria com sindicatos por municípios e bases diferenciadas, os padrões e o governo enfraquecem nossa organização e estrutura. Cada categoria, ou seja, cada sindicato precisa ter mimeógrafo, off-set ou rotativa, máquinas de escrever, departamento de imprensa, dispersando esforços humanos e econômicos que poderiam estar concentrados no sindicato por ramo de atividade econômica”. (CUT, 1986: 70). Os ramos reconhecidos pela

Além da organização dos trabalhadores formais, a CUT vem desenvolvendo estratégias que pretendem organizar os trabalhadores informais através da economia solidária desde o final da década de 1990.

4. Desenvolveu, em meio a contextos de crise econômica e especialmente a partir da década de 1990 com a ampliação das mudanças gestionárias e produtivas, estratégias que propõe a articulação da *ação* característica de um sindicalismo de negociação *versus* sindicalismo de contestação (Lima, 1991; Santos, 1995; Rosa, 1998) que no Brasil pode ser associada à tipologia do *sindicalismo cidadão* (Véras, 2002; Nascimento, 1998). Estas tipologias (no sentido *ideal – típico* de Weber (2009), quando aplicadas na análise da *ação social*, podem interagir entre si, conforme se verá no capítulo 2 desta tese, ao tratar da experiência do *sindicato cidadão*, que a CUT almejou construir a partir da década de 1990.
5. Passa por um momento de *transição* que, em certa medida, foi impulsionado a partir de 2003, com a eleição para a presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva, *líder* político fundador do PT e da CUT. Assim, averiguam-se quais foram às influências deste governo para a possível conformação de uma *nova institucionalização* da central sindical no início do século XXI. Momento em que a CUT, no *espaço da cidadania*, para além da pauta sindical relacionada às reivindicações trabalhistas, passou a priorizar a *articulação* de uma pauta em prol de um projeto de desenvolvimento para o país, com uma ampla agenda de *negociação* que incorporou novos *atores sociais*, em especial, as centrais sindicais.

Diante da experiência de um governo cuja origem do seu principal líder remonta ao final dos anos de 1970, quando no país o *campo democrático popular*⁵ passou a

CUT são: Comércio e Serviços; Seguridade Social; Profissionais Liberais; Vestuário; Educação; Construção e Madeira; Urbanitário; Alimentação; Financeiro; Metalúrgico; Aposentados; Químico; Rural; Comunicação e Informação; Administração Pública; Transporte; Municipais.

⁶ Conforme Véras (2004), se utiliza a expressão *campo democrático e popular* para caracterizar o arranjo de forças sociais e políticas que teve, sua na sua origem, as lutas operárias e populares do final dos anos 70 e início dos 80 e que, através de organizações como o PT e a CUT, inaugurou uma perspectiva alternativa de democracia para o país, projetando a liderança de Lula e o lançando candidato a presidente em quatro eleições sucessivas. Rodrigues (1997) destaca o papel fundamental da Igreja na oposição ao regime militar e na reaglutinação dos movimentos de oposição e de formação de lideranças que, durante a década de 1970, originaram o *campo democrático e popular*. Exemplos destas forças sociais são as Comunidades Eclesiais de

impulsionar as lutas pela abertura democrática, nos interessa analisar como a CUT, compreendida como uma *instituição* - “associação cuja ordem estatuída se impõe, com (relativa) eficácia, a toda ação com determinadas características que tenha lugar dentro de determinado âmbito de vigência” (Weber, 2009: 32), passou a orientar a sua *ação* no *espaço da cidadania*. Além disto, também é foco de nosso estudo identificar os fatores que determinaram maior intensidade da *ação* desenvolvida entre as centrais sindicais, assim como as perspectivas para uma *nova institucionalização* neste período.

A *institucionalização* é efetivamente o processo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido (Panebianco, 2005: 100). De acordo com o autor (2005), no processo de *institucionalização* bem sucedido, a organização se torna, ela própria, objetivo para uma grande parte dos seus filiados e, deste modo, produz valores coletivos. Essencialmente são dois os processos que se desenvolvem, simultaneamente, provocando a *institucionalização*: “1) O desenvolvimento de *interesses* para a manutenção da organização (próprios dos dirigentes nos diversos níveis da pirâmide organizativa); 2) O desenvolvimento de lealdades organizativas difusas” (Panebianco, 2005:101). Ambos os processos estão relacionados com a formação de um sistema de incentivos.

Considerando a tipologia de instituição forte e fraca formulada por Panebianco (2005), partimos do pressuposto de que a Central Única dos Trabalhadores é uma instituição forte com penetração territorial em todos os Estados do país e no Distrito Federal, com princípios fundadores e uma agenda de interesses comuns a ser aplicada em todo o território nacional. Atualmente, a CUT tem, entre os seus quadros políticos, dirigentes sindicais e técnicos experientes em tempo de militância e com alto grau de escolaridade⁶. Esta central sindical conta com uma forte distribuição de um sistema de incentivos organizativos, que pode ser visualizado não só pela progressão de carreira no meio sindical, como também pelo acesso ao aparato institucional e aos seus benefícios;

Base, as várias pastorais (Pastoral Operária, da Terra, do Migrante), a Ação Católica Operária (ACO), a Juventude Operária Católica (JOC), os grupos de jovens, clubes de mães, movimentos de custo de vida, grupos de casais, de teatro, bem como tantos outros movimentos que foram surgindo pela periferia das grandes cidades e nos campos.

⁶ Conforme mostraremos no capítulo 4 que tratará da composição social da CUT do 8º ao 11º CONCUR.

perspectivas de ação que sugerem que o período 2003-10 foi marcado por uma fase de *estabilização institucional*.

No entanto, para avançar com a perspectiva de analisar esta *instituição* e o emergir de uma *nova institucionalização sindical* na CUT no início do século XXI, é preciso analisar as transformações no *espaço da produção*, em especial a partir do último quartel do século XX, quando se visualizam alterações profundas nas dinâmicas do mercado de trabalho e nas trajetórias profissionais e se observa uma diminuição do peso do setor industrial entre a força de trabalho ocupada. Assim, buscamos compreender como a CUT, que consideramos ser uma *instituição forte*, reagiu ao ambiente externo durante o período analisado.

Na linha de Costa (2005), pensamos que o conceito de *relações laborais* tende a dar mais conta das especificidades do *espaço da produção* atual. Não que o arcabouço teórico das *relações industriais*⁷ esteja incorreto ou ultrapassado, mas se faz necessário pensá-los dentro das novas configurações do trabalho. Inspirando-se em (Burawoy, 1985; Santos, 1995; 2000; Ferreira, 1998; Rosa, 1998; Estanque, 2000), na sua tese de doutoramento, Costa (2005) refere que:

A expressão *relações laborais* têm a particularidade de incidirem sobre dois tipos de relações: por um lado, perante relações *de* produção contratualmente estabelecidas entre trabalho e capital e que constituem, no seu todo, a relação salarial; por outro lado, estamos diante de relações *na* produção, que regulam o trabalho concreto efectuado pelos trabalhadores durante o dia de trabalho e que incluem as relações entre trabalhadores, bem como as relações destes com supervisores ou gestores segundo normas ou regulamentos da empresa (Costa, 2005: 24).

Os dois pilares da regulação do trabalho: relação salarial e relações sociais na produção dão a dimensão dos desafios que estão colocados ao movimento sindical atual, considerando que esta dupla dinâmica se dá num espaço ampliado ao “chão da fábrica” e ao próprio espaço territorial que a empresa ocupa. É importante observar que, com o desenvolvimento das tecnologias, as etapas do processo produtivo podem ser realizadas nas mais diversas escalas: local, regional, nacional, transnacional.

⁷ Para um aprofundamento do tema, se sugere o trabalho de Costa (2005). O autor faz um debate sobre as abordagens teóricas voltadas para a compreensão das *relações industriais* e, resgatando Walther Müller-Jentsch distingue 5 conjuntos de abordagens genéricas: sistémicas, marxistas, institucionalistas, de acção, de inspiração económica.

Contudo, antes de avançar a abordagens mais atuais que pretendem tratar a questão do sindicalismo para além do espaço da produção, é preciso remontar ao modelo que estruturou as relações laborais após a Segunda Guerra Mundial. Tal modelo, especialmente no norte da Europa, assentou na existência de um compromisso que envolveu sindicatos e associações patronais fortes, ou seja, *representantes de interesses* com forte legitimidade para negociar com o capital e o Estado, num período de estabilização do desenvolvimento técnico - econômico e social.

A relação social que envolveu trabalhadores, Capital e Estado é o que Alain Birh (1998) denomina *compromisso fordista*, que recebe este nome em referência ao *fordismo*⁸, modelo/sistema de gestão e produção, baseado em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista a produção e o consumo em massa. Este modelo surgiu com base nos princípios do taylorismo, todavia dele se diferencia, porque enfatiza a mecanização do processo de trabalho.

Por um lado, Birh (1998) afirma que o *compromisso fordista* é resultante de um processo muitas vezes cego e, portanto, também ilusório para os seus protagonistas. Um compromisso que não se deu diretamente entre os membros das próprias classes, mas envolveu representantes oficiais, neste caso, organizações sindicais e políticas do movimento operário e organizações profissionais do patronato, tendo o Estado entre elas. Portanto, este compromisso não acabou com a luta de classes, no máximo, circunscreveu a disputa à instauração do compromisso, à definição de seus termos e à delimitação de seu campo de aplicação. Por outro lado, para Santos (1994), a classe operária teve um papel

⁸ Fordismo é um termo que se generalizou a partir da concepção de Gramsci, que o utiliza para caracterizar o sistema de produção e gestão, empregado por Henry Ford, em sua fábrica, a Ford Motor Co., em Detroit, em 1913 (Larangeira, 2002: 123). Assim como no Taylorismo, no fordismo é presente a lógica de separação entre as tarefas de concepção e execução. Portanto, no fordismo também o trabalho na sua totalidade continua caracteristicamente parcelado e é através da forte mecanização do processo de produção que ocorre a recomposição da tarefa (unidade), a cadeia de montagem a forma extrema desse princípio. A lógica fordista de organização do processo de trabalho se baseia numa dualidade; na etapa de concepção/criação se encontram os profissionais qualificados e privilegiados na hierarquia da empresa e a nível de execução temos os trabalhadores sem qualificação específica, a massa trabalhadora cujas funções de caráter repetitivo seguem uma rígida disciplina (Carvalho, 2007: 44-5). Sobre o desenvolvimento do fordismo nos países periféricos recebe qualificativos como “fordismo periférico”, “fordismo incompleto”, “fordismo autoritário”, no caso brasileiro a dinâmica da economia estava ajustada à mecanização (como estipulava o fordismo), mas os ganhos daí resultante não foram convertidos em melhorias no plano salarial. Ou seja, o fordismo foi periférico porque havia apenas um modelo de concentração da riqueza, ver reflexões de Braga (2003).

fundamental na configuração deste compromisso, também conhecido como compromisso social-democrático, que implicou na integração social e política do operariado no capitalismo. Esta integração gerou um processo lento de desradicalização das reivindicações operárias obtido, em grande medida, através da participação das organizações operárias na concertação social, nas políticas de rendimentos e preços e mesmo na gestão das empresas. Um processo cuja dimensão política é hoje conhecida por *neocorporativismo*.

O esgotamento do padrão de desenvolvimento *fordista* e da razoável estabilidade nos mercados de trabalho dos países centrais ocorreu a partir de meados da década de 1960. Segundo Harvey (1989: 135), “o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do Keynesianismo⁹ de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, estas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez”.

Para o Harvey (1989), a *rigidez* nos investimentos, nos contratos de trabalho, nos mercados de trabalho e àquela derivada dos compromissos do Estado providência, configuraram elementos decisivos para o declínio do Fordismo – Keynesianismo. Há que se considerar também a conjuntura do período, pois com a desestabilização do sistema, agravada pela profunda recessão de 1973 e somada ao choque do petróleo, acabou por estancar a expansão do pós-guerra. Ao mesmo tempo, as corporações se viram com muita capacidade ociosa e, em condições de intensificação da competição, se sentiram pressionadas a adotarem medidas de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho.

Neste contexto configura-se a *acumulação flexível*. Conforme o autor:

⁹ Keynesianismo – recomenda “uma política vigorosa de consumo (que combata as tendências de poupança) e de investimento público (sobretudo em obras públicas) por parte das coletividades locais (é para elas o momento ‘de dar provas de dinamismo’, diz Keynes)” (Coriat, 1993 *apud* Tenório, 2000: 146). As propostas Keynesianas foram feitas no momento em que a economia mundial sofria o impacto da Grande Depressão, fato que se estendeu por toda a década de 1930 até o início da II Guerra Mundial. As ideias de Keynes influenciaram alguns pontos do *New Deal*, programa de recuperação econômica adotado por Franklin D. Roosevelt em 1933 nos Estados Unidos (Tenorio, 2000: 146-7). O Estado sob a ótica do Keynesianismo deve ser o grande fomentador do desenvolvimento, portanto tem a responsabilidade sobre a expansão da estrutura produtiva, infraestrutura e a acessibilidade aos serviços “universais”, por exemplo, educação, saúde, previdência, etc.

A acumulação flexível como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 1989:140).

Aos limites do padrão de desenvolvimento fordista e keynesiano, caracterizado por Harvey (1989) como *acumulação flexível*, Santos (1994) destaca a crise dos Estados Nacionais e, portanto, a crise de regulação nacional perante a globalização da economia. Processo marcado pela internacionalização dos mercados, transnacionalização da produção e fortalecimento de instituições, tais como: as empresas multinacionais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. De acordo com Santos (2001), a globalização tem consequências que extrapolam o aspecto econômico e produtivo. O autor trabalha o conceito de *processos de globalização*, definindo a globalização como uma realidade múltipla, considerando que se trata de um “fenómeno com dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas, jurídicas interligadas de um modo complexo” (Santos, 2001:32).

Para Giddens, a “globalização pode, assim, ser definida como a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilômetros de distância e vice-versa” (Giddens, 1996 *apud* Silva, 2007: 41). Ao analisar as transformações no trabalho, no contexto da globalização, segundo a perspectiva de Castells (1999), verificamos que, neste período, surgiu uma nova economia em escala global cujas principais características são:

É *informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões, nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente à informação baseada em conhecimentos. É *global* porque as principais atividades produtivas, o consumo, e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria – prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos (Castells, 1999: 87).

Já em Bauman (1999), em uma outra abordagem, podemos concluir que:

A globalização tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo. Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo da informação, é colocado em movimento um processo localizador, de fixação no espaço. Conjuntamente, os dois processos intimamente relacionados diferenciam nitidamente as condições existenciais de populações inteiras e de vários segmentos de cada população. O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é destino indesejado e cruel (Bauman, 1999: 8).

Em diálogo com esta ótica, se localiza a abordagem de Santos (2001). O autor distingue entre *globalização hegemônica*, fruto do ideário capitalista neoliberal e *globalização contra-hegemônica*, que se organiza a partir da resistência local, redescobrimdo o sentido do lugar e da comunidade, produzindo novas iniciativas produtivas. Isto é o que designa por *localização*, ou seja, “o conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade de pequena escala, comunitários, assentes em relações face a face, orientados para a auto-sustentabilidade e regidos por lógicas cooperativas e participativas” (Santos, 2001: 78).

De acordo com Harvey (2011), a globalização foi facilitada por uma reorganização radical dos sistemas de transporte, sistemas de comunicação, redução de tarifas e cotas no comércio internacional, assim como pela organização de uma nova arquitetura financeira global criada para facilitar a circulação do fluxo internacional de capital para onde fosse usado de modo mais rentável. Estamos igualmente diante de um processo de desregulamentação das finanças que teve início no fim dos anos de 1970 e se tornou irrefreável na década de 1990.

Com a intensificação dos *processos de globalização*, nos chamados *países centrais* (Europa, EUA e Japão) já eram experienciados, desde o início dos anos de 1970, inovações tecnológicas e organizacionais. Era o início de uma mudança no padrão de organização da produção fordista e também uma sinalização para as alterações profundas que se dariam na dinâmica das relações entre os atores sociais: *Capital, Trabalho e Estado*. Nas organizações, as novas experiências se opuseram à *rigidez* do modelo fordista e as empresas passaram a atuar respaldadas no princípio da *flexibilidade* e nas tecnologias de

informação e gestão que objetivam aliar eficiência nos processos produtivos com a eficácia dos resultados.

O Toyotismo¹⁰ ou Ohnismo, de Taiichi Ohno - engenheiro que criou o *Toyota Production System*, na fábrica da Toyota no Japão (pós-45), se trata de um modelo gestor, que propõe a reorganização do processo de trabalho acompanhado da inovação tecnológica. O que sugere, portanto, uma *outra* forma de organização da produção, eficaz para as exigências dos *novos* mercados (produção diversificada e em pequenos lotes). Destacou-se como o modelo de gestão que se adequa aos novos padrões, pois adota a *flexibilidade* como máxima na gestão da produção e, com suas práticas de administração, demonstra ter um sistema de gerenciamento adaptado à economia global e ao ritmo de desenvolvimento das tecnologias.

A fábrica toyotista, segundo Coriat (1994), se pauta pela concepção de *fábrica mínima*, que reduz as suas funções, o número de empregados e os equipamentos somente ao que é necessário para satisfazer a demanda diária ou semanal e se organiza a partir da *administração pelos olhos*. De acordo com o autor, “nesta perspectiva surge o imperativo de conceber uma organização geral da produção, permitindo fazer emergir à superfície, tornar visíveis, no sentido próprio do termo, todos os possíveis excessos gordurosos, tudo aquilo que não é imperativamente necessário à entrega dos produtos vendidos”(Coriat, 1994: 34).

Portanto, ao priorizar produzir, o que é central em sua especialidade no processo produtivo e sem desperdícios, nasce a *fábrica magra*, transparente e flexível (Coriat, 1994) que transfere a terceiros grande parte do que era antes produzido dentro de seu espaço produtivo, flexibilizando a produção e a organização do trabalho. Esta dinâmica possibilita o desenvolvimento da terceirização, da subcontratação, do CCQ (círculo de controle da qualidade), do controle de qualidade total, *Kanban*, *just in time*, *team work*, da eliminação do desperdício, da gerência participativa e do sindicalismo de empresa (Antunes, 1999).

¹⁰ Ver, sobre este tema, Hirata (1993).

Para Kóvacs (2005), “A empresa idealizada é a empresa magra ou a *empresa flexível* que se centra nas actividades de maior valor acrescentado e externaliza, subcontrata e/ou deslocaliza as outras actividades e, de acordo com estratégias diferenciadas, combina diferentes tipos de emprego dentro de si mesma, para obter tanto flexibilidade funcional como flexibilidade quantitativa” (2005: 14). Castells (1999), por sua vez, se refere às mudanças organizacionais como uma resposta estratégica do capital às transformações econômicas e tecnológicas do período. O autor salienta com positividade a mudança de *burocracias verticais* para a *empresa horizontal*, enfatizando que a perspectiva de interação organizacional e interorganizacional, apoiadas pelo uso da tecnologia da informação, constituem os meios necessários para o surgimento da *empresa em rede*, organização horizontal e flexível e, portanto, adaptada à cultura da *economia informacional/global*.

Para Mészáros (2006: 27-29), “A globalização do desemprego e do trabalho temporário afeta até mesmo o mundo capitalista mais desenvolvido. O mito da *flexibilidade* é uma maneira de dourar a pílula. Na realidade, estamos nos referindo a uma grave tendência socioeconômica de equalização descendente da taxa de exploração diferencial”. O resultado é o desemprego em massa, que atinge todas as categorias de trabalhadores qualificados e não – qualificados, ou seja, a totalidade da *força de trabalho* na sociedade (Mészáros, 2006). Nesta linha de análise, segundo Vasapollo, a *flexibilização* pode ser entendida como:

Liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite; faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional; possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc); liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas; possibilidade para contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa (Vasapollo, 2006: 45-46).

Com os avanços da *flexibilidade* e de um conjunto de medidas voltadas para a racionalização dos processos produtivos associadas a inovações tecnológicas, os incrementos na produtividade do trabalho, em muitos casos, não sinalizaram para um incremento na demanda de trabalho nas empresas, assim o *desemprego tecnológico*¹¹, passou a fazer parte da agenda sindical exigindo dos *representantes* dos trabalhadores uma ação sindical preparada para responder aos novos desafios das relações *de e na* produção.

As mudanças no processo produtivo tiveram impactos na organização do sindicalismo estruturado com base nos parâmetros da sociedade industrial fordista. Neste período, surge com força o debate que coloca em xeque a *centralidade do trabalho*. De acordo Véras (2002), entre os primeiros autores que vêm anunciando um deslocamento no lugar, antes central, do trabalho na sociedade está André Gorz. Segundo ele, nós não vivemos mais numa *sociedade de produtores*, numa civilização do trabalho, já que “o trabalho não é mais o principal cimento social, nem o principal fator de socialização, nem a ocupação principal de cada um, nem a principal fonte de riqueza e de bem-estar, nem o sentido e o centro de nossas vidas” (Gorz, 1995 *apud* Véras, 2002: 275).

Para Toni (2003), Gorz entendia, por um lado, a impossibilidade de se reestabelecer o pleno emprego da era do Keynesianismo e, por outro, previa duas formas de gerir a abolição do trabalho, as quais se colocariam no centro das questões políticas dos decênios vindouros: a que leva a uma sociedade do desemprego e a que leva a uma sociedade do tempo liberado (Gorz, 1987 *apud* Toni, 2003: 253). A primeira estaria instalando-se no contexto europeu; a segunda era vislumbrada como alternativa desejável, implicando a superação da lógica capitalista, o enfraquecimento do assalariamento e das relações de mercado (Toni, 2003: 253).

¹¹ Para Kovács e Lopes (2012) podem se identificar duas grandes perspectivas para ajudar a explicar as mudanças contemporâneas no emprego e nos mercados de trabalho. Uma *perspetiva tecno-liberal dominante*, assente na competição como meio eficaz de alocar recursos e aumento de bem-estar; nas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e na globalização como indicando o caminho para uma sociedade de informação/conhecimento regulada pelo mercado; na liberalização dos mercados, livre circulação de capitais, internacionalização da produção; no predomínio do capital financeiro; etc. E (as) *perspetiva(s) crítica(s)*, que visa(m) reduzir os efeitos nocivos da abordagem dominante, tais como: o agravamento das desigualdades sociais, desemprego maciço, precarização do emprego, degradação das condições de trabalho, alastramento da insegurança; formas e condições de trabalho em países do 3º mundo tendem a se espalhar nos países mais desenvolvidos; emprego instável, precariedade e pobreza; insegurança e incerteza; sofrimento no trabalho, etc.

Para Gorz (1987: 89), “diferentemente do proletário de Marx, o neoproletário não se define mais por seu trabalho e não pode ser definido por sua posição no interior do processo social de produção”, pois na atual sociedade “os trabalhadores não produzem mais a sociedade com a mediação das relações de produção; é o aparelho de produção social em sua generalidade que produz o trabalho e o impõe sob uma forma contingente a indivíduos contingentes e intercambiáveis”(Gorz, 1987: 90). Para o autor, estas perspectivas têm impactos sobre a organização dos trabalhadores, portanto, é comum que o neoproletário vivencie um sentimento de não pertencimento à classe operária e a nenhuma outra. Assim, num cenário de revolução pós-industrial:

A fraqueza e ao mesmo tempo a força do proletariado pós- industrial estão em que ele não tem concepção de conjunto da sociedade que virá. Ele é apenas uma nebulosa de indivíduos mutantes para os quais o grande negócio não está em tomar o poder para construir um mundo, mas em cada um retomar o poder sobre a sua própria vida, subtraindo-se à racionalidade produtivista e mercantil (Gorz, 1987: 94).

Entre os estudos¹² que têm sido relacionados às teses do “fim do trabalho”, pela sua relevância na Europa, Toni (2003) destaca também o trabalho de Claus Offe. De acordo com a autora, “em função da evolução e das configurações que caracterizam as sociedades atuais, Offe postula a *implosão da categoria trabalho* na constituição da identidade dos trabalhadores”(Toni, 2003: 254). O autor baseia sua avaliação em fatores como a erosão de tradições culturais; a diminuição do tempo dedicado ao trabalho; o crescimento do trabalho no setor de serviços, a descontinuidade nas trajetórias profissionais, o aumento do desemprego estrutural, que propiciaria o surgimento de subculturas passivamente hostis aos valores e normas da sociedade do trabalho (Toni, 2003).

Ainda sobre o “fim do trabalho”, Méda (1999) defende que é necessário “desencantarmos” o trabalho, portanto:

¹² Sobre os autores que exploram a ideia de *crise* da sociedade do trabalho, o que daria origem à chamada sociedade de serviços pós-industrial, na década de 90, estudos de outros cientistas vêm ampliando o leque de discussão neste campo. A título de exemplos, sobressaem os trabalhos como o de Jeremy Rifkin, para os Estados Unidos, o do sociólogo alemão Ulrich Beck e o da filósofa francesa Dominique Méda, cuja relevância repousa na abrangência de suas abordagens, tanto quanto no destaque de que elas vêm sendo alvo (Toni, 2003: 255).

A redução do lugar do trabalho nas nossas vidas, devendo traduzir-se por uma diminuição do tempo de trabalho individual, é a condição *sine qua non* do desenvolvimento, a par da produção, de outros modos de sociabilidade, de outros meios de expressão, de outras maneiras para os indivíduos de adquirirem uma identidade ou de participarem na gestão colectiva, em suma, de um verdadeiro espaço público (Méda, 1999: 317).

A autora defende uma engenharia social que envolva os indivíduos e as empresas, ambos voltados para permitir uma redução dos tempos individuais de trabalho e, ao mesmo tempo, um igual acesso de todos ao trabalho. Nesta nova engenharia, o Estado não pode ter sua ação reduzida a ajudas compensatórias (estágios, benefícios diversos, etc.), mas cabe a ele descobrir os meios que possam suscitar a formação de grupos e associações com vontade de participação política, um impulso ao exercício de uma nova cidadania, o despertar da paixão pela coisa pública (Méda, 1999).

Se, por um lado, Méda (1999) defende o fim da centralidade do trabalho nas nossas vidas e propõe medidas direcionadas para a construção do que se pode considerar uma *nova* cidadania na qual o Estado tem um papel estratégico, por outro, Castel (1998) é cético quanto ao fim da “civilização do trabalho”, o “fim da sociedade salarial”, pois representaria uma revolução cultural de grande amplitude. Tarefa que não pode ser delegada aos desempregados e sem salário, portanto, sem acesso a cidadania *econômica* e *social*. Para além disto e diante da instalação da precariedade nas relações *de* e *na* produção, do enfraquecimento ou perda das regulações coletivas e do crescimento do individualismo *negativo*, defende um Estado estrategista que estenda amplamente suas intervenções e um “Estado até mesmo protetor porque, numa sociedade hiperdiversificada e corroída pelo individualismo negativo, não há coesão social sem proteção social” (Castel, 1998: 610).

Antunes (2003) se opõe às teses que propagam o *fim do trabalho*. Para o autor, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à subproletarização, não permitem concluir pela perda de centralidade do trabalho no universo de uma *sociedade produtora de mercadorias*. Assim, é necessário qualificar se é uma crise da sociedade do trabalho *abstrato* como sugere Kurz (1992) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão *concreta*, como sugerem Offe (1989), Gorz (1987), Habermas (1987), entre outros analistas.

No debate sobre *o fim da centralidade do trabalho* na sociedade e, ao tratar da questão sindical, Costa (2008) se refere a um período de *crise* e de *declínio sindical*, destacando três fatores frequentemente invocados para justificar a ideia de crise do sindicalismo:

A desagregação de interesses em redor da classe operária, em resultado da crescente diferenciação, segmentação e flexibilização dos mercados de trabalho, da descentralização da produção ou da precarização da relação salarial; a crescente *ausência de lealdade e solidariedade* dos trabalhadores ao sindicato como reflexo da emergência do individualismo contemporâneo, que orienta os trabalhadores para interesses mais amplos e diversificados, mas que é também o resultado do endurecimento da oposição patronal e governamental que ocorre em contextos de liberalização das relações laborais; e a *crise de representatividade* social, que se traduz na dificuldade dos sindicatos mobilizarem trabalhadores para as suas acções de luta, uma vez que diminui o número de sindicalizados (Hyman, 1992; Santos, 1995; Munck, 1999 *apud* Costa 2008: 39).

A *crise de representatividade*¹³ social que atinge o sindicalismo tanto no plano nacional como no plano transnacional (Costa, 2008; 2011), conforme mostra Henrique Sousa (2011) também pode ser aferida por dois importantes indicadores: a filiação e a densidade sindical (a taxa de sindicalização). Para o autor:

A tendência global para a diminuição da sindicalização e a sua diferenciada expressão em cada país, como é analisada em vários estudos internacionais existentes¹⁴, tem relação quer com as profundas transformações societárias operadas no trabalho e na economia (que desequilibraram em favor do capital os compromissos sociais construídos no pós-guerra da segunda metade do século XX), quer com a variação dos contextos políticos, sociais e institucionais em que operam os sindicatos nos vários países. Nos factores que influenciam em cada país o grau de solidez, representatividade e influência das organizações sindicais, como é evidenciado em vários trabalhos disponíveis pesam factores como o nível das desigualdades sociais e salariais, o grau de coordenação sectorial e nacional da negociação coletiva, a robustez das instituições de concertação e diálogo social e do Estado Social e a participação dos sindicatos na gestão de sistemas de protecção social (Sousa, 2011: 7).

¹³ Em três décadas verificou-se em Portugal uma quebra na densidade sindical de quase 61% para 19% e a filiação sindical ter-se-á reduzido para metade (Sousa, 2011: 8). No Brasil, de acordo com os dados da PNAD/IBGE 2009 em duas décadas, a taxa de sindicalização passou de 28,0% em 1989 para 19,4% em 2009 (Pochmann, 2011).

¹⁴ Henrique de Sousa (2011) sugere os estudos de Visser & Ebbinghaus (2000), Beneyto (2008) e Pedersini (2010).

Para Alan Stoleroff (2013) além da crise de representatividade social que pode também ser aferida pela densidade sindical, o cenário macroeconômico é pouco favorável à ação sindical, pois com o agravamento da crise econômica capitalista desde 2007-2008 e o crescente desemprego e precarização das relações *de* trabalho, o sindicalismo português encontra-se numa situação em que é urgente superar os seus déficits internos que geram dificuldades na relação entre as *cúpulas* das organizações e as suas bases. Assim, é preciso superar a divisão política do sindicalismo português e a divisão relacionada com o *tipo* de ação sindical desenvolvida por estas instituições, ou seja, superar os limites da primazia da concertação/negociação e da mobilização/voluntarismo. Também é necessário renovar a relação do sindicalismo com a sociedade, a classe e a política.

Na acepção do autor no atual momento há uma crise de um sistema de arranjos institucionais em que os sindicalistas, com as suas múltiplas perspectivas, atuam. Neste sentido, defende a necessária refundação do movimento sindical. A refundação deve se ancorar na articulação realista e simbiótica com partidos políticos que apoiam os direitos da população trabalhadora. A refundação terá de começar por lutar contra a insegurança, organizando na base, a partir do local de trabalho, reafirmando o direito de trabalho e o sindicalismo de classe do século XXI. Portanto, “a refundação emergirá de um novo movimento social de auto-organização dos trabalhadores assistido pelas cúpulas sindicais existentes ou contra elas ou não haverá revitalização possível desta forma de associação laboral” (Stoleroff, 2013: 237).

Segundo Leôncio Martins Rodrigues (2002), o quadro que parece caracterizar o sindicalismo no final do século XX sugere mais *declínio* do que *crise*. Rodrigues (2002) afirma que o *declínio* ocorre principalmente em função das mudanças ambientais que vem impondo um novo habitat ao qual o sindicalismo encontra dificuldades em se ambientar. Além disto, é possível que algumas organizações sindicais institucionalizadas, burocratizadas e acomodadas ao ambiente anterior à economia globalizada tenham dificuldade de adaptação ao novo meio. O autor afirma também que o declínio sindical torna problemática a sobrevivência do sindicalismo no século XXI, pelo menos com a evidência que chegou a ter em algumas democracias capitalistas no século XX.

Diferentemente dos autores das teses que apontam para o fim da centralidade do trabalho e daqueles que se opõe a esta abordagem analítica, Santos (2002) propõe a *redescoberta democrática do trabalho*, a fim de que o trabalho se torne um pilar de sustentação da cidadania. Segundo o autor, para que isto aconteça, é preciso que se cumpram quatro condições. Em primeiro lugar, *o trabalho deve ser democraticamente partilhado*. No novo contrato social, o trabalho humano tem de saber partilhar a atividade criadora do mundo com o trabalho da natureza. A segunda partilha do trabalho é interna ao trabalho humano, ou seja, tem relação com a revolução tecnológica que cria riqueza sem criar empregos, sendo necessário redistribuir a nível global o stock de trabalho disponível. Em segundo lugar, é fundamental reconhecer o *polimorfismo do trabalho*, que significa o reconhecimento dos diferentes tipos de trabalho, criando, em cada um deles, um patamar mínimo de inclusão e promovendo a qualificação profissional a qualquer que seja o tipo e a duração do trabalho. Em terceiro lugar, é essencial separar o *trabalho produtivo e a economia real* do *capitalismo financeiro ou economia de casino*. Por fim, a quarta condição da redescoberta democrática do trabalho consiste na *reinvenção do movimento sindical*.

Na seção seguinte, apresentaremos o debate sobre a reestruturação produtiva e industrial no Brasil dos anos de 1980 e 1990. Faz-se uma breve reflexão sobre as características do mercado de trabalho neste início de século XXI, marcado a partir de 2002, pela retomada do crescimento econômico e do emprego. Portanto, considerando o cenário que aponta perspectivas para a *redescoberta democrática do trabalho*, se pontuam os novos desafios *aos representantes de interesses*, ou seja, no que tange ao papel que o movimento sindical e as suas *instituições* deve exercer para que o trabalho seja um pilar de sustentação da *cidadania*.

1.1. Aspectos da Reestruturação Produtiva no Brasil dos anos 1980 e 1990

A reestruturação produtiva e industrial consiste em um processo que compatibiliza mudanças institucionais e organizacionais nas relações *de* e *na* produção. No país, o processo de modernização da indústria brasileira iniciou na década de 1980, surgindo num

contexto econômico marcado pela recessão e aumento das exportações¹⁵. Esta realidade impôs às empresas à necessidade de efetuarem mudanças significativas nos sistemas de produção para se manterem atuantes no mercado nacional e internacional. A modernização teve início nas grandes empresas do país através da adoção de uma lógica que se pautava pela *eficiência* e a *competitividade* como princípios norteadores para uma redefinição da gestão da produção.

Para implementação desta lógica pautada em tais pressupostos, as empresas brasileiras se inspiraram no modelo de gestão Toyotista porque era este que comprovadamente possibilitava ganhos de qualidade e produtividade nas empresas capitalistas mundiais que o adotaram. As empresas que o implementaram de forma plena, como modelo de gestão, pontuavam a *flexibilidade* como princípio de gestão e preconizavam a *cooperação* entre *capital*, *gerências* e *empregados* como estratégia necessária para articular inovações organizacionais com tecnologia da informação (Carvalho, 2007: 54).

Alves (2000) propõe uma análise da trajetória da reestruturação produtiva nos anos de 1980, através de três recortes temporais que associam a evolução econômica da década aos processos de mudanças no espaço produtivo. No primeiro período, compreendido entre os anos de 1981 e 1983, foi recessivo para economia do país. A política econômica tinha como principais instrumentos a elevação da taxa externa de juros, o corte dos gastos públicos e a redução dos níveis dos salários. A queda dos investimentos retardou a introdução de novas tecnologias microeletrônicas e, por isso, a necessidade de elevação da produtividade ocorreu por meio de reorganização da produção, seja pela intensificação do trabalho por meio de horas extras, seja pela relativa proliferação de mudanças organizacionais nas empresas.

Nessa época, surge pela primeira vez, como fator de competitividade industrial, o discurso da qualidade e da participação inspirados no modelo Toyotista. No espaço da produção, surgiram os Círculos de Controle de Qualidade - CCQs como uma tecnologia de

¹⁵ A recessão de 1981-1983 promoveu uma brutal retração no mercado interno e a queda da produção industrial no país, obrigando algumas empresas a orientarem suas vendas para o mercado mundial. Ocorreu, portanto, o ajuste “exportador”, a retomada dos incentivos às exportações, com sua importante dinâmica a partir de 1981: o *quantum* exportado cresceu cerca de 70% ao longo da década passada, quando o volume mundial de comércio aumentou pouco mais de 40% (Alves, 2000: 122).

gestão que enfatizava a participação funcional e, supostamente, propunha uma *nova* lógica de organização do trabalho. Todavia, conforme observa Larangeira (2002: 56): “Os Círculos de Controle de Qualidade funcionam como instrumentos para a solução de problemas de produção, tais como qualidade e produtividade. Seus objetivos, no entanto, devem ser consoantes com os interesses da empresa”. De maneira que, no país, a participação dos operários foi promovida desde logo, pois não provocava maiores mudanças na estrutura da empresa ou nas relações *de* e *na* produção. Assim, não constituiu um novo modo de organização no trabalho nas empresas brasileiras que o adotaram.

Além dos CCQs, outra tecnologia de administração que se inspirou no toyotismo, foi o sistema de produção *Just in time - JIT/Kanban*¹⁶ - forma de administração da produção industrial e de seus materiais. Forma em que a matéria-prima e os estoques intermediários necessários ao processo produtivo são supridos no tempo certo e na quantidade exata. Este modelo requer a transformação do *layout* tradicional da fábrica em seções fixas, em uma sequência de pequenas unidades ou células independentes, que funcionam como cliente e fornecedor (Franzoi, 2002). O sistema JIT/Kanban foi aplicado principalmente na produção em série das indústrias automobilística e de metal – mecânica.

Embora o Just in time/Kanban envolvesse o processo produtivo como um todo (trabalhadores, gerência, clientes e fornecedores), esta tecnologia de gestão, assim como os CCQs no país, neste período, não resultou em inovações nas relações de trabalho. Nas condições de crise do capitalismo brasileiro a adoção do Just in time/Kanban se desenvolveu de forma restrita. Fato que significou racionalizar a produção, ou seja, simplificar e padronizar tarefas, além de promover a intensificação do trabalho pela eliminação do tempo ocioso na produção.

O segundo período da reestruturação produtiva no Brasil, conforme Alves (2000), ocorreu entre 1984 e 1986, sendo caracterizado como um momento de recuperação da economia brasileira, impulsionado pelo aumento das exportações e pelo Plano Cruzado (1986). Tal fato ocasionou um acréscimo nas inovações tecnológicas a partir de 1985. Observou-se, neste período, a introdução de automação industrial de base microeletrônica.

¹⁶ De acordo com Franzoi (2002) os termos Sistema Kanban (Monden, 1983) ou Sistema JIT/Kanban (como em Salerno, 1985) são frequentemente associados ao sistema adotado pela Toyota; porém, mais precisamente, o Kanban se refere ao sistema visual de informação utilizado para administrar o JIT.

Máquinas ferramentas a comando numérico (MFCN), sistemas CAD/CAM (“computer aided design/computer aided manufacturing”), robôs, flexibilização das linhas de montagem com base no uso de controles lógicos programáveis (CLP), etc. No entanto, apesar dos incrementos tecnológicos na produção, as tecnologias microeletrônicas eram uma realidade parcial nas grandes empresas direcionadas à exportação e, mesmo nessas organizações, a incorporação das novas tecnologias não abrangeu o processo produtivo como um todo.

Por fim, Alves (2000) considera que, entre 1987 e 1989, aconteceu o terceiro período da reestruturação produtiva, caracterizando-se pela instabilidade inflacionária e flutuações do nível de produção e emprego. Por isso, as inovações tecnológicas prosseguiram mais retraídas, se minimizaram os investimentos em tecnologias de base microeletrônica e as inovações organizacionais se diversificaram.

Considerando as adversidades que marcaram o contexto econômico da década de 1980, se verifica que a indústria brasileira se modificou, realizando alterações que se efetuaram de maneira restrita e seletiva, pois a difusão e incorporação das inovações organizacionais e tecnológicas, inspiradas no modelo Toyotista e orientadas para a *eficiência e competitividade* da organização, não consolidaram ou permitiram a plena adoção do *modelo japonês*.

No Brasil, na década de 80 e ainda no início dos anos 90, no mercado de trabalho do país, uma parcela dos trabalhadores empregados em grandes empresas dos ramos de ponta da industrialização brasileira se constituía em verdadeiras *ilhas de modernidade* em meio a um mar de situações desiguais e informais. Contudo, se compararmos a situação deste contingente de trabalhadores com o padrão de organização alcançado pelos trabalhadores dos países de *centro*, se percebe que, no Brasil, as duas décadas foram marcadas por um hibridismo dos processos produtivos, que mesclava algumas características fordistas com dura rotinização do trabalho (taylorismo) em empresas que não respeitavam a organização sindical, as questões relacionadas à salubridade e que não concediam benefícios e garantias semelhantes às conquistadas pelos trabalhadores dos países de *centro*.

O período de 1990 a 1992 é marcado pela gestão de Fernando Collor. No país a *globalização econômica* da década de 1990 apresentou profundos sinais de alinhamento com as orientações e exigências do *consenso econômico neoliberal* ou *consenso de Washington*, conforme Santos (2002):

O consenso de Washington diz respeito à organização da economia global, incluindo a produção, os mercados de produtos e serviços, os mercados financeiros, e assenta na liberalização dos mercados, desregulamentação, privatização, minimalismo estatal, controle da inflação, primazia das exportações, cortes nas despesas sociais, redução do déficit público, concentração do poder mercantil nas grandes empresas multinacionais e do poder financeiro nos grandes bancos transnacionais. As grandes inovações institucionais do consenso econômico neoliberal são as novas restrições à regulamentação estatal, os novos direitos internacionais de propriedade para investidores estrangeiros e criadores intelectuais e a subordinação dos Estados nacionais a agências multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio (Santos, 2002: 25-26).

A partir de 1993, a reestruturação produtiva do parque industrial nacional ganhou novo impulso quando a economia brasileira deu sinais de recuperação. Mesmo diante da recuperação do nível de atividade e da implementação de medidas voltadas à flexibilização do mercado de trabalho e à elevação de escolaridade e da capacitação da mão-de-obra. O *desemprego em massa*¹⁷ persistia. Com isto, crescia também o número de trabalhadores ocupados em situação de precariedade, ou seja, desenvolvendo atividade sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, de cooperativa, entre outras formas.

Com o Plano Real, em 1994, ocorreu a estabilização monetária e a inflação se reduziu drasticamente. Em 1994, o país cresceu 5,4% sob os influxos do choque de estabilização monetária do Plano Real. A instabilidade crescente do cenário global, em virtude da crise financeira na Ásia e Rússia derrubou a “nova economia” brasileira em 1998, só se reerguendo no ano 2000, por conta do choque de desvalorização cambial. De 2001 a 2002, sob o segundo governo Fernando Henrique Cardoso, a economia brasileira obtém taxas medíocres de crescimento do PIB num cenário de profunda crise social por

¹⁷Em 1986, o Brasil ocupou a 13ª posição no ranking do desemprego mundial, mas desde o início da década de 1990, o desemprego ganhou maior dimensão, sendo que, em 2002, por exemplo, o país registrou a quarta posição no ranking mundial do desemprego. No total de desempregados, o país perdeu apenas para Índia, Indonésia e Rússia (Pochmann, 2001).

conta do alto índice de desemprego metropolitano e informalidade no mercado de trabalho (Alves, 2000).

Neste período se disseminaram, em todo o mercado de trabalho, inúmeras formas de contratação que objetivavam reduzir custos e precarizar o já inseguro e frágil mercado de trabalho brasileiro. Prevalendo a desestruturação do mercado de trabalho, acompanhada da redução do emprego industrial e agrícola e, do crescimento das ocupações no setor de serviços. É precisamente neste segmento que articulam-se formas de trabalho e de contratação de caráter *flexível*, que em geral combinam situações de informalidade e de precariedade no trabalho, sendo a mais comum delas a terceirização¹⁸.

Nas economias dos países economicamente avançados é cada vez mais ampliada a inserção e reinserção no mercado de trabalho através da contratação *flexível*, seja pela via da terceirização ou da subcontratação, modalidades que produzem o que alguns analistas consideram como sendo as *novas* formas de trabalho e emprego. Porém, para Kóvacs (2005: 13) é “inadequado o adjetivo *novas*, uma vez que muitas dessas formas de emprego não são novas, mas significam um retorno a formas bem antigas de trabalho remunerado, tais como o trabalho no domicílio, o trabalho temporário, o trabalho independente ou o trabalho a tempo parcial”, por isso a autora opta por trabalhar com o adjetivo *flexível* por considerar esta a característica central das formas de empregos atualmente difundidas.

Ao analisar um conjunto de situações de emprego em Portugal e, partindo do pressuposto que a flexibilidade tem características híbridas, pois pode mesclar situações de precariedade e instabilidade com situações de êxito profissional e pessoal, Kovács (2005) traça uma tipologia da *flexibilidade*: *flexibilidade qualificante*, *flexibilidade precarizante transitória* e *flexibilidade precarizante contínuo*. A *flexibilidade qualificante* é caracterizada pela escolha de empregos flexíveis por parte de indivíduos com níveis

¹⁸ Para Rudit (2002: 335), o termo terceirização expressa o recurso gerencial pelo qual uma empresa transfere parte do seu processo produtivo (atividade fim) para outra unidade empresarial, que opere interna ou externamente aos limites espaciais da contratante (prédios e terrenos) e que mantenha independência administrativa e de capital, visando à flexibilização da produção e do trabalho. Nesta acepção, terceirização se distingue de subcontratação. O termo subcontratação se refere ao recurso gerencial pelo qual uma empresa contrata uma outra unidade empresarial para a execução de atividades auxiliares à produção (higiene, limpeza, vigilância, zeladoria, transporte, saúde, alimentação, xerox, entre outras) ou para a realização de tarefas relativas à atividade fim, interna ou externamente aos limites espaciais da empresa contratante.

médios e elevados de escolaridade; trabalhos altamente qualificados, aprendizagem contínua, investimento na formação com vista ao desenvolvimento profissional; posição e capacidade de negociação dos indivíduos para obter melhores remunerações e melhores condições de trabalho; forte mobilidade profissional no mercado de trabalho externo (entre empresas); situação de mobilidade ascendente. Já a *flexibilidade precarizante transitória* é entendida como a rotação entre empregos flexíveis transitórios por parte de jovens com níveis de educação elevados/médios, cujo trabalho tende a ser pobre em conteúdo, limitando o uso das suas qualificações e a aprendizagem no trabalho; falta de capacidade de negociação com o empregador para obter melhores remunerações e condições de trabalho; situação de busca por uma situação profissional melhor. Por fim, a *flexibilidade precarizante contínuo* é compreendida por forte rotação, predominantemente involuntária, entre empregos flexíveis, na maioria dos casos precários, inseguros e mal pagos (forte mobilidade lateral) por parte de indivíduos com níveis médio e baixo de escolaridade; os trabalhos pobres em conteúdo; o uso das qualificações e a aprendizagem no trabalho são limitados; há pouca ou nenhuma motivação para investir na formação com vista ao desenvolvimento profissional; falta de capacidade de negociação com o empregador para obter melhores remunerações e condições de trabalho; forte probabilidade de um percurso profissional marcado pela precariedade e ameaça de desemprego.

Na mesma linha de Kóvacs (2005), para Piccinini *et al.* (2006), a proliferação de diversas modalidades de trabalho flexível torna a contratação tradicional onerosa e menos competitiva. Esse fenômeno é complexo e não pode ser reduzido à questão da precarização do trabalho, uma vez que o “emprego flexível pode ser uma forma de inserção de trabalhadores jovens em processo de qualificação, de trabalhadores que perderam sua qualificação e não encontram outra forma de trabalho, ou de trabalhadores qualificados que querem uma jornada de trabalho flexível e sem vínculo fixo com um empregador” (Piccinini *et al.*; 2006: 100). Os autores definem os principais *modelos de flexibilização do trabalho*, encontrados nas organizações brasileiras, conforme o quadro 1 abaixo:

Quadro I. 1. - Modelos de flexibilização do trabalho no Brasil

Tipo de flexibilização		Externa	Interna
	Quantitativa (nº de trabalhadores)	Terceirização, Subcontratação, Trabalho a domicílio, rede de empresas, Cooperativas de trabalho	Trabalho de tempo compartilhado (Job Sharing), Lay-off, Estágios, Trabalho temporário, Tempo parcial
	Funcional		Polivalência, Multifuncionalidade
	Formas de trabalho (tempo/espço)	Teletrabalho, Trabalho a domicílio, rede de empresas	Horas Extras, banco de horas, jornada flexível, turnos, semana reduzida de trabalho

Piccinini *et al.*(2006: 108)

De acordo com Leite (2003), a análise das relações industriais no contexto da reestruturação produtiva brasileira, deve passar inevitavelmente pela histórica resistência do empresariado nacional em negociar as condições em que o trabalho é prestado. Quanto ao recrudescimento da ação sindical, nos anos 1990, se verifica que um conjunto de medidas de “reestruturação” corresponderam a práticas notadamente antissindicais, que visavam eliminar qualquer forma de oposição a ação empresarial. O balanço das negociações coletivas, ao longo dos anos 1990, realizado pelo Dieese em (2001), evidenciou claramente a perda do poder regulatório dos sindicatos, destacando-se as seguintes tendências: redução da abrangência das convenções coletivas, com estagnação ou diminuição do número de cláusulas negociadas; intransigência do empresariado no que se refere à democratização das condições de trabalho; introdução de questões que visam a flexibilização do trabalho e imprimem às negociações uma dinâmica de descentralização para o âmbito das empresas (Leite, 2003).

A considerar este sucinto histórico, sobre os cenários da reestruturação do *espaço da produção*, se verifica que ocorreu em um momento político marcado pela vigência do modelo neoliberal, inicialmente com o governo Collor e, posteriormente, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Este período aprofundou e ampliou a privatização das empresas estatais, promoveu mudanças na relação Estado-Sociedade e

executou medidas voltadas para a reforma da carreira dos funcionários públicos, ajuste nos salários, flexibilização no estatuto do trabalho, etc. Diante desta realidade, as empresas de ponta do país adotaram novas práticas organizacionais articuladas com a automação de base microeletrônica na produção e vinculadas à lógica gestonária Toyotista. Porém, se ressalta que, no Brasil, mesmo no período de recuperação econômica, as inovações se deram num ritmo lento, sendo difícil encontrar uma experiência, na qual o modelo *flexível* tenha sido completamente introduzido.

Neste período, à medida que as políticas neoliberais avançavam, foram surgindo novas formas de resistência no âmbito dos movimentos sociais. Pode-se destacar os seguintes movimentos: a Ação da Cidadania contra a Fome, movimentos de desempregados, movimentos contra a violência, ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário, movimentos de homossexuais, movimentos de juventude, de indígenas e dos ecologistas que proliferaram após a conferência ECO 92. A ação política, impulsionada por estes segmentos sociais, deu origem a inúmeras Organizações Não Governamentais - ONGs (Gohn, 2011).

De acordo com a autora, um *novo movimento de bairro* surgiu na década de 1990, mas diferente do movimento já tradicional evidenciado em várias partes do Brasil na década de 1980. Tratava-se de centros comunitários voltados para a organização de parcelas da população em cooperativas ou outras formas que se dedicam à produção e comercialização de inúmeros produtos de uso doméstico ou de alimentação, galpões de reciclagem de produtos, produção de alimentos sem agrotóxicos, etc. É importante destacar que, por detrás dessas associações, existem ONGS, de caráter mais abrangente. Elas assessoram os grupos na montagem dos projetos para o pedido de financiamento, relatórios, etc. (Gohn, 2011).

Podemos associar este debate também às experiências de economia solidária, que envolveu diferentes segmentos sociais a partir da década de 1990, impulsionadas principalmente pela ampliação do desemprego no Brasil. A CUT reagiu a esta realidade e, ao cotidiano da *ação* sindical, se agregaram os objetivos de intervir nas políticas públicas, desencadeando, assim, iniciativas que pretendiam estabelecer uma nova relação do Estado com a sociedade e que passaram a constar na agenda da central sindical. Dentro destas

iniciativas, podemos destacar a participação nos programas e projetos vinculados ao Sistema Público de Emprego e Sistema Público de Educação Profissional, a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, entre outras.

No entanto, na virada do milênio, com a mudança da conjuntura política, no período posterior a 2002, marcado pela vigência de Luiz Inácio Lula da Silva, se abriram novas perspectivas para o Brasil e se iniciou um período de retomada do crescimento econômico e do emprego assalariado. Instituíram-se novos mecanismos de transferência de renda e de participação social com a ampliação dos espaços institucionais e a incorporação de novos atores sociais; debate que será aprofundado no capítulo 4 da tese.

Na próxima seção, focaremos nas novas dinâmicas do *trabalho* e do *desenvolvimento* no Brasil do século XXI, impulsionadas pelo novo cenário político do país no referido período.

1.2. Mudanças no cenário político brasileiro e retratos do trabalho no início do século XXI

O início do século XXI é marcado pela passagem do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) para o início do Governo Lula (2003-2010). É importante recordar que, no período eleitoral, foi lançada a *Carta ao Povo Brasileiro*, documento que sintetizou as principais diretrizes para o modelo de desenvolvimento que Lula iria perseguir, caso fosse eleito.

No âmbito da economia, a carta expôs a disposição do PT em dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o governo de Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de evitar que a crise econômica do período fosse agravada¹⁹. O documento

¹⁹ Mineiro (2010) apresenta um quadro sobre o contexto macroeconômico no período 1995-2002. De acordo com o autor, o país enfrentou, nos anos de 2001 e 2002, um baixíssimo crescimento do PIB (em torno de 1,5% ao ano). Além disso, o crescimento do endividamento do setor público, o aumento das taxas de juros, associado ao quadro internacional agravado por turbulências (envolvendo empresas de auditoria e energia dos EUA) aumentaram a aversão ao risco dos investidores internacionais. Assim, em decorrência da saída de capitais, a pressão sobre o dólar fez com que a moeda estadunidense passasse de uma média de R\$2,35 por dólar no primeiro quadrimestre do ano para oscilações entre R\$ 3,50 e R\$ 4,00 ao longo do segundo semestre. A variação do dólar, indexador informal de preços desde o início do Plano Real, provocou um movimento brusco na taxa de inflação interna, que ameaçava sair do controle.

também afirmou a necessidade de superar a vulnerabilidade externa do país, a importância em assegurar o controle da inflação e o equilíbrio fiscal e preservar o superávit primário. Esta publicação concluiu: “A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados (PT, 2002a: 11)”.

O documento, de tom *conciliador*, apontava para a manutenção dos pilares da política econômica que desde 1999 vigora no Brasil: câmbio flutuante, superávit primário e metas de inflação. De acordo com Vêras (2007), a Carta ao Povo Brasileiro expressa “o gradativo deslocamento da ideia central de *ruptura*, consuma-se na sua substituição por uma referência centrada nas ideias de *pacto social* e de *transição* que, por sua vez, entra em contradição sistemática com a decidida opção do novo governo de cumprir seus compromissos financeiros”(Vêras, 2007: 65).

Para Antunes (2011), a Carta ao Povo Brasileiro deixava clara a subordinação ao FMI e aos setores financeiros internacionais, além de dar sinais da definitiva integração do país à *globalização hegemônica* e seus imperativos dominantes. Isto em um cenário de estancamento das forças sociais do trabalho e de *desertificação social* do país no qual o próprio PT vivenciava forte processo de *institucionalização e moderação*. A percepção de *moderação institucional* pode ser associada ao movimento iniciado pelo PT durante a campanha eleitoral, quando uma ampla base de alianças foi construída extrapolando as fronteiras originais do autodenominado *campo democrático e popular*, numa evidente inflexão da trajetória do partido.

É importante ressaltar que, em 2002, a coligação vitoriosa “*Lula Presidente – Um Brasil para Todos*” foi composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Liberal (PL); Partido da Mobilização Nacional (PMN); Partido Comunista Brasileiro (PCB) (PT, 2002b). O PL indicou o candidato à vice-presidência: o empresário José de Alencar. A composição eleitoral ampla evidenciou um novo momento na trajetória do PT e do *campo democrático e popular*. O que poderá incidir sobre as perspectivas de *ação* que emergiram *dentro* da CUT,

principalmente a partir de 2003, período em se intensificou a *ação* sindical articulada entre as centrais sindicais do país; análise que será tratada nos capítulos 4 e 5 da tese.

No seu primeiro pronunciamento como presidente eleito, Lula defendeu o trabalho como o caminho para o desenvolvimento e superação da herança histórica de desigualdade e exclusão social. Em seu discurso, afirmou:

Queremos constituir um amplo mercado de consumo de massas que dê segurança aos investimentos das empresas, atraia investimentos produtivos internacionais e represente um novo modelo de desenvolvimento e compatibilize distribuição de renda e crescimento econômico. A construção dessa nova perspectiva de crescimento sustentado e de geração de emprego exigirá a ampliação e o barateamento do crédito, o fomento ao mercado de capitais e um cuidadoso investimento em ciência e tecnologia (PT, 2002c: 9).

A perspectiva de ação evidenciada no discurso ganhou forma no primeiro mandato do Presidente Lula a partir do tripé - Bolsa Família, salário mínimo e expansão do crédito (Singer, 2009). Estas medidas foram responsáveis por impulsionar uma diminuição significativa da pobreza, principalmente a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar. Conforme o autor:

O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde nada mais nada menos que à realização de um completo programa de classe. Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira a ruptura com o atual modelo econômico, mas à fração de classe que Paul Singer chamou de subproletariado ao analisar a estrutura social do Brasil no início dos anos de 1980 (Singer, 2009: 98).

Para Magalhães (2010), os aspectos econômicos da gestão de Lula indicam que o primeiro mandato do Presidente Lula não rompeu com o neoliberalismo. No período, apesar do anúncio de uma política industrial, esta jamais foi implementada, pois a prioridade era a estabilidade monetária. Outro ponto que o autor destaca, é a falta de estratégia econômica, levando o crescimento do país a evoluir no sentido da especialização em commodities agrícolas (soja e café) e industriais (siderurgia, papel e celulose, derivados do petróleo etc); especialização indesejável por se tratar de um setor de baixo valor adicionado por trabalhador e baixo nível tecnológico.

Ainda segundo Magalhães (2010), foi a partir do segundo mandato de Lula, com o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC²⁰ que as mudanças de caráter estrutural começaram a se delinear no cenário nacional. O PAC pretendeu o reposicionamento do Estado como indutor do desenvolvimento e do crescimento econômico. No entanto, esta estratégia enfrentou limitações de ordem interna, desde a capacidade de execução até mesmo a insuficiências na concepção do próprio plano, e de ordem externa, a crise financeira desencadeada em 2008, pode ter sido um empecilho à implementação plena do PAC.

Ao analisarmos a avaliação de setores do governo Lula a respeito dos principais aspectos da política econômica, se verifica que há posicionamentos políticos que vão em direção à ruptura com a política anterior vigente e o surgimento de um *novo* modelo econômico e social que é definido como *socialdesenvolvimentismo*. De acordo com Guido Mantega, Ministro da Economia, este modelo significa *crescimento com inclusão social*. Em entrevista para a Revista Teoria e Debate²¹, em 2007, ele afirmou:

O socialdesenvolvimentismo consegue manter um crescimento equilibrado e combater as desigualdades sociais e regionais. Hoje o Brasil não depende do Fundo Monetário Internacional. Temos uma política econômica interna e externa determinada por nós mesmos. Trabalhando com superávits comerciais, o setor externo da economia foi dinamizado. Equilibramos as contas públicas, o país não trabalha mais com déficits primários como ao longo de muito tempo e, fundamentalmente, isso tudo compatibilizado com robustos programas sociais que estão modificando a qualidade de vida da população brasileira.

No entanto, segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), o que caracteriza o período de Lula como presidente da República é a consolidação e o fortalecimento do *Modelo Liberal – Periférico* que se constitui a partir da crise e esgotamento do Modelo de

²⁰ O Programa de Aceleração do Crescimento (mais conhecido como PAC), lançado em 28 de janeiro de 2007 é um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros. O PAC 2 foi lançado em 29 de março de 2010, prevendo recursos da ordem de R\$ 1,59 trilhão em uma série de segmentos, tais como transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação. São 6 as áreas de investimentos do PAC 2: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida, Água e Luz para todos, Transportes e Energia (www.planalto.gov.br).

²¹ Guido Mantega em entrevista concedida à Revista Teoria e Debate, nº74, publicado em 13/10/2009 disponível no site www.teoriaedebate.org.br.

Substituição de Importações – MSI. De acordo com os autores, a situação internacional favorável, acompanhada pela flexibilização da política econômica são os elementos que legitimam este modelo. Modelo que permite acomodar interesses conflitantes. De um lado, os juros e rendas das frações do grande capital financeiro, agronegócio, empresas estatais, fundos públicos, grandes grupos nacionais e, de outro lado, a ampliação do crédito para segmentos da população de menor renda, o aumento no salário mínimo e a ampliação das políticas sociais (Filgueiras *et al.*, 2010).

A percepção sobre o caráter do modelo e as incompletudes e contradições que expressa é relatada também por alguns segmentos *representantes* do governo. Portanto, não há uma visão hegemônica neste governo de coalizão sobre as potencialidades do *novo* modelo *socialdesenvolvimentista*, conforme segue:

Por ser desenvolvimentista, convive com o grande capital e a economia solidária, com o agronegócio e a agricultura familiar. Equilibra-se ou tenta equilibrar-se entre a preservação do meio ambiente e a necessidade de grandes projetos energéticos para alimentar o desenvolvimento, este muitas vezes predador e concentrador de renda. Por vezes, teme a participação popular e seus resultados. Navega entre as políticas públicas com sensibilidade social e o assistencialismo freador da organização popular (Heck, Selvino, Assessor Especial do Presidente da República do Brasil. Membro da Coordenação Nacional do Movimento Fé e Política. Entrevista concedida ao blogue dos bancários, em 29 de julho de 2010).

Esta percepção revela parte dos desafios que a nova agenda governamental tem que enfrentar se quiser avançar com o que Pochmann (2011) define como *nova agenda civilizatória em construção*. Em contraposição ao neoliberalismo, rumo ao exercício de um futuro *pós-neoliberal*²² que, para Sader (2008), significa a universalização dos direitos, isto é, a extensão da cidadania em todas as suas formas — política, econômica, social, cultural, está o triunfo do Estado social contra o Estado mínimo, da esfera pública contra a esfera mercantil, um modelo baseado na solidariedade e no humanismo, superando as políticas fundadas no dinheiro, nas armas e no monopólio da palavra. Perspectiva que a nosso ver, dialoga com os desafios da construção de um *Estado como novíssimo movimento social*, tendo como horizonte a democracia redistributiva e a lógica política de criação de um espaço público não estatal, no qual o Estado é o elemento crucial de

²² *Correio Braziliense* Online, 01/09/2008. Sobre o pós-neoliberalismo, ver: Sader & Gentili (2007).

articulação e coordenação, um modelo no qual a *institucionalização* do Estado-articulador ainda está por inventar (Santos, 2006).

Mesmo com os impasses, a respeito da política econômica e as opções que o governo federal fez em termos de projeto de desenvolvimento, na eleição de 2010, Lula fez intensa campanha junto com a candidata Dilma Rousseff, também do PT e conseguiu eleger a sua sucessora. O resultado aponta sinais de *continuidade*, tanto no que diz respeito à política econômica, quanto em relação aos desdobramentos do PAC e a continuidade dos programas sociais cujo carro-chefe é o Bolsa Família.

Enfim, não é nosso objetivo apresentar o conjunto de propostas executadas pelo governo Lula, ou em fase de execução pelo atual governo. Nossa meta é evidenciar que o que vigora hoje no país é uma forte perspectiva de continuidade *política*, mas com a direção do *Estado* a ser administrada por uma liderança com uma trajetória e histórico político muito diferente dos caminhos percorridos por Luiz Inácio Lula da Silva. Realidade que impõe novos desafios à relação do governo com os movimentos sociais e as centrais sindicais no país. Portanto, nas questões relativas ao *espaço da produção*, nos interessa compreender como fica a situação do mercado de trabalho brasileiro neste início de século XXI.

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio – (PNAD/IBGE), Pochmann (2008) afirma que, no período de 1979 a 1999, quase dois terços dos postos de trabalho abertos eram precários. Ainda conforme o autor, a partir de 1999, se verificam sinais de reversão à tendência de precarização. Com base no subperíodo 1999-2004, se constata que o assalariamento voltou a predominar, respondendo por quase 87% das novas vagas. Do total de empregos assalariados gerados nesse subperíodo, mais de dois terços eram com carteira assinada, o que representa 56,5% dos postos criados no país desde 1999. Este desempenho do segmento organizado, se deveu, em grande medida, ao crescimento do setor industrial e do setor terciário (Pochmann, 2008).

“O desempenho favorável do mercado de trabalho brasileiro no período 2004-2011 foi, acima de tudo, determinado pelo maior ritmo de crescimento econômico, cujas taxas médias alcançaram 3,5% no período 2003-2006 e 4,5% no período 2007-2010 –

mesmo com os impactos perversos da crise financeira internacional²³” (Krein e Santos, 2012: 64). Numa análise mais recente do crescimento do emprego formal no país, conforme demonstram os dados levantados por Pochmann (2011), se observa que a expansão do emprego formal não ocorreu de forma homogênea em todo o território nacional. A região sudeste, que respondia por 57,3% do total da ocupação formal do país em 1988, passou a representar 51,7% em 2008. Em compensação, as demais regiões geográficas aumentaram as suas participações relativas no total do emprego formal em 1988 e 2008²⁴ e, ao mesmo tempo, obtiveram incrementos na renda total do emprego. Portanto, na análise por região, no período acima referido, temos o seguinte resultado: norte (de 3,1% para 4,9%), sul (de 14,2 para 15,7%), centro-oeste (de 6,8% para 10,0%), nordeste há um leve incremento (de 13,3% para 13,5%) e no sudeste observa-se decréscimo na massa de rendimento, passando de 62,4% em 1988 para 55,8% em 2008.

Se por um lado, o crescimento da renda e do trabalho formal nas demais regiões do país é positivo porque aponta para desconcentração do crescimento econômico e da geração de empregos, por outro lado, regiões com tradição industrial e de sólida organização sindical, como é o caso da região sudeste, vem sendo afetadas pela reestruturação da produção e desindustrialização resultante em parte em função do deslocamento das empresas para outros estados e países.

Ao cenário positivo, associado ao crescimento econômico, aumento do emprego formal e do assalariamento da mão de obra ocupada, se observa a expansão do setor de serviços e a ampliação das ocupações cujo rendimento do trabalhador tem por base o salário mínimo ou um pouco acima deste. De acordo com os dados da PNAD/IBGE, em 2009, do total da força de trabalho ocupada, 24,5% ganhava até 1,5 salários mínimos, 25,8% ganhava entre 1,5 a 3 salários mínimos, 14,5% ganhava entre 3 a 5 salários mínimos e somente 35,3% ganhava mais de 5 salários mínimos (Pochmann, 2012).

²³ Sobre a crise mundial financeira e as crises do capitalismo, ver Harvey (2011).

²⁴ Considerando a evolução total do emprego formal, com base na RAIS/MTE, por região, em 1988 e 2008, se observam os seguintes resultados: leve crescimento na região sul (de 17,0% para 17,2%), incrementos na região nordeste (de 15,8% para 17,6%), centro-oeste (de 6,1% para 8,2%) e norte (de 3,6% para 5,3%) (Pochmann, 2011).

É importante salientar que a base destes novos empregos formais, com rendimento de até 1,5 salários mínimos, é constituída principalmente por trabalhadores ligados ao setor de serviços e comércio, principalmente mulheres, jovens trabalhadores, trabalhadores não brancos, que ingressaram ou se reinseriram no mercado de trabalho na década de 2000. Não há avanços na taxa de sindicalização ou a inserção em espaços de tradicionais de participação democrática. Portanto, apesar da ampliação da procura e do acesso a um determinado conjunto de bens e serviços por esta camada da população que tem sido denominada a *nova classe média*²⁵ brasileira, é precipitado afirmar a emergência de uma nova classe no interior das *classes médias*²⁶ (Weber, 2009). O cenário nacional aponta para a emergência de *subclasses locais*. “Subclasses porque, à luz dos indicadores convencionais, não possuem uma posição de classe bem definida, isto é, estão fora ou abaixo da classe trabalhadora tradicional” (Estanque, 2007: 12).

Para Estanque (2012), no sentido moderno, a *nova classe média* (assalariada) engloba camadas socioprofissionais muito diversas, trabalhadores dos setores público e privado. “Trata-se não de uma *classe* no sentido tradicional do termo, mas tão só de uma *mancha*, algo nebulosa e internamente diversificada, que se situa algures entre as elites e o povo ou, se preferirmos, entre a classe dominante e os trabalhadores manuais” (Estanque, 2012: 13). A ascensão destes segmentos intermediários, em muitos países, propiciou aos trabalhadores o acesso a padrões de consumo próximos aos da classe média, assim como a conquista de uma relativa mobilidade educacional e social. No entanto, o crescimento deste segmento *médio* na sociedade caminhou junto com o aumento da sua dispersão interna e da fragmentação da classe operária. Deste modo, a velha *luta de classes* que havia sido incubada tradicionalmente nos grandes pólos de concentração industrial, e organizada tradicionalmente por sindicatos “foi cedendo o lugar a subjectividades, atitudes, comportamentos e padrões de vida mais marcados pelo individualismo, pela adaptação e pelo consumo”(Estanque, 2012: 19).

²⁵ Sobre a nova classe média, ver os seguintes autores: M. Pochmann (2012), M.Neri (2010); B.Lamounier e A.Souza (2010) e Estanque (2012).

²⁶ Para Weber (2009) as classes médias se situam entre as classes proprietárias positivamente privilegiadas que são tipicamente os rentistas e as classes proprietárias negativamente privilegiadas formadas por indivíduos pobres, de acordo com o autor, as classes médias abrangem segmentos diversos, basicamente indivíduos que dispõem de propriedade ou possuem qualidades de educação e daí obtêm sua renda.

Segundo Pochmann (2012), não existe no Brasil o fenômeno da emergência de uma *nova classe média*, pois, ao considerarmos o nível de rendimento, o tipo de ocupação, o perfil e os atributos pessoais, se nota que o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser identificados como *classe média*. De acordo com o autor, estes trabalhadores emergiram numa conjuntura econômica favorável ao Brasil, se associam às características gerais das classes populares que, por elevar o rendimento, ampliaram o padrão de consumo. O trabalhador não poupa, mas gasta tudo que ganha. Além disto, há um distanciamento destes segmentos em relação às *instituições* democráticas. Realidade que desafia as *instituições* a superarem a distância e o descompasso entre os seus *interesses* e os anseios dos trabalhadores.

Na mesma linha de reflexão, para Jessé de Souza (2012), estamos diante de um fenômeno social e político novo e muito pouco compreendido, que engloba a constituição não de uma *nova classe média*, mas de uma *nova classe trabalhadora* que “não teve o mesmo acesso privilegiado ao capital cultural que assegura os bons empregos da classe média no mercado e no Estado – nem, muito menos, ao capital econômico das classes altas” (Souza, 2012: 50).

A *nova classe trabalhadora* conta com o forte apoio da família, portanto, o *capital familiar* é decisivo para a ascensão social que estes trabalhadores almejam. Além disto, conseguiu seu lugar ao sol à custo de extraordinário esforço, por meio do acúmulo de vários empregos e turnos de trabalho, de dupla jornada na escola e no trabalho, da extraordinária capacidade de poupança e resistência ao consumo imediato, assim como da extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho (Souza, 2012).

É provável que esta nova classe trabalhadora exerça ocupações de caráter *flexível* e *precarizante*, pois no país, ao mesmo tempo em que há um processo de formalização relacionado com a ação sindical e das instituições públicas, em um contexto de crescimento econômico, há também o avanço da *flexibilização*, com o incremento de fatores como terceirização, subcontratação, taxa de rotatividade e forte presença de ilegalidades e informalidades, aspectos ainda não revertidos no atual contexto (Krein e Santos, 2012).

Leite (2009) se soma a estes autores, ao afirmar que velhas práticas vêm sendo ressignificadas no Brasil atual. Referenciando-se em diversos trabalhos²⁷ que analisam os impactos da reestruturação produtiva sobre alguns gêneros industriais, a autora mostra que, em segmentos tradicionais como o calçado e vestuário, a terceirização crescente elimina postos de trabalho das empresas formalizadas, ampliando a ocupação nas oficinas e nos domicílios. Neste caso, o *espaço doméstico* passa a ser também o *espaço da produção* e, em geral, esta prática envolve principalmente mulheres submetidas a rotinas extenuantes.

Ao analisar o setor de telecomunicações, Leite (2009), baseando-se nos estudos de Venco (1999 e 2006) e Braga (2006), afirma que o crescimento das ocupações em setores de telemarketing envolve principalmente jovens e mulheres, cujos perfis são selecionados em função de alguns atributos pessoais como paciência, disponibilidade para ouvir, suavidade da voz, entre outros. Nesta situação, as empresas se utilizam da estratégia do trabalho a tempo parcial que, em tese, permite certa mobilidade aos jovens trabalhadores estudantes e às mulheres que buscam conciliar a rotina do emprego às tarefas do *espaço doméstico*. Além de servir como justificativa para os baixos salários e as precárias condições de trabalho oferecidas pelo empregador. Assim, os percursos profissionais destes trabalhadores são muito próximos do que Kóvacs (2005) qualifica como formas de *flexibilidade precarizante* de caráter *transitório* ou *contínuo*.

A este conjunto de trabalhos citados por Leite (2009), nos parece necessário acrescentar que, ao mesmo tempo em que as *subclasses locais* refletem situações de forte precariedade no trabalho – com poucas perspectivas de mobilidade social, seja por negligência das empresas, seja por inoperância do Estado e do conjunto de *instituições* competentes no que tange à proteção e qualificação do trabalhador – no país *globalizado* há também a emergência de uma *sobreclasse global* formada por diretores de grandes multinacionais, gestores de topo, funcionários das instituições do Estado, dirigentes políticos, cientistas, etc, que têm em comum poder, riqueza e um grau de mobilidade a uma escala planetária (Estanque, 2003, 2007).

²⁷Leite (2009) destaca os trabalhos de Amorim (2003), Ruas (1993) e Ruas e Zawislak (2005) sobre a reestruturação dos setores do calçado e vestuário e as novas reconfigurações do trabalho na atualidade.

A considerar esta diversidade de situações, não é nosso objetivo esboçar *conclusões* sobre os resultados da *globalização econômica* e a sua influência sobre o comportamento das empresas e do mercado de trabalho no Brasil neste início de século XXI, mas pretendemos avançar no sentido de identificar às respostas das centrais sindicais às novas realidades, em especial a *ação* da CUT. Portanto, na seção seguinte, apresentaremos o quadro institucional sindical do Brasil que, a partir da aprovação da Lei 1990/2007, em 11 de março de 2008, concedeu o reconhecimento jurídico às centrais sindicais no país. Antes, porém, pontuaremos referenciais teóricos sobre a origem do sindicalismo no Brasil, com uma breve retrospectiva sobre os principais pilares da estrutura sindical no país. Estrutura instituída a partir da década de 1930, quando o Estado assumiu a tarefa de organizar e legitimar as associações operárias, inaugurando um padrão de regulação das relações de trabalho.

1.3. Aspectos da Estrutura Sindical no Brasil

No Brasil, o sindicalismo adquiriu estágio embrionário com a aprovação do Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903, do Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, que facultava “aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de Sindicatos para a defesa de seus interesses” (Pinto, 2007: 9-10). Ao Decreto nº 979 sucedeu o de nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, assinado pelo Presidente Affonso Augusto Moreira Penna e pelo Ministro da Viação e Agricultura Miguel Calmon. Inspirado na legislação francesa de 1884, este decreto adotava o princípio de autonomia de organização, como prescrevia o artigo 2º, com o seguinte texto:

Os sindicatos profissionais se constituem livremente, sem autorização do governo, bastando, para obterem os favores da lei, depositar no cartório do registro de hipotecas do distrito respectivo três exemplares do estatuto, da ata da instalação e da lista nominativa dos membros da diretoria, do conselho e de qualquer corpo encarregado da direção da sociedade ou da gestão dos seus bens, com a indicação da nacionalidade, da idade, da residência, da profissão e da qualidade de membro efetivo ou honorário (Pinto, 2007: 10).

Porém, na história política do país no início do século XX, há iniciativas de criação de centrais sindicais. De acordo com Giannotti e Neto:

A Confederação Operária Brasileira (COB) criada em 1º de maio de 1908 foi à primeira tentativa do começo do século, mas em 1900 a classe operária no país contava com 80 mil efetivos. Em 1920, quando a COB deixou de existir, não havia mais que 200 mil trabalhadores urbanos. Já em 1929, o recém-criado Partido Comunista do Brasil tentou criar a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros), e em 1935 a CSUB (Confederação Sindical Unitária Brasileira). Após o fim da ditadura de Getúlio Vargas, tentou-se de novo a CGTB, mas sua existência, tanto quanto das iniciativas de 29 e 35, ficou quase só no papel (Giannotti e Neto, 1990: 5-6).

A fragilidade destas *formas associativas* pode ser compreendida sob duas óticas. Por um lado, resultante de uma sociedade com forte herança *escravocrata* e marcada por uma cultura patriarcal e coronelista²⁸ na qual o poder do Estado se aliava ao poder privado dos proprietários, modelo que excluía da vida política a massa de cidadãos do campo e da cidade. Já, por outro lado, por meio da ínfima parcela de trabalhadores empregados no segmento industrial que, até a Primeira Guerra Mundial, estava concentrada no Estado de São Paulo, onde se desenvolvia o grosso da atividade industrial do país. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, entre 1930-1945, o *corporativismo*²⁹ ganhou força como modelo ancorado na proposta de um Estado forte, centralizador, patrocinador da industrialização³⁰

²⁸ De acordo com José Murilo de Carvalho (2007: 25): “Um dos melhores exemplos de como se mesclaram entre nós o poder do Estado e o dos particulares é o coronelismo. O coronel era o comandante máximo da Guarda Nacional. Essa Guarda foi criada em 1831 e substituiu as ordenanças da época colonial. Não era paga pelo Estado e não fazia parte da burocracia oficial. Era sustentada pelos comandantes, em geral proprietários rurais e comerciantes ricos. Os coronéis se transformaram em chefes políticos locais. O coronelismo atingiu seu apogeu durante a Primeira República (1889-1930) quando formou-se uma pirâmide de poder que ia do coronel ao presidente da República, passando pelos governadores dos estados”.

²⁹ O Corporativismo é uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõe graças a solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político. No plano político, o modelo corporativo se apresenta como alternativa do modelo representativo democrático. Preconiza a realização de uma democracia orgânica, na qual o indivíduo não terá valor como entidade numérica, mas como portador de interesses precisos e identificáveis. Seu caráter contrário aos conflitos, de união entre as classes, otimista, torna o Corporativismo menos odioso para aqueles que, no processo de industrialização, admitem como dado prioritário a eficiência da ordem política e econômica. Como fator de estagnação econômica e tecnológica, como obstáculo real à industrialização, o modelo corporativo se apresenta como instrumento apto a consolidar a eficiência e concentração do sistema e a destruir as forças centrífugas ideológicas e classistas (Bobbio, 1997: 287-288).

³⁰ A política de intervenção do Estado na economia, entre 1930 e 1945, fez surgir no Brasil novas indústrias, sobretudo do ramo metalúrgico, localizadas no Estado de São Paulo, local onde se instalaram Máquinas Piratininga, Arno, Lorenzetti, Máquinas Têxteis Ribeiro e tantas outras, todas neste período. Ainda, fruto do investimento estatal direto, se destaca em 1940 a inauguração da Fábrica Nacional de Motores; em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); em 1942, nasce a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); em 1943, no estado do Rio, a Companhia Brasileira de Álcalis é inaugurada, base para todas as empresas de louças, azulejos e metais sanitários (Giannotti, 2007).

e das condições necessárias para uma política de substituição das importações e controlador das demandas do operariado industrial emergente.

Na visão de Rodrigues (1968), a dinâmica de substituição do velho sindicalismo de minorias militantes, organizado por ofício e agrupando os setores mais qualificados pelos trabalhadores recém-chegados do interior do país e, em geral, com baixa qualificação profissional e sem experiência de vida urbana, contribuiu para a rápida implantação da estrutura sindical erigida pelo Estado. Processo que combinou a violência contra os grupos operários organizados e a concessão de benefícios às grandes massas. Por outro lado, para Ângela Araújo (2002), a rápida implantação da estrutura sindical corporativista no biênio 1933/34 foi possível, em parte, devido à atuação do próprio Ministério do Trabalho na organização de categorias não organizadas e na constituição de sindicatos de “carimbo”. Também, em parte, devido ao apoio e à atuação das lideranças independentes, reformistas e de esquerda, na sindicalização oficial dos segmentos mais organizados do proletariado. De acordo com a autora:

O processo de constituição do sindicalismo corporativo foi marcado por uma dinâmica conflitiva e contraditória. Em primeiro lugar, este processo mostrou a eficácia das medidas adotadas pelo Ministério do Trabalho na promoção direta da sindicalização e o êxito de suas estratégias inclusivas para obter a adesão dos trabalhadores e suas lideranças. Em segundo, ele mostrou que, se de um lado a adesão e atuação das lideranças sindicais independentes, principalmente das correntes de esquerda, foi fundamental para legitimar e consolidar os sindicatos oficiais para os trabalhadores, de outro, ao transformar estes sindicatos em órgãos de luta e politizá-los, levando-os a assumir papel destacado na condução das greves e no movimento antifascista, constituiu uma ameaça à realização do projeto de incorporação dos trabalhadores, sob controle do Estado (Araújo, 2002: 53).

No que se refere à legislação trabalhista³¹, entre 1931 e 1943, o governo Vargas produziu regulamentos destinados a arbitrar as formas de uso do trabalho de tal modo que

³¹ Para além da CLT, Gianotti (2007) destaca as principais medidas decretadas no âmbito das relações sindicais e de trabalho no governo de Getúlio Vargas, no período entre 1930 e 1945: 1930 – Criação do Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio; 1931 – Leis dos Dois Terços (nas fábricas só poderia haver 1/3 de estrangeiros), Lei nº 19770: Lei de sindicalização, Regulamentação do trabalho de mulheres e menores; 1932 – Lei das Convenções Coletivas de Trabalho, Criação de juntas de conciliação e julgamento, Jornada de trabalho de 8 horas, Descanso semanal remunerado, Limitação do trabalho noturno de mulheres e crianças; 1933 – Lei de férias (só para os operários industriais); 1934 – Lei sobre acidentes de trabalho, Direitos de Assistência e Previdência Social, A nova Constituição incorpora a legislação social e sindical e garante o pluralismo sindical; 1935 – Lei de Estabilidade no Emprego, para operários da indústria,

a incorporação dos trabalhadores egressos do campo na economia industrial em desenvolvimento ocorresse sob os cuidados de um Estado de feição paternalista (Cardoso, 2007). Sendo assim, em 1º de maio de 1943, por meio do Decreto- Lei nº 5.452, Getúlio Vargas aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; o principal marco do seu mandato.

De acordo com Pinto (2007), em um Brasil extremamente pobre e atrasado, com uma população de pouco mais do que 41 milhões de habitantes, 28 milhões viviam na zona rural e 13 milhões nas cidades. O pessoal ocupado na indústria geral, em 1939, era de apenas 851.755, e o número de estabelecimentos industriais, neste mesmo ano, era de 43.250. Apesar desta realidade, a CLT foi elaborada por profissionais ligados à administração pública, versados em ciências jurídicas. Assim, os elaboradores da CLT deixaram de lado os trabalhadores rurais e os empregados domésticos - uma importante parcela da pirâmide social brasileira. A CLT foi elaborada com base na concepção corporativista de sociedade e de Estado³², sendo o documento que até hoje baliza as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho no país.

O papel dos sindicatos é promover a conciliação e a harmonia entre as classes, como podemos verificar no artigo 514 que diz:

São deveres dos Sindicatos: a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; b) manter serviços de assistência judiciária para os associados; c) promover a conciliação nos dissídios de trabalho; d) sempre que possível, e de acordo com as suas possibilidades, manter no seu Quadro de Pessoal, em convênio com entidades assistenciais ou por conta própria, um assistente social com as atribuições específicas de promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na Classe (CLT, 2005: 141).

Boito Jr (1991), ao analisar a estrutura sindical no Brasil, caracteriza o que denomina de *sindicato de Estado* no Brasil implantado entre 1931-1935, e marcado pela subordinação do sindicato oficial à cúpula do Estado. Portanto, “não é correto afirmar que o sindicato, no Brasil, é subordinado ao Estado, já que o *aparelho sindical* é parte do

Lei de indenização por Demissão, para a indústria e o comércio; 1939 – Volta a Lei da Unicidade Sindical, Criação do Estatuto Padrão para os sindicatos, Exigência de atestado ideológico para o trabalhador se empregar, Regulamentação da Justiça do Trabalho; 1940 – Criação do Imposto Sindical, Instituição do Salário Mínimo (Gianotti, 2007: 136-37).

³²Sobre esta questão, se sugere os trabalhos de Moraes Filho (1978); Füchtner (1980); Segatto (1987,2010); Giannotti (1988); Gomes (1988); Boito Jr.(1991).

Estado” (Boito Jr, 1991: 26). De acordo com o autor, esta dinâmica se viabiliza em função da dependência do sindicato em relação à representatividade legal concedida pelo Estado, da unicidade sindical³³ e das contribuições obrigatórias impostas pela lei.

No entanto, adverte o autor:

Os estudos sobre sindicalismo no Brasil, embora usem e abusem do termo estrutura, não concebem o aparelho sindical oficial como uma estrutura, no sentido forte do termo. Concebem-no, em vez disso, como um aparelho dotado de uma maleabilidade sem limites que, dependendo da conjuntura e circunstâncias, pode desempenhar funções antagônicas, ora correspondendo aos interesses da burguesia, ora, ao contrário, constituindo-se em instrumento eficaz para a organização do operariado e das demais classes trabalhadoras (Boito Jr., 1991: 13).

O debate do sindicato oficial como *aparelho do Estado*, defendido por Boito Jr (1991), não é uma visão unânime em vários estudos sobre a estrutura sindical no Brasil. Neste sentido, vale destacar que a abordagem do autor polemiza com Maria Hermínia Tavares (1978), Maranhão (1978), Werneck Vianna (1978), Evaristo de Moraes (1978), Weffort³⁴ (1980). Autores que defendem uma linha de análise que define a *unicidade* e a subordinação do Estado como problemas distintos. Assim, num cenário de vigência da *unicidade sindical*, é possível perspectivar formas de organização sindical autônomas. Sob este prisma, é importante ressaltar a abordagem proposta por Evaristo de Moraes e seguida por Weffort, que Boito Jr (1991) define como um cenário de *unicidade concorrencial*, ou seja, quando o Estado legisla sobre os critérios de representatividade que orientam a concorrência sindical e, ao final delibera sobre o monopólio legal da representação sindical, portanto, intervém mediante critérios previamente definidos.

No entanto, não nos interessa aprofundar o debate sobre a possível convivência da *unicidade* com um certo grau de *autonomia sindical* em relação ao Estado ou ainda sobre a impossibilidade da *unicidade* gerar uma forma de sindicalismo independente do Estado,

³³ Sobre a unicidade sindical – de acordo com o artigo 8.º, parágrafo II, da Constituição da República Federativa do Brasil consta: “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município” (2005: 17).

³⁴ Veja-se a este propósito o Debate: “Sindicatos, uma questão de liberdade”. *Folhetim*, n.º.179, p.10-12. 22, jun., 1980.

conforme defende veemente Boito Jr³⁵ (1991). Contudo, o fato é que neste início de século XXI, a *unicidade sindical*, as contribuições compulsórias, e o reconhecimento legal outorgado pelo Estado ainda conformam os pilares da estrutura sindical no Brasil. A inovação ficou por conta do reconhecimento jurídico das centrais, a partir do projeto lei (PL) 1.990/07 que foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e se tornou a Lei nº 11.648, publicada em edição extra do *Diário Oficial da União*, em 31 de março de 2008. A lei concede o reconhecimento jurídico às centrais sindicais e o direito de receber 50% dos recursos que são destinados ao Ministério do Trabalho e Emprego, sendo que, a divisão se dá conforme a representatividade de cada central sindical.

A arrecadação é ancorada no atual modelo de organização sindical brasileiro que é composto por Confederações, Federações e Sindicatos. Portanto, há uma estrutura de aspecto piramidal e, em geral sustentada com base em três contribuições cobradas dos trabalhadores são elas: o imposto sindical que é cobrado de forma compulsória (descontado em folha de pagamento de uma só vez no mês de março de cada ano e corresponde à remuneração de um dia de trabalho); a taxa assistencial (estabelecida por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho); e a contribuição confederativa (aprovada em assembleia geral do sindicato).

A divisão do imposto sindical é feita da seguinte forma: 20% para o Ministério do Trabalho, 5% para as Confederações, 15% para as Federações e 60% para os sindicatos. Este sistema mantém a unicidade sindical e o monopólio da representação imposto pelo Estado, conforme assegurado pela Constituição de 1988. Esta também é à base do modo de organização das associações profissionais de empregados e patrões; dois componentes essenciais do sistema corporativo de representação de interesses. Vale lembrar que a

³⁵ Para Armando Boito Jr. (1991) nenhuma corrente sindical nacionalmente representativa lutou de modo consistente pela destruição da estrutura sindical, mas as correntes sindicais, como o *novo sindicalismo* de São Bernardo e os comunistas do PCdoB, que afirmaram que iriam *arrebentar a estrutura sindical por dentro*, arrebentaram por dentro aquilo que, de fato, queriam arrebentar: não a estrutura sindical contra a qual lutaram, mas o modelo ditatorial de sindicalismo de Estado. Portanto, desde 1983 o *novo sindicalismo* está adaptado a um modelo de sindicalismo no qual a representação é outorgada pelo Estado e que se ancora na unicidade sindical, nas contribuições compulsórias e na tutela da Justiça do Trabalho.

Constituição de 1988 também manteve a estrutura básica da Justiça do Trabalho³⁶ e a sua tutela sobre o movimento sindical, o que se mantém até os dias atuais.

Conforme expresso, no artigo 1º da Lei nº 11.648, em 31 de março de 2008, a central sindical, entidade de representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, terá as seguintes atribuições e prerrogativas:

I - coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas; II - participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores. Parágrafo único. Considera-se central sindical, para os efeitos do disposto nesta Lei, a entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores³⁷.

Em 10 de abril de 2008, o Ministro do Trabalho Carlos Lupi publicou a Portaria 186 que passou a definir os critérios e os procedimentos para o registro das entidades sindicais, criou um novo Cadastro Nacional de Entidade Sindical (CNES) e deu início a um processo de recadastramento. Além disto, a Portaria 186 estabelece a possibilidade de existência de mais de uma entidade sindical por categoria e por base territorial nos níveis superiores. Ou seja, é o fim da unicidade na estrutura superior, possibilitando que, a partir de cinco sindicatos, não necessariamente localizados no mesmo estado da federação, possa se constituir uma federação e a existência de três federações possibilite a criação de uma confederação.

Em 05 de agosto deste mesmo ano, as centrais sindicais - CUT, Força Sindical, UGT, NCST, CTB e CGTB - firmaram um termo de compromisso junto ao Ministério do Trabalho e Emprego ratificando o apoio das organizações sindicais ao envio, pelo poder Executivo ao Congresso Nacional, do anteprojeto de lei que institui a contribuição negocial. Com isto, se revogam todos os dispositivos da CLT que preveem a contribuição

³⁶ A respeito das competências da Justiça do Trabalho e o seu papel na organização sindical, ver o artigo 114 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

³⁷ Art. 2º Para o exercício das atribuições e prerrogativas a que se refere o inciso II do caput do art. 1º desta Lei, a central sindical deverá cumprir os seguintes requisitos: I - filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País; II - filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma; III - filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco) setores de atividade econômica; e IV - filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

sindical, na forma do determinado pelo artigo 7º da Lei nº 11.648, que reconheceu as centrais sindicais.

No atual estágio de negociação e *transição*, a CUT está propondo o fim do imposto sindical e demais taxas (assistencial e confederativa) que devem ser substituídas pela contribuição negocial que está vinculada à negociação coletiva. Portanto, é a proposta de cobrança de uma taxa aprovada em assembleia e descontada de todos os trabalhadores beneficiados pela negociação. Vale lembrar que, desde os seus primórdios, a CUT defende a mudança na estrutura sindical vigente no país e o avanço rumo à implementação do *sistema democrático de relações de trabalho*³⁸. Neste sentido, a reivindicação pelo fim do imposto sindical e pela superação da estrutura sindical corporativa, rumo a uma organização sindical baseada *na liberdade e autonomia sindical*, faz parte do *capital político*³⁹ da CUT.

A aferição dos requisitos de representatividade de que trata o art. 2º da Lei nº 11.648 é realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Abaixo, segue a tabela 1 com o índice de representatividade das centrais sindicais - exercício 2011 (ano base 2010) e 2012 (ano base 2011) e o quadro I. 2 que apresenta a divisão do imposto sindical.

Tabela I. 1. - Índice de Representatividade das Centrais Sindicais no Brasil

Central Sindical	Número de sindicatos	Número de sócios	Índice de Representatividade/ 2011	Índice de Representatividade/2012
CUT	2.016	2.381.634	38,32%	36,65%
FS	1.508	877.446	14,12%	13,67%
UGT	893	490.153	7,89%	11,25%

³⁸ Sistema Democrático de Relações de Trabalho – A CUT, através dos seus sindicatos possui significativo acúmulo de propostas de Organização Sindical, de mudanças da Estrutura Sindical e das Relações de Trabalho no Brasil. No FNT, entre 2003 e 2004, a Central Única dos Trabalhadores discutiu fortemente temas como: organização sindical, negociação e contratação coletiva, financiamento do movimento sindical, papel da Justiça do Trabalho. Em resumo, a implantação do Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), cujos princípios são: *liberdade e autonomia sindical, direito de organização no local de trabalho, contratação coletiva*.

³⁹ O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem (Bourdieu, 1989: 187-188).

Central Sindical	Número de sindicatos	Número de Sócios	Índice de Representatividade/ 2011	Índice de Representatividade/2012
CTB	493	483.010	7,77%	9,15%
NCST	844	437.229	7,04%	8,09%
CGTB	379	436.332	7,02%	3,82%
CONLUTAS	68	116.380	1,87%	1,67%
CSB	65	13.806	0,22%	2,36%
Sem Central	3.207	-	15,75%	12,79%

Fonte: SNO-CUT com base nas informações da SRT/MTE

Quadro I.2. - Divisão do imposto sindical por central sindical, conforme critério de representatividade do Ministério do Trabalho e Emprego

O bolo da contribuição sindical

As seis maiores centrais do país dividiram mais de R\$ 370 milhões desde 2008

Centrais	Valores repassados às centrais (em R\$ milhões)				% do total				Variação entre 2008 e 2011 (em %)*	Índice de representatividade (em %)*	Média de repasse por trabalhador sindicalizado (em R\$)*
	2008	2009	2010	2011	2008	2009	2010	2011			
CUT	224	26,8	32,0	38,3	35,2	33,1	31,3	30,7	71,3	36,5	15,41
Força Sindical	172	22,7	29,0	35,0	27,1	28,0	28,3	28,1	104,0	14,4	35,71
UGT	10,1	13,6	17,3	21,7	16,0	16,8	16,9	17,4	113,5	10,3	30,97
CTB	34	4,7	6,5	7,8	5,3	5,8	6,4	6,3	130,9	8,5	13,53
Nova Central	7,6	9,5	12,4	15,8	12,0	11,8	12,1	12,7	106,6	8,4	27,70
CGTB	2,8	3,7	5,1	6,0	4,4	4,5	5,0	4,8	115,0	3,4	26,19
Total	63,5	81,0	102,3	124,6					96,2	81,5**	18,31

Fonte: Ministério do Trabalho. * Em 2011. ** 18,5% cabem a demais centrais e sindicatos sem filiação

Fonte: www.valor.com.br , 19 de junho de 2012.

Embora o processo legal se pautar por um conjunto de compromissos, conforme previsto na Lei nº 11.648, e tenha se constituído um acordo que prevê a *transição* de um modelo de sustentação financeira *imposto* para um modelo *negociado*, a relação entre as centrais sindicais, principalmente no que tange à sustentação financeira, não tem sido consensual. Até o presente momento não há avanços em relação ao termo de compromisso estabelecido em 2008. Portanto, o que se verifica é a mudança do conteúdo do sentido da relação social⁴⁰ (Weber, 2009) quando, na relação política, a solidariedade pode se transformar em uma colisão de interesses.

Na experiência atual, as centrais sindicais orientam a sua ação de maneira racional, “em parte referida a fins (com maior ou menor lealdade ao sentido da promessa), em parte a valores, isto é, no caso ao dever de observar, por sua vez, o acordo contraído segundo o seu sentido para ele” (Weber, 2009: 17). É precisamente sobre o *sentido para ele* que pretendemos avançar. Ou seja, observar as diferenças presentes nos princípios fundadores das centrais sindicais é estratégico para compreender o quadro atual de reorganização sindical, as dificuldades que as centrais sindicais têm apresentado no sentido de incorporar uma nova lógica de sustentação financeira, e, portanto, de *ação e organização sindical*, e ainda a relação que as centrais sindicais têm buscado estabelecer com o Estado e a sociedade.

Assim, na seção seguinte, fazemos uma retrospectiva sobre o *modelo originário* de cada central sindical, classificadas de acordo com o percentual de representatividade concedido pelo MTE. Mas optamos por não tratar detalhadamente da CUT, pois a análise desta central sindical será feita de forma mais aprofundada a partir do capítulo 2 deste trabalho.

⁴⁰ Por relação social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por esta referência. A relação social consiste, portanto, completa e exclusivamente na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseia esta probabilidade (Weber, 2009: 16).

1.4. As Centrais Sindicais no Brasil Atual

A maior central sindical do Brasil, de acordo com o MTE, tem índice de representatividade de 36,65% em 2012 e, desde a sua fundação, em 1983, se autodefine como uma central sindical *classista*, voltada a lutar pelos *objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores*, tendo como referência a luta por uma *sociedade sem exploração*. Na ocasião do “reconhecimento” jurídico, a CUT completava 25 anos de idade e com poucos avanços em relação à mudança da estrutura sindical. Entretanto, no discurso institucional, continuava a defender a *liberdade e autonomia sindical*. A isto se associava o entendimento de que os trabalhadores deveriam decidir livremente sobre as suas formas de organização, filiação e sustentação financeira. Esta é a questão *política* que se coloca até os dias atuais e conforme veremos nos capítulos 4 e 5 é parte dos *dilemas* que a CUT enfrenta na atualidade.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Força Sindical⁴¹ tem índice de representatividade de 13,67%. Portanto, é a segunda maior central sindical do Brasil. Criada em março de 1991, a Força Sindical tem como logotipo uma flor amarela no interior de um sol vermelho. Conforme, expressou o seu idealizador, Luiz Antônio de Medeiros, “o girassol representa a vida, enquanto o sol representa a fonte de vida, a energia que dá força, a luz que guiará a nova central ao seu grande destino” (Rodrigues e Cardoso, 1993:17). A Força Sindical, assim como as outras organizações sindicais, surgiu com a pretensa ambição de mudar a sociedade. Porém, não pela via do *socialismo*⁴², como defendia a CUT, mas almejava a mudança do conteúdo do capitalismo existente.

⁴¹ Sobre a relação com a política – partidária, ver pesquisa aplicada por Rodrigues e Cardoso (1993), durante o 1º Congresso da Força Sindical. Os resultados demonstram que há uma forte dispersão das opções político-partidárias dos delegados. Na época quatro partidos (PT, PMDB, PDT e PSDB) concentravam cerca de 65% das preferências dos delegados. Por sua vez, na alta liderança da Força Sindical a preferência pelo PT sofre queda, enquanto que na ponta destacam-se os partidos com o PMDB e o PDT como os preferidos e com maior número de filiados.

⁴² Freire (2001), ao tratar da análise das ideologias sindicais, afirma que sobre três delas, há suficientes estudos e investigações referindo-se as correntes ideológicas *reformista, sindicalista-revolucionária e bolchevista*. O autor faz um breve debate sobre a ideologia *corporativa, a cristã e a nacionalista*, porém salienta que nestes três casos as opiniões dos especialistas tendem a não ser unânimes. Costa (2011) retoma este debate ao tratar da análise das tipologias de ação do sindicalismo, sendo que o autor destaca três: *sindicalismo de oposição, de integração e controle* (Touraine e Mottez, 1970) seguido de perto por autores

No plano trabalhista, se pronunciou contra a estrutura corporativa e contra a intervenção do Estado nas relações entre empregados e empregadores, posicionando-se a favor de um sindicalismo independente, pluralista, democrático e apartidário. Portanto, defendia “a implantação do contrato coletivo de trabalho, a livre negociação, a liberdade e a autonomia sindicais, a convenção 87 da OIT, a organização sindical nos locais de trabalho” (Rodrigues e Cardoso, 1993: 18).

Do ponto de vista do *sentido*, que a princípio deveria orientar a *ação social* da Força Sindical no que tange aos seus objetivos no plano trabalhista, se percebe que há convergência com a CUT no que tange à defesa da convenção 87 da OIT. Porém, não se pode desconsiderar que, entre o *sentido* visado e a *ação* concreta, há uma distância. Enquanto que para CUT a defesa da convenção 87 se associa diretamente à liberdade de organização e ao rompimento com a estrutura sindical oficial, ao defender a *liberdade e autonomia*, a Força Sindical associou estes princípios à concepção de Estado mínimo, defendida por esta central sindical nos anos de 1990. Ainda sobre a defesa da Convenção 87 é importante situar que, nos dias atuais, a Força Sindical abandonou esta bandeira e vem se distanciando em relação ao discurso institucional da CUT no que tange ao “ideal” de estrutura e organização sindical no país.

Na década de 1990, a Força Sindical defendeu a interferência mínima do Estado nas formas de *organização e representação sindical*, na *regulação das relações de trabalho* e trouxe para agenda política nacional as reivindicações: “contrato coletivo de trabalho, participação dos trabalhadores na produtividade e nos lucros das empresas, contrato de gestão no setor público e revisão das responsabilidades no caso de greve, a presença definitiva de trabalhadores na gestão de instituições e programas públicos, particularmente no que diz respeito à formação, qualificação e reciclagem profissional, política de capacitação tecnológica e política social” (Força Sindical, 1993: 108).

como (Sagnes, 1994; Xavier, 1993; 1999; Filippo, Falcon e Dasen, 1993), a tipologia do *sindicalismo de negociação* versus *sindicalismo de contestação* (Lima, 1991; Santos, 1995; Rosa, 1998) e a *tipologia do sindicalismo de movimento social* (Munck, 1988; Lambert e Webster, 1988; Scipes, 1992; Waterman, 1993; 1999; Seidman, 1994; Moody, 1997; Adler e Webster, 1999).

Na prática, a central sindical produziu o que Medeiros definiu como um *sindicalismo de resultados*. Perguntado, durante uma entrevista, sobre a eficiência do sindicalismo apartidário, o dirigente sindical respondeu:

Eu acredito num sindicalismo de resultados. Não se mede a eficiência de um sindicato pelo número de greves, seja pelo acordo. Na campanha (para as eleições do sindicato em 1987), eu usava este argumento: os eletricitários e os marítimos ganhavam seus dissídios e lá não tem CUT; os petroleiros e os bancários perderam, sob a égide da CUT. Eu consegui aqui um acordo dez vezes melhor do que a CUT, e o sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi simplesmente destruído pelo PT. (...) o papel do sindicato não é transformar seus dirigentes em políticos importantes, mas vender por um preço mais caro a força dos seus associados (“Líder...”, 1987 *apud* Trópia 2009: 47).

Para Antunes (1995), os pontos centrais do ideário do *sindicalismo de resultados* são:

Reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado; a limitação e restrição da luta sindical, que deve ater-se à busca de melhorias nas condições de trabalho, não cabendo aos sindicatos extrapolarem este âmbito da luta; o papel da ação política cabe exclusivamente aos partidos, que devem ser totalmente desvinculados da ação sindical; o Estado deve reduzir a sua ação, em favor de uma política privatizante. Estes pontos básicos, aliados a uma estratégia que recusa o confronto e procura extrair resultados imediatos nas ações práticas, calculadas para que não extrapolem o âmbito da negociação, conformaram uma feição neoliberal e, portanto, burguesa, no seio do movimento sindical brasileiro (Antunes, 1995: 38-39).

Ainda que, segundo Antunes (1995), o projeto da Força Sindical fosse centrado na busca imediata por melhoria das condições de trabalho, ou seja, com uma atuação focada no *espaço da produção*, é importante salientar que, no início da década de 1990, esta central sindical lançou uma plataforma de ação denominada “Projeto para o Brasil - A proposta da Força Sindical” (1993) com propostas voltadas para um *novo modelo de desenvolvimento* para o país. No documento, defendeu a realização de uma ampla reforma do Estado, assentada em três pilares fundamentais: a reforma fiscal, incluída a própria questão federativa; a reforma do setor empresarial do Estado e a reforma do sistema judicial (Força Sindical, 1993).

Além disto, as ações dialogavam com a perspectiva de elaboração de um novo *pacto social*. A perspectiva de *ação* que visa à confecção de plataformas de ação aliadas à

concepção de construção de um projeto de desenvolvimento para o Brasil a ser pactuado entre o Estado e a sociedade será amplamente assimilada pela CUT e as centrais sindicais somente a partir de 2003, a partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Nesta década, no período 2007-2012, vale lembrar que Medeiros assumiu o cargo de Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

A Força Sindical era a favor das empresas públicas *estratégicas*, já a CUT persistia com a defesa do *patrimônio e dos serviços públicos*, opondo-se ao que considerava uma campanha articulada pela Força Sindical contra o *gigantismo* e a *ineficiência* do Estado, cujo único objetivo era a privatização das empresas estatais (CUT, 1991). A Força Sindical defendia uma reforma agrária *sem ideologização da luta*, com aproveitamento das terras devolutas (Rodrigues e Cardoso, 1993). A nosso ver, numa evidente *oposição* à perspectiva defendida pela CUT que, em sintonia com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), afirmava que “não resta outra alternativa senão ocupar, resistir, produzir (bandeira de luta aprovada no Congresso dos Sem-Terra de 1990) como única forma de impor a reforma agrária contra o governo Collor e o latifúndio” (CUT, 1991: 30). Além disto, a CUT sempre denunciava as precárias condições de vida no campo.

Nas situações de *disputa* é importante destacar que as diferenças na *composição social* das duas *instituições* podem ter exercido influência na *ação* de classe adotada naquele período. Vale lembrar que a Força Sindical foi formada predominantemente por sindicatos do setor privado, principalmente dos ramos da indústria e do comércio e serviços com base territorial em São Paulo, Paraná e em Minas Gerais. Enquanto na CUT, em 1991, os dados do IV CONCUR revelaram que 53% dos participantes representaram o setor de serviços (soma dos funcionários públicos e serviços), 33,4% eram provenientes do setor industrial e 12,3% dos delegados eram rurais (Rodrigues, 1997).

Assim, ainda que a Força Sindical na década de 1990 tenha sido favorável às privatizações e à desregulamentação das relações trabalhistas, Trópia (2009) afirma que o apoio da Força Sindical ao neoliberalismo se mostrou seletivo. Pois, enquanto a política neoliberal incidiu sobre o setor público, a Central aceitou-a. Porém, “quando as consequências afetaram sua principal base, reagiu ora com moderação – apresentando

propostas compensatórias (qualificação profissional, contrato temporário e jornada flexível) e paliativas (PLR) – ora com protestos⁴³” (Trópia, 2009: 78).

Seguindo a análise das centrais sindicais nacionais, levando em consideração a ordem informada pela Secretaria de Relações de Trabalho do MTE, a terceira Central Sindical em *representatividade* é a União Geral dos Trabalhadores – UGT que é resultante da fusão da Central Autônoma de Trabalhadores – CAT com a Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT e a Social Democracia Sindical – SDS. Fusão que agregou um grupo de sindicalistas que pertencia a Força Sindical, principalmente dirigentes sindicais oriundos do Sindicato dos Comerciários de São Paulo. A UGT foi fundada em 19 de julho de 2007.

O seu congresso se realizou nos dias 19, 20 e 21 de julho de 2007, em São Paulo, reunindo mais de 3.400 delegados que representavam 623 entidades sindicais de todo o país (www.ugt.org.br). Na ocasião, para um mandato de quatro anos, o sindicalista Ricardo Patah foi eleito presidente nacional da UGT. Este dirigente sindical é filiado ao Sindicato dos Comerciários de São Paulo, entidade que pertenceu à Força Sindical e hoje é filiada à UGT. Assim como a CUT e a Força Sindical, a UGT é filiada à CSI – Confederação Sindical Internacional e à CSA – Confederação Sindical das Américas.

Resultado de uma proposta de *fusão* sindical, a recém-criada UGT não faz referência explícita nos seus princípios à defesa da convenção 87 da OIT, mas também não se posiciona favorável à *unicidade sindical*. Defende a *unidade no sindicalismo e o direito à livre associação e organização*, visando à “construção de um projeto social pacífico, justo e democrático, centrado no ser humano, capaz de oferecer respostas e propostas aos problemas nacionais” (www.ugt.org.br). A nosso ver, os princípios da *instituição* estão em conformidade com a *relação associativa* (Weber, 2009) que se estabeleceu a partir da sua criação, pois é essencialmente a partir de um *ajuste de interesses* que se projetou a criação desta central sindical. A constituição dos seus princípios é parte deste *ajuste*, considerando que, ao pretender construir *um projeto social pacífico, democrático, centrado no ser*

⁴³ A respeito das ações organizadas pela Força Sindical e a sua principal base, ou seja, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cf. Trópia (2009).

humano, a amplitude das pretensões da *ação*, corresponde a uma estratégia que permite *acomodar* diferentes *representações* no interior da central sindical.

A quarta central sindical, com índice de 9,15% de representatividade, a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – CTB foi formada por um amplo grupo de sindicalistas que pertenciam a Corrente Sindical Classista⁴⁴ – CSC *tendência política* ligada ao PCdoB e também por sindicalistas do Sindicalismo Socialista Brasileiro – SSB, grupo filiado ao PSB. Ambas às *tendências políticas* integraram a direção da CUT até o final de 2007.

A decisão de fundar uma nova central sindical foi deliberada no 7º Encontro Nacional da CSC ocorrido entre os dias 28 e 30 de setembro de 2007, em Salvador, Bahia. O 1º Congresso Nacional que deu origem a CTB foi realizado entre os dias 12 e 14 de dezembro de 2007, em Belo Horizonte (MG). No site da Federação dos Bancários dos Estados da Bahia e do Sergipe - FEEB, numa entrevista publicada em 17/08/2007, a CSC expôs as suas razões para saída da CUT. Conforme Wagner Gomes, na época vice-presidente da CUT e membro da coordenação nacional da CSC: “Queremos que a sociedade conheça nossas idéias. E isso não está sendo possível dentro da CUT. Não seremos uma central de oposição à CUT - achamos que esta central ainda tem um papel importante a cumprir. Teremos uma relação de parceria prioritária com a CUT”.

A crítica mais fervorosa foi evidenciada pelo coordenador nacional da CSC, João Batista Lemos. De acordo com o dirigente: “A dificuldade que passamos a ter de dialogar com a Articulação Sindical, a exigência de uma ação mais combativa dos trabalhadores neste segundo governo Lula e a grande quantidade de sindicatos não filiados a nenhuma central que passaram a nos procurar nos motivou a repensar nosso papel na construção da unidade dos trabalhadores” (<http://feebbase.com.br/site/>). A fala do dirigente sindical apontou para a ausência de democracia interna na CUT, comandada pela *tendência política* Articulação Sindical e para a *abertura* de um *novo* cenário sindical, impulsionado pelo

⁴⁴ A CSC aderiu à CUT em 1991, no 4º Congresso da CUT. Representou 13,69% dos delegados credenciados no evento, apresentou a tese 1, que no ponto estatuto, propôs mudar, entre outros aspectos, a redação da adesão a CUT à Convenção nº 87 da OIT – que defende a liberdade e autonomia sindical. A CSC sempre defendeu a unicidade sindical e manteve esta posição até os últimos dias que integrou a CUT.

reconhecimento jurídico das centrais sindicais, como os principais fatores que impulsionaram à criação da CTB.

Ainda que estas tenham sido as justificativas para a saída da CSC da CUT, naquele período, a influência do PCdoB para que se constituísse uma nova central sindical foi decisivo. Num artigo publicado no site da CUT, em 27/07/2007, Júlio Turra, Diretor Executivo da CUT e da *tendência política* “CUT Independente e de Luta” que reúne os dirigentes políticos da *tendência* “O Trabalho” do PT, questionou a decisão dos dirigentes da CSC. De acordo com o dirigente: “Hoje dirigentes do PCdoB e da CSC levantam a questão do hegemonismo (da Articulação Sindical), como a razão para a saída da CUT. Mas, essa questão não existia antes? O alegado hegemonismo, portanto, deveria ser combatido dentro da própria CUT, e, como sabem os companheiros da CSC, eles não estariam sozinhos nessa briga. Não estaria a direção do PC do B confundindo sua tática política e eleitoral com as questões fundamentais do movimento sindical?”. E interroga novamente, “O que de positivo pode haver na pulverização de centrais sindicais, cada qual correspondendo a um partido político? De nosso ponto de vista, não há nisso nada de positivo para forjar a unidade da classe no combate por suas reivindicações. Para não falar no precedente que se abre para outras organizações de massa, como a UNE (hoje dirigida pela UJS, influenciada pelo PC do B)”.

O objetivo deste trabalho não é tirar conclusões sobre a recomposição que está a ocorrer no *campo político* sindical nacional, mas entendemos que as considerações expressas, seja pelos dirigentes da CSC, seja pelo dirigente da CUT *tendência* “O Trabalho” do PT, envolve fundamentalmente a *relação social* que se desenvolve principalmente entre as *cúpulas* das direções dos partidos e dos sindicatos. E, em virtude de um cenário de pulverização sindical que se intensifica no país neste início de século XXI, pensamos que está posto o desafio de pensar as condições para a renovação desta *relação social*.

Neste sentido, Santos (2004) faz uma reflexão que pode apontar pistas para a necessária renovação da prática política e sindical que envolve estas instituições. Para o autor:

Na medida em que o objetivo é civilizar o capitalismo, os sindicatos continuarão a ser uma organização privilegiada, mas para isto, terão de agir com total autonomia em relação aos partidos e de ser totalmente indiferentes às preferências partidárias dos trabalhadores ou dos patrões. Na medida em que o objetivo seja construir um socialismo civilizacional, os sindicatos não têm quaisquer privilégios organizacionais e, portanto, não estão em condições de ditar nenhuma relação privilegiada com quaisquer partidos ou outras organizações. Deverão, ao contrário, articular-se com todos os movimentos apostados na constituição do socialismo civilizacional (Santos, 2004: 172).

A CTB ganhou forma jurídica e aprovou um estatuto em grande medida parecido com o da Central Única dos Trabalhadores, principalmente no que se refere aos objetivos da *instituição*. Basta ver o artigo 2º: “A CTB tem como objetivo fundamental organizar, representar e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos, aposentados e pensionistas, na defesa dos seus interesses imediatos e históricos” (<http://portalctb.org.br>).

Os princípios fundadores da CTB são similares aos princípios expressos no estatuto da CUT. Assim, a CTB se apresenta como uma organização de caráter sindical, classista, autônomo e democrática. Afirma a superioridade do socialismo sobre o capitalismo e se propõe a organizar e representar os trabalhadores e as trabalhadoras no âmbito nacional. Além disto, a CTB se compromete a não praticar e não aceitar qualquer tipo de discriminação ou preconceito de origem racial, de gênero, de opção sexual, de religião ou político-partidária. A diferença fundamental em relação a CUT se refere ao seu posicionamento favorável à *unicidade sindical*, portanto, no âmbito da organização e estrutura sindical.

A quinta central sindical, com índice de 7,04% de representatividade, a Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST foi fundada nos dias 28 e 29 de junho de 2005, em Brasília. É composta por 7 Confederações, 136 Federações, cerca de 3000 sindicatos⁴⁵, e, de acordo com os dados fornecidos por esta central sindical, representa quase 12 milhões de trabalhadores em todo país. Conforme, a ata de fundação da NCST no seu 1º congresso contou com a presença de mais de cinco mil delegados. Atualmente, a NCST tem entre os seus principais *cargos*, as ocupações de presidente, secretário geral e secretário de

⁴⁵ Nota-se que o dado fornecido pela central inclui sindicatos com registro e sem registro concedido pelo MTE, por isso o total de sindicatos é superior ao informado pelo Ministério.

finanças, sendo compostos por dirigentes sindicais oriundos respectivamente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade. Estas instituições fazem parte do sistema confederativo oficial, completamente refrário a qualquer tipo de mudança na estrutura sindical.

No congresso de fundação da NCST, foi aprovado um conjunto de princípios organizativos que deveria orientar a *ação política* desta central sindical. Estes princípios podem ser resumidos em: defesa da autodeterminação dos povos, valorização do trabalho, luta pelo pleno emprego, combate a pobreza e luta por inclusão social. Em síntese, a proposta da NCST está centrada no desenvolvimento de ações que pretendem contribuir para implementar um modelo de desenvolvimento econômico, político e social, que combata a pobreza, corrija as desigualdades e melhore as condições de vida da população brasileira, notadamente dos trabalhadores. Proposta que objetiva o fim da discriminação entre homens, mulheres e menores, em todos os aspectos e segmentos da sociedade, independentemente de estado civil, cor, religião, ideologia ou opção sexual. Além disto, a NCST se posicionou pela defesa da *unicidade sindical* e a *contribuição compulsória*, comprometendo-se a lutar contra possíveis intervenções do poder executivo nas organizações sindicais e pela autonomia da organização sindical brasileira frente aos os poderes constituídos, nos limites das disposições constitucionais.

Quanto à *luta* pela construção de um *projeto de desenvolvimento nacional com justiça social*, em geral, as propostas apresentadas pela NCST são perfeitamente compatíveis com as da Força Sindical, UGT, CTB, porque traçam diretrizes gerais que devem orientar a *ação* sindical para a pretendida transformação da sociedade brasileira. Portanto, um amplo programa de *ação*, em princípio de caráter emancipatório, que é mais um exemplo de uma estratégia sindical que permite *acomodar* diferentes *interesses e representações* no interior de uma central sindical.

No que se refere à defesa da unicidade sindical e do custeio compulsório, a NCST aproxima-se da abordagem assumida pela CTB, que age em defesa da unicidade sindical e pela continuidade do imposto sindical como pilar de sustentação da estrutura sindical brasileira. Vale lembrar que, em 2008, ambas assumiram um compromisso junto ao MTE

de apoiar anteprojeto de lei que institui a contribuição negocial e elimina o imposto sindical.

A fim de continuar a destacar o panorama das centrais sindicais no país, temos a sexta central sindical em termos de representatividade que, conforme aferição do MTE em dezembro de 2011, é a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB. Trata-se de uma central originada da CGT que foi formada a partir da ação da *Unidade Sindical – US*, tendência que esteve presente na 1ª Conclat em 1981, e que, em novembro de 1983, na Praia Grande, em São Paulo, optou por construir uma nova central sindical em oposição à criação da CUT. Ao contrário da CUT, que almejava a conquista da liberdade e autonomia sindical, a CGT, quanto à estrutura sindical tinha uma postura considerada moderada, pois criticava somente alguns aspectos da estrutura sindical do país e defendia o imposto sindical (Antunes, 1995).

Nos anos de 1980, a composição política da CGT indicava a movimentação de três blocos no interior da central. O seu *centro* era composto por sindicalistas, em sua maioria simpatizantes do PMDB em aliança com setores da esquerda tradicional, em especial o PCB e MR8. À *esquerda*, situava-se a Corrente Sindical Classista vinculada ao PCdoB e à *direita*, avançava, com muita desenvoltura, e ganhando cada vez mais espaço na CGT, a aliança entre Rogério Magri, influenciado pela direita sindical norte – americana, e o então dissidente do PCB, Luiz Antônio Medeiros. Juntos passaram a propugnar o *sindicalismo de resultados*, tensionando por mudanças no interior da CGT (Antunes, 1995). Posteriormente, em 1991, a CSC aderiu a CUT e, em março deste mesmo ano foi criada a Força Sindical, idealizada com base no almejado *sindicalismo de resultados*. Por muito tempo, até 2004, a CGT era conhecida como CGT Central, passando então a se chamar CGTB.

Em 2011, no cenário de reorganização sindical, a CGTB aumentou o seu número de sindicatos. Realidade que contribuiu para uma ampliação das pressões internas por uma redistribuição dos cargos de poder entre os dois principais líderes da *instituição*. De um lado, o então presidente Antonio Neto filiado que é filiado ao PMDB e presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (Sindp) – o maior sindicato da CGTB. De outro lado, o primeiro vice-

presidente, Ubiraci Dantas de Oliveira conhecido como o “Bira”, filiado ao Partido da Pátria Livre onde atua o antigo MR8, metalúrgico de São Paulo, cujo sindicato atualmente é ligado à Força Sindical.

A crise se agudizou durante a preparação do VI congresso da CGTB convocado inicialmente para ser realizado entre os dias 7 e 9 de julho de 2011, na capital paulista. Neste período, uma parte da CGTB liderada por Neto mudou o local do evento para um hotel em São Paulo, contrariando o estatuto da instituição que prevê que os congressos devem ser marcados com pelo menos dez dias de antecedência. O racha na CGTB gerou a realização de dois congressos e a eleição de dois presidentes: Neto e Bira ao mesmo tempo.

Os congressos foram anulados por decisão judicial e, após quatro meses de intenso debate interno, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) realizou o seu VI Congresso, em 04 de novembro de 2012, na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo. De acordo com o site da CGTB, o congresso contou com a participação de 825 delegados de 15 estados e conclamou todas as entidades filiadas à CGTB a “Ocupar as ruas pela redução dos juros, por mais empregos e desenvolvimento”. Bira foi eleito presidente da entidade. Desde então, novas desfiliações e filiações de sindicatos à CGTB têm ocorrido, evidenciando o processo de reorganização interna que esta central sindical vivencia.

Os primeiros sinais desta reorganização têm resultado em mais pulverização sindical, pois, se por um lado a CGTB não atingiu o índice de 7% de representatividade, conforme determina a Lei nº 11.648, mas em função do seu *capital político* continua a manter a sua participação nas ações articuladas entre as centrais sindicais reconhecidas, por outro lado, Antônio Neto, ex-liderança da CGTB, vem acirrando a *disputa* com esta central sindical. Desta forma, desde fevereiro de 2012, vem investindo na filiação de sindicatos a Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB, *instituição* na qual ele exerce o *cargo* de presidente. Na última aferição do Ministério do Trabalho e Emprego, a CSB, que defende a manutenção da contribuição sindical compulsória assegurada por lei, obteve 2,36% de representatividade.

Após expormos o quadro das centrais sindicais no Brasil, analisaremos, no próximo capítulo, os principais aspectos políticos e organizativos que estiveram na base da

composição social do novo sindicalismo. Movimento que, no final dos anos de 1970, colocou em pauta questões políticas que tiveram como horizonte a democratização do país e do *espaço da produção*. Questões que deram origem a CUT. Além disto, trataremos, também, dos princípios fundadores da CUT, bem como do processo de *institucionalização* da central sindical ao longo dos anos de 1980 e de 1990 até 2002, tendo em atenção as principais estratégias adotadas no período em análise.

CAPÍTULO 2. Do novo sindicalismo à formação da CUT

Com a *abertura política* do regime militar, a partir do final dos anos de 1970 e o fim do *milagre econômico*⁴⁶, na década de 1980, a economia brasileira sofreu uma profunda inflexão. O país mergulhava num quadro de recessão econômica com forte pressão sobre os salários e os empregos. A greve ocorrida na fábrica Saab Scania do Brasil, em maio de 1978, é considerada o momento em que o *novo sindicalismo* emerge na cena política do país. Por meio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, a partir deste período foram desencadeados inúmeros movimentos de massa que se espalharam por todo o país.

Vale a pena lembrar que o regime militar e ditatorial, que vigorou no país de 1964 a 1985, trouxe severas medidas⁴⁷ contrárias à organização dos trabalhadores, que repercutiram na cessação das greves quase por completo até 1968. Neste mesmo ano, os movimentos estudantil e operário mundiais repercutiram no país, provocando uma onda de levantes contra o autoritarismo. Entretanto, a aplicação do Ato Institucional N° 5 lançou as lideranças políticas à clandestinidade, às prisões, ao degredo e à morte. Portanto, até 1978, com poucas exceções, não se teve notícia de atividade sindical relevante no país (Gianotti, 2007).

Na economia, os anos de 1980 são caracterizados como a década perdida. O país conviveu com a instabilidade macroeconômica – hiperinflação, recessão, flutuações do nível de produção e emprego, redução dos investimentos no setor público, entre outros

⁴⁶ Nos anos de 1950 a 1980, quando houve maior impulso à industrialização nacional, o país viveu um período de ouro, com taxa média anual de expansão da produção de quase 7% (Pochmann, 2001: 36). No entanto, de 1968 a 1973, os índices de crescimento do país foram impressionantes. É o denominado “milagre brasileiro” sustentado pela produção de bens de consumos duráveis.

⁴⁷ As principais medidas aplicadas que tiveram implicações contrárias à organização dos trabalhadores de acordo com Gianotti (2007: 184-185), foram: a criação de atos institucionais (AIs); uso e abuso de decretos-leis; instauração de Inquéritos Policiais-Militares e criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) para vigiar os opositores do regime; implantação da Censura após o AI5 (em dezembro de 1968); aplicação rigorosa da Lei de Segurança Nacional; fechamento dos partidos políticos e implantação do bipartidarismo: do partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e da oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); fim das eleições diretas para presidente e governadores; cassação dos mandatos e suspensão dos direitos políticos; intervenção em sindicatos; combate ao movimento estudantil; repressão à intelectualidade que se opunha ao regime; fim da estabilidade no emprego e criação do fundo de garantia por tempo de serviço, etc.

acontecimentos. Quadro econômico que contribuiu para o refluxo das grandes greves iniciadas no final dos anos de 1970, mas não impediu a rearticulação do movimento sindical no país. Neste período, a mudança do paradigma das tecnologias intensivas em capital e energia e de produção inflexível e de massa (baseada em energia e materiais baratos) dos anos 50 e 60, para as tecnologias intensivas em informação, flexíveis e computadorizadas, trouxe efeitos diretos sobre a rearticulação da economia brasileira. Realidade que se evidenciou nas empresas do país, promovendo um conjunto de transformações que inicialmente se desenvolveram com mais força nos setores de ponta, envolvendo grandes empresas do setor metal-mecânico, automobilístico, petroquímico e siderúrgico.

Nessa conjuntura política e econômica se desenvolveu a ação *novo sindicalismo*⁴⁸, cujos envolvidos também eram chamados de sindicalistas *autênticos, representação política* que aglutinava, por um lado, dirigentes sindicais que desenvolviam um padrão de ação sindical em contradição com a prática sindical corporativa, colaboracionista e dependente do Estado e, de outro lado, as oposições sindicais formadas na disputa com os *pelegos*⁴⁹ e com os *reformistas* da Unidade Sindical⁵⁰, em que se constrói uma visão crítica

⁴⁸ No final dos anos de 1970 e na década de 1980, muitos estudos da sociologia política e do trabalho analisaram a ação do novo sindicalismo sob vários prismas, entre estes, podemos destacar três linhas de análise: a ação sindical voltada para a ação direta no *espaço da produção*; a ação sindical cidadã relacionada com as reivindicações pela redemocratização do país e a luta pelo fortalecimento de instituições como os partidos políticos e os sindicatos, e, a ação sindical voltada para a mudança na estrutura sindical. Neste sentido, a seguir apresentamos uma breve contribuição do que foi produzido neste período: Leite (1987a), (1987b) trata da classe operária e a questão sindical no Brasil relacionando com as principais questões sociais e reivindicações dos metalúrgicos do ABC da década de 1970 até o início dos anos de 1980; Jácome Rodrigues (1990) e (1991) focaliza nas novas formas de organização dos trabalhadores no local de trabalho, com destaque para as Comissões de Fábrica; Martins (1986) procurou as raízes do sindicalismo do ABC na militância católica entre 1954 e 1975; Almeida, Maria H.T (2008) relacionou o sindicalismo e os partidos políticos a partir do final dos anos 70 apontando os dilemas para a ação sindical entre a *conservação* e a *mudança*; Moisés (1982) destacou o papel político do novo sindicalismo e relacionou com a construção de alternativas partidárias, como o Partido dos Trabalhadores (PT); Sader (1988) colocou em evidência as relações entre o novo sindicalismo e os movimentos sociais, articulando à ação sindical ao espaço da comunidade; Boito Jr. (1991) debateu sobre a ação do “novo sindicalismo” e a questão da reforma e persistência da estrutura sindical.

⁴⁹ A expressão “pelego”, segundo dicionários, designa a pele de carneiro com a lã, usada sobre a montaria, para amaciar o assento. Com o significado de dirigente sindical controlado pelo governo ou pelos patrões, a palavra “pelego” teria sido empregada, pela primeira vez, pelo Ministro do Trabalho Danton Coelho em relação a Deocleciano de Holanda Cavalcanti, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), desde 1946 (quando a entidade foi reconhecida pelo Decreto nº 21.978, de 25 de outubro), até dezembro de 1961 (Pinto, 2007: 59).

⁵⁰ No outro pólo do sindicalismo mais conciliador e moderado então denominado Unidade Sindical – se soldava uma aliança entre o peleguismo moderno do tipo Joaquim dos Santos Andrade e os setores sindicais

em relação à estrutura sindical oficial. Um dos principais exemplos é o da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo, constituída ainda na década de 1960. Foi, portanto, destas duas grandes tendências de *caráter combativo*, mas composição plural, quando examinada na sua interioridade, que surgiu o projeto de criação da Central Única dos Trabalhadores (Antunes, 1995).

Voltando à abertura política do regime militar e a contestação à estrutura sindical oficial, no final da década de 1970, *novos personagens entram em cena*, marcando a emergência de novos sujeitos políticos, com novos padrões de ação coletiva, criando as condições para o exercício da democracia no país (Sader, 1988). Para o autor, os *novos personagens* marcaram o surgimento do:

Novo sindicalismo, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; os novos movimentos de bairro, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma nova sociabilidade em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os novos movimentos sociais, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada (Sader, 1988: 35-36).

A respeito das lideranças do *novo sindicalismo*, Vêras afirma que:

Do ponto de vista da referência discursiva, as *bases* às quais passaram a se reportar as lideranças do *novo sindicalismo* não eram mais aquelas da área de abrangência dos seus sindicatos, mas o conjunto da *classe trabalhadora*, das *classes populares*. Centrando-nos na experiência do ABC, e tendo como referência o processo anterior, no qual se construiu uma forte relação de identidade entre as lideranças e o *coletivo* de trabalhadores, notamos que no novo momento operou-se um certo *descolamento* entre tais lideranças e suas experiências de origem. O caso de Lula é emblemático, pois tornou-se um símbolo incontestável das lutas operárias do ABC e, em seguida, passou a dividir sua presença cada vez mais entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo - SMSBC e os espaços nacionais de articulação sindical e política. As lideranças do *novo sindicalismo*, embaladas pelo crescente desgaste político do regime militar e pelo acirramento das disputas sobre os rumos da “transição”, lançavam-se em um frenético ciclo, seja de articulações partidárias visando consolidar o PT como um projeto alternativo, seja de

vinculados à esquerda tradicional, PCB e MR-8, e que contou com a adesão dos sindicalistas ligados ao PCdoB. Este núcleo tinha também o apoio expressivo de José Francisco da Silva, Presidente da CONTAG. Este bloco foi responsável, na Praia Grande, em 1983, pela criação da CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), que depois denominou-se CGT (Antunes, 1995: 30).

articulações intersindicais, quando se assumem como o *bloco combativo* almejando construir a CUT “pela base”(Véras, 131-132: 2002).

A trajetória de ascensão do movimento sindical no cenário político nacional ocorreu num momento de maior abertura política. Neste sentido, um marco importante da atuação política das novas lideranças sindicais foi o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais, realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1978.

Nessa ocasião, um grupo de dirigentes dos sindicatos oficiais opôs-se à cúpula da CNTI⁵¹. Esse grupo, do qual faziam parte o próprio Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Arnaldo Gonçalves, Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Hugo Peres da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, etc., passou desde então a ser denominado *sindicalistas autênticos*. Após o término da reunião esse grupo de sindicalistas divulgou uma Carta de Princípios em que pedia a redemocratização do país (eleição direta para presidente, governadores e senadores), convocação de uma assembléia nacional constituinte, revogação das leis de exceção, etc. No plano sindical, a Carta de Princípios pedia direito de greve sem restrições, livre negociação com os empregadores, substituição do contrato individual de trabalho pelo contrato coletivo, liberdade de filiação a organismos sindicais internacionais, etc., etc.”(Rodrigues, 1991: 15-16).

Ainda em 1978, o III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema explicitou o propósito de construção de uma central sindical: “Aos poderosos grupos empresariais, organizados e unidos na defesa de seus interesses comuns, deverá se contrapor a unidade da classe trabalhadora, através de uma central única de trabalhadores de âmbito nacional” (Giannotti e Lopes Neto, 1990: 29). De acordo com os autores, em 1979, o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS), também foi um passo em direção à criação de uma central sindical, pois pela primeira vez após o Golpe de 1964, trabalhadores rurais e urbanos se reuniram com o objetivo explícito de debater sobre a unificação das lutas e a necessidade de construir uma central sindical de trabalhadores. Estiveram presentes neste encontro bancários, jornalistas, metalúrgicos, professores, trabalhadores da construção civil (Giannotti e Neto, 1990).

Em setembro de 1980, realizou-se o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes) que se propunha a agregar “todas as forças não

⁵¹Segundo Leôncio Martins Rodrigues (1991) as divergências giraram em torno de questões regimentais e, impulsionaram a articulação de um bloco de sindicalistas de oposição aberta ao governo.

comprometidas com o governo e os patrões, assegurada a pluralidade de concepções que estejam de acordo com a transformação urgente do modelo sindical vigente”, de modo a “somar todas as forças combativas na luta por um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático” (Rodrigues, 1991: 25).

Além destas atividades, cabe destacar o Encontro de Monlevade, realizado no Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, em fevereiro de 1980. Esta atividade que representou o esforço de articulação nacional dos *sindicalistas autênticos*, os movimentos populares e o setor *progressista* da Igreja⁵², além de apurar a crítica à estrutura sindical oficial e ao regime, sob a perspectiva da defesa da *liberdade e autonomia sindical* e da *democratização da estrutura sindical*. Este encontro apontou para a necessidade de constituir uma organização nacional de caráter intersindical. O *Encontro de São Bernardo*, realizado em julho de 1980, na cidade de Taboão da Serra, em virtude da intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, reuniu as mesmas tendências de Monlevade, mas avançou com a proposta de unificação dos movimentos populares e o movimento sindical.

Logo em seguida, se organizou o Encontro Nacional realizado em Vitória⁵³, em junho de 1981. A reunião aprovou, entre outras propostas, a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, greve geral envolvendo organizações sindicais e sociais urbanas e rurais, estabilidade no emprego; fim da estrutura sindical, formação de uma central única dos trabalhadores, entre outras ideias. Na sequência destes três encontros, se formou a ANAMPOS, (oficialmente IV Encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical), a atividade aconteceu em Goiânia, em junho de 1982 (Rodrigues, 1991).

⁵² Conforme estudo de Martins (1986), um trabalho mais sistemático de grupos católicos, dentro da nova linha social da Igreja, junto a operários e ao movimento sindical, vinha sendo desenvolvido desde 1963, com a constituição de um “movimento de oposição sindical”. Contava-se na ocasião com o apoio de grupos como a Juventude Operária Cristã – JOC e a Ação Católica Operária – ACO, que estavam desenvolvendo uma visão crítica em relação à estrutura sindical oficial. Esses vieram a formar um dos principais pilares da organização das “oposições sindicais”, por exemplo, entre os Metalúrgicos de São Paulo e de Osasco. Tal esforço também atingia o ABC, tendo ganhado evidência por ocasião da greve metalúrgica de 1980. Mas, segundo Martins, o papel da Igreja foi definido, desde o início, como o de servir e, portanto o papel de direção das lutas, caberia aos sindicatos.

⁵³ A reunião de Vitória veio a ser chamada de III Encontro Nacional de Articulação de Movimentos Populares (Enamp). Os encontros de João Monlevade e de São Bernardo foram denominados simplesmente encontros (Rodrigues, 1991: 22).

A ANAMPOS teve um papel importante para a realização da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – 1ª CONCLAT, que aconteceu na Praia Grande no litoral de São Paulo, de 21 a 23 de agosto de 1981. A conferência envolveu 1126 entidades sindicais e 5247 delegados. Na ocasião foi aprovado um plano de lutas, com as seguintes reivindicações centrais:

a) contra o desemprego – estabilidade no emprego desde o 1º dia de trabalho, salário desemprego pago pelo governo, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, aplicação de um plano de obras públicas que atenda as necessidades da população e absorva a mão-de-obra desempregada; b) contra a carestia – congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, escala móvel de salários com reajustes salariais automáticos trimestrais, reforma agrária massiva, ampla e imediata com a participação direta dos trabalhadores, garantia dos preços justos para os produtos agrícolas, melhoria no atendimento médico e hospitalar, reajustes das aposentadorias e pensões de acordo com os reajustes da categoria do beneficiário e contra o pacote da previdência social, salário mínimo real, nacional e unificado que garanta a subsistência do trabalhador e de sua família; Liberdade e autonomia sindical – pelo fim das intervenções em todos os sindicatos de trabalhadores e pela absolvição dos dirigentes sindicais condenados pela Lei de Segurança Nacional (CUT, 1981: 40-41).

Apesar de todas as divergências e conflitos, da 1ª CONCLAT saiu a Comissão Nacional Pró-CUT que foi composta por 56 sindicalistas, sendo 24 trabalhadores rurais e 32 urbanos. Estes dirigentes ficaram responsáveis por preparar para o ano seguinte (1982) um novo congresso com o objetivo de fundar uma central única de trabalhadores. Apesar da eleição da comissão, os conflitos no seu interior eram evidentes entre o grupo formado pelos *sindicalistas autênticos*, que tinha como principais integrantes os Metalúrgicos de São Bernardo, os Bancários de Porto Alegre e São Paulo, Petroleiros de Paulínia (SP), a Oposição Metalúrgica de São Paulo e as *oposições sindicais*; e entre o bloco dos sindicalistas, de linha *reformista-conservadora*, cujos principais integrantes eram os Metalúrgicos de Santos, os Metalúrgicos de São Paulo e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, que não possibilitaram a realização do congresso de fundação da CUT em 1982 (Giannotti e Neto, 1990).

Na Comissão Nacional Pró-CUT, do ponto de vista organizativo, não houve acordo a respeito do regimento interno do futuro Congresso, mais precisamente no que se refere ao “famoso artigo 8º que garantia aos trabalhadores da categoria o direito de indicar

uma delegação, caso a diretoria não convocasse a assembleia” (Giannotti e Neto, 1990: 38). A *Unidade Sindical* não concordou com a proposta dos *sindicalistas autênticos* porque visualizava esta medida como um estímulo às oposições sindicais e ainda contribuiria para que os segmentos de trabalhadores pouco representativos participassem de um importante momento de definição das políticas para a nova central sindical de trabalhadores.

Por um lado, Rodrigues (1991) aponta que a tensão vislumbrada era fruto da divergência de concepção sindical que existia entre os dois blocos, pois em temas como unicidade sindical, contribuição sindical, papel das federações e confederações, entre outros, não havia sido possível produzir propostas consensuais, denotando as diferentes visões sobre o papel do sindicalismo e da futura entidade sindical – a CUT. Por outro lado, para Giannotti e Netto (1993), a divisão do sindicalismo brasileiro em 1983 não pode ser reduzida às questões da estrutura sindical. De acordo com os autores, para o *peçoal da reforma*, grupo de militantes sob a influência do PCB e PC do B, a mudança política rumo ao regime democrático deveria acontecer a partir da reforma gradual do sistema. Sendo assim, defendiam uma saída negociada para o fim da ditadura. Contudo, para os militantes que fundaram a CUT a aposta era na ação direta, no confronto, nas greves, como caminho para acumular forças rumo a uma *sociedade socialista*. Objetivo presente no estatuto da CUT até hoje.

Nesse período, ao mesmo tempo em que se ampliaram as articulações sindicais em prol da criação da CUT, ocorreu a formação do Partido dos Trabalhadores, no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo. “Foi o chamado sindicalismo autêntico (e boa parte das oposições sindicais) que entendeu criar *algo mais* além dos sindicatos, que pusesse em foco inclusive a questão institucional do poder: O Partido dos Trabalhadores. Daí, ainda que, cronologicamente, o PT tenha surgido dois anos antes da CUT, e que tenham ambos trajetória própria, nota-se a simbiose dessa relação estreita, mas que já vai contribuindo para libertar o partido da imagem clássica de *correia de transmissão* em favor da idéia de complementaridade”(Gadotti e Pereira, 1989: 161).

A propósito desta discussão, para Hyman e Grumbrell-McCormick (2010), a relação entre os partidos e os sindicatos é complexa e contraditória, mas os quatro fatores que podem ajudar a explicar esta relação são a ideologia, as oportunidades estruturais, a

capacidade de organização dos atores políticos e o ambiente político e econômico externo. A respeito da influência da ideologia na ação sindical, a nosso ver, a análise dos autores é convergente com o que mostramos em Freire (2001) e Costa (2011), quando analisam a influência das correntes ideológicas sobre as tipologias de ação sindical, praticadas sobretudo no sindicalismo europeu, desde o século XX. Além disto, Hyman e Grumbrell-McCormick (2010), ao tratarem dos demais fatores, inspirando-se em Burawoy (1985), Taylor (1989) e Hyman (2001), procuram dar centralidade ao papel do Estado e das suas estruturas na regulação da relação social nas sociedades capitalistas, sendo capazes de determinar o caráter e as perspectivas para a ação sindical em diversos períodos.

No caso PT, ainda que tenha sido constituído antes da CUT, conforme citamos anteriormente, os atores que criaram as instituições são os mesmos. Porém, a complexidade dessa relação determinou muitas das escolhas que a CUT fez no período 2003-10, quando o PT se tornou governo e a central sindical passou a focar numa ampla agenda negocial direcionada para o desenvolvimento. A ação se contrapôs, em grande parte, à prática sindical priorizada nas duas décadas anteriores e fortemente marcadas por ações de confronto e de busca por reconhecimento no campo político nacional.

Sobre a composição social do Partido dos Trabalhadores, Secco (2011) destaca que a base mais importante do PT, depois dos operários de empresas multinacionais e do sindicalismo de funcionários públicos, foi a Igreja Católica. Sua influência popular era extensa, através das comunidades Eclesiais de Base (CEEBs) que se multiplicaram nos anos setenta por causa da repressão as demais organizações populares. Na composição social do partido, na fase da sua formação, no período de 1978 a 1983, o autor ressalta a importância da presença dos trabalhadores rurais nas regiões de fraca industrialização e dos grupos organizados, tais como: a OSI – Organização socialista Internacionalista (mais tarde corrente “O Trabalho”), a Convergência socialista, o PCBR, ALN, MEP, a AP e os dissidentes do PCdoB, PCB e MR-8 (Secco, 2011).

Voltando ao período de realização do 1º CONCLAT, a cisão entre a *Unidade Sindical* e o *Bloco dos sindicalistas autênticos* não impediu a realização do congresso. O 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – 1º CONCLAT foi realizado entre os dias 26 e 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo – no Pavilhão Vera Cruz,

envolvendo cerca de 20 mil delegados nos Enclats em todo o país. De acordo com a CUT (1983), o quadro geral do 1º CONCLAT apresentou os seguintes números: 5.059 delegados participantes, representando 912 entidades sindicais e 24 Estados e o Distrito Federal-DF. Paralelamente a isto, os setores articulados em torno da *Unidade Sindical* marcaram um congresso para os dias 4 a 6 de novembro de 1983⁵⁴ que deu origem a CGT, posteriormente denominada CGTB, conforme vimos no capítulo 1.

O 1º CONCLAT decidiu pela criação da CUT e aprovou, em bloco a proposta de estatuto que havia sido apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. Jair Antonio Meneguelli na época Presidente do SMSBC foi eleito coordenador da CUT. O texto final apresentou os seguintes encaminhamentos:

A Plenária do dia 28 de agosto de 1983 aprovou a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, que passará a constituir a direção que encaminhará, de forma organizada, em nível nacional, as lutas comuns dos trabalhadores. Este organismo (CUT) deve ser representativo, democrático e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos. A Direção da CUT será eleita neste Conclat com mandato de 1 (um) ano, com a incumbência de no plano político, encaminhar o Plano de Lutas aprovado e, no plano organizativo, estruturar e implantar a CUT em todos os seus níveis. Durante este primeiro ano, serão realizados congressos e plenárias regionais e estaduais até 15 de março de 1984, com eleições das respectivas Direções e estruturação da CUT. A Plenária Nacional será realizada até o dia 15 de abril de 1984. O Congresso Nacional será realizado em agosto de 1984, com eleição da nova Direção”(CUT, 1983: 10-11).

Após o retrospecto sobre as origens do *novo sindicalismo* no Brasil e a formação da CUT, na seção seguinte, faremos um debate sobre os princípios fundadores da CUT. Apresentaremos, ainda, o processo de *institucionalização* da central sindical na década de 1980, focando nas principais estratégias e nos planos de *lutas* – espaço em que a CUT materializa a sua estratégia, expondo-a em um conjunto de *ações* a serem realizadas num determinado período da gestão sindical.

⁵⁴ A *Voz da Unidade*, órgão oficioso do PCB, pronunciou-se em 11 de agosto de 1983, a respeito da declaração do Bloco Combativo, no sentido de levar adiante a criação da CUT, avaliando que os sindicalistas “autênticos” assumiam atitudes que “lhes custaram duros golpes, com efeitos negativos para o movimento (recorde-se as greves de Paulínia - SP e as intervenções em sindicatos mais recentes)”: “Assim como uma saída democrática para a crise brasileira requer hoje soluções negociadas à base de pressão organizada das massas e não aposta no confronto, ela também requisita a unidade dos trabalhadores” (*apud* Giannotti e Lopes Neto, 1991: 39).

2.1. CUT: Projeto político, princípios fundadores e o processo de institucionalização da Central Sindical na década de 1980

Desde a sua fundação em 1983, a CUT se autodefine como uma central *classista*, voltada para a luta pelos *objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores*, e, sendo assim, tem como referência a luta por uma *sociedade sem exploração*.

A Central Única dos Trabalhadores, ao defender a *liberdade e autonomia sindical*, pretendia a mudança na estrutura sindical brasileira de caráter corporativista. A isto se associava o entendimento de que os trabalhadores deveriam decidir livremente sobre as suas formas de organização, filiação e sustentação financeira, com total independência frente ao Estado, governos, patronato, partidos, instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional.

No 1º CONCLAT a pauta de reivindicações da CUT exigiu o fim da política econômica do governo; o rompimento dos acordos com o Fundo Monetário Internacional – FMI; a liberdade e a autonomia sindical; a liberdade de organização política; a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores; o não-pagamento da dívida externa; o fim da Lei de Segurança Nacional – LSN; o fim do regime militar e por um governo controlado pelos trabalhadores; eleições diretas para presidente” (CUT, 1983).

Para além deste conjunto de reivindicações, nas resoluções aprovadas no 1º CONCLAT, constou um *plano de lutas*, focado no fim do desemprego e pela estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho sem redução de salário; pela extinção da hora extra; contra o arrocho salarial; em defesa dos servidores públicos; em defesa das empresas estatais; pelo direito à habitação; pela reforma agrária e por liberdades democráticas. Ao compararmos com as reivindicações da CUT nos dias atuais, se verifica que grande parte desta agenda ainda é objeto de *disputa* no cenário político sindical nacional, conforme será analisado nos capítulos 4 e 5 deste trabalho.

A combinação da *ação social no espaço da produção* com a *ação no espaço da cidadania*, conforme expresso nas resoluções da CUT desde a sua fundação, a nosso ver, revela uma característica fundamental do *modelo originário* (Panebianco, 2005) desta *instituição*. Esta é uma estratégia que teve constância ao longo da trajetória da CUT. Neste

sentido, a Plenária Nacional da CUT de 18 de maio de 1984, realizada no Sindicato dos Químicos de São Paulo deu materialidade à *ação política* que pretende se articular para além do *espaço da produção*, no momento em que a CUT aprovou a organização de uma greve geral com os seguintes eixos reivindicatórios: “Diretas Já e o Conjunto das reivindicações dos trabalhadores” (CUT,1984: 10). Neste último ponto, incluiu temas relacionados a democratização das relações de trabalho.

O 1º Congresso Nacional da CUT – 1º CONCUR foi realizado de 24 a 26 de agosto, de 1984, em São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo e contou com 5260 participantes. De acordo, com Rodrigues (1997: 100) “Estiveram presentes 1590 delegados rurais e 1048 trabalhadores industriais. Já os empregados do setor de serviços se fizeram representar por 1357 participantes e as associações e entidades pré-sindicais – notadamente de funcionários públicos - enviaram 1.227 delegados”. Neste congresso, foi feita uma avaliação a respeito da fundação desta *instituição* e, na ocasião, a CUT proferiu duras críticas à estrutura sindical e ao Ministério do Trabalho, conforme segue:

A fundação da CUT foi correta. Por causa das divisões dentro do movimento sindical, gerou certas dúvidas. Depois se constatou a importância de seu surgimento contra o Ministério do Trabalho e a chantagem dos pelegos; A CUT é um passo histórico na luta dos trabalhadores e constituiu-se na maior vitória dos trabalhadores após 1964. Carece, ainda, de uma implantação efetiva; A criação da CUT representa apoio e referência para as oposições sindicais. É um instrumento para unificar as lutas. É uma forma de aglutinar de forma independente o trabalhador. A CUT foi criada a partir das bases. É a partir das lutas que ela vai tornar-se um instrumento de unidade dos trabalhadores e estruturar-se definitivamente. A fundação da CUT mostra uma nova realidade no movimento sindical brasileiro. Faz parte do processo de conquista da liberdade sindical e da luta pela emancipação dos trabalhadores. O rompimento na prática com a estrutura sindical vinculada ao Ministério do Trabalho é uma vitória importante. A legislação sindical brasileira é fascista. Nossas conquistas terão que ser obtidas à força. Com a criação da CUT, houve uma demarcação no campo sindical, de um lado o sindicalismo combativo e do outro o atrelado dos pelegos (CUT, 1984: 2-3).

A avaliação enfoca à conotação do discurso e da prática sindical que a CUT pretendeu desenvolver no período, priorizando a *luta* orientada para a conquista de novos sindicatos e o crescimento da CUT “pela base”. Atitudes que visavam à construção de um instrumento de unidade de classe. No entanto, apesar da aprovação desta linha de ação, se verifica que, nas resoluções do 1º CONCUR (1984), há uma severa crítica à aplicação do

plano de lutas que não foi cumprido adequadamente. A não realização da greve geral marcada no último congresso; a baixa capacidade de dar direção à luta pelas “Diretas Já”; os poucos avanços na luta pela terra; a falta de apoio efetivo às chapas de oposição; as bandeiras de luta que não tinham interlocução com a real prática dos trabalhadores e o baixo nível de envolvimento do plano de lutas com as bases, entre outros pontos, foram as justificativas dadas para a incapacidade de implantação plena das propostas que haviam sido aprovadas no 1º CONCLAT (1983).

No 1º CONCUR, em 1984, a falta de interlocução/penetração nas bases foi apontada como um fator de distanciamento entre a orientação da *cúpula* da central sindical e a prática sindical real. No entanto, a partir do final da década de 1980, mesmo com a aceleração do processo de *institucionalização* e, na década de 2000, sob nosso ponto de vista, no contexto da *estabilização institucional*, conforme apresentaremos nos capítulos que seguem, observamos que, em certa medida, prevalece a distância entre a *ordem legítima* estatuída pela *instituição* e a prática sindical no dia a dia das entidades sindicais que tendem a se orientar em direção aos *interesses* das *categorias*.

A definição de *poder* em Arendt (2001) pode nos ajudar a compreender esta limitação institucional. Assim: “O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam” (Arendt, 2001: 212). De acordo com a autora, a única limitação para o *poder* e a *ação* é a existência de outras pessoas, pois o poder humano corresponde, antes de tudo, à condição humana da pluralidade (Arendt, 2001). Diante desta contextualização, concluímos que a *ação* pretendida pela *instituição* tem um *potencial de poder*, mas o alcance real das propostas nas bases da central sindical vai depender da *ação* de uma pluralidade de “pessoas”. No caso da CUT, *representantes de interesses*, oriundos de diversas categorias profissionais e de uma pluralidade de *tendência políticas* cuja *ação* pode não se orientar prioritariamente pelo plano de lutas definido pela CUT para um determinado período. Além disto, conforme afirmamos anteriormente, numa *relação política*, o conteúdo do sentido da relação social pode mudar e “também é possível que esse conteúdo de sentido seja em parte perene, em parte variável” (Weber, 2009: 17).

Anterior ao 2º Congresso Nacional da CUT, em 1985, entre os dias 13 e 15 de dezembro, em São Bernardo do Campo, em São Paulo, se realizou a 1ª Plenária Nacional. O quadro geral da Plenária de 1985 apontou para 247 participantes. Deste total, 15 eram membros da Direção Executiva Nacional e estiveram presentes *representantes* sindicais do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.

Percebe-se que, novamente, as resoluções da 1ª Plenária Nacional apontaram para estratégias que se articulam para além dos temas *espaço da produção*. Assim, a CUT aprovou resoluções políticas que trataram dos seguintes temas: lutar para democratizar o país, rompimento com o FMI, não pagamento da dívida externa, reforma agrária, defesa das estatais e estatização dos bancos sob o controle dos trabalhadores. Além destas resoluções, constaram na pauta sindical a luta por: unificação das campanhas salariais, 40 horas semanais e reajuste trimestral, salário mínimo real calculado pelo DIEESE, revogação das leis de greve e ratificação da convenção 87 da OIT. Outro ponto de debate, nessa plenária preparatória ao 2º Congresso Nacional da CUT, foi à estruturação da organização interna da CUT. Sendo assim, se elaboraram propostas sobre a sustentação financeira da central sindical, a organização sindical e o estatuto.

O 2º Congresso Nacional da CUT se realizou no Rio de Janeiro, de 31 de julho a 3 de agosto de 1986. As estatísticas da atividade indicaram a participação de 5564 delegados, sendo 3923 de base e 1641 de diretoria. Quando divididos por setores econômicos, a classificação era a seguinte: rurais (35,10%), indústria (21,59%), funcionalismo público (11,07%), profissionais liberais (5,93%), serviços (26,31%) (2º CONCUR, 1986: 128).

De acordo com Vêras (2007), no 2º CONCUR o referencial de luta por uma sociedade sem explorados e exploradores é associado ao objetivo de contribuir para a construção de uma *sociedade socialista*. Entretanto, fazia a ressalva de que a Central era apenas parte integrante de um processo, no qual o papel de destaque caberia aos partidos efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora. Sob o lema “Salário, emprego e liberdade para todos. Terra para quem nela trabalha”, o 2º CONCUR aprovou o seguinte plano de lutas: recuperação de perdas salariais e aumento

real de salários; salário mínimo real definido pelo Dieese; exigir o real congelamento dos preços e o abastecimento; reajuste automático mensal dos salários (segundo o índice do Dieese); a estabilidade no emprego; fim da mão-de-obra temporária; redução da jornada de trabalho para 40h semanais; salário-desemprego real para todos; liberdade e autonomia sindical; aprovação da convenção 87 da OIT; participação popular na constituinte; reforma agrária sob controle dos trabalhadores; punição dos assassinos dos trabalhadores rurais; não ao pagamento da dívida externa (Rodrigues, 1997: 107).

Neste período, a CUT se propôs a deflagrar as mais amplas mobilizações, que deveriam partir das fábricas, dos bairros populares, do campo, dos escritórios, entre outros setores, constituindo formas de *luta* e pressão sobre a Assembléia Nacional Constituinte. A partir dessas estratégias, a CUT pretendeu influenciar na redemocratização do Estado brasileiro e, para além da mobilização, a central sindical comprometeu-se a eleger uma bancada expressiva de representantes dos trabalhadores no sentido de dar suporte às reivindicações e à implementação das suas propostas na nova carta constitucional. Novamente, verificamos que, à medida que a CUT vai se institucionalizando mantém no seu horizonte de *ação* a perspectiva de influenciar nas questões *política* relacionadas ao *espaço da produção e da cidadania*.

Segundo Rodrigues (1997), no 2º CONCUR, saíram estruturadas as duas principais tendências da CUT: a Articulação Sindical – ARTSIND e a CUT pela Base que já estava usando este nome desde os congressos Estaduais que antecederam este congresso. As diferenças de enfoque entre as duas *tendências*⁵⁵ apareceram em vários debates. Foi neste congresso o último momento em que a esquerda-socialista conseguiu imprimir sua marca mais fortemente. “A partir daí, independentemente das questões políticas e organizativas, aqueles setores que poderíamos chamar de esquerda sindical ou contratualista (a Articulação e seus aliados), passaram a definir mais concretamente o jogo político-sindical da CUT. Foi assim no III CONCUR e – apesar das dificuldades -, também no IV CONCUR (Rodrigues, 1997: 109). Podemos ainda acrescentar, durante toda a década de 1990 e no início do século XXI.

⁵⁵ Para um aprofundamento desta questão, ver Giannotti e Netto (1990), (1993).

No entanto, como explicar a hegemonia da Articulação Sindical (ARTSIND) por dentro da CUT por tantos anos? Esta é uma questão de difícil resolução e não temos a pretensão de respondê-la. Todavia, conhecer os princípios desta complexa e contraditória *tendência política*, cuja composição política interna foi marcada pela pluralidade, tendo no seu início a presença de partidos políticos como PT, PSB, PPS, PV, PDT, PMDB e PSDB, pode dar pistas para entender o período 2003-2010, a nosso ver marcado por forte *estabilização institucional*.

A ARTSIND surgiu em fevereiro de 1987 e, em linhas gerais, na sua concepção e prática, afirma os seguintes princípios:

1) A Articulação Sindical propõe uma ruptura radical com a estrutura oficial corporativa e de conciliação de classes; 2) Defende um sindicalismo classista de luta, democrático, de massas, unitário e se expressa na combinação entre reivindicação e a construção de um projeto histórico da classe trabalhadora; 3) A CUT que a Articulação Sindical quer consolidar é a expressão de um sindicalismo organizado a partir do local de trabalho, desde o sindicato de base até o conjunto da classe; 4) A Articulação Sindical congrega sindicalistas, do campo e da cidade, que se identificam com sua concepção e prática sindical e não por combaterem outras concepções; 5) Contribui para que a prática sindical politize as divergências, combatendo o sectarismo e o vanguardismo; 6) Deve desenvolver a confiança política e a solidariedade entre os Companheiros; 7) Compromete-se a desenvolver a unidade de ação dos trabalhadores, no plano internacional, contra as terríveis conseqüências da crise mundial do capitalismo; 8) É reservada, mas não clandestina; 9) Preserva e respeita as decisões das instâncias da CUT e dos sindicatos; 10) O consenso deve ser sempre o objetivo da Articulação. Esgotadas todas as possibilidades, não havendo mais tempo para a tomada de decisão e o consenso ainda não tiver sido alcançado, a Articulação deve encaminhar a solução dos problemas, através do voto. E, uma vez, decididos, todos, sem exceção, deverão acatar e cumprir as deliberações da maioria” (ARTSIND, 2008).

Os cinco pontos que orientaram o Plano de ação da ARTSIND, conforme aprovado no 1º Encontro Nacional desta *tendência política*, em 1987, foram:

1. Fortalecer as instâncias da CUT, rompendo como a tese de que ela seria uma federação de instâncias estaduais, afirmando seu caráter único e nacional; 2. Estruturar as secretarias gerais das Estaduais da CUT, como coordenadoras do conjunto das secretarias; 3. Promover a filiação dos sindicatos à CUT e sustenta-la política e financeiramente; 4. Estruturar a própria ARTSIND nos Estados e regiões; 5. Introduzir nossa concepção sindical, junto aos trabalhadores na base de representação dos sindicatos, organizar as oposições, promover a formação política e estruturar a CUT (ARTSIND, 2013).

A estratégia aprovada pela ARTSIND se estruturou em quatro linhas de ação: “1. resistência propositiva e disputa de hegemonia; 2. mobilização, cidadania e negociação; 3. autonomia, independência e aliança com o movimento popular; 4. luta pela reforma agrária e por um novo modelo de desenvolvimento no campo” (ARTSIND, 2013).

A ideologia e a estratégia de organização sindical propugnada pela Articulação Sindical vinha sendo criticada desde 1986. Na ocasião do 2º CONCUT, a CUT pela Base denunciou as tentativas da Articulação em acabar com a representação proporcional ao peso de cada *tendência política* na composição das direções. De acordo com Gianotti e Netto (1990), o fim da proporcionalidade abria o risco de formação de uma direção supercentralizada e de uma central burocratizada. Assim: “em nome da necessidade de se estruturar uma central poderosa, vai-se gradativamente chegando à idéia de uma central com uma só opinião, aplicando mecanicamente à Central a visão viciada dos partidos socialistas burocratizados do estilo Leste Europeu” (Gianotti e Netto, 1990: 48).

A crítica proferida pelos autores revela uma visão sobre o futuro que, em parte, se consolidou, pois, conforme veremos no capítulo 5, a burocratização da central sindical é ainda um processo em curso. Mas, em geral, podemos considerar que pesou sobre esta opinião a carga ideológica dos autores. Vale lembrar que ambos tiveram a sua trajetória política ligadas à *tendência* CUT pela Base.

O 2º CONCUT inovou na proposta de organização sindical ao aprovar a organização dos sindicatos por ramo de atividade econômica e a criação dos Departamentos Nacionais. A *ação* é parte do processo de *institucionalização* da CUT no período referido. No entanto, a partir de 1992, gradativamente, os Departamentos Nacionais foram sendo substituídos por federações e confederações nacionais. Assim, a CUT foi redirecionando a construção da sua *estrutura vertical*. A classificação inicial dos ramos estava organizada da seguinte forma: 1. Ramo de atividade econômica agropecuária; 2. Ramo de atividade econômica industrial; 3. Ramo de atividade econômica do comércio e serviços; 4. Ramo dos inativos; 5. Ramo de atividades de serviços públicos (municipais, estaduais e federais); 6. Ramo de atividade econômica dos autônomos urbanos; 7. Ramo de atividade dos profissionais liberais (CUT, 1986).

Em 1987, a 2ª Plenária Nacional da CUT, realizada de 05 a 07 de junho, no Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, reuniu 227 dirigentes sindicais, vindos de 22 estados. As resoluções do encontro confirmaram o que havia sido debatido no 2º CONCURTO. Na ocasião, os dirigentes sindicais aprovaram a organização de uma “Jornada nacional de lutas - contra a recessão e pelos direitos dos trabalhadores”. Os temas centrais da Jornada foram: o não-pagamento da dívida externa, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, pelos direitos dos trabalhadores na constituinte, eleições direta para presidente, campanha pelo não-pagamento da dívida externa. A fim de assegurar as conquistas almejadas, a greve geral era a forma de *luta* mais referenciada no discurso sindical. A Plenária também privilegiou o debate das questões organizativas. Porém, na atividade, ganhou destaque à discussão sobre a eleição da direção executiva da CUT, os critérios de participação nesta instância decisória e o papel dos dirigentes sindicais. Esse debate é retomado pela CUT, principalmente a partir de 2011, quando o cenário de reorganização sindical no Brasil passou a impulsionar práticas sindicais para *dentro* da *instituição*, nem sempre em conformidade com os princípios fundadores da CUT.

Na trajetória de *institucionalização* da CUT na década de 1980, é fundamental destacar a realização do 3º CONCURTO em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, entre os dias 7 e 11 de setembro de 1988. O 3º CONCURTO foi o maior de todos os congressos já realizados. Participaram da atividade 1.157 entidades, incluindo 160 oposições sindicais, totalizando 6.244 delegados. Na distribuição do total de delegados por ramo de atividade, se verifica a seguinte classificação: rural (32,0%); indústria (23,9%); comércio e serviços (21,5%); setor público (15,7%); financeiro (3,9%); transporte (2,3%). Logo, a maior delegação foi composta por trabalhadores rurais.

No congresso, o setor majoritário representado pela *tendência Articulação Sindical* propôs um conjunto de mudanças responsáveis por uma delimitação mais precisa da concepção e da prática sindical da CUT, o que deixava claro o caráter de Central Sindical (e não de movimento social). Estas mudanças foram expressas na *Tese nº 10*, denominada *Pela CUT Classista, de Massa, Democrática, de Luta e Pela Base*. Segundo Rodrigues (1990a: 86): “Embora situando o socialismo como a perspectiva histórica e compartilhando da mesma cultura socialista dominante nas lideranças cutistas, a tese nº 10 é mais moderada na sua retórica e nas bandeiras de luta. Uma de suas bandeiras de luta é a

defesa do Contrato Coletivo Nacionalmente Articulado negociado diretamente com o patronato e levando, no final, à abolição da CLT, e pondo fim igualmente à intervenção do Ministério do Trabalho e do Estado nas relações entre o capital e o trabalho”. A vitória da *Tese n° 10* conferiu uma estratégia de organização sindical diferenciada *para fora* da CUT (com a ação sindical mais voltada para a negociação e contratação coletiva) e também para *dentro* da CUT (quanto ao modo de conceber sua organização própria).

Na mesma linha de Giannotti e Neto (1993), Vêras (2002) destaca que, para os dirigentes sindicais dos setores minoritários as mudanças propostas pela Articulação Sindical, restringindo-a à condição de “Central de sindicatos” esvaziavam o caráter “revolucionário” do seu projeto, tornando-o próximo dos modelos sindicais “social-democratas” presente em países europeus. Além do mais, as mudanças estatutárias, ao restringirem sobretudo a proporção de delegados “de base” e das “oposições sindicais”, só poderiam concorrer para levar a CUT à “burocratização”. Por tudo isso, os dirigentes das tendências minoritárias se posicionaram contra as propostas apresentadas pela Articulação Sindical. Diante desse contexto, a mudança estatutária realizada em 1988 foi aprovada sob um clima de forte polarização dos delegados presentes no 3º CONCUR.

Leôncio Martins Rodrigues (1990a) detalhou as medidas *restritivas à participação de base*. Conforme o autor, a partir do 3º CONCUR somente delegados das entidades filiadas poderiam participar dos congressos. Além disto, o número de delegados que cada entidade poderia enviar deve ser proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados e não mais ao número de trabalhadores existentes na jurisdição do sindicato (critério válido também para as oposições sindicais pró-CUT que estão em disputa com as diretorias anti-CUT). Visando reduzir a influência das oposições, foi decidido que seus delegados deveriam ser proporcionais ao número de votos que conseguissem no último escrutínio das eleições para a diretoria do sindicato. No caso das oposições que não disputassem as últimas eleições sindicais, o número de delegados não poderia ser superior à delegação do menor sindicato filiado à CUT. Além disto, só poderiam participar de congresso nacional, as oposições reconhecidas pelas Estaduais da CUT.

A periodicidade dos congressos nacionais também sofreu alterações e os congressos nacionais passaram a se realizar a cada três anos. O fato é que, depois do 3º

CONCUT (1988), se inicia o que se pode chamar de segundo período da trajetória da CUT, identificado em diversos estudos sobre o tema, como a transição de uma CUT – movimento para uma CUT – Instituição⁵⁶ (Rodrigues, 1997).

No plano político, no seu 3º congresso nacional, a CUT denunciou o aprofundamento da crise econômica e social no país. Na percepção da Central Única dos Trabalhadores, a crise era provocada pela incapacidade do projeto da burguesia de dar respostas aos anseios da população. Assim, a CUT repudiou a proposta de *pacto social* apresentada pelo governo Sarney. No seu plano de *lutas*, propôs desencadear uma jornada nacional contra a política econômica do governo Sarney; lutar contra o pagamento da dívida externa, contra a carestia e a inflação; exigir o fim da violência no campo.

Embora a mudança estatutária tenha dado um novo caráter para a estrutura e organização interna da CUT, a pauta política aprovada estava em consonância com os planos de ação adotados anteriormente por esta *instituição*, com reivindicações como:

Reposição imediata das perdas; reajuste mensal de salários de acordo com o índice do DIEESE; reforma agrária imediata sob o controle dos trabalhadores; por uma política agrícola de interesse dos trabalhadores; por um contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado; pela unificação das datas-base; 40 horas semanais de trabalho; estabilidade no emprego; liberdade e autonomia sindical; pela garantia e aplicação imediata das conquistas dos trabalhadores na Constituição; não-pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com o FMI; contra a privatização das estatais e em defesa dos serviços públicos; garantia de abastecimento e controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade; creche gratuita para os filhos de trabalhadores até a idade de 7 anos, nos locais de trabalho ou moradia, controlada pelos trabalhadores; contra demissões de mulheres grávidas; luta contra a carestia (CUT, 1988: 64-65).

No 3º CONCUT, com a aprovação do texto final da Constituição, a CUT assim como o PT, se posicionou criticamente e apontou, como déficits da nova carta, a manutenção da estrutura sindical que, embora com algumas modificações, manteve a unicidade e o imposto sindical; a reforma agrária e a definição das Forças Armadas como fiadoras e guardiãs da Constituição, o que colocava a sociedade brasileira sob tutela

⁵⁶ Em uma tentativa de se contrapor ao trabalho de Jácome Rodrigues (1997), vale a pena ver o artigo “De volta para o novo corporativismo” de Boito Jr. (1994) que caracteriza o final dos anos 80 como um período de transformação política – ideológica do novo sindicalismo passando de um “sindicalismo de massas e confronto” para um sindicalismo marcado pelo “neocorporativismo”.

militar. No entanto, ambas as *instituições* reconheceram que houve conquistas no novo texto constitucional como o direito de greve, a redução da jornada, salário férias de um terço, entre outros direitos trabalhistas. A respeito da relação com as centrais sindicais⁵⁷, também no 3º CONCUR (1988), a CUT denunciou a CGT como um projeto sindical que sobrevivia em função da estrutura sindical fascista e alertou para o crescimento do *sindicalismo de resultados* nesta central sindical, marcada pela prática colaboracionista em relação aos patrões e favorável aos pactos sociais. Conforme mostramos no capítulo 1, a Força Sindical, criada em 1991, foi originada a partir dessa concepção política.

Na 3ª Plenária Nacional, realizada de 04 a 06 de agosto de 1989, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participaram 200 dirigentes sindicais de todo o país, distribuídos da seguinte forma: 15 membros da Executiva Nacional; 60 integrantes da Direção Nacional; 81 representantes das Estaduais da CUT; 25 representantes das regionais da CUT e 20 representantes de oito departamentos nacionais (1989: 14). O encontro reafirmou as resoluções aprovadas no 3º CONCUR, mas diante da agenda política de 1989 marcada pelas eleições presidenciais, a Plenária decidiu:

A CUT enquanto entidade não apoiará candidatura ou candidaturas, mas não se manterá neutra em um momento decisivo para o futuro do país. A CUT entende ser fundamental a mais ampla participação dos trabalhadores e conclama o movimento sindical a engajar-se no processo eleitoral, colocando seus recursos e instrumentos a serviço dos trabalhadores no sentido de: a) lutar pela ampliação da democracia, desenvolvendo os debates, discutindo os projetos e perfis políticos que são sustentados pelas várias candidaturas; b) auxiliar os trabalhadores a compreenderem que nestas eleições estão apresentados, e confrontados, projetos globais para toda a sociedade, representando, inclusive, a disputa de posições diferenciadas frente ao desenvolvimento econômico, à dívida externa e às políticas salariais futuras; c) contribuir para a elevação da consciência, da cidadania e da organização dos trabalhadores; d) combater politicamente as propostas que impliquem a manutenção da estrutura econômica, social e política que garante os privilégios de uma minoria e a miséria da ampla maioria; e) destacar a continuidade da luta pelas reivindicações expressas em congressos e no 3º Concur (CUT, 1989: 10-11).

⁵⁷ Além da CUT, atuavam como Centrais Sindicais na década de 1980, a Confederação Geral dos Trabalhadores, a Central Geral dos Trabalhadores – CGT e a União Sindical Independente, e, como uma tendência bem definida, havia a Corrente Sindical Classista, que aderiu a CUT no 4º CONCUR (Rodrigues, 1990a).

Apesar do alegado não envolvimento *institucional* direto com o processo eleitoral em curso, constatamos que a CUT, com frequência libera a sua militância sindical para atuar nas campanhas eleitorais. Porém, não “libera” o voto, considerando que a *orientação* dada aos dirigentes sindicais é priorizar a *ação* voltada para as campanhas que visam à eleição de candidatos do *campo democrático e popular*. Em 1989, conforme dados do TSE, no primeiro turno das eleições presidenciais o candidato Fernando Collor do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) obteve 30,48% dos votos, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atingiu 17,19%, seguido de Leonel Brizola com 16,51% do total de votos válidos. No segundo turno, Collor e Lula seguiram na disputa e, com 49,94%, portanto 5,71 pontos percentuais acima do total de votos obtido pelo seu oponente, Collor foi eleito Presidente da República. É importante destacar que, no Brasil, a disputa em dois turnos eleitorais, assim como a duração do mandato presidencial de 5 anos, foram regras estabelecidas pela Constituição de 1988. Esta última regra foi alterada no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Na seção seguinte, avançaremos no tempo e apresentaremos as principais estratégias da CUT na década de 1990.

2.2. As estratégias de resistência e o processo de institucionalização da CUT na década de 1990 a 2002

Com uma pauta de reivindicações muito semelhante à propugnada em anos anteriores, entre os dias 17 a 19 de agosto de 1990, em Belo Horizonte, a CUT realizou a sua 4ª Plenária Nacional⁵⁸. Em sua agenda política, focou no enfrentamento ao governo de Fernando Collor. De acordo com a central sindical, a *ação* deveria se voltar para derrotar o plano de arrocho, o desemprego, as privatizações e a política industrial do governo Collor, assim como denunciar o desmantelamento do serviço público, o autoritarismo, a violência, e o caráter antipopular, antinacional e antidemocrático do governo (CUT, 1990). O debate

⁵⁸ A Plenária Nacional, realizada de 17 a 19 de agosto, em Belo Horizonte, MG, registrou a presença de 168 participantes, sendo 13 membros da Executiva Nacional, 36 representantes da Direção Nacional, 66 das estaduais e 13 das regionais. Dos 11 departamentos nacionais existentes, somente o dos bancários esteve ausente. Ao todo, participaram 27 representantes destes departamentos. A Plenária também contou com a presença de nove observadores nacionais e dois internacionais: Franco Patrignani, da CISL – Confederação Italiana dos Sindicatos dos Trabalhadores –, e Maria do Carmo Teixeira Martins, do CIOSL – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CUT, 1990: 23).

voltado para organizar *lutas* contra o projeto do presidente Fernando Collor considerado pela CUT de caráter privatista e autoritário, teve continuidade no 4º CONCURT.

O 4º Congresso Nacional da CUT foi realizado entre os dias 04 e 08 de setembro de 1991, na cidade de São Paulo. Na ocasião, a central sindical sinalizou, em sua estratégia, que a década de 1990 traria para o centro do debate as questões da retomada do desenvolvimento no país. Um tema que provavelmente ganhou relevância no congresso em função da vitória da *Tese 10* no 3º CONCURT. Lembremos que, na agenda da Articulação Sindical, esta questão sempre foi associada a visão de *resistência propositiva* e de *disputa de hegemonia* na sociedade. Neste sentido, a CUT se comprometeu não só a intervir de modo a incorporar os setores tradicionalmente organizados, mas também os trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho. Perspectiva de *ação/inclusão* que provavelmente ganhou impulso em função do agravamento do desemprego deflagrado na década de 1990. Realidade que atingiu uma parcela significativa de trabalhadores que compunham a base sindical da Central Única dos Trabalhadores. No centro da sua estratégia, a CUT manteve como horizonte a busca por uma *sociedade socialista*. Mesmo sem precisão conceitual do que seria este modelo de *socialismo*, assim aprovou:

A CUT é uma central sindical classista, democrática, autônoma, unitária, de massas e pela base. Fundamentada nessa concepção, fruto do acúmulo de experiências obtidas nas lutas e nos avanços teóricos de nossas resoluções, o desafio estratégico hoje consiste em avançar na consolidação da Central, articulando reivindicações imediatas com as de interesse histórico da classe trabalhadora. Assim a CUT, ao afirmar seu objetivo de superação do capitalismo e pelo socialismo, assume o papel estratégico de agente fundamental na construção de um projeto de sociedade democrática, organizando autônoma e independentemente os trabalhadores, condição sine qua non para se chegar ao socialismo (CUT, 1991: 12-13).

A estratégia se desdobrou nas seguintes propostas de *ação*: a) combinar as lutas por categorias com as mobilizações gerais, assumindo os interesses econômicos, sociais e políticos da classe trabalhadora, não se fechando no corporativismo e no economicismo; b) fixar parâmetros básicos para as políticas de abrangência nacional (política econômica, industrial, agrícola, energética, educacional, habitacional, de saúde e previdência etc.); c) avançar na articulação com os setores democráticos populares construindo coletivamente uma nova hegemonia e formulando uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda; d) lutar pela democratização do Estado e reafirmar o seu papel

na retomada do desenvolvimento econômico; e) priorizar e intensificar o trabalho de organização de base, consolidando a estrutura da CUT; f) inserir-se no movimento sindical internacional, interferindo no debate sobre modelos de desenvolvimento e meio ambiente, como forma de enfrentar à modernização técnico-produtiva, às novas tecnologias e à ação sindical transnacional, priorizar o enfrentamento da dívida externa; g) lutar pela democratização dos meios de comunicação de massa (CUT, 1991: 13-15).

Após a reforma estatutária aprovada em 1988, os congressos da CUT ficaram menores e, no 4º CONCUR, 1554 delegados foram credenciados. Portanto, 4.690 delegados a menos do que o congresso anterior. Do total de delegados presentes 1.262 eram homens (81,63%) e 284 eram mulheres (18,37%) (CUT, 1991: 98). Vale lembrar que, no 4º CONCUR, a participação dos delegados de base foi bastante reduzida. Em 1988 eles representavam 50,8% do total de participantes. Em 1991, esta fatia reduziu-se a apenas 17,0%, o que justifica a quebra no número de participantes. Os delegados com cargos de direção, em 1988, correspondiam a 49,2% do total de participantes e, em 1991, esta parcela passou para 83,0%. O que significa afirmar que a maioria dos delegados eram lideranças a frente do aparato institucional sindical. Conforme veremos mais frente, esta tendência se reproduzirá nos congressos seguintes consolidando a fase da CUT – Instituição (Rodrigues, 1997).

A considerar os efeitos do pós Constituição de 1988 e as alterações gestionárias e produtivas impulsionadas pelos contínuos *processos de globalização*, a Central Única dos Trabalhadores no 4º CONCUR (1991), avaliou criticamente a permanência da estrutura sindical corporativista:

É inegável o crescimento da CUT e sua presença nas lutas da classe trabalhadora, mas consideramos que ela ainda se encontra em processo de construção na transição por que passa o movimento sindical brasileiro. A CUT ainda convive com seqüelas de 50 anos de tutela do Estado, da CLT e do peleguismo. Uma análise mais detalhada mostra que temos importantes problemas a serem enfrentados e resolvidos, quer nas definições estratégicas e na política de organização e auto-sustentação financeira, quer nas questões de funcionamento democrático das instâncias da Central. Ainda não foi substituída integralmente a velha estrutura viciada e corporativa do movimento sindical por aquela que queremos, bem como não conseguimos implantar a contento a prática sindical aprovada nos três últimos congressos da CUT (CUT, 1991: 11).

É interessante observar, na tese final, a dimensão da crítica a respeito do que a CUT se propôs a fazer no seu *plano de lutas* e na sua prática sindical, que inicialmente visava, na sua essência, a mudança da estrutura sindical e o que de fato a *instituição* conseguiu alcançar até 1991. O olhar crítico sobre o seu *projeto político organizativo* é algo que a CUT vai perdendo ao longo das resoluções aprovados nos seus congressos. Em certa medida, este resultado pode ser associado à *acomodação* à estrutura sindical oficial e também ao processo de reorganização *interno*, provocado pela saída de diversas *tendências políticas* e, ainda, à hegemonização da Articulação Sindical no interior da CUT a partir dos anos de 1990.

Rodrigues (1997) compreende que no 4º CONCUR (1991) é observável uma *acomodação* do sindicalismo CUT à estrutura vigente. Assim, é possível verificar um deslocamento, tanto do discurso quanto da prática de ação da Central. “Em outras palavras, a concepção do sindicalismo-CUT se, em um primeiro momento buscava superar esta questão pela via revolucionária – para usar uma expressão cara ao marxismo -, diante da realidade dos fatos que falou mais alto que um certo *voluntarismo* inicial, passou optar por uma solução reformista, ou seja, adaptando-se à estrutura e tentando transformá-la a partir de dentro” (Rodrigues, 1997: 135). De acordo com o autor, o ingresso da Corrente Sindical Classista e da Unidade Sindical a partir do IV CONCUR apenas reforça esta perspectiva de acomodação no interior de uma estrutura sindical reformada (Rodrigues, 1997).

O ingresso de tais correntes, em especial, a Corrente Sindical Classista (CSC) ligada ao PCdoB e defensora da *unicidade sindical*, com o passar do tempo vai gerar ainda mais polêmicas em relação aos princípios históricos defendidos pela CUT e aos rumos dos *processos de institucionalização* da Central. No entanto, como se verá nos capítulos 4 e 5, mesmo com a saída da CSC em 2007, e com uma CUT mais homogênea - com mais de 70% dos seus quadros dirigentes ligados a Articulação Sindical - as divergências de concepção sobre a estrutura sindical, *liberdade versus unicidade* e sobre a utilização dos recursos do imposto sindical, persistem nos dias atuais e geram diferentes leituras sobre como a CUT deve orientar a sua *ação* sindical no atual cenário de reorganização sindical nacional.

Na década de 1990, os *processos de globalização* se intensificaram e impulsionaram profundas mudanças na organização do trabalho e do movimento sindical. Esta dinâmica exigiu uma reorganização da *ação* da CUT nas arenas regional, nacional, internacional, bem como no conjunto dos espaços institucionais nos quais se desenvolveram os debates e as disputas das políticas públicas e setoriais. Este cenário de *mudança* justifica em parte a inclinação da CUT à participação num conjunto de espaços, tais como conselhos, comissões, grupos de trabalho, entre outros. A *ação negocial* será aperfeiçoada pelos dirigentes sindicais, ao longo dos anos de 1990, tendo sido ressignificada a partir de 2003 com o início do governo Lula. Momento em que os espaços institucionais tiveram a sua dinâmica de participação ampliada – e em parte revisada – conforme mostraremos no capítulo 4.

Portanto, os anos de 1990 colocaram em *xequê* o poder grevista e mobilizatório do movimento sindical brasileiro diante da nova realidade global. O que revelou um sindicalismo muitas vezes desorientado, passivo diante das dinâmicas da globalização, submisso às transformações tecnológicas e gestionárias introduzidas e, portanto, incapaz de romper com a lógica da *globalização hegemônica*. Entendemos que a CUT, ao buscar *construir coletivamente uma nova hegemonia articulada a um novo projeto de desenvolvimento com distribuição de renda e democratização do Estado*, localizou, definitivamente, no centro da sua estratégia a noção de *disputa de hegemonia*. Um conceito orientador do conjunto de ações e projetos que a CUT procurará desenvolver a partir deste período, inclusive no que diz respeito à questão da participação institucional.

A respeito da noção conceitual *disputa de hegemonia*⁵⁹, explicitada nas teses da CUT e nos discursos dos dirigentes sindicais, principalmente daqueles ligados à tendência Articulação Sindical, a partir do 4º CONCURT (1991), se verifica que não há um aprofundamento conceitual ou mesmo um debate sobre os significados do conceito para a

⁵⁹ Parte da literatura política designa, com o termo hegemonia, decalque latino da palavra grega egemonia, que significa “direção suprema”, usada para indicar o poder absoluto conferido aos chefes dos exércitos, chamados precisamente *egemónes*, isto é, condutores, guias – a supremacia de um Estado-Nação ou de uma comunidade político – territorial dentro de um sistema (Bobbio, Matteuci e Pasquino, 1997: 579). A hegemonia é o ponto de confluência de Gramsci com Lênin, quando Gramsci trata da hegemonia referindo-se a Lênin, entende a ditadura do proletariado. Em Lênin encontramos a noção de hegemonia, em sua substância, ainda que não com o uso deste termo, em todas as páginas por ele dedicadas à ditadura do proletariado. Com efeito, se deve sublinhar que para Lênin a ditadura do proletariado é a direção de um determinado tipo de alianças (Gruppi, 1978: 5-6).

prática sindical dos dirigentes da CUT. Todavia, este referencial teórico e discursivo, a nosso ver, ganhou materialidade, principalmente a partir das *lutas* que a CUT buscou impulsionar no *espaço da cidadania* e com a ampliação da *participação institucional* e de iniciativas, visando à *democratização do Estado brasileiro*. Experiência que subsistirá no país em diferentes contextos políticos.

Conforme Veras (2002), a valorização dos espaços institucionais na agenda sindical se relaciona, sobretudo, com a evolução política do país e do próprio sindicalismo na passagem dos anos de 1980 para 1990, pois, “após um período de enfrentamentos abertos com empresários e governos, ao mesmo tempo em que vê garantidas as liberdades políticas básicas, vai conquistando reconhecimento institucional no novo arranjo jurídico-político, consumado com a Constituição de 1988”⁶⁰(Véras, 2002: 298).

Por um lado, o sindicalismo CUT adquire um perfil cada vez mais *institucional*⁶¹. Por outro, uma *nova institucionalidade*, impulsionada pela Constituição de 1988 passa a prever espaços de participação com certa abertura às organizações da sociedade, na forma de conselhos, comissões, fóruns, entre outros. O resultado tem sido uma ampliação significativa da representação sindical no plano institucional. Perspectiva que poderá sinalizar para a transição de um *sindicalismo de contestação* para um *sindicalismo de negociação* (Rosa, 1998).

Para Teresa Rosa (1998), a tipologia do *sindicalismo de constestação e do* sindicalismo de *negociação*, que pode ser compreendido como um *sindicalismo de participação*, assenta nas seguintes características:

Ao primeiro tipo de ação sindical chamei sindicalismo contestatário. Aproxima-se do conceito de Touraine relativo ao movimento operário, tendo optado por outra designação, já que foi a contestação a forma de

⁶⁰ Para Rodrigues (1990b) a Constituição de outubro de 1988 atendeu a algumas das reivindicações há tempos levantadas pelos dirigentes sindicais, como o fim do direito de intervenção governamental nos assuntos internos dos sindicatos e a ampliação do direito de greve. Porém, permaneceram outros elementos que compõem o edifício corporativo, como o sindicato único, o monopólio da representação, o direito de tributação sobre a massa de trabalhadores não sindicalizados. No final, a Constituição entrelaçou elementos de uma concepção liberal-democrática (amplo direito de greve, autonomia das organizações sindicais ante os poderes, então públicos) com a permanência de outros de nítidas feições corporativas (unicidade sindical, estrutura verticalista etc.).

⁶¹ A respeito da participação institucional da CUT no governo Lula se sugere o trabalho de Carvalho (2012).

acção privilegiada para a obtenção das suas reivindicações até há bem pouco tempo e evita, que se confunda um tipo ideal de acção com a classe no seu todo. Ao segundo tipo de acção sindical chamei de sindicalismo de participação. A ele corresponde uma menor visibilidade de estruturação social em termos de classes antagónicas, coincide muitas vezes com o reforço da implantação do sistema técnico de produção e com a influência de socialização feita através do sistema escolar e implica uma maior credibilidade na eficácia sindical através da negociação bilateral ou tripartida entre parceiros sociais (Rosa, 1994: 343-344).

Pode-se compreender que a passagem do *sindicalismo de contestação* para um *sindicalismo de negociação*, assim como o exercício de articulação destas duas perspectivas de ação sindical, no âmbito da CUT, pode ser associado às práticas do *sindicato cidadão*, concepção criada nos anos de 1990 pela *Articulação Sindical*. Na Central Única dos Trabalhadores, o debate e as experiências iniciais que objetivavam articular a ação sindical *clássica* à atuação em experiências *inovadoras*, impulsionadas pelo *caráter propositivo* da ação sindical, começaram a se desenvolver efetivamente a partir do 4º CONCURT, em 1991. Porém, devido à heterogeneidade das *tendências políticas* internas, ocorreram muitas divergências sobre a mudança na postura da ação da CUT. Fato que marcou uma forte diferenciação entre a visão da *Articulação Sindical*, adepta da intervenção combinada no local de trabalho e nos espaços institucionais, visando à reorientação do modelo de desenvolvimento e as demais *tendências políticas* da CUT, para as quais o foco deveria ser a luta ideológica, ou seja, o embate contra as diversas formas de exploração do sistema capitalista.

Sobre o sindicato cidadão, Vêras afirma que:

A idéia de *sindicato cidadão* vai ganhando, na nova conformação prático-discursiva do sindicalismo CUT, um papel estruturante, ao se estabelecer como o elo de ligação entre os tradicionais e os novos campos de ação e entre esses e suas referências históricas (de modo a tornar tal arranjo coerente em suas partes constitutivas e evitar descaracterizar sua identidade historicamente construída)". Na prática, o *sindicalismo cidadão* era percebido na ampliação das bandeiras de luta do sindicalismo CUT; na busca por influir nos direitos sociais, políticas públicas, economia solidária, geração de trabalho e renda, desenvolvimento regional, desenvolvimento solidário e sustentável - DSS, poder local, entre outros temas, avançando em campos políticos antes não inclusos na agenda prioritária da Central Única dos Trabalhadores (Vêras, 2002: 466-467).

Para Nascimento (1998), a concepção de Sindicato Cidadão surgiu impulsionada pelas tendências de cunho mais democráticas da CUT, apresentando as seguintes características: a) ação sindical que extrapola os marcos do corporativismo, indo buscar na sociedade legitimação para uma representação que nasce do e no trabalho; b) nova forma de organização sindical, baseada na diversidade e no território, pois o sindicato-cidadão atua em toda parte e a todo tempo, reconhece os trabalhadores como iguais em participação, mas diferentes nas suas origens, condições, motivações e projetos; c) mudança na concepção de representatividade e na construção de alianças. O sindicato se torna um agente privilegiado na formulação coletiva de um projeto alternativo; d) criação de novas estratégias para a criação de empregos e novas pautas de reivindicação. Frente à miséria e ao desemprego em curso, o sindicalismo deve assumir um papel determinante em relação ao Estado nacional, valorizar o trabalho através de políticas ativas de emprego, educação e desenvolvimento e atuar no direcionamento do investimento público para a criação de empregos de qualidade, influenciando para transformação de uma economia de exclusão e informalização numa “economia solidária”; e) criação de um novo projeto educativo, formulando uma nova concepção de educação profissional, intervindo no controle dos processos de formação nas empresas e questionando o sistema de educação vigente; f) criação de uma nova cultura política, que passa por uma politização do cotidiano.

Ainda sobre o exercício do sindicato cidadão:

No campo das possibilidades extremas (*ideais*, no sentido de Max Weber), a uma “democracia” que busca se afirmar sem *política* e sem *forma*, pode corresponder, *adequadamente*, um sindicalismo “cidadão” (nos termos da “parceria”, resignado, situado entre o *serviço* aos sócios, a *filantropia* e o *negócio*) ou um sindicalismo *cidadão* (que, através do *dissenso*, criativamente se utilizando de infundáveis estratégias, as articule na perspectiva da *reinvenção da democracia*). Mas na complexidade do mundo *real*, entre os dois extremos há, no entanto, infundáveis possibilidades, que na sua ambigüidade constitutiva podem, a princípio, favorecer mais uma ou mais outra perspectiva (Véras, 2002: 475-476).

Avançando na cronologia da CUT, um ano após o 4º CONCUR, a central sindical realizou a sua 5ª Plenária Nacional, de 15 a 18 de julho de 1992, na Quadra dos Sindicatos dos Bancários de São Paulo. As resoluções do Encontro confirmaram os debates realizados no congresso de 1991. Nesta plenária, a CUT deliberou por “Convocar todos os setores

democráticos e populares do Brasil para impulsionar uma grande jornada nacional de luta exigindo salário, emprego, reforma agrária, fim da recessão e da fome e defesa dos direitos dos trabalhadores. Basta de corrupção! CPI pra valer! *Impeachment* já! Pelo fim do governo Collor!” (CUT, 1992: 5). Além disto, foi aprovada a filiação a CIOSL – Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres.

No que se refere ao *projeto político organizativo*, a 5ª Plenária Nacional da CUT deliberou pela constituição de novas organizações verticais. Assim, os departamentos da CUT foram gradativamente sendo extintos e transformados em confederações e federações. A *ação* política contribuiu para acelerar o processo de *institucionalização* da *estrutura vertical* da CUT na década de 1990. Além disto, a plenária nacional deliberou por certo grau de flexibilidade organizativa às novas organizações sindicais que foram orientadas a seguir os princípios da CUT e a buscar a formalização/registro no Ministério do Trabalho e Emprego.

Quadro II.1. - Evolução da estrutura organizativa da CUT, comparativo 2º CONCUR e 5ª Plenária Nacional:

2º CONCUR (1986) – Organização por Departamentos	5ª Plenária Nacional (1992) Organização por Ramos
Agropecuária	Rurais – agricultura, plantações e agroindústria
Indústria	Metalúrgicos – metalúrgica, metal-mecânica, siderurgia, eletro-eletrônica
Comércio e serviços	Bancários – setor financeiro, seguradora, bolsa de valores
Inativos	Químicos – químicos, plásticos, papel, petroquímica, petróleo
Serviços públicos	Vestuário – indústrias têxteis, do vestuário, couro e calçados
Autônomos urbanos	Comerciários – comércio e prestação de serviços
Profissionais liberais	Educação – educação, ensino, cultura
	Saúde – seguridade social
	Construção civil, móveis e madeira
	Minérios – extração e transformação mineral
	Alimentação – alimentação, fumo e bebidas
	Comunicação – jornais, emissoras, publicidade, gráficas
	Técnicos - profissionais liberais, trabalhadores em administração e tecnologia
	Trabalhadores em indústrias urbanas - água, energia, gás
	Transportes – rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e aeroviário
	Autônomos urbanos
	Inativos

Fonte: Elaboração própria com base na publicação “Panorama dos Ramos da CUT”(2002a).

A 5ª Plenária definiu que “na organização vertical da Central fica assegurado que o poder de deliberação, em última instância, nas campanhas e mobilizações, é dos trabalhadores que deliberam na forma estabelecida no seu sindicato de base” (CUT, 1992: 35). A nosso ver, uma tentativa de aproximar o sindicato às federações/confederações a fim de impor uma nova dinâmica *política* nas novas instituições criadas pela CUT e nas instituições reformadas pelo sindicalismo CUT que pretendia romper com a estrutura oficial por *dentro*. A *ação* deu início a um processo de consolidação de *fortes* instituições sindicais, distribuídas em 17 ramos de atividade econômica. Acima, apresentamos o quadro II.1 com a evolução da estrutura organizativa do 2º CONCUT para a 5ª Plenária Nacional Nacional.

Na 6ª Plenária Nacional da CUT, realizada entre os dias 24 e 28 de agosto de 1993, no Centro Sindical dos Bancários, embora as resoluções não façam referência ao conceito de *sindicato cidadão*, ações como o apoio ao movimento da “Ação da Cidadania contra a miséria e pela vida”; combate à seca; a luta pela garantia de direitos sociais, previdência, saúde, assistência social, moradia, transporte, educação, entre outros constaram na agenda sindical do período, o que demonstra que há sintonia com as perspectivas de *ação* almejadas pelo modelo de sindicalismo *cidadão*. Além disto, a atividade que reuniu 349 delegados⁶² também aprovou as seguintes ações: impulsionar a realização de debates sobre a participação da central sindical nas câmaras setoriais e espaços institucionais como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outros. A respeito do *projeto político e organizativo* da CUT, a inovação na 6ª Plenária Nacional foi a deliberação pela ampliação da participação das mulheres nas instâncias de direção da CUT, no âmbito nacional e nos Estados, estabelecendo uma cota mínima de 30% e máxima de 70% de cada sexo. A *ordem estatuída* dez anos depois da criação da CUT pretendeu dar início a um processo de inclusão efetiva das mulheres nas direções da *estrutura horizontal da instituição*.

Indo além na linha de tempo da *instituição*, entre os dias 19 a 22 de maio do ano de 1994, em São Paulo, ocorreu o 5º CONCUT. De acordo com Comin e Lopes (1994), do

⁶² Os 349 delegados estavam distribuídos da seguinte forma: 27 eram membros da Direção Executiva Nacional, 240 delegados forma eleitos nas plenárias estaduais e 82 delegados foram eleitos pelos departamentos e confederações.

4º para o 5º CONCURTO, o número de delegados oriundos da região sudeste foi ainda mais acentuado. Resultado associado principalmente à concentração econômica regional brasileira e também à debilidade financeira dos sindicatos que tornava impeditivos os deslocamentos das delegações mais distantes. Conforme abordaremos no capítulo 4, na análise do perfil dos delegados ao CONCURTO, esta dinâmica começa a sofrer uma leve alteração na década de 2000. Neste período, se observa um declínio na delegação da região sudeste e um crescimento da participação das outras regiões. Movimento que também pode ser associado ao período de retomada do crescimento econômico no país. Abaixo, segue a tabela que compara a representação dos delegados por região.

Tabela II. 1. - Comparativo do número de delegados por região do 3º ao 5º CONCURTO

Região	1988	%	1991	%	1994	%
Norte	592	13,7	88	7,3	114	5,9
Centro- Oeste	312	7,2	87	7,2	150	7,8
Nordeste	1196	27,7	301	25,0	523	27,3
Sudeste	1372	31,8	517	42,9	868	45,3
Sul	848	19,6	209	17,4	223	11,6
Brasil	-	-	-	-	40	2,1
Total	100,0	4.320	1.204	100,0	1918	100,0

Fonte: CUT (1994a)

No 5º CONCURTO (1994), as estratégias aprovadas no âmbito nacional reforçaram a necessidade de combater o projeto neoliberal e de construir um *projeto alternativo do campo democrático e popular*, conforme resolução abaixo:

Para a CUT, um dos elos de ligação entre o horizonte socialista e nossa ação imediata são as reformas estruturais (econômicas, sociais e políticas) que a Central propõe. Essas reformas buscam resgatar o direito à cidadania plena das maiorias e assentar as bases para a nova sociedade: a conquista da soberania nacional; a reforma agrária; a democratização do mundo do trabalho; a ampliação da democracia política; o controle social sobre a economia; a universalização do direito à educação, à seguridade social, à moradia, ao emprego; o fim da oligopolização dos meios de comunicação etc. A persistência e o agravamento da crise nos últimos anos mostraram que só é possível superar a instabilidade econômica e social e alcançar novos padrões de distribuição de renda e uma nova qualidade de vida para os trabalhadores a partir de soluções globais que permitam o combate ao projeto neoliberal e a construção de um projeto alternativo do campo democrático e popular”(CUT, 1994b: 25).

A referência contínua à necessidade de construir o *projeto democrático e popular* esteve sempre articulada ao apoio da CUT às candidaturas de Luís Inácio Lula da Silva. Em 1994, o 5º CONCUT expressou que a vitória de Lula era o que garantiria a implantação do *projeto popular* considerado parte da história de *luta* dos trabalhadores. Perspectiva que sinaliza para uma forte aproximação entre o referencial político-ideológico que norteia a *ação* da CUT com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo. Na visão da CUT, as reivindicações expressas no *projeto democrático e popular* é o que asseguraria a transição *rumo a uma sociedade socialista* (CUT, 1994b: 18). A proximidade ideológica entre as duas *instituições* e, em certa medida, a fusão da *ação* sindical com a *ação* do partido político se fortaleceram nos períodos eleitorais e nas *lutas* da década de 1990, quando o ambiente político era marcado pela resistência ao neoliberalismo. No entanto, essa *relação associativa* sofreu mudanças a partir de 2003, quando o PT assumiu o governo federal. Debate que será aprofundado no capítulo 5 que tratará dos *dilemas* da *instituição* no início do século XXI.

No 5º CONCUT, à agenda sindical focada na resistência ao projeto neoliberal, somaram-se um conjunto de ações relacionadas à concepção de *sindicalismo cidadão*, expressão utilizada desde o 4º CONCUT. O que pode ser percebido, principalmente a partir da ampliação do debate sobre a necessidade em aperfeiçoar a participação da Central Única dos Trabalhadores nos espaços institucionais. Perspectiva de *ação* que, em geral, encontrou mais resistência nas *tendências políticas* minoritárias, nem sempre favoráveis à participação tripartite. Neste período, a CUT propôs que a estratégia nos espaços institucionais fosse subordinada à estratégia geral, focada no combate a implantação do projeto neoliberal e na formulação de diretrizes alternativas visando um novo Brasil. Os pontos centrais desta agenda eram a reestruturação produtiva, o papel do Estado e a retomada do crescimento econômico (CUT, 1994b).

A disputa de concepção sobre o papel do estado e o modelo de desenvolvimento é um debate que será perseguido pela CUT ao longo da sua trajetória. Assim, na medida em que a CUT se *institucionaliza* e se torna o que Panebianco (2005) caracteriza como uma *instituição forte*, ela busca preparar a ação sindical para atuar nas *disputas* em torno do modelo de desenvolvimento do país. Portanto, se na década de 1990 o foco da *ação* era a resistência ao projeto neoliberal, na década de 2000, a *orientação política* para a prática

sindical dos seus representantes em espaços institucionais é a *luta* pela democratização do Estado, a partir da implantação de uma *agenda pelo desenvolvimento*. Perspectiva de *ação* que tende a reforçar o caráter negocial da agenda sindical priorizada ao longo desse período.

É preciso acentuar que, para a inserção da lógica do *Sindicato Cidadão* no interior da CUT, foi fundamental a ação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC⁶³. A perspectiva de ação cidadã se intensificou a partir dos anos 80, quando a região do Grande ABC – que é constituída pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – passou a experimentar uma crise que se expressou por meio do fechamento ou da transferência de indústrias para outras regiões, da retração dos investimentos, da redução do nível de emprego e da queda do rendimento médio da população.

O quadro de redução das vantagens competitivas locais e de agravamento da crise, refletidas pela incapacidade do Estado nacional em gerar políticas apropriadas para a reversão do cenário de declínio, instigaram a sociedade regional a construir saídas consensuais. Sendo que, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ao assumir a perspectiva do *sindicato cidadão*, exerceu um forte protagonismo na busca por soluções locais. O grande marco deste novo contexto institucional foi à experiência das Câmaras Setoriais. As Câmaras constituíram um espaço público de negociação tripartite envolvendo o governo, os empresários e os sindicatos, abrangendo vários setores da economia (metalúrgico, máquinas agrícolas, químico, construção civil). O caso de maior destaque foi o do setor automotivo (de 1992 a 1995), que veio a ser denominado “Acordo das Montadoras⁶⁴”. As

⁶³ O sindicato foi criado em 1933 congregando os metalúrgicos de toda a região do ABC. De acordo com o estatuto do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a entidade representa os trabalhadores metalúrgicos nas cidades de São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (www.sindabc.org.br).

⁶⁴ Conforme Alves (2000) um dos maiores entusiastas do “Acordo das Montadoras” é Francisco de Oliveira. Oliveira (1993) afirma que o acordo como uma forma extremamente nova e inovadora das e nas relações capital-trabalho no Brasil, dos resultados do acordo há o nascimento de uma “nova contratualidade” de efeitos irradiadores sobre o conjunto da sociedade e com incidência na política industrial, que passou a contar com a participação operária. Nesta linha entusiástica a respeito do Acordo, podemos citar: Frederico (1994), Leite (1995), Castro (1995), Bresciani (1997). Na visão das tendências contrárias ao Acordo das Montadoras, o acordo só beneficiaria uma pequena parcela da classe trabalhadora, à custa da diminuição dos impostos para as grandes empresas, além disto, fortaleceria um tipo de *ação* sindical de caráter neocorporativo. Nesta corrente, se situam, por exemplo: (Lopes Neto, S.; Gianotti, V., 1993) e (Boito Jr, 1994), entre outros autores.

Câmaras Setoriais foram desativadas quando Fernando Henrique Cardoso (FHC) tornou-se Ministro da Fazenda e, depois, Presidente da República.

A lógica de articular a ação sindical para além do *espaço da produção* que, no Brasil dos anos 1990, foi articulada ao conceito de *sindicato cidadão*, correspondendo a um sindicalismo que busca fazer um elo de ligação entre os *tradicionais* e os *novos* campos de ação, de certo modo pode ser relacionada com a concepção de *novo sindicalismo social*, tipologia que afirma a diversificação dos espaços e dos temas de atuação sindical.

Conforme Waterman (2002), há uma série de características que este modelo sindical do tipo *novo sindicalismo social* deverá apresentar. Dentre estas características, podemos destacar: centrar a sua luta no trabalho assalariado, enfatizando não apenas a questão salarial, mas também a luta pela redução da jornada de trabalho; a luta pelo aumento do controle, por parte dos trabalhadores e dos sindicatos, do processo laboral e das políticas relacionadas com o investimento, a inovação tecnológica, a realocação, a subcontratação, as políticas de educação e formação; obtenção de uma relação estreita com os movimentos de outras classes ou categorias não sindicalizadas ou não passíveis de sindicalização (ver o caso do setor informal); manutenção de uma relação estreita com outros movimentos democráticos, em um esforço comum com vista à criação de uma sociedade civil forte e diversificada; formação de parcerias estratégicas, preservando sempre uma relação de igualdade; luta contra os métodos e as relações de trabalho de tipo hierárquico, autoritário e tecnocrático; introdução, na agenda sindical, da questão ambiental e luta a favor de produtos socialmente úteis e amigos do ambiente; luta pela partilha do trabalho doméstico e pelo aumento do tempo livre, objetivando o autodesenvolvimento cultural e a realização pessoal e, por fim, fazer suas as novas causas sociais que forem surgindo na sociedade em geral.

Na perspectiva de Waterman (2002), é preciso ter presente que o *novo* modelo sindical deve superar os modelos de sindicalismo *econômico*, *político*, ou *político-econômico* existentes atualmente. Para tanto, é necessário que este novo modelo leve em consideração todos os tipos de atividade laboral, que assuma formas socioculturais e que esteja voltado para a sociedade civil, a fim de desenvolver estratégias entre sindicalismo, comunidades locais e demais movimentos sociais. É importante ter em vista que o grau de

articulação e dialogicidade que este *novo* modelo sindical conseguir efetivar será decisivo para o desenvolvimento de ações potencializadoras da emancipação entre os atores sociais.

Nessa linha, merece destaque a relação entre o sindicato e a comunidade. Segundo Estanque (2005: 366): “a comunidade é um processo sociocultural dinâmico, que transporta múltiplas lutas, discursos e dinâmicas de identificação, que oscilam entre a subordinação localizada e dependente das exigências produtivistas, e a comunidade *em movimento*, que afirma a sua originalidade e exige reconhecimento, dignidade e oportunidades de expansão perante os poderes dominantes”. Portanto, é precisamente nessa relação que poderão emergir experiências de *localização contra-hegemônica* que se articulam a partir da abertura sindical ao *exterior*. O que é estratégica para o exercício do *novo sindicalismo social*.

A tipologia do *novo sindicalismo social*, para além de uma revisão das práticas sindicais tradicionais, avança na concepção de sindicalismo aberto ao *exterior*, ou seja, com práticas que se localizam num *modo de abertura de modo de novos caminhos* (Santos, 2000), pois “inclui pessoas de uma variedade de tendências e até mesmo mais pessoas sem nenhuns antecedentes de esquerda. Contém organizações tão diferentes como sindicatos e redes oposicionistas” (Moody, 1997 *apud* Costa, 2005: 63). Distintamente, o sindicalismo de movimento social “rejeita especificamente a separação artificial entre política e economia que é aceite por outros tipos de sindicalismo. O sindicalismo de movimento social vê as lutas dos trabalhadores meramente como um entre muitos esforços de mudar qualitativamente a sociedade, e não como o único local de luta política e mudança social ou mesmo o local principal” (Scipes, 2000 *apud* Costa, 2005: 64).

A partir da segunda metade da década de 1990, com o agravamento do desemprego⁶⁵, no dia 21 de junho de 1996, a CUT organizou, junto com a CGT e a Força Sindical, uma greve nacional contra as políticas liberais de FHC. A manifestação teve como principais reivindicações: emprego, salário, aposentadoria digna, reforma agrária e manutenção dos direitos sociais dos trabalhadores. Os resultados da *ação* foram analisados

⁶⁵ Estudo elaborado por Pochmann (2001) constatou que o desemprego em massa atingiu todas as regiões do país confirmando a existência de um fenómeno de massa. De acordo com o autor, os dados da PNAD/IBGE (2001) mostraram que o Brasil passou de uma taxa de desemprego de 3,03% em 1989 para 9,39% em 1998.

na 8ª Plenária Nacional⁶⁶ e no 6º CONCUT, realizado entre os dias 13 a 17 de agosto de 1997, em São Paulo. De acordo com os dados fornecidos pela CUT, se inscreveram 2266 delegados e, na atividade, se credenciaram 2140 participantes.

Na avaliação da CUT: “A unidade com as outras centrais foi inédita, a adesão, razoável e grande o apoio popular. Junto com as ocupações e mobilizações dos trabalhadores rurais, a greve geral foi o maior protesto realizado no país após o Plano Real” (CUT, 1997: 29), pode-se concluir que esta experiência marcou uma ampla articulação entre as centrais sindicais, assim como entre trabalhadores urbanos e rurais, a princípio unidos pela resistência ao neoliberalismo e *contra a retirada de direitos*. Ação que, de certa forma, também pode ser situada dentro da perspectiva do exercício do *sindicalismo cidadão*. No entanto, uma experiência ainda muito focada entre instituições que se localizam no *espaço da produção* e pressionadas por uma conjuntura política e econômica marcada pela precarização do trabalho e pelo arrefecimento das lutas sindicais.

Ainda que no 6º CONCUT (1997) a unidade entre as centrais sindicais tenha sido destacada pela Central Única dos Trabalhadores como uma experiência inédita, de *resistência contra a retirada de direitos*, é importante recordar que, em outros períodos, a CUT já havia realizado experiências de lutas conjuntas. Destes momentos, podemos destacar: 12 de dezembro de 1986, greve geral convocada pela CUT e a CGT, cuja pauta reivindicou a defesa do salário, o congelamento geral dos preços, em defesa das estatais, contra o Plano Cruzado e o pagamento da dívida externa; 20 de agosto de 1987, greve geral organizada pela CUT e CGT, cujo protesto foi contra o Plano Bresser que arrojava

⁶⁶ A 8ª Plenária Nacional foi realizada de 28 a 30 de agosto de 1996, em São Paulo/SP, no Memorial da América Latina. Dos 371 delegados inscritos, se credenciaram 357, 96,23% do total (259 homens – 72,55% e 98 mulheres – 27,45%). Participaram delegados de 24 CUT Estaduais (menos Roraima e Tocantins). A Plenária decidiu pela elaboração de um Texto único da Direção Nacional, o temário aprovado foi: Balanço e Análise de Conjuntura Nacional e Internacional, Estratégia da CUT: estrutura sindical e reestruturação produtiva, Estatutos – Método - Elaboração de texto da Direção Nacional; Debate nos sindicatos para apresentação de emendas; Incorporação de emendas pela direção e divulgação do texto emendado, Definição de prazo para aceitação de emendas emergenciais, Apresentação de texto da DN em plenário e debate dos destaques e emendas (CUT, 1996: 35). Vale lembrar que, a partir do III Concut (e nos congressos estaduais que lhe serviram de preparação), se inaugurou a prática de cada corrente apresentar a sua própria *tese* (seja em congressos, seja em plenárias), rompendo com um procedimento que consistia na apresentação de um texto único pelas instâncias de direção, para ser apreciado, emendado e acrescido pelos delegados. Na V e VI Plenárias e no V Concut, realizados respectivamente em 1992, 1993 e 1994, em um esforço de unidade interna, se retomou o procedimento do *texto base*, para logo em seguida voltar às *teses* por correntes (Véras, 2002: 207). No período em análise, 2003-2010, a CUT resolveu adotar o texto-base, ou seja, texto único assinado pela Direção Executiva Nacional e que serve como documento base que orienta as discussões nas Plenárias e nos Congressos Estaduais e Nacional.

os salários; 14 e 15 de março de 1989, momento de união entre a CUT e a CGT para a realização da greve geral contra o Plano Verão, a recessão e o desemprego, pela recuperação das perdas salariais e reajuste mensal de salários de acordo com a inflação, congelamento real dos preços dos produtos de primeira necessidade; 10 de junho de 1990, greve nacional das categorias em luta, organizada pela CUT, pela Confederação Geral dos Trabalhadores e pela Central Geral dos Trabalhadores, cuja *ação* exigiu a garantia da reposição mensal da inflação e das perdas salariais, fim das demissões, contrato coletivo de trabalho, desapropriação das terras cadastradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), defesa dos serviços públicos e o não pagamento da dívida externa; 22 e 23 de maio de 1991, greve geral convocada pela CUT, pela Confederação Geral dos Trabalhadores e pela Central Geral dos Trabalhadores, ocasião em que as centrais sindicais reivindicaram reposição das perdas salariais, garantia de emprego, defesa dos serviços públicos, reforma agrária, fim do aumento abusivo nos preços dos aluguéis e prestações da casa própria e em defesa da democracia; Movimento Nacional Contra a Revisão Constitucional, de setembro a novembro de 1993, a ação organizada pela CUT, pelos partidos políticos, pelos movimentos sociais e por outras centrais sindicais contra a reforma constitucional da Carta de 1988 (CUT, 2009a).

No 6º CONCUR (1997), a CUT confirmou a estratégia esboçada no congresso anterior. As resoluções do congresso apontaram para um aprofundamento da noção de *resistência propositiva* e de *disputa de hegemonia*, que seriam os pilares orientadores da *ação* sindical da CUT no referido período. Diante disto, podemos dizer que a *ação* da CUT continuou voltada para prosseguir na resistência ao governo de Fernando Henrique Cardoso, considerado de caráter neoliberal. A central sindical, além desta resistência ao governo, apresentou, também, propostas relacionadas à política industrial, política agrária e agrícola, além de políticas priorizando emprego, educação e formação profissional, entre outras propostas de melhoria para a sociedade. Nota-se que a orientação para a ação sindical permanece em sintonia com a estratégia defendida pela Articulação Sindical desde a sua constituição oficial, em 1987.

A nosso ver, o componente mais inovador na estratégia, em relação ao 5º CONCUR (1994), foi explicitado na necessidade de formatar e reforçar um *arco de alianças* com organizações que se reivindicavam de *esquerda*, situadas no campo dos

movimentos sociais e em organizações da sociedade civil. Dentre estas organizações, podemos destacar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Movimento Sem Terra- MST, a Associação Brasileira de Imprensa - ABI, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, a União Nacional dos Estudantes - UNE, as organizações não governamentais e os partidos políticos alinhados com as reivindicações desses segmentos. Ao analisarmos a proposta de acumulação de forças em torno do *campo democrático popular*, à luz do contexto histórico do período, se verifica que o ano de 1997 tendeu a ser um ano de reorganização do campo político nacional. Reorganização provavelmente impulsionada pelo fato de que, em 1998, ocorreriam eleições para Presidente, Governadores e a renovação dos *cargos* políticos no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas de todos os Estados.

Ainda no 6º CONCUR, considerando o debate iniciado nas plenárias estatutárias de 1995 e 1996, a CUT deu continuidade ao debate sobre a sua *organização sindical* e resolveu decidir sobre a criação da estrutura sindical orgânica da CUT, um tema polêmico entre os *Cutistas*. Uma justificativa expressa nos documentos da CUT sobre a construção do sindicato orgânico⁶⁷ é que o modelo de *filiação de sindicatos* permitia o descompromisso com os princípios e as campanhas promovidas pela CUT e, após a filiação, boa parte dos sindicatos apenas carregavam o logotipo da CUT, mas adotam uma prática distanciada dos princípios da Central, isolando-se nas suas campanhas específicas e não participando das lutas gerais (CUT, 1997).

O debate no 6º CONCUR foi tenso e marcado pela polarização. De um lado a Articulação Sindical, defendendo o modelo de sindicato orgânico e de outro os setores minoritários, contestando o seu caráter centralizador e divisionista. Assim, sem a obtenção de um consenso final, o debate foi remetido a 9ª Plenária Estatutária. A iniciativa reproduziu uma característica da *instituição* que, frequentemente, diante de situações de

⁶⁷ As principais características do modelo de sindicato orgânico são: a) um sindicato representativo de um dos ramos de atividade definidos pela CUT; b) um sindicato de massas, reunindo os trabalhadores do ramo em âmbito regional ou mesmo nacional, com uma forte estrutura local, de base, mas respeitando as tradições do sindicalismo; c) é um sindicato organizado como instância da Central, referenciado nas resoluções dos Congressos da CUT; d) é um sindicato com autonomia política; as assembleias de base ou instâncias representativas das bases são os órgãos de decisão do sindicato; e) são os trabalhadores sindicalizados que controlam o orçamento da entidade; f) o patrimônio próprio construído com recursos dos trabalhadores é de propriedade da categoria (CUT, 1997: 96).

impasse político, remete as propostas de *ação* sobre um determinado tema considerado *polêmico* para que a próxima Plenária ou o Congresso Nacional tomem a decisão final. Essa dinâmica persiste na CUT até os dias atuais. À primeira vista, pode dar a impressão de que o *projeto político organizativo* desta central sindical, em tese, está em permanente debate e construção. Contrariando tal afirmação, conforme veremos nos capítulos 4 e 5, a década de 2000 é marcada por um período de forte *estabilização institucional*. Portanto, sem alterações de fundo na estrutura e na forma de organização da central sindical.

A 9ª Plenária Nacional “Santo Dias”⁶⁸ reuniu 454 dirigentes sindicais, 336 homens e 118 mulheres, vindos de todos os Estados do Brasil. Lembramos que o tema do *sindicato orgânico* já estava indicado como pauta desse encontro. Isto, em nossa opinião, contribuiu para impulsionar o debate da *organização* da estrutura *vertical* e *horizontal* da CUT. Na Plenária, além de debater sobre as suas *políticas permanentes*, ou seja, questões relativas à *ação* sindical no que refere a temas como gênero, raça, meio ambiente, juventude, entre outros e reafirmar a defesa de propostas históricas como a ratificação das convenções da OIT 87, 151, 158 e pela regulamentação da convenção 135, a CUT resolveu adotar o projeto de reforma da Constituição e transição da estrutura sindical da CUT rumo ao Sistema Democrático de Relações de Trabalho. As proposições deveriam ser apresentadas à sociedade, competindo à Direção Nacional da *instituição* realizar a coordenação da *ação*.

Portanto, apesar do arrefecimento do uso do termo *sindicato orgânico*, provavelmente em função das *lutas* entre as *tendências* políticas, no interior do movimento sindical CUT, o debate sobre a constituição de uma nova estrutura sindical com a proposta de criação de sindicatos nacionais e sindicatos de base estadual, bem como a decisão da CUT de constituir uma comissão com a participação do conjunto dos ramos, visando apresentar, até o 7º congresso, uma nova organização dos ramos da CUT, levaram a *instituição* a mais uma vez debater sobre os *princípios* do seu *projeto político organizativo* e suas perspectivas no final dos anos de 1990.

⁶⁸ A Plenária foi realizada no período de 17 a 20 de agosto de 1999 no Memorial da América Latina em São Paulo/SP.

O 7º CONCURTO aconteceu entre os dias 15 e 19 de agosto de 2000, em Serra Negra, no Estado de São Paulo. Neste congresso, participaram 2309 delegados, sendo 1612 homens e 697 mulheres. Na análise do balanço político, a CUT avaliou de forma positiva a estratégia sindical iniciada ainda no 4º CONCURTO, respaldada em dois pilares: *a resistência propositiva* e a *disputa de hegemonia*. Perspectivas de ação que foram classificadas, no 7º CONCURTO, como *agenda da CUT cidadã*. Assim, mais uma vez, se verifica a afirmação dessa estratégia da Articulação Sindical, provavelmente um reflexo do amplo poder de decisão que esta *tendência política* foi adquirindo no interior da CUT desde meados dos anos 1990.

Na ocasião, a Central Única dos Trabalhadores também fez referência à persistência da estrutura sindical corporativa e aos seus impactos considerados *danosos* ao movimento sindical. A central sindical avaliou, também, os impactos das mudanças no *espaço da produção*. Nota-se que a preocupação da CUT girava em torno dos impactos da reestruturação produtiva sobre a sua base sindical. Realidade que ampliou o número de contratações de trabalho de caráter *flexível* e *precarizante* no país. Para além disto, a CUT avaliou, ainda, as ações de resistência que conseguiu desenvolver no período e os significados das experiências para a sobrevivência do sindicalismo CUT num contexto de crise do emprego no país.

O diagnóstico realizado no 7º CONCURTO, no que tange à organização sindical da CUT, não apresentou uma proposta concreta de reorganização dos ramos. Logo, no discurso institucional, novamente, a central sindical optou por reforçar os seus princípios históricos e apontou para os sindicatos, as federações e as confederações filiadas a necessidade de construir *sindicatos nacionais de ramo*. Simultaneamente a esta ação, afirmou que a iniciativa “não é uma camisa-de-força burocrática para a organização da estrutura vertical da Central, pois deve respeitar a realidade e a autonomia de cada ramo de atividade, estando atenta ao acúmulo de discussões, à estrutura empresarial do setor e, principalmente, garantir a construção de estruturas democráticas, com a participação/representação de todos os segmentos produtivos do ramo e a soberania dos trabalhadores no controle da gestão e do processo decisório” (CUT, 2000: 62).

Além desta temática, a CUT continuou a reafirmar a necessidade de revigorar as suas estruturas estaduais, criar um sindicato nacional de aposentados e pensionistas, investir na organização no local de trabalho e na criação de estruturas solidárias que permitam, por exemplo, que uma sede Estadual da CUT possa abrigar outras estruturas sindicais. Vale lembrar que a maior parte destes temas já constava na agenda sindical em períodos anteriores a este congresso.

Na estratégia no 7º CONCUR (2000), se verifica que a Central Única dos Trabalhadores aprovou uma proposta com aspectos inovadores para *dentro da instituição* e que poderia contribuir para a renovação do modelo de sindicalismo praticado pela CUT. Trata-se da sua formulação sobre *economia solidária* que favoreceu posteriormente a realização de inúmeras experiências que buscaram envolver o sindicalismo CUT, a *comunidade* e concretizar novas parcerias institucionais. Na concepção da CUT, a *economia solidária* possibilitaria criar um campo de alternativas para a geração de trabalho e renda, contrapondo-se às políticas neoliberais e visando combater o desemprego e à exclusão social, entre outros fatores de excusão.

Segundo Ferraz (2005) o teórico que mais influenciou o projeto Solidário do Sindicalismo – CUT é Paul Singer. Para o autor:

A economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram ao redor da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática de autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (Singer, 2003: 116).

Assim, a CUT criou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), em 1999, cujos objetivos iniciais eram a geração de novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e a contribuição à construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável; o fomento aos valores da solidariedade na sociedade; a democratização do acesso dos trabalhadores ao crédito; a formação de agentes de desenvolvimento solidário; o apoio à criação e a viabilização de empreendimentos

solidários; a construção de alternativas de comercialização; a ampliação do acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; e assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias (CUT, 2000: 35).

As principais ações definidas pela CUT, no âmbito da economia solidária, foram: a) continuar o combate sem trégua às falsas cooperativas; b) incentivar a organização de comitês de desempregados por categorias; c) exigir que, ao invés de usar o dinheiro público para empréstimos à privatização, os bancos públicos, o BNDES e o FAT criem linhas de financiamento e crédito para as cooperativas de produção industrial e rurais; d) construir propostas e exigir apoio às iniciativas de governos estaduais e municipais; e) construir ações conjuntas com as entidades que trabalham nesse campo, como exemplos podemos citar: Fase, Anteag, MST, Contag, Unitrabalho, Pastorais Sociais, escolas técnicas, entre outras, com o objetivo de construir mobilizações conjuntas em defesa do emprego e de criação de créditos às iniciativas populares (CUT, 2000).

Além da criação da ADS-CUT, no 7º CONCURTO, a central sindical continuou a reivindicar a defesa das convenções 135, 151 e 158 da OIT; a redução de jornada de trabalho de 44h para 40 horas semanais, mas sem redução dos salários e a criação de um novo Sistema Público de Emprego. A CUT defendeu, também, o fortalecimento do Fórum Nacional de Luta (FNL) visando à construção de uma política de alianças com os setores da sociedade brasileira que se opõem às políticas neoliberais e a intervenção nas disputas eleitorais de 2000 (eleições nos municípios) e 2002 (eleições no âmbito federal) com a elaboração de uma *plataforma mínima da cidadania* (CUT, 2000).

Embora as perspectivas de *ação* apontem para uma maior abertura da pauta sindical para as *questões da cidadania*, e permitam concluir que o sindicalismo CUT buscou intensificar a articulação do *sindicalismo de contestação* com o *sindicalismo de negociação* (Rosa, 1998), vale lembrar que não há uma correlação direta entre a aprovação da tese congressual e a efetivação da agenda *cidadã* no plano nacional. Portanto, são pretensos exercícios que a Central Única dos Trabalhadores se propôs a fazer desde 1991 e que balizaram as ações da *instituição* até o final dessa década.

Para Costa (2008: 257): “Os desafios associados ao sindicato cidadão valem tanto para a realidade nacional como para o patamar transnacional. Aliás, uma vez que este

patamar remete para um *campo* ainda relativamente pouco explorado, ele constitui um espaço potencial para a construção de estratégias sindical abertas *ao exterior* do próprio movimento sindical”. Neste sentido, ao analisarmos as propostas de atuação internacional da CUT no 7º CONCUT (2000), percebemos que há indícios de uma ação sindical aberta *ao exterior* no plano internacional, pois há, no discurso da central sindical, não só referência à mobilização em Seattle, realizada em 30 de novembro de 1999, na ocasião da 3ª Conferência da Organização Mundial do Comércio - OMC, mas também enfoque à necessidade de estender essas iniciativas também para o âmbito continental e nacional, destacando o seu papel na criação da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) e na Aliança Social Continental⁶⁹ (ASC).

Um ano após este congresso, a CUT deu início a sua participação no Fórum Social Mundial. A primeira edição do Fórum foi realizada no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A CUT fez parte do comitê organizador que também foi composto pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), pela Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos (Attac), pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), pela Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives), pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

O Fórum Social Mundial (FSM) é um espaço portador da “esperança de uma outra democracia” (Sintomer e Gret, 2003 *apud* Costa, 2008: 265) e de afirmação de uma “utopia radicalmente democrática”. Por sinal “a única utopia realística após um século de utopias conservadoras” (Santos *apud* Costa, 2008: 265). De acordo com a organização do FSM:

⁶⁹ “O primeiro passo transnacional para a constituição da ASC foi a realização simultânea, em 12 e 13 de maio de 1997, do Fórum dos Trabalhadores das Américas, iniciativa de caráter sindical, composta por organizações sindicais do continente – filiadas ou com relações de proximidade à CILS e à ORIT e do Fórum Nossa América - composto por organizações sindicais e sociais, movimentos de base popular e partidos políticos. Estas iniciativas decorreram em paralelo e em reação à realização do Encontro dos Ministros de Comércio das Américas e ao Fórum de Negócios das Américas, em Belo Horizonte. Qualquer delas se posicionou contra o pendur estritamente comercial pretendido pelos governos para a negociação de uma Área de Livre Comércio das Américas – ALCA”(Costa, 2008).

O Fórum Social é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. O Fórum Social Mundial se caracteriza também pela pluralidade e pela diversidade, tendo um caráter não confessional, não governamental e não partidário. Ele se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial. O Fórum Social Mundial não é uma entidade nem uma organização (www.forumsocialmundial.org.br).

Para Santos (2008), o que é inovador no Fórum Social Mundial é o fato de ser inclusivo, tanto por suas escalas de abrangência, local, nacional e global, como pela amplitude das temáticas que são tratadas neste espaço de articulação política. De acordo com o autor:

En otras palabras, si el Foro es posiblemente el “movimiento de movimientos”, no es un movimiento más. Es un tipo diferente de movimiento. El problema con los nuevos movimientos sociales es que, para hacerles justicia, se necesitan una nueva teoría social y nuevos conceptos analíticos. Dado que ni una ni otros emergen fácilmente de la inercia de las disciplinas, el riesgo de que puedan ser subteorizados o subvalorados es considerable. Este riesgo es tanto más serio cuanto que el Foro Social Mundial, dado su alcance y su diversidad interna, no sólo constituye un reto para las teorías políticas dominantes y las varias disciplinas de las ciencias sociales convencionales, sino que también pone en cuestión al conocimiento científico como único productor de racionalidad social y política. Para decirlo de otro modo, el Foro plantea cuestiones no sólo analíticas y teóricas, sino también epistemológicas. Esto se expresa en la idea, ampliamente compartida por los participantes del Foro, de que no habrá justicia social global si no hay antes una justicia cognitiva global. Pero el reto que plantea el Foro tiene aún otra dimensión más. Más allá de las cuestiones teóricas, analíticas y epistemológicas, plantea un nuevo tema político: se propone realizar la utopía en un mundo carente de utopías. Esta voluntad utópica se expresa en la consigna “Otro mundo es posible” (Santos, 2008: 43).

O Fórum Social é uma ação de caráter *contra-hegemônico* que pretende produzir o diálogo entre o conjunto das iniciativas criadas e formatadas em um contexto de *globalização da resistência*, ou seja, é o que Boaventura de Souza Santos designa como *cosmopolitismo* que trata da organização transnacional da resistência de Estados - nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais, “A resistência consiste em transformar trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada, e traduz-se em

lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência, a desintegração, a despromoção”(Santos, 2001: 73).

Em um contexto de intensificação das ações de resistência ao neoliberalismo, no âmbito nacional e internacional, a CUT, próximo ao cenário eleitoral e pré-congressual, no ano de 2002, investiu na contratação de uma pesquisa qualitativa elaborada por uma empresa de Marketing Político afinada com a CUT e o PT.

A seguir, apresentamos os principais resultados deste trabalho que pretendeu dar pistas para a Central Única dos Trabalhadores orientar a sua *ação* no referido período.

2.3. Avaliação dos trabalhadores sobre o projeto sindical da CUT, resultados da pesquisa aplicada em 2002, em um cenário pré-eleitoral

A pesquisa foi aplicada entre os dias 22 e 26 de abril de 2002, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, envolvendo homens e mulheres, entre 20 e 50 anos, das classes B, C e D⁷⁰. O estudo objetivou captar as percepções dos entrevistados frente à *ação* das centrais sindicais e, mais especificamente, à ação da CUT. O conjunto dos resultados preliminares apresentados pela empresa, em abril de 2002, mostrou que a situação de trabalho destes trabalhadores brasileiros pesquisados era de salários mais baixos. Estes trabalhadores relataram condições de trabalho insatisfatórias, gerando um quadro de desânimo e medo. Os trabalhadores sentiam que os direitos trabalhistas estavam ameaçados e o crescimento da terceirização era visto como uma tentativa de reduzir a quase nada o vínculo empregatício e, portanto, os direitos dos trabalhadores. Resultados que, a nosso ver, estão em sintonia com o quadro teórico expresso no capítulo 1 desta tese, pois, com o desemprego em alta, se disseminaram as formas de contratação de caráter *flexível e precarizante*, sendo que a mais comum é a terceirização.

Quando os pesquisadores avaliaram o “conhecimento” e a “imagem” das centrais sindicais no Brasil, os entrevistados revelaram desconhecimento, falta de referência ou

⁷⁰ Tratando-se de um material preliminar a pesquisa não menciona a fonte que utilizou para definir a amostra, ou seja, trabalhadores das classes B, C e D. Mas, provalmente, a classificação utilizada considera a definição do IBGE que associa classes sociais ao rendimento familiar (em número de salários mínimos).

vivência no momento atual sobre o que é uma central sindical. Logo, tiveram dificuldades em definir as atribuições de uma central sindical. A pesquisa demonstrou que, entre os entrevistados mais novos, há confusão entre o que é uma central sindical e o que são os sindicatos. Entre os entrevistados mais velhos, o conhecimento sobre as centrais sindicais e a familiaridade com o tema se mostrou um pouco maior.

Novamente, ao serem avaliados sobre o “conhecimento” e a “imagem das centrais sindicais”, as percepções gerais revelaram trabalhadores desinteressados sobre o tema sindicato ou centrais sindicais. Participar deste tipo de movimento não é uma ação cotidiana, o que significa que, para muitos trabalhadores as centrais sindicais podem ser classificadas como algo “abstrato” e “intangível”. Quanto à opção de se filiar a centrais sindicais, entre os entrevistados, as alternativas mais citadas foram: “manter a distância é mais prudente” e “manter o emprego é prioridade”. Outras questões levantadas, e que se relacionam com o distanciamento dos trabalhadores em relação à *ação política* nas centrais sindicais, foram: “o movimento sindical hoje é sinônimo de greve e baderna, muito agito e pouco resultado”; “a contribuição sindical é compulsória e os trabalhadores não percebem nenhum retorno deste dinheiro; os trabalhadores não entendem porque devem pagar” (CUT, 2002b: 20-21).

As respostas demonstraram que as centrais sindicais e os seus sindicatos tiveram dificuldades em ter uma penetração real nas suas bases sindicais. De acordo com a Pesquisa Sindical IBGE/2001, num período de 10 anos, a CUT ampliou a sua representação de 1.668 entidades, em 1991, para 2.834, em 2001, evidenciando um crescimento de 70%. Já, a Força Sindical passou de 284 entidades filiadas para 839, o que significa uma variação positiva de 195%. Portanto, mesmo com um crescimento numérico vertiginoso, se verifica que o acelerado processo de *institucionalização* pelo qual as centrais sindicais passaram na década de 1990 não assegurou a convergência para o exercício de um sindicalismo que se organiza a partir do local de trabalho⁷¹, superando déficits na estrutura e na prática sindical.

Ainda sobre a questão da estrutura e organização sindical, Leôncio Martins Rodrigues (2002) traça o que podemos considerar uma *tipologia das respostas sindicais*.

⁷¹ A respeito desta questão, cf Cardoso (1999).

Neste sentido, consideramos que a CUT investiu, na década de 1990, principalmente em *respostas de natureza coletiva* que envolveram estratégias sindicais clássicas de mobilização recorrendo ao *campo democrático e popular* e a outras instituições parceiras. Em certa medida, investiu em *respostas orientadas para o trabalhador individual*, voltadas normalmente para prestação de serviços, a exemplo dos cursos de qualificação profissional ofertados a partir de meados dos anos 1990. No entanto, a CUT avançou pouco em *respostas organizatórias* referentes a modificações na própria estrutura sindical, permanecendo no país um modelo de sindicalismo ancorado em uma estrutura que sobrevive de contribuições compulsórias debitadas do salário do trabalhador sindicalizado e não sindicalizado. A respeito deste último aspecto, de acordo com Pochmann (2012: 45), “entre os assalariados com carteira/emprego formal, a taxa de sindicalização caiu de 32,9% em 1999 para 29,7% em 2009, ao passo que no total de ocupados subiu levemente de 12,2% para 13,1%”.

O tema das privatizações também foi objeto da investigação. A nosso ver, esta opção pode ser justificada considerando a centralidade que o debate ocupou na agenda sindical desde a década de 1990 até 2002, quando a CUT e o PT realizaram diversas ações de *luta contra as privatizações com desnacionalização*; marca do período FHC, segundo o discurso de ambas as *instituições* neste período.

Embora a CUT tenha realizado um conjunto de *ações* que poderemos classificar como *respostas de natureza coletiva*, durante quase uma década de *resistência* as políticas neoliberais, de acordo com os pesquisadores, não há um pensamento hegemônico entre os trabalhadores de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Portanto, entre os trabalhadores mais jovens prevaleceram as seguintes opiniões: “Não tem necessidade de privatizar uma empresa para ela dar lucro. O problema é a má administração” (Rio de Janeiro) e “Diminuiu a quantidade de empregos, mas melhorou a qualidade dos serviços” (São Paulo) (CUT, 2002b: 13). Entre os trabalhadores mais velhos, mesclaram-se opiniões totalmente refratárias à privatização. Por exemplo, “privatização é a pior coisa do mundo. A maioria das pessoas são mandadas embora”. (Belo Horizonte). Também houve respostas parcialmente refratárias, por exemplo, “as empresas que privatizaram melhoraram 100% o serviço, mas ficou mais caro” (CUT, 2002b: 13)

A respeito da relação *sindicalismo e política*, existe uma percepção generalizada de que “política hoje é corrupção por princípio e não é forma de defender nada e nem ninguém”, portanto “quando o sindicato se aproxima da política acaba contaminado, vira farinha do mesmo saco” (CUT, 2002b: 24-25). Entre os trabalhadores mais velhos, há uma opinião geral de que o sindicato não pode ter políticos profissionais como *representantes* dos trabalhadores e que a relação *sindicalismo e partidos políticos*, quando articulada, tende a beneficiar somente os dirigentes sindicais que buscam se apoiar nas instituições sindicais, visando a se lançarem como candidatos em pleitos eleitorais futuros.

Todos os entrevistados nas três cidades pesquisadas já ouviram falar sobre a CUT que foi identificada como central sindical “indiscutivelmente ligada ao trabalhador” e que “batalha pelos seus direitos” (CUT, 2002b: 35), mas que, neste momento, está distante dele, assim como as outras centrais sindicais. Independente da faixa etária, entre os trabalhadores mais velhos e mais jovens, há uma percepção comum de que a CUT foi importante para o país, atuou em greves e manifestações de massa, levantou bandeiras sociais e lutou contra injustiças sociais, porém hoje “não se mostra mais e se faz alguma coisa não conta” (CUT, 2002b: 36). Este resultado indica que, no início da década de 2000, há uma forte tendência a um distanciamento entre as decisões da cúpula da central sindical e a percepção das suas bases sindicais sobre o que deve ser o projeto estratégico desta central sindical. Mas retomaremos mais adiante este debate sobre os *dilemas* da CUT no início do século XXI.

No dia 21 de março de 2002, a CUT organizou um “Dia Nacional de Luta contra a flexibilização da CLT”, posicionando-se contra as reformas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) propostas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com a *instituição*, “ocorreram paralisações, manifestações e passeatas em todo o país. Todas essas mobilizações conseguiram impor uma derrota ao governo e no seu Ministro do Trabalho, e também na Força Sindical, que defendiam a flexibilização na legislação trabalhista” (CUT, 2009a: 48). No entanto, quando os entrevistados foram questionados sobre a *ação política*, revelaram desconhecimento absoluto, o que dialoga com as respostas anteriores que demonstram uma CUT distante do dia a dia do trabalhador. Sendo assim, é provável que a *ação política* que visou barrar a flexibilização da legislação trabalhista tenha sido organizada por *militantes* da CUT e de movimentos sociais, assim como organizações do

campo democrático e popular, não envolvendo a ampla base social que a CUT alega possuir.

Em todos os grupos a relação da CUT com o PT foi identificada como “familiar”. Por esta razão foram utilizadas expressões de parentesco para descrever esta relação, como por exemplo: “eles são um caso antigo”, “uma amizade longa”, entre outros comentários. Os entrevistados acrescentaram que faz sentido que “eles estejam juntos”, pois “ambos defendem o trabalhador e as lutas são as mesmas” (CUT, 2002b: 50). Para os trabalhadores mais velhos, foram coletadas falas do tipo: “é natural que a CUT apoie o PT”, assim “o PT ganha força, credibilidade e votos com o apoio público da CUT. O PT ganha um aliado isento e justo para sempre lembrá-lo de seus compromissos” (CUT, 2002b: 54).

Entre os jovens e os trabalhadores que têm menos simpatia pelo PT, a visão predominante acredita que “a CUT não deveria estar ligada a nenhum partido para que pudesse defender a todos sem comprometimentos, pois uma vez que ela tenha ajudado o PT a chegar ao governo não terá a isenção necessária para cobrar promessas e contestar futuras ações do governo” (CUT, 2002b: 54). A afirmação dos entrevistados mais jovens sintetiza o que é um dos principais *dilemas* da CUT no início do século XXI: o grau de *autonomia* da Central Única dos Trabalhadores em relação ao governo nacional, na medida em que, com a vitória dos candidatos do PT nas eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010, abriram-se novas perspectivas para a *ação sindical* da CUT e, com isto, a possibilidade de emergirem novos *processos de institucionalização* da central a partir do referido período.

Nas conclusões do estudo, os pesquisadores afirmam que “as centrais sindicais em tese tem força, credibilidade e experiência para construir, ensinar, ajudar o trabalhador neste momento, desde que produzam novas ferramentas de luta capaz de falar de perto com eles, para eles e por eles” (CUT, 2002b: 87) e recomendam à CUT investir em *líderes políticos* com *carisma* e *reconhecimento* suficiente para “proteger, amparar e apoiar o trabalhador em todos os seus direitos, garantir o cumprimento dos benefícios previstos na lei, batalhar por recolocação no mercado de trabalho e proporcionar melhor capacitação” (CUT, 2002b: 90). Nota-se que as proposições elaboradas a partir das considerações expressas pelos trabalhadores entrevistados, pretendem atender reivindicações imediatas,

ligadas principalmente ao *espaço da produção*. Sendo assim, a recomendação expressa pelos pesquisadores vai na direção das respostas dos pesquisados e objetiva “atender” pautas urgentes, pouco inclinadas para a transformação da sociedade rumo ao socialismo, como a CUT sempre defendeu e parcialmente direcionadas para o atendimento das reivindicações almejadas pela CUT *cidadã* desde a década de 1990.

Considerando os resultados da pesquisa e a proximidade do período eleitoral, a CUT realizou a sua 10ª Plenária Nacional⁷², entre os dias 08 e 11 de maio de 2002, em São Paulo, tendo participado 414 delegados. Na atividade, a Central Única dos Trabalhadores fez um balanço da sua relação com as administrações do PT e expressou a recusa do rótulo de *braço sindical do PT*, caracterizando como *pelego* o sindicato que, ao invés de defender os interesses dos trabalhadores, encaminha as propostas do governo. A avaliação inicial indica uma sintonia com os resultados da pesquisa “Conhecimento e Imagem CUT” no sentido da necessidade da CUT demarcar a sua *autonomia* em relação aos governos de caráter *democrático e popular*, denominação que o sindicalismo CUT dá aos governos do PT.

Todavia, a forte busca por exprimir a *autonomia* é, de certa forma “quebrada”, quando a CUT assume o debate sobre a necessidade de construir um amplo leque de alianças políticas com o objetivo de eleger Lula, evidenciando sinais de *flexibilização* nas opções da CUT no que tange aos aliados *político* prioritários, conforme segue:

⁷² Na 10ª Plenária Nacional (2002), a Central única dos Trabalhadores fez um amplo debate sobre as suas políticas permanentes, as propostas elaboradas consideram resoluções anteriores de plenárias e congressos, e em geral expressa um conteúdo bastante crítico em relação à agenda política nacional em curso, o período FHC. Em resumo, os principais temas tratados pela CUT foram: política internacional - com severas críticas a globalização neoliberal, a ação do - FMI, BM, OMC etc., as negociações de acordos de livre comércio e os compromissos assumidos pelo governo federal junto a estas instituições internacionais. A CUT busca ainda fortalecer as iniciativas contra-hegemônicas desenvolvidas em meio à crise, tais como o Fórum Social Mundial; Política Nacional de Formação da CUT - e os desafios para a Rede de Formação da CUT e ainda propostas da CUT para a defesa de uma política educacional pública, laica, democrática e emancipadora; Sistema Público de Emprego no Brasil – sobre a necessidade de avançar na coordenação e integração das políticas; Desenvolvimento solidário - com centralidade para o tema da economia solidária; Saúde do trabalhador na CUT e o debate sobre a previdência social, Política de gênero e organização das mulheres na CUT; Política de combate ao racismo; Debate sobre a Livre orientação sexual; Política de erradicação do trabalho infantil; Políticas para a juventude; Política habitacional; Desenvolvimento na Amazônia e os desafios para a organização da CUT na região norte inclusive com a aprovação da criação da Comissão Nacional da Amazônia” e Política de comunicação - debate da estruturação da rede de comunicação (CUT, 2002c).

No campo das alianças, convém considerar que as organizações de trabalhadores comprometidos em eleger Lula não estão restritas ao campo da CUT. Eleger Lula interessa principalmente à base de amplos setores do sindicalismo brasileiro. Ou seja, queremos Lula, mas o candidato não é só nosso. Mais do que isso, a tarefa é ampliar o apoio ao nosso candidato na área sindical. Para isso, o trabalho na campanha de Lula não pode se misturar com as disputas na área sindical. É um cuidado duplo. O nosso apoio a Lula ao lado de setores adversários não pode ser entendido como superação de diferenças que estão longe de serem resolvidas, do mesmo modo que essas diferenças não podem servir para afastar os outros setores sindicais da candidatura Lula. Não é uma equação fácil de montar, mas é um desafio que devemos enfrentar (CUT, 2002c: 6-7).

À decisão da CUT, seguiu uma tendência praticada no PT desde a derrota nas eleições presidenciais de 1989: a busca por aliados para além do *campo democrático e popular*. A CUT passou a perseguir este objetivo a partir de 2003, ao buscar desenvolver *ações políticas* com as centrais sindicais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

No tema da *organização sindical*, mais uma vez a CUT não avançou com alterações que implicassem em mudanças significativas no seu *projeto político organizativo*. A nosso ver, ao não conseguir superar os *dilemas* internos, a CUT adotou como estratégia apontar diretrizes gerais para pensar um *novo* modelo de organização sindical, optando por remeter ao 8º CONCUR (2003) a atualização do estatuto da *instituição*. A Direção Nacional ficou com a responsabilidade de elaborar tais proposições. Nas resoluções aprovadas, é interessante notar que o termo *sindicato orgânico* perde força. A CUT apenas fez referência à importância de avançar com a unificação das entidades e na construção do sindicato do ramo, mas não apontou os desdobramentos para a sua estrutura *vertical e horizontal*.

No interior da Central, as *ações de resistência e oposição* ao projeto FHC tomaram conta da agenda sindical e, na sua 10ª Plenária Nacional, a CUT reiterou a proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT). Proposta considerada uma “referência global para a atuação da central sindical para *fora* (no debate sobre reforma da legislação trabalhista e sindical) e para *dentro* (nas definições sobre a sua estrutura)” (CUT, 2002c: 13). Com base na defesa do SDRT, a CUT pretendeu combater as iniciativas de reforma da legislação trabalhista e sindical. Na visão da *instituição* “implementadas pelo governo FHC com o apoio da Força Sindical” (CUT, 2002c: 14).

Anterior à organização desta Plenária, é importante destacar que a CUT, articulada ao Fórum Nacional de Lutas organizou a “Marcha a Brasília pela instalação da CPI da corrupção”, em 05 de abril de 2001. A “Campanha uma luz para o Brasil contra o apagão e a corrupção”, que culminou com uma Marcha a Brasília que tinha como eixos de mobilização as palavras de ordem “Xô Corrupção, Chega de Privatização e de FHC”(CUT, 2009a: 46-47). O pano de fundo destas iniciativas foram as medidas econômicas e sociais idealizadas no auge da *globalização hegemônica* (Santos, 2001) e os seus impactos no emprego e na ampliação das situações de caráter *flexível e precarizante no espaço da produção*.

No sentido de organizar *ações* em oposição ao projeto neoliberal e de *luta* pela manutenção de direitos, foi aprovada a resolução nº8 que afirma: “A CUT deve se abster de fazer qualquer ação conjunta com estas centrais sindicais e caracterizar a Força Sindical como inimiga da classe trabalhadora brasileira e exigir apuração dos fatos que envolvam a utilização de dinheiro público e de empresários por estas centrais”(CUT, 2002c: 33-34). Entretanto, esta perspectiva de *ação* se alterou profundamente a partir de 2003, quando a CUT, reagindo ao novo *ambiente político* instalado no país, decidiu organizar uma agenda sindical conjunta com as centrais sindicais. Experiência que será analisada mais detalhadamente nos capítulos 4 e 5.

No capítulo que segue, se apresenta a metodologia do trabalho, as perspectivas de análise do estudo de modo a relacionar a trajetória da CUT durante a vigência do Governo Lula. Conferimos prioridade ao período 2003-10. Momento em que a CUT no *espaço da cidadania*, para além da pauta sindical relacionada às demandas do trabalho, passa a priorizar a *articulação* de uma pauta em prol do desenvolvimento do país em conjunto com as centrais sindicais reconhecidas pelo MTE.

CAPÍTULO 3. Perspectivas de análise e metodologias utilizadas

Este estudo busca relacionar a trajetória da CUT durante a vigência do Governo Lula, no período 2003-10. Momento em que, no *espaço da cidadania*, para além da pauta sindical relacionada às reivindicações trabalhistas e as *ações de confronto*, a CUT passa a priorizar a *articulação* de uma pauta em prol do desenvolvimento do país, com uma ampla agenda de *negociação*. Neste contexto, se observa que a *ação* da CUT aponta para a incorporação de novos *atores sociais*, em especial, as centrais sindicais. Sendo assim, se objetiva apreender os significados desta *relação associativa*.

Prioriza-se a análise dos aspectos da configuração jurídico-institucional das centrais sindicais na atualidade, apontando as principais mudanças e os *dilemas* para a *ação* sindical da CUT, averiguando se há perspectivas para a conformação de *nova institucionalização* no início do século XXI.

Para responder a este objetivo inicial, utilizamos os resultados das pesquisas elaboradas e aplicadas pela CUT sobre o perfil socioeconômico dos dirigentes sindicais eleitos delegados ao 8º, 9º e 10º CONCUR. Além disto, apresentaremos também os resultados preliminares da pesquisa realizada no 11º CONCUR; um documento liberado para uso interno. As pesquisas apontam as percepções dos dirigentes sindicais sobre diversos temas selecionados pela CUT. A análise das pesquisas permite identificar a *composição social* da Central Única dos Trabalhadores e as influências que pode exercer o estabelecimento de uma política de relação ampliada entre as centrais sindicais e para o *projeto político organizativo* da CUT.

As pesquisas são aplicadas no principal momento de definição das políticas da CUT, ou seja, os congressos da central sindical que acontecem a cada três anos, conforme prevê o estatuto da *instituição*. Na ocasião dos eventos a CUT monta um *stand* para atender os delegados e delegadas que tenham dúvida no momento de responder o questionário. No 8º e no 9º CONCUR, além da CUT, a pesquisa envolveu a Escola Sindical São Paulo da CUT e o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – (CESIT) da Universidade de Campinas. Em 2003, a pesquisa aplicada no 8º congresso não teve a continuidade necessária. Assim, a publicação sobre o perfil dos delegados se constitui

como um documento preliminar e de divulgação interna. O documento não foi publicizado e não explicita as metodologias utilizadas, nem quais foram as conclusões do estudo. Há indícios de que esta decisão foi motivada por razões políticas, pois, em geral, os resultados alcançados não contentaram a Direção, recém empossada, que decidiu pela não publicação do estudo. Mesmo assim, diante destes impasses de caráter interno, optamos por recuperar os resultados do trabalho no CEDOC/CUT e incluí-los no capítulo 4 que trata da composição social da central sindical.

No 9º CONCURTO, além do perfil socioeconômico dos dirigentes sindicais, notamos que a CUT deu ênfase a temas relacionados à reforma sindical. Essa decisão provavelmente foi impulsionada pela participação da CUT no Fórum Nacional do Trabalho. Além disto, as questões de gênero apareceram com mais força. A busca por aprofundar temas relacionados ao universo das mulheres trabalhadoras pode ter sido motivada pela criação da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora, em 2003, no 8º CONCURTO. É importante salientar que, no 9º CONCURTO, a pesquisa contou com o apoio da Fundação Friedrich Ebert – FES. Em geral, quando há algum tipo de apoio ou patrocínio externo à CUT, é necessário que, ao final do trabalho, seja feita uma prestação de contas. Portanto, a parceria com a FES pode ter sido um fator impulsionador para a continuidade do estudo, pois no que tange aos resultados obtidos, conforme mostraremos no capítulo 4, a CUT não avançou em relação as respostas evidenciadas no congresso anterior. O perfil se manteve estável e, baseado em temas estratégicos para esta central sindical, como a Convenção 87 da OIT e o imposto sindical, mantiveram-se os *dilemas*.

A pesquisa realizada no 9º CONCURTO (2006), apresentou uma publicação final, com observações metodológicas indicando que, do total de presentes ao 9º CONCURTO, 1601 delegados responderam ao questionário, distribuídos em 34,2% de mulheres e 65,8% de homens (CUT, 2006a: 9). A publicação foi estruturada em três partes: a primeira, referindo-se aos dados do perfil socioeconômico dos delegados; a segunda, tratando do que a CUT denomina *políticas permanentes*, e, por fim, a terceira parte, dedicando-se ao tema da reorganização da estrutura organizativa da CUT. Para um conjunto de questões coincidentes, principalmente as de perfil e referentes ao tema da reforma sindical, os pesquisadores optaram por comparar as respostas obtidas com os dados do 8º CONCURTO.

Nos dois congressos seguintes, a CUT realizou a pesquisa com o Instituto Observatório Social (IOS), um centro de pesquisas criado por esta central sindical, em 1997. A parceria da Central com o IOS se alicerçou e, diante deste contexto, se verificou que, nas publicações finais sobre o *Perfil dos Delegados*, temas pouco usuais no dia a dia da central sindical, mas bastante aprofundados pelo IOS, como Trabalho Decente e Responsabilidade Social Empresarial, que por sinal passaram a fazer parte dos temas de interesse da CUT. No 10º CONCUR⁷³, a pesquisa foi centrada no perfil socioeconômico dos delegados e na avaliação destes sobre a estratégia da CUT no período 2006-2009. A escolha pode ter sido influenciada pela *forte* perspectiva de *continuidade política* que havia naquele congresso. Conforme mostraremos no capítulo 5, o congresso teve uma chapa eleitoral única, previamente acertada e que passou pela reeleição do presidente, novamente o urbanitário Artur Henrique da Silva. Assim, ao priorizar avaliar a sua estratégia política, a Direção da CUT pode ter vislumbrado uma oportunidade de fazer um balanço das suas ações e, a partir dos resultados obtidos, corrigir ou aperfeiçoar a estratégia adotada pela *instituição*.

No 10º CONCUR (2009), o detalhamento analítico da pesquisa indica que o estudo objetivou atingir o número total de delegados que participaram da atividade, ou seja, dos 2299 delegados credenciados, 1896 responderam o questionário. Portanto, 82,5% do universo total, divididos em homens 61,6% e mulheres 38,4% (CUT, 2010a: 11). A técnica de coleta dos dados priorizou o uso do questionário, através de questões fechadas e semiabertas, preenchidas pelo próprio entrevistado, no período de 04 a 07 de agosto de 2009. Os dados foram inseridos no programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) e os resultados foram organizados na forma de tabelas e gráficos. As questões coincidentes foram comparadas aos resultados obtidos no 9º CONCUR (2006).

As questões foram tratadas, privilegiando o recorte por gênero, raça e por ramos de atividade econômica, conforme a classificação utilizada pela CUT em 2009, a saber: comércio e serviços; extração mineral; seguridade social; profissionais liberais; vestuário; educação; construção e madeira; urbanitário; alimentação; financeiro; metalúrgico;

⁷³ No 10º CONCUR a pesquisa recebeu o apoio da Escola Sindical São Paulo/CUT e da Agência “Acerte Pesquisa” na etapa de aplicação dos questionários, na semana de 04 a 07 de agosto de 2009, em São Paulo - SP.

aposentados; químico; rural; comunicação e informação; administração pública; transporte e municipais.

No 11º CONCURTO, em 2012, a pesquisa se deteve na análise do perfil socioeconômico dos delegados. Podemos apontar duas justificativas para tal escolha. Em primeiro lugar, nesse congresso, a Direção Executiva da CUT passou por uma certa renovação, ainda que os dirigentes sejam praticamente os mesmos, os cargos de alto poder decisório tiveram a sua composição política alterada. Debate que será retomado no capítulo 5. Portanto, naquele momento, fazer a opção por rever a estratégia da gestão anterior seria quase como promover uma avaliação dos últimos 6 anos. Afinal, no período 2006-2012, praticamente se mantiveram os mesmos dirigentes nos mesmos cargos decisórios de relevo. Assim, se o que está em jogo é a *disputa* pela permanência no aparato sindical, em um cenário que apontava para “suaves” mudanças, pode não ter sido interessante realizar um exercício de balanço a respeito das opções políticas adotadas no último período. Em segundo lugar, a decisão pode ter sido motivada pelas discussões iniciadas na 13ª Plenária Nacional da CUT, em 2011. Na ocasião, foi retomado o debate sobre um dos principais *dilemas* da instituição: o seu *projeto político organizativo*. Ao sinalizar que o 12º CONCURTO será o momento final e decisivo para a CUT fazer uma avaliação das almejadas mudanças institucionais, é possível que a instituição opte por realizar uma pesquisa de maior envergadura somente em 2015.

No 11º CONCURTO (2012), o documento preliminar indica que a CUT optou metodologicamente pela adoção de amostra estatística. A amostra foi calculada em relação à quantidade de participantes do congresso, sendo composta por 701 homens e 569 mulheres. O cálculo amostral tem margem de erro de 2% para mais ou para menos com nível de confiança para o erro amostral de 95% (CUT, 2013). A técnica de coleta de dados novamente priorizou o uso do questionário, através de questões fechadas, preenchidas pelos próprios entrevistados no período de 9 a 13 de Julho de 2012.

A inovação foi a aplicação do questionário em duas modalidades. Os entrevistados puderam optar por responder na forma “tradicional”, por meio do questionário impresso e colocado dentro da pasta de documentos que o delegado recebe ao se credenciar para participar de um congresso da CUT, ou responder o questionário pelo

meio eletrônico, em um sistema de inclusão das respostas, criado pelo IOS. O formato eletrônico foi bem acolhido pelos delegados, no entanto o questionário impresso provavelmente ainda permanecerá nas próximas edições das pesquisas que a CUT resolver realizar. Fato que justifica-se na parcela de sindicalistas que tem alguma resistência ou que apresenta dificuldade no uso das tecnologias da informação.

Na ocasião da aplicação dos questionários, observamos algumas delegações, como por exemplo os rurais da CUT, ainda costumam pedir o auxílio dos pesquisadores para o preenchimento do material. Todavia, há também situações em que o delegado, não só preenche com muita facilidade o questionário impresso ou eletrônico, como também reivindica um certo “protagonismo”. Assim, nas conversas que tivemos, bem como nos questionários que acessamos, verificamos que é comum, por exemplo, que o setor público reivindique a elaboração de mais questões direcionadas para esse segmento de trabalhadores.

Os dados obtidos no 11º CONCUR foram tabulados no programa Excel e estão organizados na forma de tabelas e gráficos. Para um conjunto de questões coincidentes, novamente como estratégia de análise, a CUT optou por comparar os resultados obtidos com os dados do 10º CONCUR (2009) e organizou os cruzamentos preferencialmente por gênero e por ramo de atividade. Ao analisar os dados preliminares do 11º CONCUR, optamos por cruzar os resultados obtidos com os dados das pesquisas aplicadas desde o 8º CONCUR. No entanto, isto nem sempre foi possível em função das diferentes metodologias aplicadas e da não continuidade de alguns temas na agenda sindical.

No período em análise, não há muitos estudos que aprofundem a questão da CUT *instituição* e a sua relação com o Governo Lula, tendo como foco a análise da criação de um *novo* campo político relacional, que emerge a partir de 2003. Neste sentido, podemos destacar que, no 8º CONCUR, foi aprovada uma resolução que defendeu a construção de um movimento sindical unificado em torno de consensos possíveis, definindo que “*as batalhas dos trabalhadores devem estar em sintonia com a luta mais geral do governo Lula rumo à reconstrução nacional e por um novo modelo de desenvolvimento*” (CUT, 2003a: 43).

A resolução da CUT aponta para a necessidade de reorganizar o campo sindical nacional. Experiência que demanda à Central Única dos Trabalhadores o exercício de um novo papel, centrado principalmente na sua capacidade de *articulação* das reivindicações e proposições do sindicalismo brasileiro, frente ao poder instituído e tendo como horizonte à construção de um projeto de desenvolvimento nacional. A *mudança* em curso desafia a CUT a exercer uma prática sindical diferente daquela realizada nos anos de 1980 e 1990. Diante deste contexto, objetivamos compreender a *ação* da CUT, identificando os principais dilemas para a *instituição* no início do século XXI, no sentido de indagar se há emergência de novos processos de *institucionalização*.

Sendo assim, destacamos que a pesquisa é qualitativa. A técnica de coleta de dados a ser utilizada é a entrevista semidiretiva ou semidirigida, portanto, não é inteiramente aberta, nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. As questões não foram necessariamente trabalhadas pela ordem e buscaram deixar o entrevistado falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier (Quivy, Van Campenhoudt, 1995).

No âmbito nacional foram realizadas entrevistas com os Diretores Nacionais, tendo esta opção sido motivada pela experiência da Direção Nacional fixa que, em tese, deve contribuir para disseminar as políticas desta central sindical por toda a estrutura da CUT. Vale lembrar que os Diretores Nacionais são representantes indicados pelas Estaduais, assim como por ramos da CUT para compor este espaço que é uma instância deliberativa importante. Acima da Direção Nacional, se localiza a Plenária e o Congresso, caracterizado como a instância máxima deliberativa desta *instituição*.

Na sequência, aplicaram-se entrevistas semidiretiva com os *representantes* das maiores centrais sindicais de trabalhadores com as quais a CUT vem estabelecendo uma parceria regular, sendo estas: a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Optou-se, também, por realizar uma entrevista com um *representante* da CONLUTAS, pois embora não tenha obtido o reconhecimento jurídico pelo MTE, esta *Coordenação de Lutas* agrupa um significativo número de ex-dirigentes da CUT. Além disto, tem atuado no espaço político nacional

como central sindical, inclusive conquistando bases sindicais importantes que eram da CUT, a exemplo da pressão e concorrência que a Conlutas tem feito no setor público.

O estudo priorizou a aplicação de entrevistas com os movimentos sociais com os quais a CUT vem organizando *ações* conjuntas desde 2003. Logo, foram realizadas entrevistas com *representantes* dos movimentos sociais e também com a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB que é a única central sindical, além da CUT, que integra a Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS no âmbito nacional. A lógica seletiva dos movimentos sociais respeita os seguintes critérios: participação na coordenação executiva da CMS e atuação de caráter nacional. Assim, foram entrevistados o MST e a CONAM. A título de exemplo, se expõem a seguir as principais questões, relativamente abertas, tal como foram aplicadas à Direção Nacional, à Coordenação dos Movimentos Sociais e às Centrais Sindicais.

Quanto ao roteiro de entrevista aplicado à direção nacional, destacam-se os seguintes pontos/questões:

1. Identificação do cargo do Diretor Executivo, Sindicato de Base, Tempo de Direção e de militância sindical.
2. Como você caracterizaria a abertura da CUT para o estabelecimento de uma política de relação ampliada entre as Centrais Sindicais de Trabalhadores, a partir de 2003, período no qual passa a vigorar o Governo Lula?
3. A partir dos projetos em parceria com as Centrais Sindicais, como você avalia os avanços da ação da CUT junto aos movimentos sociais, ONGs e outros segmentos da sociedade e como você definiria o estágio atual de implementação desta agenda para consecução de um projeto de desenvolvimento para o país?
4. Na sua opinião, a articulação entre as Centrais Sindicais pode ter relação com a vigência do Governo Lula?
5. Quais as principais conquistas que você destacaria que ocorreram em função da unidade entre as Centrais Sindicais?

6. Quais as principais perdas que você destacaria que ocorreram em função da opção política pela unidade entre as Centrais Sindicais?

7. Você pensa que a CUT, nos dias atuais, ainda se referencia nas características do *Sindicato Cidadão* dos anos 90 ou o que se está a produzir do ponto das plataformas institucionais e das práticas de ação sindical apontam para algo novo, um novo *institucionalismo* CUT no início do século XXI?

8. Na sua opinião, quais fatores influenciaram no movimento de saída das tendências políticas, evidenciado a partir de 2003?

9. No que se refere à dinâmica e à proporcionalidade das atuais *tendências* que participam da Direção Executiva da CUT, quais são os novos elementos presentes na composição política da Central?

10. Como você avalia o reconhecimento jurídico das Centrais e a perspectiva de sustentação financeira através do imposto sindical para a CUT e também em relação ao conjunto das Centrais Sindicais no Brasil?

O roteiro de entrevista aplicado à Coordenação dos Movimentos Sociais (CSM) valorizou os seguintes aspectos:

1. Apresentação: Nome do Movimento social, Cargo e breve histórico a respeito da sua militância no respectivo movimento.

2. Como você avalia o desempenho da CMS, ou seja, pensa que a CMS tem conseguido exercer o seu papel, isto é, “a CMS como um instrumento de pressão aos Governos para efetivação de lutas e bandeiras prioritárias ao movimentos social e sindical”?

3. Quais têm sido os apoios e investimentos da CUT na CMS?

4. Como você define a relação das Centrais Sindicais que participam da CMS com o Governo Lula?

5. Como você avalia a participação dos movimentos sociais nas ações de caráter nacional que são desenvolvidas pelo conjunto das Centrais Sindicais?

6. Na sua opinião, o alinhamento entre as Centrais Sindicais especialmente no âmbito das Direções Nacionais, tem quais conseqüências para o conjunto do movimento social envolvido na CMS?

O roteiro da entrevista aos responsáveis das centrais sindicais indicou um conjunto de tópicos/questões:

1. Cargo do Diretor Executivo, Sindicato de Base, Tempo de Direção e de militância sindical.

2. Como você define a relação de unidade entre as Centrais Sindicais em torno de pautas e projetos de consenso entre os trabalhadores?

3. Como você avalia o reconhecimento jurídico e a sustentação financeira das Centrais Sindicais no período do Governo Lula?

4. Na sua opinião, a articulação entre as Centrais Sindicais de Trabalhadores podem ter relação com a vigência do Governo Lula?

4.1. Como você avalia a reprodução das parcerias entre as Centrais no âmbito dos Estados do Brasil?

5. Quais as principais conquistas que você destacaria que ocorreram em função da unidade entre as Centrais Sindicais?

6. Quais as principais perdas que você destacaria que ocorreram em função da opção política pela unidade entre as Centrais Sindicais?

7. A partir dos projetos em parceria com as Centrais Sindicais, por exemplo, a Jornada pelo Desenvolvimento, como você avalia os avanços da ação das Centrais junto aos movimentos sociais, ONGs e em relação aos outros segmentos da sociedade?

8. Como você definiria o estágio atual de implementação das pautas e reivindicações expressas nesta agenda pelo desenvolvimento?

Das várias questões/tópicos utilizados nas entrevistas pode se inferir já um conjunto de interrogações que, no fundo, se configuram como as questões orientadoras da investigação:

- 1) Em que medida as atuais estratégias e a agenda política nacional da CUT, focada no *espaço da cidadania*, se referenciam nas características do *sindicalismo cidadão*, perfil de ação sindical almejado nos anos de 1990 pelo setor majoritário da CUT, ou seja, a Articulação Sindical?
- 2) Em que medida a opção política da CUT pela unidade entre as Centrais Sindicais de trabalhadores está relacionada com a conjuntura política na qual, a partir de 2003, passa a vigorar o Governo Lula?
- 3) Qual é o nível de integração e participação das *representações* Estaduais da CUT para a execução da política de ação unificada entre as Centrais Sindicais?
- 4) Como a CUT tem administrado a sua relação com o conjunto dos movimentos sociais organizados na Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS durante o período do Governo Lula?
- 5) Quais os impactos do reconhecimento jurídico das Centrais Sindicais para o *projeto político organizativo* da Central Única dos Trabalhadores desde 2008 até os dias atuais?

Como primeira tentativa de respostas a estas questões, definimos as seguintes hipóteses:

- 1) Há um enfraquecimento do uso da designação *sindicato cidadão* no discurso institucional. Porém, ao propor o *Acordo Social*, a *Agenda dos Trabalhadores*, a *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento*, entre outras iniciativas, se verifica que a atual proposição sindical da CUT ainda se baliza pela concepção de *sindicato cidadão*. A característica inovadora, em relação aos anos de 1990, é a priorização de alianças com o conjunto do movimento sindical na busca por *ampliação dos direitos de cidadania*.
- 2) O Governo Lula se ancora numa proposta de pacto social, o que tende a propiciar uma política de alianças ampliada. Portanto, há perspectivas de sintonia entre as centrais

sindicais e o poder instituído, realidade que impulsiona uma relação sindical que no âmbito nacional se expressa a partir da constituição de uma linguagem homogênea e da aplicação de uma política marcada pela *unidade*. Esta opção pode estar relacionada as recomposições políticas que aconteceram no interior da CUT, principalmente a partir de 2004 e poderá impulsionar novos processos de *institucionalização* da CUT no início do século XXI.

3) A CUT exerce um protagonismo no movimento de articulação e aglutinação das Centrais Sindicais. No entanto, essa é uma dinâmica que tem maior peso no âmbito da sua Direção Executiva Nacional, especialmente a partir da iniciativa da Articulação Sindical, campo político majoritário na central, pois na estrutura horizontal formada pelas Direções das Estaduais da CUT, os limites institucionais, negociais e próprios da configuração política dos Estados não permitem reproduzir a mesma correlação de *forças* política de caráter ampliado.

4) A CUT investe na criação da Coordenação dos Movimentos Sociais como estratégia reativa frente às denúncias de atrelamento dessa central ao Governo Lula. Logo, a articulação com o conjunto dos movimentos sociais reflete a busca por um maior grau de *autonomização* em relação à estrutura governamental.

5) A CUT passa por um momento de *transição*, porque, com o reconhecimento jurídico das centrais sindicais e a perspectiva de sustentação financeira, através do recurso do imposto sindical, se abrem perspectivas para o surgimentos de novos processos de *institucionalização* nesta central sindical. Contudo, esta nova arquitetura não assegura a construção de um *novo projeto político e sindical no início do século XXI* ou a consolidação do projeto sindical de origem da CUT, respaldado nos princípios da liberdade e autonomia sindical.

Considerando a importância dos Congressos⁷⁴ e das Plenárias Nacionais, dois espaços deliberativos decisivos para a renovação da Direção da CUT e de suas estratégias, na pesquisa analisamos os materiais produzidos após estes eventos, são eles: os Cadernos

⁷⁴Os Congressos Nacionais da CUT elegem uma nova Direção Nacional e anterior à etapa nacional são realizados os Congressos Estaduais que elegem as novas Direções da CUT nos Estados e no Distrito Federal, para um período de três anos. No meio de cada gestão deverá se realizar uma Plenária Nacional que é precedida de Plenárias Estaduais. De acordo com a CUT, o objetivo da plenária estatutária é realizar uma avaliação das estratégias consoante os compromissos anunciados no início de cada gestão.

de Resoluções dos Congressos Nacionais (CONCUTs) e as Resoluções das Plenárias Nacionais, focamo-nos em estratégia e plano de lutas, pois, nas teses da CUT, esses dois níveis do plano de ação têm como objetivo orientar o sentido da ação política da *instituição* no âmbito nacional.

Ao optar por tratar das resoluções oficiais, reconhecemos que, em geral, estes documentos expressam a opinião de uma maioria política. Neste caso, é provável que, em grande parte, expressem a opinião da Articulação Sindical. Mesmo assim, optamos por utilizá-los, pois em cada resolução aprovada é a *ordem legítima* (Weber, 2009) que se impõe aos membros desta *instituição*. Além disto, desde a vitória da *Tese 10*, em 1988, e da reconfiguração estatutária que gerou, há um movimento acelerado de hegemonização da Articulação Sindical no interior da CUT. A nosso ver, esta perspectiva também foi reforçada a partir de 2004 e 2007, com a saída das tendências políticas ligadas ao PSTU, o PSOL, o PCdoB, etc.

Além do exposto, as tendências políticas que permanecem na Direção Executiva Nacional da CUT, no período 2003-2010, tais como: Articulação Sindical (ARTSIND), CUT Socialista e Democrática (CSD), Articulação de Esquerda (AE), CUT Independente e de Luta e Tendência Marxista que recentemente alterou a sua denominação para Esquerda Popular e Socialista - não passam por um forte momento de elaboração de materiais resultantes do debate político que conseguem produzir. Assim, nota-se que é principalmente nas “Contribuições ao Debate” que se configuram as principais críticas aos rumos da CUT. Os textos são pequenos, em torno de no máximo 7 páginas, apresentados pelas *tendências políticas* nos períodos pré-congressuais, como subsídio ao debate. No último período, verificamos que as “Contribuições ao Debate” pouco influenciaram no jogo político congressual que determina o futuro da CUT. Em geral, os textos quando elaborados, se detêm a críticas pontuais, direcionadas a Articulação Sindical, principalmente no que tange à relação com o governo do PT. Portanto, não se verifica a reivindicação por agenda sindical diferente da que vem sendo priorizada desde os anos 1990, de forte caráter negocial e cidadão.

Analisamos, também, diversas publicações elaboradas pela CUT e que têm relação com a problemática do estudo, tais como: a *Agenda dos Trabalhadores*, a *Agenda*

dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento, entre outras. Por outro lado, à medida em que fomos avançando com a observação por *dentro* da instituição, a problemática do estudo se evidenciava com mais força e, a nosso ver, ficava cada vez mais evidente que a pergunta de partida poderia ser associada a perspectiva de *estabilização institucional*.

A visão por *dentro* foi complementada com os dados do cadastro da CUT. Ao analisarmos as informações, percebemos que há um conjunto de insuficiências, como por exemplo, a questão da atualização cadastral contínua, ou seja, consoante aos pedidos de filiação e desfiliação das entidades sindicais. Em relação a isto, a Secretaria Geral afirma que o seu cadastro é dinâmico, portanto, não tem o objetivo de guardar o registro histórico que pode mostrar a evolução do número de entidades sindicais que a CUT possui a cada ano. Ao mesmo tempo que a Secretaria não demonstra o interesse em armazenar este tipo de informação, descobrimos que, ao fazer a atualização cadastral, também não tem o cuidado de repassar o registro histórico ao CEDOC/CUT.

Logo, ter um *retrato* estatístico da CUT no período em análise é um desafio. Conforme mostrou Sousa (2011), o acesso aos dados reais sobre a filiação e a densidade sindical, que podem revelar *a vida por detrás das estatísticas*, é uma dinâmica que ainda tem muito que avançar no meio sindical. No caso da CUT, revelar a sua representatividade sindical real, num cenário de acirrada *concorrência sindical*, no qual no discurso institucional deve prevalecer a máxima, “Somos Fortes, Somos CUT”, pode colocar em xeque a própria representatividade numérica e política dessa central sindical. Por fim, ainda que tenham se esboçados diversos limites no que tange ao acesso aos dados estatísticos, as informações que obtivemos confirmaram a nossa suspeição inicial, ou seja, a CUT não passa por um momento de acelerada ou nova institucionalização sindical. Os dados indicaram uma forte tendência à *estabilização institucional*.

CAPÍTULO 4. A CUT no início do século XXI: as estratégias sindicais e os seus impactos na composição social

O 8º CONCURTO foi realizado entre os dias 3 e 7 de junho de 2003, em São Paulo. O congresso reuniu 2712 delegados, sendo 1841 homens e 871 mulheres. Participaram 1721 entidades filiadas, 18 oposições reconhecidas pelas Estaduais da CUT, 16 entidades nacionais, 70 convidados internacionais, 277 convidados da Direção Executiva Nacional, 149 convidados das Estaduais da CUT, 14 convidados mirins, e 309 participantes que atuaram no apoio administrativo. A maior parte deles eram funcionários da estrutura *horizontal* e *vertical* da CUT. Neste período, a CUT é uma *instituição forte*, com legitimidade para atuar no âmbito nacional e internacional. Realidade que também pode ser confirmada a partir do quadro IV.1 que aponta a evolução dos ramos da CUT e a *institucionalização da estrutura vertical*, conforme segue:

Quadro IV. 1. - Evolução dos ramos da CUT, comparativo 2º CONCURTO, 5ª Plenária Nacional e o ano de 2002

2º CONCURTO (1986)	5ª Plenária Nacional (1992) - Nome e Composição do Ramo	Nome do Ramo e Entidades Nacionais filiadas em 2003 (*Desfiliadas a partir de 2003)
Agropecuária	Rurais - agricultura e agroindústria	Rural - *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
Indústria	Metalúrgicos – metal-mecânica, siderurgia, eletro-eletrônica	Metalúrgico - Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM
Comércio e serviços	Bancários – setor financeiro	Financeiro - Confederação Nacional dos Bancários – CNB atual CONTRAF
Inativos	Químicos - plásticos, papel, petroquímica.	Químico - Confederação Nacional dos Químicos-CNQ
Serviços Públicos	Comerciários – comércio e prestação de serviços	Comércio e Serviços - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comércio e Serviços –CONTRACS
Autônomos Urbanos	Educação – ensino e cultura	Educação - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; *Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior –ANDES-SINDICATO NACIONAL; *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE; *Federação Nacional dos Sindicatos das Universidades Brasileiras -Fasubra Sindical; *Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica e Profissional – SINASEFE.
Profissionais liberais	Saúde – seguridade social	Seguridade Social - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS

2º CONCURTO (1986)	5ª Plenária Nacional (1992) - Nome e Composição do Ramo	Nome do Ramo e Entidades Nacionais filiadas em 2003 (*Desfiliadas a partir de 2003)
	Administração e Serviço Público	Administração Pública - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF; Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – CONFETAM; *Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Judiciário Federal – FENAJUFE; Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa Agropecuária e Florestal – SINPAF; *Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística – ASSIBGE-SN
	Construção civil, móveis e madeira	Construção e Madeira - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção e da Madeira da CUT – CONTICOM
	Mineiros – Extração e Transformação Mineral	Extração Mineral - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral – CNTSM
	Alimentação – alimentação, fumo e bebidas	Alimentação - Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústria, Cooperativas de cereais e Assalariados Rurais –CONTAC
	Comunicação – jornais, emissoras, publicidade, gráficas	Comunicação - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicação –FITTEL; Federação Nacional dos jornalistas – FENAJ; Federação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Correios, Telégrafos e Similares – FENTECT; Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados – FENADADOS; Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão Aberta ou por Assinatura – FITERT; *Federação Nacional dos Trabalhadores em Indústrias Gráficas – FNTIG
	Técnicos - profissionais liberais e trabalhadores em administração e tecnologia	Profissionais Liberais - Federação Nacional dos Arquitetos- FNA; Federação Nacional dos Sociólogos; Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros – Fisenge
	Trabalhadores em indústrias urbanas, água e energia	Urbanitários - Federação Nacional dos Urbanitários – FNU
	Transportes – rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e aeroviário	Transportes - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes da CUT – CNTT/CUT
	Inativos	Aposentados - Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas – SINTAP-CUT
Serviços Públicos	Vestuário – indústrias do vestuário, couro e calçados	Vestuário - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário da CUT –CNTV

Fonte: Elaboração própria com base na publicação “Panorama dos Ramos da CUT” (2002a).

*As informações sobre as entidades desfiliadas foram obtidas a partir do Cadastro/SG-CUT (jan.2013)

No decorrer da sua trajetória, se nota que a CUT procurou ampliar e reformular a classificação do que denomina organização por *ramos de atividade*. No entanto, à medida que a *institucionalização* da estrutura vertical foi avançando a partir dos anos de 1990, a *instituição* pouco conseguiu avançar na proposta de consolidar a organização por ramo de atividade. Sendo assim, a tendência é a forte pulverização das entidades sindicais. Debate que foi tratado no 8º CONCUR:

As entidades sindicais, de forma geral, vivem um período de dificuldades. Há uma fragilidade causada pela imensa pulverização das entidades sindicais e pelas dificuldades em organizar e mobilizar amplos setores da categoria, que repercute sobre a capacidade de representação da CUT e sobre sua própria força social. Um dos indicadores da representação dos sindicatos é a taxa de sindicalização. No caso da CUT a taxa média de sindicalização, considerando-se o total de trabalhadores na base e o total de associados, é de cerca de 33% (CUT, 2003a: 54).

A autonomia dos ramos para definir suas formas organizativas delegada pela 9ª Plenária Nacional revela, por um lado, o reconhecimento da dinâmica real em curso, na qual as escolhas organizativas têm sido diferentes. Por outro lado, expressa as dificuldades que a CUT enfrenta para conduzir de forma unitária um projeto político-organizativo comum. O risco colocado é de que tais escolhas reflitam mais as circunstâncias políticas de cada ramo ou de partes dos ramos do que a expressão particular de um projeto político organizativo comum e geral da Central (CUT, 2003a: 57-58).

Ainda sobre os desafios relacionados ao *projeto político organizativo*, em 2003, as resoluções congressuais apontaram para um *dilema* que perpassou todo o período analisado 2003-2010, conforme aprofundaremos no capítulo 5. A nosso ver, o almejado processo de *institucionalização* da estrutura vertical da CUT estimulado principalmente a partir da 5ª Plenária Nacional (1992), ao culminar com a consolidação de poderosas confederações/federações voltadas para a *representação de categorias profissionais* (Weber 2009), não convergiu espontaneamente para a implantação de um *projeto político organizativo comum* e para a consolidação de uma *agenda de interesses comuns*, de caráter *cidadão*, conforme pretendido desde 1991. Após quase dez anos da realização do 8º CONCUR, os dados da Secretaria Nacional de Organização - SNO-CUT, em janeiro de 2013, informam que a taxa média de sindicalização permanece em 33%, indicando um processo de *estabilização institucional*. Portanto, se mantém o desafio da *atualização do projeto político organizativo*, conforme almejado no discurso e nas resoluções da *instituição* ao longo dessa década.

Na estratégia geral da CUT, a pauta da mudança da política econômica foi um ponto de consenso entre as *tendências políticas*. A CUT buscou influir nas áreas econômica e social, aprovando as seguintes propostas:

a) incentivar as cooperativas de produção e autogestão; b) combater a informalidade e as péssimas condições de trabalho, com fiscalização efetiva do Ministério do Trabalho; c) combater a terceirização e exigir a realização de concursos públicos, especialmente para as áreas de Saúde, Educação e Previdência Social; d) lutar pela reforma agrária, cumprindo-se o papel social da terra e disponibilizando terras ociosas, devolutas e aquelas utilizadas para plantio de drogas; e) lutar pelo fim da impunidade no campo e das perseguições a militantes e dirigentes sindicais” (CUT, 2003a: 20-21).

Neste congresso, a CUT também debateu proposições estratégicas que tinham por objetivo influir nas reformas tributária e fiscal; previdenciária; trabalhista e sindical, tendo em vista o objetivo de *disputar a hegemonia na sociedade*. Estratégia necessária para a democratização do Estado, retomada do desenvolvimento, com distribuição de renda, ampliação de empregos e redução de juros (CUT, 2003a).

O 8º CONCURT aprovou uma resolução *inovadora* do ponto de vista da concepção que deveria orientar a relação da CUT com as entidades sindicais não filiadas:

No atual contexto, um movimento sindical unificado em torno de consensos possíveis pode ser uma força poderosa a favor dos trabalhadores”. Neste sentido, a CUT deve fomentar uma ampla unidade no movimento sindical com outras centrais, confederações, federações, além de sindicatos independentes, num Fórum Nacional de Trabalhadores, instalando-o, consolidando-o e fortalecendo-o inclusive no âmbito dos estados (CUT, 2003a: 43).

E definiu como deveriam se orientar as centrais sindicais em relação ao governo: “As batalhas dos trabalhadores devem estar em sintonia com a luta mais geral do governo Lula rumo à reconstrução nacional e por um novo modelo de desenvolvimento”(CUT, 2003a: 43). Retomando o trecho final da resolução, há uma orientação para a ação da CUT em relação às Centrais Sindicais no período do Governo Lula, ou seja, a ação sindical unitária deveria estar em *sintonia com a luta mais geral do governo*. Segundo Panebianco (2005:104): “Uma organização tem autonomia quando desenvolve a capacidade de controlar diretamente os processos de troca com o ambiente. Uma organização é dependente quando os recursos indispensáveis ao seu funcionamento são controlados

externamente por outras organizações. Institucionalização significa sempre, ao menos em certa medida autonomização do ambiente no sentido indicado”.

A partir de 2003, a CUT passa por uma experiência nova, pois, com o início do Governo Lula, se abriu o que pode ser considerado uma oportunidade para a central sindical conquistar as suas reivindicações históricas. Contudo, ao mesmo tempo, era preciso mediar duas relações: 1º) os vínculos históricos e de identidade entre os *Cutistas* e o PT, e 2º) era preciso buscar a *unidade* entre as diferentes centrais sindicais, em uma conjuntura política que à primeira vista parecia fundir os projetos e sonhos da CUT com as perspectivas reveladas pelo novo governo. De acordo com o dirigente da CONLUTAS, as opções *política* que a CUT fez no decorrer da gestão (2003-2006) deram início a novas *recomposições políticas* no interior dessa central sindical e ditaram novos caminhos para agenda sindical da *instituição*, conforme depoimento abaixo:

Eu participei daquelas greves do ABC como membro do comando eleito em Assembléia. E ajudei no processo de fundação do PT e da CUT, quando ainda militava naquela região. Quando eu vim para a Direção da CUT, eu saí da Diretoria do Sindicato, nós fundamos em Minas a Federação Democrática dos Metalúrgicos e eu sou dirigente lá em Minas. Eu sou diretor da Federação até hoje. E participo da Coordenação da Conlutas representando a Federação. Eu militei na CUT até 2004 e desde a fundação dela. Fui dirigente nacional da CUT desde 1991. Entrei na Executiva da CUT em 1991 e saí em 2004 por uma decisão política em função das diferenças com as opções feitas pela CUT. Formamos a Conlutas em 2004, mas nós a transformamos numa instituição só no 1º Congresso em 2006, a Conlutas é uma Central Sindical e Popular (Entrevista com a Conlutas, dezembro de 2009, linhas 8-19).

No que tange à opção pela *unidade* política entre as centrais sindicais, o dirigente sindical da CONLUTAS realizou uma avaliação positiva, enfatizando que uma ação sindical articulada pode potencializar o atendimento das demandas da classe trabalhadora. Mas no caso da CUT, o problema estava focado na dificuldade em estabelecer uma pauta sindical *autônoma e independente* das propostas estipuladas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme o dirigente sindical, esta situação foi decisiva para que, em 2004, as *tendências* sindicais ligadas ao PSTU, e que tinham atuação na Central Única dos Trabalhadores, saíssem da CUT. De acordo com o entrevistado:

A unidade em si, entre as centrais, eu acho que é muito importante. Toda a iniciativa de unir os trabalhadores em torno de interesses comuns, eu

acredito que é positiva. A dificuldade que nós temos de nos relacionarmos com este Fórum das centrais tem haver com o conteúdo, as demandas e as formas que eles escolhem para defender as demandas dos trabalhadores. Porque na nossa avaliação as propostas construídas e formuladas coletivamente pelas 6 centrais e as formas de luta para defendê-las estão muito relacionadas com a relação das centrais com o governo. Por exemplo, salário mínimo que é a principal campanha que as Centrais fizeram coletivamente. A iniciativa de juntar as Centrais e fazer uma campanha permanente para valorizar o salário mínimo é correta, o que não é correto é nós abdicarmos da luta e da perspectiva que tínhamos em torno do salário mínimo e que é tomando como referência o salário mínimo do Dieese. Por que o salário mínimo do Dieese? Porque é a expressão de uma definição legal que nós tivemos. Segundo, é um salário mínimo que permitiria uma vida digna para uma família. Então se abdicou disto porque dentro da política econômica, do modelo econômico dado pelo LULA não há espaço para um salário mínimo desta natureza (Entrevista com a Conlutas, dezembro de 2009, linhas 44-59).

Após a eleição de Lula, em abril de 2003, a CUT participou do movimento de criação da Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS, cujos objetivos foram definidos as seguinte forma: a) criar um espaço de reflexão e entendimentos estratégicos, de convergência de todas as forças populares que querem mudanças sociais e uma oportunidade para intercâmbio de calendários, experiências organizativas e formas de luta; b) ser um espaço de debate sobre como disputar na sociedade as mudanças que o país precisa na luta contra o neoliberalismo e a hegemonia da burguesia; c) ser um espaço para estimular e reacender o movimento de massas no país; d) gerar unidade de ação entre os mais diferentes movimentos; e) construir ações de massa conjuntas, em nível nacional (CMS, 2006).

Além da CUT, podemos destacar outras entidades que compõem a Coordenação dos Movimentos Sociais no âmbito nacional. São elas: Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Central de Movimentos Populares (CMP), União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento Sem Terra (MST), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), CNBB/PS-Pastoral Operária-Grito dos Excluídos, União Brasileira de Mulheres (UBM), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEM), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Ação Cidadania, CTB (Central dos

Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Via Campesina, Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Federação Única dos Petroleiros (FUP), Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINTAPI), Confederação Nacional dos Químicos (CNQ), Associação Brasileira de Radiofusão Comunitária (ABRAÇO), Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (CEBRAPAZ).

A composição da CMS se autodefine como *dinâmica*, ou seja, está sempre *aberta* à adesão de novos movimentos sociais e entidades que estejam de acordo com a sua *Plataforma Política, Econômica e Social*. Plataforma que propõe: reforma agrária; política industrial, política de rendas e política de emprego; programa de construção de moradias populares; projeto de reformulação do sistema nacional de saúde pública; projeto de reformulação do sistema de educação pública; sistema de transporte; apoio à luta dos povos indígenas; atendimento social; incentivo às micros e pequenas empresas produtivas e as cooperativas de trabalho; esporte amador, lazer e vida (CMS, 2006).

Com uma plataforma política ampla que permite acomodar diferentes *interesses*, a *relação social associativa* tem caráter *aberto* para fora (Weber, 2009), pois é comum que, nas grandes ações políticas, *representantes* de outros movimentos sociais e de *instituições* sindicais se articulem à *ação* política organizada pela CMS. De acordo com a CMS (2006), as decisões políticas são tomadas por *consenso*, mas pode haver questões a serem encaminhadas por adesões individuais. Pensamos que o caráter *aberto* da relação social se sustenta não só pela adesão a uma plataforma política *ampla* e ao seu *princípio* de *autonomia* em relação a partidos, estado e governos, mas principalmente porque, nesta Coordenação, não há um aparato institucional burocrático em disputa. Em nível nacional, a secretaria geral da CMS atualmente funciona na sede da CUT, portanto, não há *cargos* de direção, funcionários, sede própria e orçamento definido. Sendo assim, o papel da CUT é principalmente organizar as reuniões que visam preparar a agenda *política* da CMS.

A criação da CMS, que se visualiza como um *instrumento de pressão popular* direcionado a exigir dos governos o atendimento das demandas do *campo democrático e popular* e das *centrais sindicais*, não foi uma tarefa simples de realizar. Embora os documentos da Secretaria Geral da CMS apontem para uma proposta de *articulação* da

ação política em torno de consensos, com uma dinâmica interna que, na relação social, se respalda na democracia interna e na *abertura* contínua às organizações que desejam participar deste fórum, verificam-se na fala do líder do MST, as dificuldades encontradas na criação da CMS:

Eu acho que de certa forma a CMS ela é fruto já de uma articulação que vem anteriormente e teve bons êxitos que foi a luta contra a política neoliberal da época do Fernando Henrique Cardoso. Que foi a criação do Fórum Nacional de Lutas. Então aí se constituiu uma frente importantíssima que reunia não só os movimentos sociais, mas também os partidos que faziam oposição ao governo FHC, então acho que neste sentido conseguimos fazer grandes lutas. As próprias campanhas, plebiscito, para que pudesse fazer a auditoria da dívida, a campanha contra a Alca. Se fizermos um bom balanço do Fórum Nacional de Lutas a gente vai perceber que construiu boas alianças e a bandeira central era a luta contra o neoliberalismo do FHC. A partir do governo Lula, de fato mudou-se a análise que se fazia em relação ao governo. Nós tínhamos uma análise de que o governo Lula pela sua própria natureza e de composição com outros partidos era um governo que estava em disputa. Eu me lembro que o Professor Plínio de Arruda Sampaio foi um dos próprios idealizadores da idéia, dos movimentos sociais atuarem do ponto de vista político neste início de Governo porque não se sabia onde ia dar, por conta da conformação do próprio governo. Então a idéia era que pudessemos atuar, numa frente de movimentos sociais que disputasse o governo pela esquerda a partir das bandeiras de luta e de todo o processo de acúmulo de projeto que nós queríamos para o país. Nós chegamos a um limite, ainda que não conseguíssemos juntar todas as forças sociais de esquerda, nós conseguíamos construir a unidade quando o tema era a questão da política econômica. Saindo daí, já dificultava porque tinha os setores ligados ao PSTU, ao PSOL, então várias outras frentes (Entrevista com Secretário de Relações Internacionais do MST, dezembro de 2009, linhas 34-62).

Ao idealizar a CMS, a CUT pretendeu avançar com a sua estratégia de *disputa de hegemonia*. Para além disto, compreendemos que a CMS foi um espaço criado para dar vazão à *luta* política que a CUT, em alguns momentos, optou por não realizar frontalmente, além de também atuar em situações em que a sua base de apoio se revelou pequena diante do teor dos temas. Como aconteceu, por exemplo, na *luta* pela valorização do salário mínimo e também no episódio da *crise do mensalão*, deflagrado no ano 2005, quando o governo Lula viveu um dos seus piores momentos.

De acordo com Lincoln Secco (2011), a *crise* iniciada em 2004 teve o seu clímax no ano seguinte. No dia 14 de maio de 2005, ela eclodiu na Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, onde se mostrava um esquema de fraudes em licitações da empresa,

envolvendo o diretor Mauricio Marinho que foi denunciado por receber vantagens para ilicitamente beneficiar um empresário interessado em negociar com os correios. O escândalo atingia diretamente um aliado político do Deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Vale lembrar que o PTB era um dos partidos da base do governo federal.

No entanto, a crise começou a ganhar maior proporção quando vieram à tona as primeiras acusações do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ). Em junho de 2005, o jornal Folha de São Paulo trouxe entrevista de Jefferson que mudaria completamente o cenário da crise, conforme segue:

Entenda como funcionava o suposto "mensalão" de R\$ 30 mil a parlamentares: O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, dava um "mesada", chamada de "mensalão", de R\$ 30 mil a deputados e senadores aliados do PL e do PP, segundo o presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ). Jefferson teria falado, pela primeira vez, sobre o mensalão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início deste ano. Lula teria mandado suspender o "mensalão", disse Jefferson. O governo federal passou, então, a enfrentar dificuldades com a base aliada no Congresso porque deputados e senadores perderam o benefício, segundo Jefferson (*Folha de São Paulo Online*, 06 de junho de 2005)

Em 2005, em plena crise *política*, que rendeu holofotes aos opositoristas do governo e varreu ministros e lideranças políticas e históricas do poder, se abriu uma *nova* etapa da CMS. De acordo com o dirigente do MST, na CMS, ao se tornar pública a sua opção pela defesa do governo Lula, se gerou um processo de reorganização e construção de novos espaços de articulação de entidades aglutinadas no *campo democrático e popular*. Conforme, entrevista abaixo:

Quando houve o caso do chamado mensalão e que atingiu em cheio vários membros do governo, de fato houve uma recomposição destas forças. Então houve uma divisão. Vários setores saíram e a CMS sofreu essa alteração, essa divisão. Então dentro da CMS, as articulações possibilitaram que nós saíssemos nas ruas para denunciar essa possibilidade de golpe. O golpe foi orquestrado pelas forças de direita e até mesmo pelos grandes meios de comunicação. Então houve um momento muito difícil que nós chamávamos de continuar o avanço da democratização do país. Avanço construído desde o fim da ditadura. E apesar de todas as críticas relacionadas ao próprio governo, política econômica, política de reforma agrária e outras políticas, nós achávamos que o Governo não estava dando uma resposta adequada às organizações. Nós achamos que era preciso dar um salto e tentar garantir esta Marcha Democrática. Então a CMS neste momento cumpriu uma tarefa importante de garantir que não fosse dado um golpe de direita. Então

podemos dividir de 2003 até 2005 essa grande articulação. Depois do mensalão (2005) muitos setores saíram desta articulação e conformaram outras frentes. Por exemplo, desta grande articulação, a partir do mensalão, saíram alguns setores que montaram a própria Conlutas e o pessoal ligado ao PSTU, PSOL e então isto constituiu uma outra frente política, digamos assim. E também o pessoal mais ligado as Pastorais Sociais começaram a se articular e montar esta articulação da Assembleia Popular e então começou a ter três frentes de articulação pela esquerda (Entrevista com Secretário de Relações Internacionais do MST, dezembro de 2009, linhas 34-62).

A entrevista evidenciou que o papel da Coordenação dos Movimentos Sociais, num momento de *crise* social, não se reduziu a defender o princípio da *autonomia* em relação aos governos, partidos e seguir uma plataforma política comum. No entanto, ao propor ações em defesa do Governo Lula e do PT, de acordo com o dirigente do MST, a CMS logrou êxito ao evitar o “golpe da direita”. É importante ressaltar que, a partir desta *ação*, teve início um processo de reorganização interna na CMS com a saída de diversos movimentos sociais ligados às tendências mais à esquerda do PT.

Este processo pode ter relação com as recomposições políticas que ocorreram no Partido dos Trabalhadores. Conforme Secco (2011) apesar da convocatória do Presidente interino – Tarso Genro à militância *petista*, no sentido de coletivamente fazer esforços para *refundar* o PT, entre o primeiro e o segundo turno do Processo de Eleição Direta (PED)⁷⁵, o candidato Plínio Sampaio saiu do partido, levando militantes da antiga *tendência* Força Socialista. De igual modo, outros militantes, insatisfeitos com as denúncias de corrupção, acompanharam este movimento de *saída* do partido.

Retornando ao 8º CONCURTO (2003), importa assinalar que, neste congresso, foi destacada a importância da ampliação da participação institucional, seguindo uma tendência verificada a partir da década de 1990. Neste sentido, a CUT se propôs a intensificar as ações direcionadas à *democratização do Estado*. A participação da sociedade e dos trabalhadores na definição, na gestão e no controle social das políticas

⁷⁵ O primeiro turno do PED ocorreu em 18 de setembro de 2005, os dados da votação indicaram os seguintes percentuais: Berzoini (42%), Raul Pont (14,68%), Valter Pomar (14,65%), Plínio Sampaio (13,4%), Maria do Rosário (13,2%), Markus Sokol (1,4%), Gegê (0,7%). No segundo turno, Berzoini, da tendência Construindo o Novo Brasil (cujos principais líderes são Lula e José Dirceu), venceu com ampla vantagem Raul Pont, militante da DS (agora integrante do grupo Mensagem ao Partido) (Secco, 2011).

públicas, de acordo com a CUT, possibilitaria avançar em *direitos de cidadania* e em *direitos dos trabalhadores*.

Para Dagnino, “a nova cidadania requer (e até é pensada como sendo este processo) a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Neste sentido, ela é uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, uma cidadania *de baixo para cima*” (Dagnino, 1994:108). Diante disto, compreende-se que esta decisão reflita uma busca por uma *nova cidadania* que possa ter sido incentivada pela mudança na atuação do Estado brasileiro. A este respeito, podemos verificar que, no período do Governo Lula, foram criados 18 novos conselhos nacionais⁷⁶ e reformulados 15 que já existiam, além de terem se ampliado as conferências nacionais⁷⁷ de políticas públicas. Segundo Pogrebinschi (2010), das 80 conferências realizadas entre 1988 e 2008 (conforme a tabela abaixo), 55 foram organizadas durante o governo Lula. Isto significa que, em 7 anos (2003-2009), foram realizadas 68,8% de todas as conferências nacionais ocorridas no Brasil no período de 21 anos.

Quadro IV.2. - Conferências Nacionais de Políticas Públicas: distribuição por temas, anos de realização e número de ocorrências:

N.	Conferência	Ano	Total
1	Agricultura e Pesca	2003/2006/2009	3
2	Assistência Social	1995/1997/2001/2003/2005/2007/2009	7
3	Cidades	2003/2005/2007	3
4	Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	1994/2004	2

⁷⁶ Os Conselhos Nacionais ou Conselhos Gestores, conforme Gohn (2011: 88-9), são importantes porque são fruto de lutas e demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país. As novas estruturas se inserem na esfera pública e, por força de lei, se integram aos órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo, voltados para políticas públicas específicas, responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das áreas onde atuam. Eles são compostos, portanto, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada.

⁷⁷ As conferências nacionais consistem em instâncias de deliberação e participação destinadas a prover diretrizes para a formulação de políticas públicas em âmbito federal. São convocadas pelo poder Executivo através de seus ministérios e secretarias, organizadas tematicamente, e contam, em regra, com a participação paritária de representantes do governo e da sociedade civil. As conferências nacionais são em regra precedidas por etapas municipais, estaduais ou regionais, e os resultados agregados das deliberações ocorridas nestes momentos são objeto de deliberação na conferência nacional, da qual participam delegados das etapas anteriores e da qual resulta, em regra, um documento final contendo diretrizes para a formulação de políticas públicas na área objeto da conferência (Pogrebinschi, 2010: 15)

N.	Conferência	Ano	Total
5	Comunicação	2009	1
6	Comunidades Brasileiras no exterior	2008/2009	2
7	Cultura	2005	1
8	Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	2008	1
9	Direitos da Criança e do Adolescente	1997/1999/2002/2003/2005/2007/2009	7
10	Direitos da Pessoa com Deficiência	2006/2008	2
11	Direitos da Pessoa Idosa	2006/2009	2
12	Direitos Humanos	1996/1997/1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2006/2008	11
13	Economia Solidária	2006	1
14	Educação Básica	2008	1
15	Educação Escolar Indígena	2009	1
16	Educação Profissional e Tecnológica	2006	1
17	Esporte	2004/2006	2
18	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais	2008	1
19	Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde	1994/2006	2
20	Juventude	2008	1
21	Medicamentos e Assistência Farmacêutica	2003	1
22	Meio Ambiente	2003/2005/2008	3
23	Políticas para as Mulheres	2004/2007	2
24	Povos Indígenas	2006	1
25	Promoção da Igualdade Racial	2005/2009	2
26	Saúde	1992/1996/2000/2003/2008	5
27	Saúde Ambiental	2009	1
28	Saúde Bucal	1993/2004	2
29	Saúde do Trabalhador	1994/2005	2
30	Saúde Indígena	1993/2001/2005	3
31	Saúde mental	1992/2001	2
32	Segurança Alimentar e Nutricional	1994/2004/2007	3
33	Segurança Pública	2009	1
	TOTAL		80

Pogrebinschi (2010:32)

De acordo com Pogrebinschi (2010), durante o exercício da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu uma verdadeira explosão na produção legislativa com pertinência temática às resoluções estabelecidas nas conferências nacionais. “De 2003 a 2008, nada menos do que 2233 projetos tiveram tramitação iniciada nas duas Casas do Legislativo, além de 163 PECs apresentadas, 216 leis aprovadas, e 6 emendas constitucionais promulgadas”(2010: 52). A dinâmica legislativa tendeu a se ampliar, pois, conforme informações da Secretaria Geral da Presidência da República, durante o ano de 2013, estão previstas 19 conferências nacionais⁷⁸, sendo que quatro serão realizadas pela primeira vez. São elas: 1ª Conferência Nacional de Turismo, 1ª Conferência Nacional de Defesa do Consumidor, 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional e 1ª Conferência Nacional de Previdência Social (www.secretariageral.gov.br).

Considerando este cenário de ampliação das conferências nacionais de políticas públicas e da sua influência nas proposições legislativas, conforme evidenciou entusiasticamente Pogrebinschi (2010), para Avritzer (2009: 50), “a questão que se coloca hoje é como organizar e integrar e integrar essas demandas. Poucas foram as conferências que estabeleceram processos de priorização das demandas. Ao mesmo tempo, diversas são as áreas cujas políticas participativas dizem respeito às decisões das outras áreas”. Conforme o autor, as conferências não facilitam o surgimento de uma lógica mais integrada de elaboração participativa das políticas públicas, mas é necessário que o governo federal busque maneiras de integrar os resultados das conferências e transformá-las em uma forma mais unificada de implantação de políticas públicas no Brasil (Avritzer, 2009).

De maneira crítica, para Moroni (2009), na maioria dos novos espaços participativos criados ou reformulados, quem determina a representação da sociedade é o governo. A crítica do autor foi provavelmente motivada pela vigência das atuais regras

⁷⁸ As demais Conferências Nacionais em 2013 (previstas) são: 9ª Conferência Nacional de Assistência Social, 6ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, 5ª Conferência Nacional das Cidades, 4ª Conferência Nacional Infante – Juvenil pelo Meio Ambiente, 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, 4ª Conferência Nacional do Esporte, 4ª Conferência do Meio Ambiente, 4ª Conferência Brasileiro no Mundo, 3ª Conferência Nacional de Cultura, 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública, 2ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, 2ª Conferência Nacional de Educação e 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (www.secretariageral.gov.br).

presentes nos editais, elaborados pelo governo, com o objetivo de selecionar as instituições que podem participar dos conselhos e demais espaços tripartites. Assim, para Moroni (2009: 128): “na verdade, ocorreu no governo Lula a multiplicação dos espaços de interlocução, sem que houvesse nenhuma política de fortalecimento do sistema descentralizado e participativo e muito menos de ampliação dos processos democráticos”. Em função disto, sugere uma agenda de intervenção da sociedade civil centrada em resgatar o papel político dos conselhos e da mobilização social nas conferências; reivindicar o reconhecimento dos novos sujeitos políticos e das suas novas formas de organização, agregando, nos processos participativos, representações políticas pouco ou nada institucionalizadas; e, por fim, recolocar a questão da reforma do Estado (Moroni, 2009).

Assim, se verifica que a perspectiva do exercício de uma *nova cidadania* no *espaço da cidadania* tem apontado inúmeros desafios para a sociedade civil. A CUT tem um longo caminho a percorrer, se quiser influenciar na construção de uma lógica social que priorize a constituição de um modelo de *Estado como novíssimo movimento social* (Santos, 2006) e, ainda, se quiser potencializar a implementação da sua agenda pelo desenvolvimento. No novo contexto, cabe assinalar que a CUT participa dos seguintes conselhos nacionais: CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude, CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, CNPIR - Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial, CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador, CCFGTS - Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, CNig – Conselho Nacional de Imigração, Conselho Curador da FUNDACENTRO, CONCIDADES - Conselho das Cidades, CCFDS - Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, FNHIS - Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, CNS – Conselho Nacional de Saúde, CNPS – Conselho Nacional de Previdência Social, CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho de Administração do BNDES, CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, Conselho Nacional Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, CNDI - Conselho Nacional de

Desenvolvimento Industrial (CNDI) e CRT - Conselho de Relações do Trabalho (CUT: 2011a).

Além da participação nos espaços institucionais descritos acima, a CUT participa de comissões, câmaras, grupos de trabalho, fóruns, entre outros espaços, além de integrar as comissões organizadoras de várias conferências nacionais. Se, por um lado, a CUT tem como desafio o exercício de uma *nova cidadania no espaço da cidadania* visando à *democratização* do Estado, por outro, o número cada vez maior de espaços institucionais impõe a CUT a necessidade de indicar *representantes* qualificados para atuar nestas instâncias decisórias.

Sendo assim, a Central Única dos Trabalhadores aplica alguns critérios para a escolha dos seus representantes. Critérios, utilizados desde outubro de 2009, que podem ser elencados da seguinte forma: para os Conselhos Nacionais e Comissões Nacionais Temporárias, a indicação prioritária é de Dirigentes da Executiva Nacional; para Comissões, a indicação é de Dirigentes da Direção Nacional; para as Comissões de Normas/GT, a indicação é de Dirigentes da Direção Nacional ou dos Ramos (categorias afins); e, para Comissões Temáticas, a indicação deve ser de Assessores ou Dirigentes dos Ramos (CUT: 2009b).

A nosso ver, a definição de critérios indica um passo importante. No entanto, a CUT tem um longo caminho a percorrer se quiser qualificar a sua representação nos espaços institucionais, no sentido de intervir com base na sua *agenda dos trabalhadores pelo desenvolvimento*. No período mais recente, identificamos que a CUT encontrou dificuldades que variam desde a organização dos seus representantes ao retorno político às principais pautas e políticas em curso nos espaços institucionais. Provavelmente, em função deste quadro, a CUT vem dando sinais de retomada de estratégias que visam à qualificação dos seus dirigentes sindicais. De acordo com a *instituição*, a partir do 2º semestre de 2013, será retomado o “Programa de Desenvolvimento de Políticas Públicas e Ação Regional” com o objetivo de capacitar os atuais conselheiros e os futuros representantes da CUT para atuação em conselhos, fóruns, comissões, GTs, entre outros espaços institucionais nos âmbitos municipal, estadual e regional.

Na seção seguinte, para além da participação institucional, apresentam-se as principais proposições, assim como as mobilizações de maior monta que a CUT buscou desenvolver no *espaço da cidadania* durante o período do governo Lula.

4.1. Proposições e Mobilizações da CUT no espaço da cidadania: o Acordo Social, a Agenda dos Trabalhadores e a Jornada pelo Desenvolvimento

Em 2004, um ano após o 8º CONCURT, a CUT elaborou e apresentou uma proposta de *Acordo Social* que sintetiza a sua concepção política sobre o papel do Estado. Esta proposta indicou metas para o desenvolvimento. Entre estas metas constam: redução do superávit fiscal, fortalecimento dos espaços públicos (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Fórum Nacional do Trabalho, Fóruns de Competitividade), metas de emprego (metas quantitativas, coletivos de trabalho, redução da jornada de trabalho, economia solidária), metas flexíveis de inflação, políticas de redução dos juros (metas de redução de juros, criação de novas linhas de crédito, banco do povo, cooperativas de crédito, difusão de crédito consignado) e reforma agrária, metas de distribuição de renda (recuperação do salário mínimo, política de recuperação salarial setor público e privado, política de distribuição).

Em nossa opinião, as propostas expostas no *Acordo Social* derivam das resoluções aprovadas no 8º CONCURT, mas que, em 2004 ganharam materialidade e um “tom” *negocial*. No final deste ano, de 13 a 15 de dezembro, a CUT realizou uma mobilização unitária nacional envolvendo as centrais sindicais, dando início às *Marchas da Classe Trabalhadora a Brasília*. Na sua 1ª edição, a *ação* política reivindicou a recuperação do salário mínimo e a correção da tabela do imposto de renda. Além da CUT, participaram a Força Sindical, a CGT, a CGTB, a SDS e a CAT. Ao final da ação, os dirigentes se reuniram com o Presidente Lula e anunciaram a elevação do salário mínimo para R\$ 300,00 (aproximadamente 93 euros) e a correção em 10% da tabela do imposto de renda a partir de maio de 2005. A atividade apontou para o início de um novo paradigma organizacional sindical, marcado pela política da *unidade* entre as centrais sindicais em torno dos grandes temas nacionais, priorizando abrir processos de negociação com o governo federal.

Posteriormente, em 2005, a CUT lançou a *Agenda dos Trabalhadores*, documento organizado a partir de 5 eixos de ação: 1º) Salário e Emprego; 2º) Jornada de Trabalho; 3º)

Relações de Trabalho; 4º) Políticas Públicas, Orçamento e Políticas Setoriais e 5º) Democracia e Liberdade, cujo objetivo era apresentar os projetos e temas da CUT para serem debatidos com os poderes executivo, legislativo e judiciário.

Na apresentação da *Agenda dos Trabalhadores*, a CUT aponta que a prioridade da sua Direção Nacional é a organização de ações voltadas a um projeto de desenvolvimento sustentado. De acordo com a *instituição*, três ações ganharam destaque: a redução constitucional da jornada de trabalho, a construção de uma política de valorização do salário mínimo e a reforma sindical. Portanto, se nota que, novamente as prioridades se direcionam para o interior do *espaço da produção*. Para fazer frente a estes desafios: “A CUT entende que é essencial criar uma ampla mobilização, a fim de tornar vitoriosas, a partir do diálogo e pressão sobre os poderes legislativo, executivo e judiciário, os projetos de interesse da classe trabalhadora brasileira” (CUT, 2005a: 2). Após explicitar a necessidade de impulsionar o congresso nacional a atender a pauta dos trabalhadores, no dia 19 de outubro de 2005, a CUT organizou uma mobilização de caráter nacional denominada *Ocupação Pacífica do Congresso Nacional*. A articulação da *ação* negocial e de mobilização culminou com a realização da *II Marcha Nacional do Salário Mínimo*, realizada entre os dias 28 e 30 de novembro de 2005.

Na *ação*, as Centrais Sindicais reivindicaram uma *Política de Valorização do Salário Mínimo, Correção da Tabela do Imposto de Renda e Redução da Jornada de Trabalho de 44h para 40h semanais*. A *ação* marcou mais um momento de *unidade* entre a CUT, a Força Sindical, a CGTB, a CAT, a CGT e a SDS. O resultado da mobilização alterou o calendário político em torno do salário mínimo que passou a ser discutido antes da peça orçamentária da União ser votada no Congresso Nacional.

É importante destacar que, embora nesse período a CUT tenha iniciado um forte investimento nas ações *política* articulada com as centrais sindicais no *espaço da cidadania*, ainda no 8º CONCUT (2003), reconheceu que enfrentava dificuldades para ampliar a sua *representação* real. Na visão da CUT, a distância entre os *representantes* dos trabalhadores e a sua base sindical ocorria principalmente em função da estrutura sindical brasileira considerada corporativa e arcaica. O diagnóstico e às propostas da CUT, no sentido de reverter este quadro de falta de *legitimidade* junto a sua base, não inovou em

relação às deliberações anteriores, pois, do ponto de vista da *ação* política a CUT continuou a defender o *Sistema Democrático de Relações de Trabalho* e a propor a unificação dos sindicatos como estratégia na construção do ramo de atividade. Para além disto, continuou defendendo a realização de campanhas permanentes de sindicalização e de ações voltadas para o crescimento e o fortalecimento da *instituição*, a fim de evitar brechas para que “outros projetos sindicais se instalem em nossas bases” (CUT, 2003a: 55).

Quase dois anos após o 8º CONCUR, entre os dias 10 e 13 de maio de 2005, em São Paulo, 558 delegados estiveram presentes na 11ª Plenária Nacional da CUT. Os debates confirmaram a estratégia deliberada em congressos anteriores focada na *resistência propositiva* e na *disputa de hegemonia na sociedade*, mas com fortes críticas a política econômica e com reivindicações imediatas dirigidas ao governo federal. As reivindicações imediatas foram a redução dos juros, do superávit primário, o estabelecimento explícito de metas sociais. Além destas, a CUT passou a exigir a constituição e funcionamento efetivo dos espaços de gestão tripartite e multipartite de formulação das políticas públicas (CUT, 2005b).

Apesar do discurso institucional exigir mudanças de fundo na economia, se nota que a Central Única dos Trabalhadores também aprovou a seguinte resolução: “Por um lado, a Central tem responsabilidade para que este governo dê certo. A CUT faz parte do mesmo campo político das forças que lideram o governo; está comprometida com a vitória do projeto. Por outro, a Central deve constantemente preservar sua autonomia e independência frente aos partidos e ao governo” (CUT, 2005b: 16).

Diante do *dilema da autonomia e independência* na relação com o governo de Lula, na 11ª Plenária, foi debatido o tema da reforma sindical, que é um ponto polêmico para *dentro* da instituição e também na relação com as outras centrais sindicais. Considerando tal cenário, pensamos que, ao aprovar uma Plataforma Democrática Básica⁷⁹

⁷⁹ Plataforma Democrática Básica: Reconhecimento das Centrais Sindicais com liberdade na estrutura vertical; Manutenção da estrutura atual nos sindicatos de base, condicionado a critérios de representatividade e democratização dos estatutos; Organização Sindical por Setores e Ramos de Atividade; Fim do Imposto Sindical (contribuição compulsória) e das taxas confederativa e assistencial e instituição da Contribuição Negocial; Direito de Organização por local de trabalho – OLT; Contrato Coletivo Nacional por Ramo; Direito de Negociação e Greve no Setor Público nas três esferas; Ultratividade dos Contratos; Substituição Processual; Contra as práticas anti-sindicais; Ratificação da Convenção 158 da OIT. Não intervenção do Estado (CUT, 2005b: 56).

da reforma sindical, bem como o fato da Plenária delegar a Direção Nacional a responsabilidade de elaborar uma proposta de mudança no estatuto da CUT para ser aprovada no 9º CONCUT (CUT, 2005b), houve uma resposta sindical que corresponde ao “ponto médio” das concepções políticas existentes na CUT. Portanto, uma solução consensual, mais direcionada para manter a *ordem na relação associativa* e menos preparada para de fato enfrentar o debate da reforma da estrutura sindical e a sua relação com o *projeto político organizativo* da CUT instituição.

Avançando um pouco mais na cronologia, chegamos ao 9º CONCUT, realizado entre os dias 05 e 09 de junho de 2006, na cidade de São Paulo. Na atividade, participaram 2491 delegados. O tema do congresso foi *Trabalho e Democracia: emprego, renda e direitos para todos os trabalhadores e trabalhadoras*. A estratégia aprovada foi dividida em cinco eixos de ação a serem perseguidos na gestão 2006-2009, conforme resumo que segue: 1) Eleições de 2006 de apoio à reeleição do presidente Lula e aprovação de uma *Plataforma Democrática da Classe Trabalhadora*; 2) Emprego, salário, desenvolvimento e inclusão social, tendo a CUT feito críticas à política econômica e apresentado propostas relacionadas à pauta do trabalho (emprego, imposto de renda, redução da jornada, etc.); 3) Democratização do Estado, políticas públicas e universalização de direitos. Neste aspecto, a central sindical fez debates sobre orçamento e políticas públicas, incluindo também o tema da participação institucional; 4) Fortalecimento da estrutura e da organização da CUT. Neste ponto, o debate não apresentou avanços e a CUT continuou defendendo os seus princípios fundadores, criticando o atual modelo de organização sindical e reproduzindo propostas de *ação* esboçadas anteriormente e não desenvolvidas, como por exemplo, a campanha de sindicalização e *ação* voltada para a atualização da sua estrutura *horizontal e vertical*; 5) Relação com os movimentos sociais, avaliada como *ação* política estratégica para consolidar um projeto de desenvolvimento nacional elaborado a partir da ótica da CUT.

Em 2006, logo após o 9º CONCUT, a Central Única dos Trabalhadores lançou a *Plataforma Democrática da Classe Trabalhadora*, uma iniciativa que foi aprovada no CONCUT. De acordo com a central sindical:

A CUT, como as entidades dos movimentos populares, compreendem que a construção de um Brasil soberano, justo e desenvolvido passa

necessariamente pelo fortalecimento dos movimentos sociais. É preciso mobilizar o povo para impedir o retrocesso e exigir o avanço das mudanças. O Brasil precisa avançar, libertar-se do neoliberalismo e enveredar de maneira sustentada por um caminho de desenvolvimento nacional, democrático e popular. Assim, a CUT apresenta uma Plataforma que expressa reivindicações da classe trabalhadora e que objetiva impulsionar o segundo mandato de LULA para superar definitivamente o neoliberalismo, uma conquista necessária para modificar a situação de vida do povo trabalhador (CUT, 2006b: 9).

A Plataforma Democrática da Classe Trabalhadora foi composta por quatro eixos de *ação*: 1. Projeto nacional para a justiça social e a soberania nacional, ancorado no fortalecimento do papel do Estado, mudanças na política econômica, redução dos juros e do superávit primário; 2. Pelo desenvolvimento com distribuição de renda com foco no incentivo a produção e ao emprego; 3. Por mais democracia e organização do Estado no Brasil, pelo combate à corrupção, reforma política e ampliação dos espaços de participação popular, reforma tributária e democratização dos meios de comunicação; 4. Por mais direitos para o povo, democratização do mundo do trabalho, através de uma reforma sindical que avance rumo à liberdade e à autonomia sindical, garantia e ampliação dos direitos sexuais reprodutivos, política de segurança pública que valorize a vida acima do patrimônio, ampliação dos investimentos públicos nas áreas sociais com políticas públicas universais voltadas para a ruptura da desigualdade de raça, gênero e orientação sexual, garantia dos direitos humanos e reparação dos danos causados pela ditadura militar, defesa de uma previdência pública universal, reforma urbana, contra a privatização das águas, educação pública e de qualidade para todos, por avanços no sistema nacional de saúde pública e por mais investimentos públicos em política cultural e em esportes (CUT, 2006b).

É importante salientar que a estratégia de lançar plataformas em períodos eleitorais não é algo novo para CUT. A elevada *autonomia* e *sistemicidade* (Panebianco, 2005) da *instituição* propiciam a sua intervenção nos processos eleitorais de uma forma homogênea, a partir de um conjunto de reivindicações geralmente alinhadas com as decisões congressuais ou de plenárias e apresentadas como *pauta da classe trabalhadora*. Na ocasião, pela amplitude do documento que extrapola a pauta sindical, se pode verificar a inclusão de propostas que constam na agenda dos movimentos sociais. Fato que provavelmente pode ter ocorrido em função da participação da CUT na Coordenação dos

Movimentos Sociais. No final deste congresso, mais uma vez a CUT reafirmou seu apoio a Lula e ao projeto da coligação “A Força do Povo”, formada em 2006, pelo Partido dos Trabalhadores - PT, o Partido Comunista do Brasil - PCdoB e o Partido Republicano Brasileiro - PRB.

No primeiro turno eleitoral⁸⁰, Lula obteve 48,61% dos votos válidos contra 41,64% do seu adversário Geraldo Alckmin do PSDB. A vitória apertada e com uma pequena margem de diferença pode ter impulsionado ainda mais a *ação* da CUT com a sua plataforma eleitoral articulada em torno do *campo democrático e popular*. Entretanto, a ampla vitória conquistada no segundo turno eleitoral quando Lula totalizou 60,83% dos votos válidos e Alckmin 39,17%, no nosso entender, não dependeu somente da *ação* desta *militância* organizada. O resultado pode estar relacionado com o que alguns analistas⁸¹ têm caracterizado como *lulismo*. De acordo com Singer:

O pivô do lulismo foi de uma parte a relação estabelecida por Lula com os mais pobres, os quais beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar as suas condições de vida, retribuíram na forma de apoio maciço e, em algumas regiões fervoroso da eleição de 2006 em diante. Paralelamente, o mensalão catalisou o afastamento da classe média, invertendo a fórmula de 1989, quando Lula foi derrotado exatamente pelos mais pobres, que tinham votado em Collor (Singer, 2012: 16).

O *lulismo* é o somatório de fatores já citado no capítulo 1 desta tese. Ou seja, a construção de modelo socioeconômico que permite acomodar diferentes *interesses*. Assim como beneficia os *pobres*, com políticas distributivas e valorização do salário mínimo, beneficia as *classes proprietárias* com, por exemplo, desonerações e incentivos fiscais. No

⁸⁰ O 1º turno eleitoral ocorreu em 01 outubro de 2006 e o 2º turno no dia 29 de outubro do mesmo ano.

⁸¹ De acordo com Singer (2012: 51) a bibliografia sobre o *lulismo* tem se multiplicado com rapidez. Ver, no campo petista, “O PT e o lulismo”, artigo assinado por Gilney Viana em 31 de out.2007, e “Duas agendas: na crise, de duas, uma”, de Renato Simões, 23 de maio de 2009. Em outra vertente, verificar Pereira (2010) e Ricci (2010). Podemos citar também os artigos de Safatle, Vladimir P. “Os limites do Lulismo”. *Folha de S.Paulo*, 17 de abril de 2012, p.2 e “Vitória do Lulismo”. *Folha de S. Paulo*, 07 de junho de 2011, p.2, e o artigo de Franco, Maria Sylvia de Carvalho. “Razões e desrazões do Lulismo”. *Folha de S.Paulo*, 26 de setembro de 2010, p.6.

entanto, entre estes dois segmentos se situam as *classes médias* e é basicamente nestas *classes* que a preferência por Lula tem diminuído nas últimas eleições⁸².

Após a vitória eleitoral, ao final de 2006, no dia 6 de dezembro foi organizada a 3ª Marcha Nacional do Salário Mínimo que reuniu novamente a CUT, a Força Sindical, a CGTB, a CGT, a SDS, a CAT e a Nova Central Sindical de Trabalhadores que havia sido recentemente fundada. Novamente as centrais sindicais se articularam para reivindicar um aumento de 20% no valor do salário mínimo junto com uma política permanente de valorização do salário, assim como a correção da tabela do imposto de renda. A última reivindicação pode ser considerada uma pauta de interesse das *classes médias*, o que pode significar uma tentativa de aproximação das centrais sindicais a estes segmentos que têm sido mais hostis ao governo Lula. O reajuste alcançado foi de 8,57% e o valor do salário mínimo passou de R\$ 350 para R\$ 380,00 a partir de 1º de abril de 2007. Em 1º de janeiro de 2008, passou a vigorar a nova tabela do imposto de renda que corrigiu em 4,5% as faixas de incidência do tributo.

Ainda em abril de 2007, na “carona” do ajuste do salário mínimo, a CUT articulada à Central Autônoma de Trabalhadores - CAT, à Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT, à Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB, à Força Sindical - FS, à Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST e à Social Democracia Sindical – SDS, apresentou à sociedade o documento denominado *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento*. Neste documento constam diretrizes, políticas e ações que pretendem promover mudanças substantivas na realidade atual, permitindo a integração positiva entre crescimento econômico e desenvolvimento. A pauta da *Agenda pelo desenvolvimento* era mais ampla do que os objetivos da *Agenda dos Trabalhadores* (2005a) que se direcionou para as questões do *espaço da produção*.

A nova iniciativa dava indícios de que a CUT buscava alicerçar cada vez mais uma política de alianças ampliada entre as centrais sindicais no Brasil em torno de uma

⁸² Os resultados da pesquisa Ibope, realizada entre os dias 26 e 28 de outubro de 2006, sobre a intencionalidade de voto no segundo turno, demonstrou que 64% dos eleitores que ganhavam até 2 salários mínimos indicaram que votariam em Lula. No entanto, nesta mesma faixa de renda, apenas 25% declararam preferir Alckmin como futuro presidente. No topo da pirâmide, compreendendo os entrevistados com rendimentos acima de 10 salários mínimos, Lula conquistava a preferência de 36% do eleitorado e Alckmin 54% (Singer, 2012).

agenda *cidadã* que pretendia extrapolar os limites do *espaço da produção*. Neste sentido, não concordamos com Galvão (2006, 2009), pois, na visão da autora, desde o início dos anos 1990, a direção da CUT vem operando um modelo sindicalismo propositivo, de caráter cidadão, mas voltado à prestação de serviços. Portanto, uma cópia do que a Força Sindical já executava na década de 1990. E, citando Trópia (2002), a autora conclui: “um sindicalismo de negociação dentro da ordem, por concessões ao governo e ao capital”(Galvão, 2009: 133). A nosso ver, a análise que localiza a propositura do sindicalismo *cidadão* como uma forma de prestação de serviços é reducionista. Reconhecemos que, em algumas situações as práticas almejadas pelo sindicalismo cidadão podem ter tido seu significado inicial transformado. Todavia, à partida a *Agenda dos Trabalhadores* parece apontar para a busca por ampliação dos direitos de cidadania.

Desta forma, buscando analisar os “caminhos” dessa *ação cidadã*, verificamos que a *Agenda dos Trabalhadores* se estrutura em quatro âmbitos problemáticos: 1º) Desigualdade e concentração de renda; 2º) Desemprego e mercado de trabalho; 3º) A capacidade do Estado em promover o desenvolvimento; 4º) Democracia e a participação social. Na prática, os objetivos expressos na *Agenda pelo Desenvolvimento* podem ser concretizados a partir da organização de uma *Jornada* que deveria compreender um conjunto de ações organizadas e articuladas pelas centrais sindicais proponentes da *ação*.

O desenvolvimento defendido pelas Centrais Sindicais deve ser sustentável do ponto de vista ambiental e respeitar a diversidade social, política e cultural. É fundamental, também, uma política econômica que favoreça o crescimento, a distribuição de renda e o aumento capacidade de investimento do setor público e privado. Igualmente importante é a implementação de uma política de juros decrescentes, de tratamento pertinente da dívida pública interna e de equilíbrio do câmbio e do fluxo de capitais. No que se refere às relações de trabalho, entendemos que o desenvolvimento deve ter como fundamento a promoção do trabalho decente – princípio propugnado pela OIT e da negociação coletiva. (Dieese, 2007: 5-6).

A proposta de *Acordo Social*; a *Agenda dos Trabalhadores*; a *Plataforma Democrática da Classe Trabalhadora* e a *Jornada pelo Desenvolvimento* sugerem a articulação e a composição da ação sindical da CUT junto a diversos segmentos da sociedade brasileira, tais como governo, centrais sindicais e movimentos sociais. Perspectivas que sinalizam para o exercício do *sindicalismo cidadão*. Contudo, é preciso medir o peso efetivo disto, pois de outra forma, este pretense desenvolvimento junto a

outros segmentos da sociedade é mero cenário de retórica. Neste sentido, ao perguntarmos a um líder da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) sobre os investimentos da CUT e das centrais sindicais na Coordenação dos Movimentos Sociais, se percebe que há ainda um longo caminho a percorrer, se as entidades sindicais quiserem de fato investir nesta articulação social e potencializar a *ação cidadã*. Conforme o dirigente:

Eu avalio o seguinte com o poder de estruturação que as centrais sindicais têm e que é fruto da luta dos trabalhadores e hoje as centrais estão reconhecidas e jogam um papel na cena política muito grande. Eu acredito que as centrais sindicais poderiam dar um suporte material maior para a CMS. Tendo em vista que muitas das lutas das centrais foram lutas incorporadas pelo conjunto dos movimentos sociais. Você pega a política de salário mínimo, as convenções da OIT 151 e 158, embora seja muito particular do movimento sindical, do mundo do trabalho, mas interessa ao conjunto dos movimentos sociais. Eu acredito que o retorno político, histórico e coerente por parte das centrais deveria ser o de ajudar a financiar as lutas do povo brasileiro (Entrevista com o Diretor de Comunicação da CONAM, novembro de 2009, linhas 55-64).

No sentido de captar os significados das novas articulações e dos arranjos políticos que estão a emergir no campo sindical nacional, impulsionada pela ação conjunta das centrais sindicais no *espaço da cidadania* e os contributos que podem sugerir para a emergência de novos processos de *institucionalização* da CUT, se propõe a conceitualização de *campo social*. Na acepção que lhe foi dada por Bourdieu, se trata de “um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas posses” (Bourdieu, 1989: 135).

A considerar a experiência da CUT, se observa que as alterações no *campo político* sindical nacional, se intensificaram a partir de 2003. E, desde então, crescem as articulações da CUT com os atores sociais que nem sempre foram os aliados prioritários, dando destaque, neste processo, para a *relação associativa* com a Força Sindical, uma central sindical tida como rival e conhecida pelo seu *sindicalismo de resultados*. No caso da CUT, se, por um lado, o que está em jogo é a defesa de plataformas pelo desenvolvimento, combinando ações práticas com aliados tradicionais, por outro lado, a

aliança com os setores do movimento sindical, considerado na década de 1990 antagônico ao projeto sindical da CUT, sinaliza que, no início do século XXI as alterações na ação sindical da CUT podem gerar *dilemas* e produzir *tensões* de caráter político que a *instituição* precisará equacionar no dia a dia da central sindical.

A homogeneização do campo sindical nacional, que atualmente envolve centrais sindicais que possuem diferenciações significativas no seu histórico de fundação e até mesmo em relação aos diferentes tipos de *capitais* de ordem *econômica, cultural, social e simbólica* que utilizam nas lutas políticas, é uma realidade que influenciará no jogo de posicionamento dos agentes sociais num determinado campo social (Bourdieu, 1989). Para o entrevistado da Força Sindical, independente da vigência do *governo de coalizão*, foram as *rupturas* por *dentro* da CUT e da Força Sindical que apontaram novos caminhos para a relação entre as centrais sindicais, contribuindo para o surgimento de um “movimento sindical de ação e de mobilização, mas com uma visão pragmática do aqui e agora”.

Eu acho assim, a CUT ela mudou bastante. Saíram da CUT várias tendências o PSTU, o pessoal do PCdoB. Mas aí eu digo para você a questão de ter diminuído o número de sindicatos da CUT, mas ela ganhou do ponto de vista que a ação unitária prevalece. Às vezes, a esquerdinha, toma um posicionamento que dificulta uma ação unitária e mais do que isto dificulta a conquista. E eu acho que nós estamos entrando num momento sindical em que nós estamos acreditando na negociação. Eu acho que às vezes o confronto pelo confronto não leva a lugar nenhum. Eu sinto que setores da CUT antigamente dificultavam esta proximidade. E do nosso lado também tinha setores conservadores que não queriam se aproximar da CUT porque aí são um bando de loucos e só vão nos atrapalhar. Tanto do lado de cá, como do lado de lá saíram tendências, então isto aproximou as principais entidades que querem um movimento sindical de ação e de mobilização, mas que tenha uma visão pragmática do aqui e agora. Aqui não foram tendências, foi uma disputa interna, eu também sinto que teve setores nossos que saíram porque a gente começou a defender contra a contribuição sindical no momento do FNT e nós perdemos com isto. Mas, o nascimento da UGT que saiu a partir do nosso tesoureiro não foi assim uma diferença de tendência, não é tanto disputa de concepção foi mais de quem seria o novo presidente, se ia ficar na mão dos metalúrgicos, ou se ia para os comerciários (Entrevista com o Secretário Geral da FS, outubro de 2009, linhas 185-210).

No entanto, para o *líder* da União Geral dos Trabalhadores, as transformações da classe sindical em si, os rearranjos e as alterações na forma como está sendo conduzida a relação entre as centrais sindicais, o Estado e a sociedade está relacionada à construção de

um Governo de *união nacional* formado por uma *ampla base político-partidária*⁸³ e que pretende se ancorar em uma proposta de *pacto social* ou *novo contrato social*. De acordo com o dirigente:

A articulação da pauta política sem dúvida nenhuma ela ganhou impulso maior com o Governo LULA. No governo anterior existia sim algum poder de construir pauta unificada, mas era pontual, muito pontual. Vamos dizer uma organização relacionada a uma peleja por conta de uma reforma previdenciária, por exemplo. Porque lá bem atrás na época do governo Collor, eu fui um dos que protagonistas que sentou durante 6 meses para discutir o chamado Pacto social. Naquela época as duas únicas centrais que existiam era a CUT e a CGT, certo. Então conheço os passos em termos de unificação de pauta no governo Lula. Nós construímos pautas mais amplas e com resultados positivos (Entrevista com o Secretário Geral da UGT, dezembro de 2009, linhas 48-55).

Portanto, a vigência de um *governo de coalizão*, na percepção do dirigente da UGT, tende a propiciar uma política de alianças ampliada entre as centrais sindicais em torno de pautas comuns. Além disto, verificamos que há sintonia entre as centrais e o poder instituído, na medida em que todas integram o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) que é o espaço institucional que pretende dar forma a este *pacto social*. Observa-se que, na *agenda cidadã*, inaugurada a partir de 2004, quando a CUT apresentou uma proposta de *Acordo Social*, há precisamente uma convergência com os temas e trabalhos produzidos no CDES, pois neste período o governo promoveu encontros do grupo de trabalho (GT) do CDES, objetivando dar início a discussão sobre os *Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento*. Ou seja, os alicerces da futura agenda de desenvolvimento pactuada pelos diversos segmentos sociais que participam deste conselho.

Na sequência das mobilizações nacionais unificadas e depois de três edições da Marcha do Salário Mínimo, se chegou à negociação de um acordo para a recuperação do salário mínimo, com base no reajuste da inflação mais a variação do PIB de dois anos

⁸³Na gestão 2007-2010 a base de sustentação do Governo Lula se ancora nos seguintes partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partidos dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido da República (PR), Partido Progressista (PP), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Cristão (PSC), Partido Verde (PV), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB). Portanto, das 19 representações de bancadas de partidos na Câmara dos Deputados, apenas quatro não se situam na base do Governo. São elas: Democratas (DEM), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Popular Socialista (PPS) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

anteriores, a partir de dezembro de 2007. O acordo foi considerado pela CUT como o principal resultado da 4ª *Marcha da Classe Trabalhadora*; ação anteriormente denominada Marcha do Salário Mínimo. Nota-se que, ao definir uma estratégia de recuperação/valorização do salário em consenso com o governo e as centrais sindicais, a CUT deu sinais de *flexibilização* em relação à defesa imediata do *salário mínimo necessário*, proposta do Dieese incorporada pela Central Única dos Trabalhadores até a década de 1990.

Tal proposta diz respeito à defesa do “salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim” (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). A família considerada é de dois adultos e duas crianças, ponderando-se o gasto familiar, se obtêm o salário mínimo necessário. No dia 1º de janeiro de 2013, entrou em vigor o novo salário mínimo no valor de 678,00 reais, já o cálculo do Dieese apontou como salário mínimo necessário o valor de 2.561,47 reais.

Mas voltando a 4ª *Marcha da Classe Trabalhadora*, realizada no dia 05 de dezembro de 2007, na ação a CUT, a CGTB, a Força Sindical, a NCST e a UGT entregaram um documento ao congresso nacional e ao governo federal. A pauta expressou reivindicações mais amplas do que a questão do salário mínimo e focou nos seguintes temas: redução da jornada de trabalho; mais e melhores empregos; pela regulamentação das terceirizações e a ratificação da convenção 158 da OIT; fortalecimento da seguridade social e das políticas públicas, defesa do SUS (Sistema Único de Saúde) e da previdência pública universal e pelo fim do fator previdenciário. Estas propostas demonstraram que a agenda política nacional da CUT, embora no plano teórico e discursivo na década de 2000 faça pouca referência ao *sindicalismo cidadão*, na prática, a CUT tem buscado exercer um sindicalismo que extravase o *espaço da produção*, avançando com estratégias de *mobilização* e *negociação* de propostas que pretendem o diálogo com a sociedade brasileira.

No ano seguinte, de 5 a 8 de agosto de 2008, quando a CUT completou 25 anos, foi realizada a sua 12ª Plenária Nacional “Maria Ednalva”, em São Paulo. Nesta Plenária, se reuniram 527 delegados. A Plenária reafirmou a estratégia aprovada no 9º CONCUT, mas a sintetizou em duas frentes de *ação* para o período até o próximo congresso: 1) ampliar a capacidade de organização, mobilização e formação política para a *disputa de hegemonia* que incluiu ações como a *Jornada pelo desenvolvimento* e o desafio de *consolidar um instrumento político estratégico – o projeto cutista de desenvolvimento* (CUT, 2008a: 24) e 2) *fortalecer o projeto sindical no Brasil e no mundo*, defendendo a CUT contra a divisão, resgatar seus princípios históricos, conforme estatuto da *instituição* (CUT, 2008a); esta *ação* foi provavelmente motivada pelo cenário de reorganização sindical nacional que provocou mudanças na *relação associativa* estabelecida *dentro* da CUT até 2007.

A 12ª Plenária Nacional da CUT convocou uma *Jornada de Lutas e Mobilizações* dando ênfase na Marcha da Classe Trabalhadora. Assim, a CUT deu início à preparação da quinta edição da Marcha da Classe Trabalhadora. A *ação* ocorreu no dia 3 de dezembro de 2008 e foi organizada em parceria com a FS, a CGTB, a UGT, a NCST e a recém-criada CTB, formada no final de 2007. A marcha teve como lema *Desenvolvimento com Valorização do Trabalho*. Nesta ação, as centrais sindicais reivindicaram: redução da jornada de trabalho, fim do fator previdenciário, reforma agrária, trabalho decente, correção da tabela do imposto de renda, redução dos juros e do superávit primário, ratificação das convenções 151 e 158 da OIT, políticas públicas geradoras de emprego e renda e igualdade de remuneração entre homens e mulheres.

No mesmo ano, no dia 5 de agosto de 2008, as centrais sindicais assinaram um termo de compromisso junto ao Ministério do Trabalho que previa a criação da contribuição negocial e o fim do imposto sindical, conforme apresentamos no capítulo 1. Entretanto, no dia 03 de dezembro de 2008, após a marcha nacional, a CUT, de forma isolada, organizou um ato político em frente ao Ministério do Trabalho e Emprego. A *ação* pretendia o fim do imposto sindical e a retomada do acordo articulado com o referido Ministério. Diante desta divisão, se percebe que, quando o foco é a manutenção da estrutura sindical, muda o *sentido da relação social* (Weber, 2009) e o posicionamento das centrais sindicais se altera, consoante os interesses de cada *instituição*.

O 10º CONCURTO ocorreu de 04 a 07 de agosto de 2009, na cidade de São Paulo. No que tange à estratégia do período a CUT deu continuidade à defesa de *um novo modelo de desenvolvimento*, pautado pela participação popular nas decisões políticas, pela defesa da sustentabilidade econômica, social e ambiental e pela distribuição de renda e valorização do trabalho. Além de enfatizar a necessidade de *atualizar e fortalecer o seu projeto sindical* com o objetivo de ampliar a base de representação. A *orientação* para esta *ação* teve uma relação direta com o reconhecimento jurídico das centrais sindicais e as reconfigurações do cenário político sindical nacional, conforme observamos a partir de 2004.

No final deste ano, no dia 11 de novembro de 2009, ocorreu a 6ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora, tendo os manifestantes rumado até o Congresso Nacional para reivindicar uma pauta semelhante à da 5ª Marcha. A inovação ficou por conta da solicitação da aprovação da lei que consolidava a política de valorização do salário mínimo e a defesa de um marco regulatório para o petróleo e gás do pré-sal, objetivando que a maior parte dos seus recursos fosse aplicada no combate às desigualdades sociais no país.

Um ano após o 10º CONCURTO e, como resultado dos debates da sua *Jornada pelo Desenvolvimento, ação* promovida pela CUT desde 2008, a CUT passou a desenvolver um conjunto de seminários organizados por região, com o objetivo de formular o projeto de desenvolvimento da CUT para o país. O produto destes debates culminou na *Plataforma da CUT para as eleições 2010*. A plataforma balizou a intervenção da CUT nos processos eleitorais deste ano que, em resolução da sua Direção Nacional, no mês de maio, aprovou o apoio à candidata Dilma Rousseff do PT. Além deste partido, pertenceram à coligação “Para o Brasil seguir mudando”, o PMDB, o PDT, o PSB, o PR, o PCdoB, o PRB, o PTN, o PSC e o PTC.

A decisão da CUT, no 10º CONCURTO, reorientou novamente os seus dirigentes sindicais a direcionarem a *ação* sindical para o apoio político à candidata do PT. Portanto, confirmou uma tendência observada em outras decisões de plenárias e congressos da CUT. Para além da manifestação formal de apoio a candidata Dilma do PT, a CUT organizou juntamente com a FS, a CTB, a CGTB e a NCST uma assembleia, no dia 01 de junho de 2010, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo. Na *ação*, as cinco centrais aprovaram uma

pauta consensual denominada *Agenda da Classe Trabalhadora Pelo Desenvolvimento com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalho*. Nas palavras de encerramento do ato, o presidente da CUT sintetizou o objetivo da mobilização: “não permitir o retrocesso, a volta daqueles que implementaram as políticas neoliberais na década de noventa” (CUT, 2010c), fazendo uma evidente referência ao processo eleitoral daquele ano, assim como ao posicionamento político que a CUT adotaria.

Vale lembrar que a UGT não participou na *ação política* no Pacaembu e a *ordem* dada aos seus membros foi liberar o voto. A decisão foi racionalmente motivada para acomodar os diferentes *interesses* políticos que a UGT sustentava. Naquele período, na cúpula da direção da *instituição*, se notou que os dirigentes sindicais filiados ao PSDB, PPS e ao DEM declararam apoio explícito ao candidato José Serra (PSDB). Os dirigentes sindicais, ligados ao PV, apoiaram a candidata Marina Silva (PV) e uma parcela de dirigentes sindicais da UGT decidiram fazer campanha eleitoral para Dilma Rousseff (PT).

Um dia antes da assembleia no Pacaembu, a Coordenação dos Movimentos Sociais realizou a Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais, na Quadra dos Bancários, em São Paulo. Esta assembleia aprovou o *Projeto Nacional e Popular dos Movimentos Sociais*, instrumento que pretendeu balizar a intervenção do *campo democrático popular*. De modo organizado, em uma ampla frente política e respaldado num conjunto de propostas comuns, grande parcela dos trabalhadores e movimentos sociais iniciou oficialmente a sua participação coordenada no *espaço da cidadania*, com vistas a disputar as eleições 2010.

No pleito de 2010, o primeiro turno foi realizado no dia 03 de outubro e os resultados indicaram: Dilma (46,91%) contra José Serra (32,61%), o que significou que a esperada vitória pelos apoiadores da coligação “Para o Brasil seguir mudando” não aconteceu de imediato. O elemento “inovador”, nesta primeira etapa do processo eleitoral, foi à candidatura de Maria Osmarina da Silva, conhecida popularmente como Marina Silva. A candidata foi dirigente sindical da CUT na década de 1980 e possui reconhecida experiência em questões ambientais. Ocupou importantes cargos no poder legislativo federal e foi Ministra do Meio Ambiente no governo do presidente Lula. Marina Silva, ao optar pela *ruptura* com o PT em 2009, não só desestabilizou o quadro eleitoral, mas

também a política de *unidade* estabelecida entre as centrais sindicais em torno da candidatura de Dilma Rousseff. Fato que se deu em função da conquista de apoios explícitos de dirigentes sindicais das diversas centrais sindicais à candidata, inclusive da própria CUT, mesmo que à revelia da decisão da direção nacional dessa central sindical. No primeiro turno, Marina Silva conquistou a preferência de 19,33%, dos eleitores, atraindo para si uma parte do eleitorado considerado das *classes médias* (Weber, 2009).

A intenção de voto, no primeiro turno de 2010, por renda familiar mensal, conforme apresentado por Singer (2012), a partir da pesquisa *Datafolha*, realizada entre 1º e 2 de outubro de 2010, indicou que Dilma liderava a preferência no eleitorado que declarou ganhar até 2 salários mínimos, obtendo 53% das intenções de voto. Serra e Marina Silva lideravam no segmento acima de 10 salários mínimos, obtendo 38% e 23% das intenções de voto, respectivamente. Ao final da *disputa*, Dilma obteve 56,05% dos votos válidos e José Serra 43,95% (www.tse.gov.br). A nova presidente foi eleita em 31 de outubro de 2010, confirmando o que alguns analistas caracterizam por *lulismo*. Todavia, o fato é que Dilma teve uma votação majoritária predominantemente em estados ainda pouco industrializados e menos privilegiados economicamente, enquanto que o seu opositor, o candidato José Serra do PSDB, venceu no que pode ser considerado o cinturão industrial e desenvolvido do país.

Na seção seguinte, analisaremos as pesquisas do 8º, 9º, 10º CONCUR, assim como os dados preliminares do 11º CONCUR. Ainda que as pesquisas tenham sido denominadas pela CUT como “Quem são e o que pensam os Delegados da CUT”, conforme discutimos no capítulo 3, há limites tanto na continuidade das pesquisas, como em relação a escolha dos temas analisados, na medida em que refletem o *interesse* da cúpula da *instituição*, num determinado momento político. Em geral, as pesquisas apresentam o perfil socioeconômico dos delegados e fazem uma apresentação rápida de como os dirigentes da CUT se posicionam diante das estratégias e ações da Central. Entendemos que as “ausências” e as “incompletudes”, por vezes expressas nestes trabalhos, fazem parte da dinâmica de uma instituição cuja natureza é essencialmente política. Sendo assim, se, porventura, há algum déficit com relação a tentativa de testar a composição social à *agenda cidadã* e aos percursos de uma possível *nova institucionalização* no último período, assumimos esse risco, porque decidimos preservar

a dinâmica *institucional* e analisar somente os dados públicos que conseguimos acessar, ou seja, aquilo que a *instituição* autoriza *mostrar*. A seguir, então, apresentamos o conjunto dos resultados e os seus contributos para delinear a *composição social da CUT* no início do século XXI.

4.2. A Composição social da CUT no início do século XXI, “Quem são e o que pensam os delegados do 8º CONCURTO”

No 8º CONCURTO (2003), a composição dos delegados, segundo sexo e idade, revela que os homens representavam a maioria dos participantes. Os maiores grupos etários estavam concentrados nas faixas de 25 a 39 anos e de 40 a 54 anos. Quanto à escolaridade, predominou o Ensino Médio completo e o Ensino Superior completo entre os respondentes de ambos os sexos. Abaixo, apresentamos a *tabela IV.1* que mostra o estado civil dos delegados e delegadas do 8º CONCURTO.

Tabela IV.1. - Distribuição dos delegados, por estado civil e gênero (%):

	Solteiro	Casado/União estável	Separado/Divorciado	Viúvo
Homens	13,9	74,1	11,2	0,7
Mulheres	39,0	37,9	20,3	2,5
Total	21,6	63,0	14,0	1,3

Fonte: CUT (2003b)

No que se refere ao tempo de exercício em cargos de diretoria, nas mulheres, a faixa mais expressiva correspondia de 6 a 10 anos. No entanto, é importante destacar que era significativo o percentual de mulheres nas faixas de até 2 anos e de 2 a 5 anos de atuação em cargos de diretoria. Já entre os homens, ganhou destaque não só a participação nas faixas de 6 a 10 anos, como também na faixa acima de 10 anos ou mais em atividades como diretor sindical.

Na composição dos delegados ao 8º CONCURTO, a maior delegação era proveniente da região sudeste do Brasil, seguida por nordeste, sul, norte e centro-oeste. Quando

analisamos, a concentração dos homens e das mulheres por setor de atividade⁸⁴ apontou a seguinte classificação: 1º) administração pública; 2º) setor rural; 3º) indústria de transformação; 4º) demais setores; 5º) serviços; 6º) comércio; 7º) construção civil; 8º) serviço doméstico.

A remuneração média em salários mínimos, de acordo com o total de respondentes, era de 4,2 salários mínimos, sendo que os homens recebiam em média 4,3 salários mínimos e mulheres em torno de 4,0 salários mínimos. Vale lembrar que, em abril de 2003, o valor do salário mínimo era 240,00 reais (aproximadamente 65,93 euros). Quando homens e mulheres foram distribuídos por faixas salariais, se verificou a seguinte classificação: 1º) de 5 a 10 salários mínimos; 2º) de 4 a 5 salários mínimos; 3º) 10 ou mais salários mínimos; 4º) de 1 a 3 salários mínimos e, por fim há um pequeno número de respondentes que afirmaram receber menos de 1 salário mínimo.

Tabela IV.2. - Composição dos delegados segundo inserção na estrutura sindical (%)

	Homens	Mulheres	Total
Delegados com Cargos Sindicais	90,8	88,6	90,1
Diretor da Executiva	66,1	50,0	61,2
Diretor	17,2	27,2	20,2
Membro da Organização no local de Trabalho	1,4	1,7	1,5
Representante Sindical no Local de Trabalho	3,4	5,0	3,9
Membro da CIPA	0,6	0,4	0,5
Outros	2,1	4,4	2,8
Delegados sem Cargos Sindicais	9,2	11,4	9,9
Associado	4,6	6,0	5,0
Associado de Oposição	2,2	2,1	2,2
Associado e membro de algum grupo de trabalho	0,6	1,2	0,8
Outros	1,8	2,1	1,9

Fonte: CUT (2003b)

Os dados da *tabela IV.2* revelam que 90,8% do total de homens e 88,6% do total de mulheres responderam que possuem cargo sindical. Entre eles, a maioria pertencia à

⁸⁴ Na pesquisa aplicada no 8º CONCURTO na metodologia de análise, os pesquisadores optaram por distribuir os delegados e as delegadas pelos seguintes setores de atividade: serviço doméstico, setor rural, serviços, administração pública, construção civil, comércio, indústria de transformação e demais setores. Em 2003, a classificação adotada não utilizou o conceito de ramos de atividade econômica utilizado pela CUT, critério que passará a ser utilizado nas pesquisas seguintes.

Direção Executiva (61,2%). Ou seja, foram eleitos *representantes de categorias profissionais* com poder para estar na direção do aparato burocrático destas instituições. Os delegados e as delegadas sem cargos sindicais representaram somente 9,9% do total de participantes respondentes no 8º CONCURTO (2003). Estes dados são reflexos da mudança estatutária que ocorreu em 1988, definindo que somente os delegados das entidades filiadas à central poderiam participar dos congressos⁸⁵. Portanto, o peso das oposições também foi reduzido. A mudança almejada, principalmente pela Articulação Sindical foi aprovada de forma tensa e deu um novo formato aos congressos da CUT. Conforme se verá nas pesquisas seguintes a maior parte dos entrevistados nos congressos é dirigente com *cargo* em entidade de base da CUT, ou seja, nos seus sindicatos filiados.

A perspectiva de realizar uma reforma sindical e trabalhista, no primeiro mandato do governo Lula (de 2003 a 2006), provavelmente impulsionou a CUT a questionar os seus delegados sobre esses temas. Portanto, as tabelas que seguem apontam as prioridades eleitas pelos dirigentes sindicais entrevistados no 8º CONCURTO. Vale lembrar que, neste congresso, nas resoluções finais aprovadas a CUT se comprometeu a *lutar* para garantir na reforma sindical a instituição do Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT). No que tange a reforma trabalhista, no seu 8º congresso, a CUT defendeu alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no sentido de manter os direitos adquiridos e ampliar as conquistas para os trabalhadores.

⁸⁵ Art. 46. Participam do congresso nacional os/as delegados/as das entidades sindicais de base filiadas, as entidades nacionais orgânicas ou ramos de atividade econômica e as oposições sindicais reconhecidas pela CUT, de acordo com os critérios definidos pela plenária nacional antecedendo à realização do congresso.

§ 1º. São delegados/as natos/as no congresso nacional os membros da Executiva da Direção Nacional.

§ 2º. Os departamentos nacionais e as confederações nacionais orgânicas participam do congresso nacional da CUT com três delegados/as, escolhidos/as em suas respectivas instâncias, direção ou conselho, não podendo haver dupla representação do ramo.

§ 3º. Quando houver, no mesmo ramo de atividade, entidade nacional orgânica e filiada à CUT, a delegação do ramo de atividade poderá ser eleita por acordo homologado pela Executiva Nacional da CUT.

Art. 47. As delegações participantes deverão requerer sua inscrição à secretaria do congresso no prazo máximo de até 30 (trinta) dias que antecedem a sua realização (CUT, 2012a:21).

Tabela IV.3. - Quais são as 4 questões mais importantes que devem ser asseguradas nas reformas sindical e trabalhista (%)

	Homens	Mulheres	Total
Convenção 87 da OIT	56,5	49,2	54,3
Legislação de sustento para a atividade sindical	51,6	57,1	53,3
Garantia legal da organização por local de trabalho	31,6	30,1	31,2
Fim do imposto sindical	27,6	24,5	26,6

Fonte: CUT (2003b)

A *tabela IV.3* mostra as questões mais importantes nas reformas sindical e trabalhista, de acordo com a opinião dos delegados ao 8º CONCURTO. O total de respondentes classificou as questões prioritárias da seguinte forma: 1º) Convenção 87 da OIT (54,3%); 2º) legislação de sustento para a atividade sindical e a negociação coletiva (53,3%); 3º) Garantia legal da organização por local de trabalho (31,2%); 4º) Fim do imposto sindical (26,6%). Apesar da CUT ter como princípio da sua *ação* a defesa da Convenção 87 e o combate ao imposto sindical, esta forma de sustentação compulsória não foi destacada como item prioritário, o que indica uma relativa acomodação à atual estrutura sindical, cuja base de sustentação se respalda no imposto.

Tabela IV.4. - Deve existir mais de um sindicato por categoria (%)

	A Favor	Contra	Não tem opinião formada
Homens	31,2	61,5	7,2
Mulheres	22,4	68,8	8,8
Total	28,5	63,8	7,7

Fonte: CUT (2003b)

Conforme mostra a *tabela IV.4*, do total de respondentes, 28,5% são a favor da existência de mais de um sindicato por categoria, ou seja, são a favor da *liberdade e autonomia sindical*, conforme expresso na convenção 87 da OIT. Porém, 63,8% do total de delegados são contra esta possibilidade de organização. Ao comparar estes dados com a questão anterior, na qual a defesa da Convenção 87 da OIT apareceu como uma prioridade, se verificou que, no 8º CONCURTO os dirigentes sindicais se revelaram pouco preparados para definir uma nova estratégia de organização sindical. A *liberdade de organização*, um dos pilares do SDRT da CUT, não parece ter sido incorporada à concepção e à prática

sindical dos dirigentes. As razões deste descompasso nas percepções dos dirigentes não podem ser aferidas a partir desta pesquisa. No entanto, é possível dar pistas sobre alguns déficits, tais como: a ausência de formação sindical, a formação sindical é pouco preparada para lidar com tal *dilema*; a acomodação à atual estrutura sindical, a associação do conceito de *liberdade sindical* à *pulverização sindical*, assim como a associação da *unicidade sindical* à unidade de *classe*, etc.

Tabela IV.5. - Quem deve negociar pelos trabalhadores, caso seja aprovado mais de um sindicato por categoria (%)

	Homens	Mulheres	Total
Sindicato indicado por meio de plebiscito de base	26,4	20,0	24,5
Sindicato com maior número de associados	24,2	24,2	24,2
Não tem opinião formada	17,5	21,0	18,5
Comissão única proporcional aos vários sindicatos	17,0	21,0	18,2
Cada entidade negocia apenas pelos associados	13,0	12,2	12,8
Sindicato que ganha representação pela justiça	2,0	1,5	1,8

Fonte: CUT (2003b)

Em caso de mais de um sindicato por categoria, do total de respondentes, 24,5% pensa que deve ser o sindicato indicado, por meio de plebiscito na base, a negociar pelos trabalhadores; 24,2% defende que seja o sindicato com o maior número de associados; 18,5% não tem opinião formada e 18,2% pretende a criação de uma comissão única proporcional aos vários sindicatos. Nota-se que as opiniões estão bastante divididas e é significativo o número de delegados que “Não tem opinião formada”. É importante lembrar que, no momento da aplicação dessa pesquisa, a CUT completou 20 anos e, neste período, nunca passou por uma experiência de liberdade sindical com um sistema de negociação e contratação coletiva nos moldes que reivindica. Portanto, não há um parâmetro que permita comparar se as respostas dos dirigentes foram distantes ou em sintonia com a experiência da instituição no referido período.

Tabela IV.6. - Quais devem ser as principais fontes de financiamento das entidades sindicais (%)

	Homens	Mulheres	Total
Pela mensalidade dos associados	94,2	94,6	94,3
Pela constituição do fundo público	10,7	10,6	10,6
Pela taxa de financiamento das campanhas salariais	32,0	22,8	29,2
Pela manutenção da contribuição federativa	18,0	17,2	17,8
Pela manutenção do imposto sindical	13,5	17,5	14,7
Por recursos públicos para projetos especiais	22,5	28,2	24,3
Por contribuição assistencial	21,1	11,4	18,1
Por investimentos em atividades produtivas ou comerciais	10,9	14,2	11,9
Por organismos internacionais	8,6	14,2	10,3

Fonte: CUT (2003b)

A *tabela IV.6* mostra a opinião dos dirigentes sindicais sobre a sustentação financeira das entidades sindicais. Na opinião dos dirigentes as três prioridades eleitas foram: 1º) mensalidade dos associados (94,3%); 2º) pela taxa de financiamento das campanhas salariais (29,2%) e 3º) por recursos públicos para projetos especiais (24,3%). A manutenção do imposto sindical foi citada por apenas (14,7%) dos entrevistados. Ou seja, nesta questão o resultado apontou perspectivas positivas para a *ação* CUT, que tem como princípio a defesa do fim do imposto sindical. No entanto, é interessante notar que este resultado se contrapõe ao que foi mostrado na *tabela IV.3*, quando, ao pensar um cenário de reforma sindical, o fim do imposto sindical foi o item menos destacado pelos delegados. Dado que revela *impasses* que a CUT terá que resolver se quiser avançar de fato com a implementação do Sistema Democrático de Relações de Trabalho.

Tabela IV.7. - O papel da CUT nas negociações coletivas, total dos respondentes (%)

	Concorda	Discorda	Não tem opinião formada
A CUT coordenará as campanhas salariais das entidades filiadas, mas cada uma terá autonomia em definir o conteúdo do contrato de trabalho em sua base.	74,8	13,2	12,0
A CUT negociará um contrato de referência para o conjunto da classe trabalhadora.	51,6	23,8	24,6

	Concorda	Discorda	Não tem opinião formada
A CUT poderá intervir em negociações de suas entidades filiadas, caso elas desrespeitem as suas diretrizes e princípios.	54,6	28,7	16,7
A CUT poderá assinar contratos coletivos de trabalho em bases sindicais já constituídas, desde que autorizada em assembleia pelos trabalhadores.	60,2	21,7	18,1

Fonte: CUT (2003b)

Na *tabela IV.7*, as respostas mais assinaladas pelos dirigentes apontaram que a *ação política* destes dirigentes buscava se alinhar com os objetivos da *instituição*. Na visão dos entrevistados, a CUT tem a legitimidade para conduzir os processos de negociação e contratação coletiva, desde que respeitado os *interesses* dos seus filiados. Em situações de impasse, a *ordem* deve ser mantida a partir da aplicação dos princípios e compromissos expressos no estatuto da *instituição* desde 1983. De acordo com esta perspectiva, 74,8% dos dirigentes concordaram que a CUT poderá coordenar campanhas salariais, mas cada entidade terá autonomia para definir o conteúdo do contrato de trabalho em sua base e, para 60,2%, a CUT poderá assinar contrato coletivo de trabalho desde que autorizada pelos trabalhadores. Já a opção mais assinalada, no item “discordo”, é a que se reporta ao fato da CUT poder intervir em negociações de suas entidades filiadas, caso elas desrespeitem as suas diretrizes e princípios (28,7%), ou seja, a possibilidade de intervenção direta da CUT, nos seus sindicatos, federações e confederações filiadas foi vista com ressalvas.

Tabela IV.8. - Como os seguintes temas devem ser tratados (%)

	Contratação	Legislação	Contratação + Legislação	Não sabe
13º salário	5,4	63,6	28,3	2,7
Aumento Salarial	30,2	20,5	46,0	3,3
Banco de horas	37,0	15,7	24,2	23,1
Comissão de conciliação prévia	24,4	21,9	28,4	25,3
Critério de contratação	13,9	36,9	42,7	6,5
Delegado sindical	20,4	40,5	32,7	6,4
Férias	5,9	66,9	25,5	1,7
Fundo de garantia	4,9	69,3	23,8	2,1
Solução dos conflitos individuais e coletivos	22,2	21,2	49,1	7,5

	Contratação	Legislação	Contratação + Legislação	Não sabe
Novas tecnologias	32,2	18,3	39,1	10,4
Jornada de trabalho	15,3	41,1	41,5	2,2
Organização por local de trabalho	23,9	30,3	41,3	4,5
Participação nos lucros e resultados	26,2	24,2	43,7	5,9
Saúde e segurança no trabalho	10,5	41,1	46,8	1,7
Auxílio creche	17,2	43,1	37,5	2,1
Licença maternidade	5,5	62,9	30,0	1,7
Licença paternidade	5,7	62,1	29,8	2,4
Horas extras	15,7	40,0	42,1	2,3

Fonte: CUT (2003b)

A *tabela IV.8* mostra que, na opção *contratação*, se destaca o banco de horas (37%); com percentuais bem distribuídos; na opção *legislação*, ganham destaque, o FGTS (69,3%), as férias (66,9%), o 13º salário (63,6%), a licença maternidade (62,9%) e a licença paternidade (62,1%), direitos já está assegurados na CLT; na opção *contratação+legislação*, os dirigentes deram ênfase à solução de conflitos individuais e coletivos (49,1%), aumento salarial (46,0%), saúde e segurança no trabalho (46,8%), participação nos lucros e resultados (43,7%), critério de admissão e contratação (42,7%), remuneração de horas extras (42,1%), jornada de trabalho (41,5%), organização no local de trabalho (41,3%).

As respostas dos delegados ao 8º CONCUR demonstraram *moderação* no discurso institucional, tendência já observada a partir dos anos de 1990, quando a CUT desenvolveu ações contra a *flexibilização* da CLT e a retirada de direitos já assegurados pela lei. Vale lembrar que, no 3º CONCUR (1988), a CUT defendeu a abolição da CLT e a implantação do contrato coletivo nacionalmente articulado.

Tabela IV.9. - A solução dos conflitos entre os trabalhadores e empregadores deve ser (%)

	Homens	Mulheres	Total
Intermediada pelo Estado	22,7	14,9	20,3
Sempre negociada entre as partes	73,0	79,4	74,9
Não tem opinião formada	4,3	5,8	4,8

Fonte: CUT (2003b)

A *tabela IV.9* mostra que a solução dos conflitos entre os trabalhadores e empregadores, deve ser: 1º) sempre negociada entre as partes (74,9%); 2º) intermediada pelo Estado (20,3%) e 3º) somente 4,8% dos delegados não tem opinião formada. Este resultado pode ser fruto do poder de barganha conquistado pelos sindicatos da CUT, ao longo de sua trajetória, e, para além disto, a busca por liberdade de organização sem interferência do Estado, particularmente da Justiça do Trabalho. Proposta presente desde a fundação desta central sindical.

Tabela IV.10. - Opinião dos delegados sobre os temas seguintes (%)

	Concordo	Discordo	Não tem opinião formada
As pequenas e médias empresas devem ter legislação diferenciada	46,9	38,7	14,4
As leis criadas no governo FHC flexibilizam as relações de trabalho	80,8	8,9	10,3
Alguns direitos devem ser negociados em troca da autonomia sindical	12,2	77,2	10,7
A CLT é generosa nos direitos individuais e autoritária nos direitos coletivos	21,9	43,5	34,5
A CLT é herança do fascismo italiano	34,1	35,3	30,6
A CLT ainda é um instrumento importante na garantia dos direitos dos trabalhadores	85,0	8,7	6,3

Fonte: CUT (2003b)

A *tabela IV.10* mostra que as respostas mais assinaladas na opção *concordo* foram: 1º) a CLT é um instrumento importante na garantia dos direitos dos trabalhadores (85,0%); 2º) as leis criadas no Governo FHC flexibilizam as relações de trabalho (80,8%) e em 3º) as pequenas e médias empresas devem ter legislação diferenciada (46,9%). Na opção *discordo*, se destacaram: 1º) alguns direitos devem ser negociados em troca da autonomia sindical (77,2%); 2º) a CLT é generosa nos direitos individuais e autoritária nos direitos coletivos (43,5%) e 3º) 35,3% dos entrevistados responderam que discordam da afirmação “a CLT é herança do fascismo italiano”, mas é interessante observar que (34,1%) do total de respondentes concordaram com esta afirmação.

O conjunto dos resultados apontou que, apesar dos déficits, a CLT é considerada uma importante referência, quando se trata de proteger os direitos dos trabalhadores. Portanto, esse resultado pode justificar o fato das opiniões dos delegados estarem bem divididas e quase empatadas no que diz respeito à associação da “CLT ao fascismo”. Os resultados também reforçaram o que havíamos exposto anteriormente: há uma tendência de *moderação* no discurso institucional. Assim, a CUT passou a reivindicar “alterações da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), baseadas na ampliação do atual patamar de conquistas e de direitos já assegurados para os trabalhadores” (2003a: 88).

4.3. A Composição social da CUT no início do século XXI, “Quem são e o que pensam os delegados do 9º CONCURTO”

No 9º CONCURTO (2006), participaram 2491 delegados e, deste universo, 1691 (64%) responderam ao questionário, distribuídos da seguinte forma: 65,8% homens e 34,2% mulheres. A distribuição dos delegados por cor/raça apresentou os seguintes resultados: 49,6% dos homens e 47,2% das mulheres se declararam brancos; 24,5% dos homens e 28,6% das mulheres se declararam pretos; 24,6% dos homens e 22,2% das mulheres se identificaram como pardos. A distribuição dos delegados por faixa etária indicou uma grande concentração na faixa entre 35 e 54 anos (72,4%). Quando se tratou da faixa etária mais jovem, o percentual cai bastante: até 34 anos, em torno de 20%.

Tabela IV.11. - Distribuição dos delegados por faixa de escolaridade, 8º e 9º CONCURTO (%)

	Masculino		Feminino	
	8º CONCURTO	9º CONCURTO	8º CONCURTO	9º CONCURTO
Ensino fundamental incompleto	13	15	5	8
Ensino fundamental completo	14	12	10	9
Ensino médio completo	41	41	35	35
Ensino Superior/Pós-graduação	32	32	49	47

Fonte: CUT (2006a:13)

Os dados da *tabela IV.11* revelam estabilidade na escolaridade dos delegados participantes do 8º e do 9º CONCURTO e comprovam a alta escolaridade dos dirigentes

sindicais que participam dos congressos da CUT. No entanto, na comparação por gênero, os resultados confirmam uma maior escolaridade entre as mulheres: 47% possuíam Curso Superior ou Pós-graduação, enquanto que, entre os homens, o percentual era de 32%. Nas faixas de menor escolaridade 27% dos homens possuíam Ensino Fundamental incompleto e completo. As mulheres representaram 17% dos respondentes situados nas menores faixas de escolaridade.

Tabela IV.12. – Distribuição dos delegados por faixas salariais no 9º CONCURTO (%)

Faixas salariais	Feminino	Masculino
Menos de 1 SM	3,4	3,2
De 1 a 2 SM	19,5	12,8
De 2 a 3 SM	19,2	16,6
De 3 a 4 SM	26,3	24,7
De 5 a 10 SM	25,6	31,6
Acima de 10 SM	6,0	11,1

Fonte: CUT (2006a: 15)

O valor do salário mínimo, em abril de 2006, era de 350,00 reais, aproximadamente 133,07 euros. Analisando estes dados a respeito da distribuição dos delegados por faixas salariais e gêneros, vemos na *tabela IV.12* que em torno de 3% dos delegados e delegadas declararam receber menos de 1 salário mínimo. As faixas salariais mais destacadas entre os homens e as mulheres se situaram entre 3 e 10 salários mínimos, o que indica a forte presença de dirigentes sindicais de *classe média* que estão na direção das principais instituições sindicais deste país. Para as remunerações mais elevadas, ou seja, acima de 5 salários mínimos se tem 42,7% dos homens e 31,6% das mulheres. Portanto, em 2006, os homens ocupavam *cargos* com melhor remuneração. No entanto, os dados da pesquisa não permitiram aferir se há diferença de remuneração quando ambos os sexos exercem a mesma função no local de trabalho.

Tabela IV.13. – Distribuição dos delegados por tempo de direção no 9º CONCUT (%)

Tempo de Direção	Masculino	Feminino
Até 2 anos	53,8	46,2
Acima de 2 a 4 anos	59,2	40,8
Acima de 4 a 6 anos	61,8	38,2
Acima de 7 anos	75,0	25,0

Fonte: Fonte: CUT (2006a: 17)

Os resultados da *tabela IV.13* indicaram um equilíbrio entre homens e mulheres que ocupavam cargos de direção pelo período de até 4 anos. Acima de 4 anos, cresceu a diferença entre homens e mulheres por tempo de direção, sendo que, acima de 7 anos, a proporção era de 75% homens e 25% mulheres, tornando-se ainda mais desigual. Nota-se que, mesmo com a ampliação do número de mulheres que participam pela primeira vez de um congresso da CUT, 59,3% das mulheres e 53,4% dos homens, a escolha de *representantes* mulheres para *cargos* de direção e a sua permanência por um período contínuo ainda é um desafio para a *instituição*.

Tabela IV.14. - Distribuição dos delegados por ramo no 9º CONCUT(%)

	Masculino	Feminino	Total
Comércio e Serviços	6,8	5,1	6,2
Extração Mineral	0,9	0,4	0,7
Seguridade Social	3,2	5,4	4,0
Profissionais Liberais	0,8	0,4	0,7
Vestuário	1,4	2,6	1,8
Educação	17,2	35,0	23,4
Construção e Madeira	3,9	1,6	3,1
Urbanitário	5,5	1,1	4,0
Alimentação	1,2	0,9	1,1
Financeiro	7,8	5,8	7,1
Metalúrgico	9,6	2,5	7,1
Aposentados	1,8	2,1	1,9
Químico	4,1	2,5	3,5
Rural	18,8	19,1	18,9
Comunicação e Informação	2,5	1,2	2,1
Administração Pública	8,8	8,9	8,8
Transporte	2,0	1,1	1,7
Outro	3,6	4,6	4,0

Fonte: CUT (2006a: 18)

Conforme mostra a *tabela IV.14* os ramos da CUT, com maior número de delegados no 9º CONCURTO, foram: educação (23,4%), rural (18,9%) e administração pública (8,8%). No ramo educação que inclui *instituições* que representam os trabalhadores da iniciativa privada e também do setor público, a participação das mulheres é predominante. Com mais de 5% de participação, se destacaram os ramos comércio e serviços (6,2%), financeiro e metalúrgico (7,1%).

Tabela IV.15 – Opinião dos delegados sobre as ações sindicais a serem priorizadas (%)

Ação sindical	Prioridades	
	Masculino	Feminino
Outros	0,0	0,0
Equiparação de salários para a mesma função	5,0	58,0
Combate ao assédio moral	4,0	41,0
Combate ao assédio sexual	39,0	35,0
Combate à discriminação racial	35,0	38,0
Redução do ritmo de trabalho	33,0	36,0
Limitação das horas extras	26,0	22,0
Igualdade ao acesso à promoção para homens, mulheres e homossexuais	41,0	46,0
Redução da jornada de trabalho	42,0	28,0
Reivindicação por creches no local de trabalho	38,0	48,0

Fonte: CUT (2006a: 30)

Quando perguntados sobre o que deve ser priorizado na *ação* sindical, no 9º CONCURTO, se observou, entre os homens, a seguinte classificação: 1º) a redução da jornada de trabalho (42%); 2º) Igualdade ao acesso à promoção para homens, mulheres e homossexuais (41%) e 3º) combate ao assédio sexual (39%). Entre as mulheres, se destacaram: 1º) a equiparação de salários para a mesma função (58%); 2º) creches no local de trabalho (48%) e, em 3º) Igualdade ao acesso à promoção para homens, mulheres e homossexuais (46%). As opções mais assinaladas apontaram para a necessidade de realizar *ações* sindicais voltadas para o *espaço da produção*, ou seja, uma CUT voltada para *lutar* pelas reivindicações presentes no discurso da *instituição* desde a sua fundação, como é o caso da bandeira *pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários*, e, da redução dos efeitos da discriminação no local de trabalho, principalmente entre mulheres e homens.

Na *tabela IV.16*, quando questionados sobre “quais das alternativas você considera que devem ser priorizadas para compor a reforma sindical”, a maior prioridade, assinalada por 64,8% do total de delegados respondentes, foi à *organização no local de trabalho*, afirmação seguida pelo *fim das práticas antissindicais* (59,6%) e pelo *fim da intervenção do Estado e da Justiça na organização livre dos trabalhadores* (55,3%).

Tabela IV.16. – Prioridades para compor a Reforma Sindical, por ramo no 9º CONCURTO (%)

	Fim do Imposto Sindical	Obrigatoriedade da Negociação Coletiva (no setor público e privado)	Organização no Local de Trabalho	Sindicato único com critérios de representatividade	Fim da intervenção do Estado e da Justiça	Fim das práticas antissindicais
Comércio e Serviços	42,2	49,0	68,6	24,5	60,8	60,8
Extração Mineral	25,0	50,0	75,0	33,3	58,3	58,3
Seguridade Social	64,6	75,4	76,9	36,9	67,7	61,5
Profissionais Liberais	36,4	63,6	54,5	18,2	72,7	54,5
Vestuário	60,0	50,0	63,3	26,7	76,7	66,7
Educação	48,8	58,4	64,9	24,2	54,8	61,6
Construção e Madeira	49,0	56,9	66,7	35,3	51,0	56,9
Urbanitário	75,4	64,6	76,9	33,8	66,2	61,5
Alimentação	61,1	72,2	83,3	16,7	50,0	55,6
Financeiro	68,4	53,8	81,2	21,4	67,5	74,4
Metalúrgico	61,5	44,4	82,1	31,6	53,8	65,0
Aposentados	54,8	45,2	58,1	32,3	51,6	54,8
Químico	74,1	44,8	74,1	34,5	63,8	60,3
Rural	25,4	27,0	33,8	36,0	37,0	39,9
Comunicação e Informação	41,2	67,6	70,6	38,2	52,9	64,7
Administração Pública	49,7	64,8	68,3	27,6	53,8	58,6
Transporte	42,9	39,3	46,4	28,6	46,4	50,0
Total	50,2	52,6	64,8	30,2	55,3	59,6

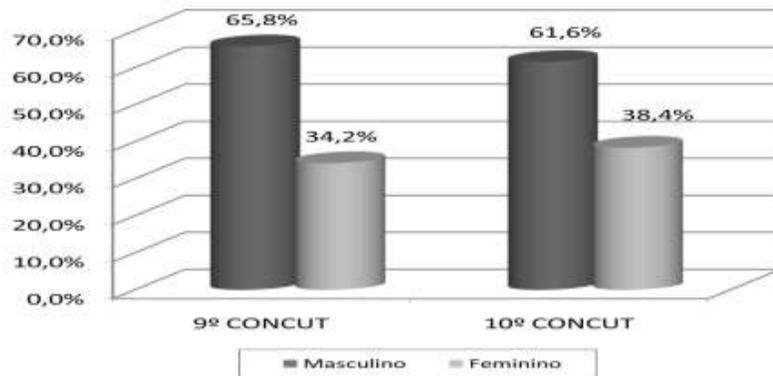
Fonte: CUT (2006a: 38)
Excluído a opção, “Outros”.

Conforme verificamos, os resultados da *tabela IV.16* indicaram que, para os delegados, a reforma sindical deveria garantir o fortalecimento da organização e do poder de negociação sindical, deixando em segundo plano questões relacionadas à estrutura e organização sindical, como por exemplo, o imposto sindical e a unicidade sindical. Vale lembrar que o discurso institucional e a busca por aprovar continuamente resoluções que almejam a mudança da estrutura sindical fazem parte do *modelo originário* desta instituição. Neste sentido, mais uma vez, os delegados e delegadas demonstraram pouco envolvimento com o *projeto político organizativo* preconizado desde a origem da CUT. Afinal, na pesquisa aplicada no 8º CONCUR, o fim do imposto sindical ocupava a quarta prioridade com (26,6%) das respostas. Se, por um lado, o fim do imposto sindical não apareceu como ponto prioritário no cenário da reforma sindical, o que pode sugerir uma adaptação ao modelo corporativo e um distanciamento em relação aos princípios da *instituição*, por outro lado, o fato dos delegados indicarem a *organização no local de trabalho* e o *fim das práticas antissindicais* como principais prioridades, pode indicar para a CUT a necessidade de desenvolver *ações* no sentido de promover a inserção ativa do sindicalismo no interior das empresas e, portanto, reverter um cenário de “acomodação” institucional a atual estrutura sindical; processo às avessas do que a CUT sempre defendeu.

4.4. A Composição social da CUT no início do século XXI, “Quem são e o que pensam os delegados do 10º CONCUR”

No 10º CONCUR, participaram 2299 delegados, portanto, foi um congresso menor que o anterior que reuniu 2491 delegados. Contudo, não é nosso objetivo aferir quais foram os fatores que levaram a esta redução no número de participantes. No entanto, podemos indicar que a redução no número de sindicatos filiados, o elevado número de sindicatos em débito, o alto valor da taxa que os sindicatos devem pagar para participar do congresso, entre outros fatores, podem ter causado impacto nos números da atividade.

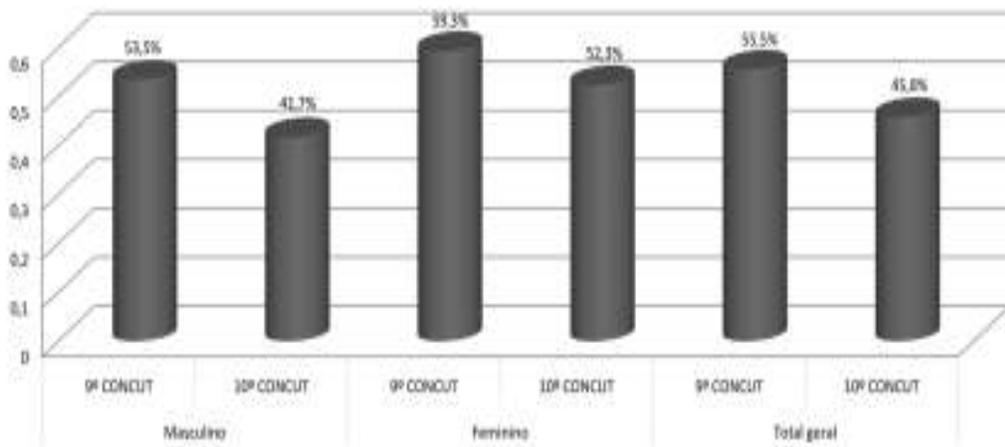
Gráfico IV.1. – Delegados que responderam ao questionário, 9º e 10º CONCURTO (%)



Fonte: CUT (2010a: 13)

Fazendo uma comparação com o 9º CONCURTO, no *gráfico IV.1*, verifica-se que o percentual de mulheres que participaram desta atividade passou de 34,2% para 38,4%. Nota-se que o aumento da participação das mulheres nas ações da CUT é contínuo, mas este crescimento é lento se considerarmos que esta *instituição* propõe desde a sua 6ª Plenária Nacional, em 1993, a aplicação da política de cotas - mínima de 30% e máxima de 70% de cada sexo.

Gráfico IV.2. – Primeiro congresso como delegado, 9º e 10º CONCURTO (%)



Fonte: CUT (2010a: 16)

O gráfico IV.2. mostra que (45,8%) do total de delegados presentes no 10º CONCURSO estava participando pela primeira vez de um congresso da CUT. Comparado ao 9º CONCURSO, se observa uma retração de 9,7 pontos percentuais no total de participantes, resultado que pode estar relacionado com o aumento na idade dos participantes e à expressiva concentração de dirigentes que têm atuação sindical na faixa acima de 10 até 20 anos, conforme veremos na tabela IV.17 e no gráfico IV.3.

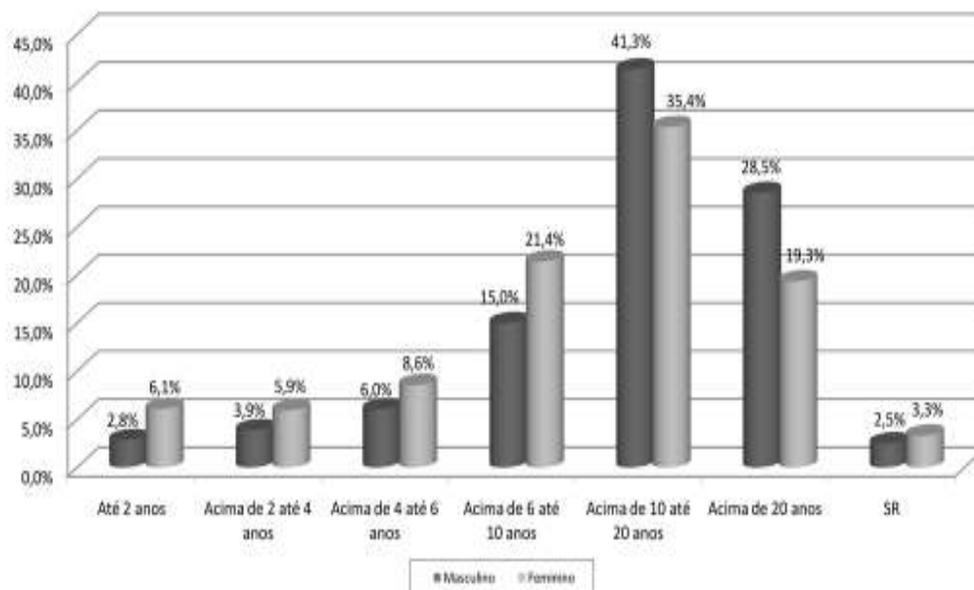
Tabela IV.17. – Distribuição dos delegados por faixa etária no 10º CONCURSO (%)

Idade	Masculino	Feminino	Total
Menos de 25 anos	0,8	2,9	1,6
De 25 a 29 anos	4,1	5,8	4,8
De 30 a 35 anos	10,1	11,9	10,8
De 36 a 44 anos	30,8	27,5	29,5
De 45 a 54 anos	39,9	35,2	38,1
De 55 a 64 anos	12,3	14,4	13,1
65 anos ou mais	1,7	2,3	2,0

Fonte: CUT (2010a: 16) - *Excluído sem resposta

A grande concentração de delegados está nas faixas de 36 a 54 anos, representando 67,6% do total de participantes. Quanto à participação da juventude, no 9º CONCURSO, podemos verificar que este segmento representava algo em torno de 20%. No 10º CONCURSO, a delegação jovem sofreu uma leve redução, compondo 17,2% do total de participantes. Ao mesmo tempo em que se retrai a participação da juventude, verificamos que, em 2006, 8,4% dos dirigentes declararam ter 55 anos ou mais, em 2009, 15,1% afirmaram se situar nesta faixa etária.

Gráfico IV.3. – Distribuição dos delegados por tempo de militância no 10º CONCUR (%)



Fonte: CUT (2010a: 23)

Além disto, conforme demonstra o *gráfico IV.3*, é expressivo o tempo de militância dos dirigentes que foram eleitos delegados ao 10º CONCUR. Os resultados do gráfico indicam que 41,3% dos delegados e 35,4% das delegadas se localizavam na faixa de 10 até 20 anos de militância. Ao somarmos as duas respostas mais frequente entre os delegados ao 10º CONCUR, verificamos que 69,8% dos homens se situavam entre 10 e 20 anos de militância ou acima de 20 anos, mas 56,8% das mulheres estavam concentradas nas faixas acima de 6 até 20 anos de militância. Nas faixas até 10 anos de militância, se situavam 27,7% dos delegados e 42% das delegadas.

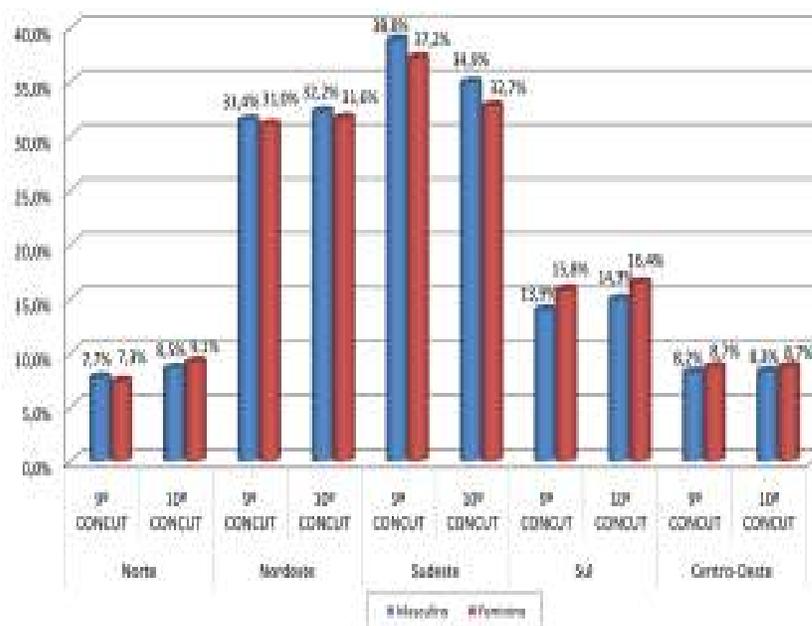
Os dados do 10º CONCUR apresentam sintonia com as respostas obtidas nos dois congressos anteriores o que dá sinais de *estabilização institucional*. No 8º CONCUR, 59,2% das mulheres se situavam entre as faixas de 2 até 6 anos em tempo de exercício em cargos de diretoria sindical e, entre os homens, prevaleceu a faixa acima de 7 anos, com 57,2% do total de participantes. No 9º CONCUR, 64,2% das mulheres se encontravam na faixa de 2 anos até 6 anos e, entre os homens, prevaleceu a faixa acima de 7 anos, 54,1%.

A pesquisa aplicada nestes três congressos não permitiu aferir as razões pelas quais as mulheres têm um tempo de permanência menor no espaço sindical. No entanto, se compreende que a dificuldade em conciliar o *espaço doméstico* com o trabalho político-sindical; os déficits de democracia nas organizações sindicais; as dificuldades em promover a renovação dos quadros-políticos de direção, incluindo jovens e mulheres, são alguns fatores que podem contribuir para esta diferenciação no tempo de direção/militância entre homens e mulheres.

À luz da realidade portuguesa, Costa (2011) faz uma reflexão que pode contribuir para a CUT superar os déficits internos da *instituição*. O autor propõe três ideias-chave relacionadas entre si: a primeira refere-se à ideia de recuperar a *confiança* na instituição sindical, nas suas políticas e nas pessoas que o dirigem; a segunda é a ideia de *renovação* que visa questionar diretamente o caráter imobilista dos discursos (e práticas), recuperar a confiança dos cidadãos e ganhar novos adeptos para as suas causas; e, por fim, a terceira ideia é de poder de *influência*, isto é, o impacto efetivo das políticas sindicais, ou seja, os seus resultados concretos na sociedade, no mercado de trabalho, nas instituições do Estado e na esfera pública em geral (Costa, 2011).

É importante lembrar que a CUT aprovou, no 8º CONCUR, a criação da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora e, na 12ª Plenária Nacional, a criação da Secretaria Nacional de Juventude. Nesta perspectiva, a *ação* poderá contribuir para renovar a *relação associativa* e a agenda sindical, mas isso dependerá do desempenho da própria CUT na superação dos seus déficits e *dilemas* internos, conforme apresentaremos no capítulo 5.

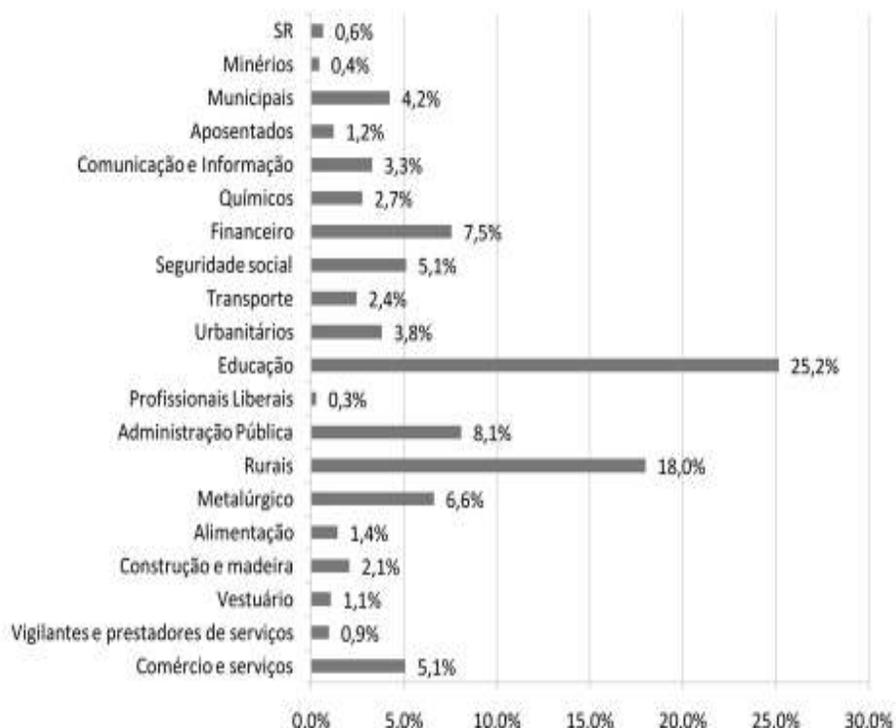
Grafico IV.4. – Distribuição dos delegados por região, 9º e 10º CONCURTO (%)



Fonte: CUT (2010a: 13)

O gráfico IV.4 retrata a distribuição dos delegados por gênero e região e, sob este aspecto, notamos que só houve diminuição do número de delegados e delegadas na região sudeste (34,9% e 32,7%, respectivamente). Nas regiões norte, nordeste e sul houve um leve incremento do número de homens e mulheres que compõem as delegações, enquanto que, na região centro-oeste, o índice se manteve igual. Ou seja, podemos afirmar que houve uma desconcentração regional, considerando que a região sudeste sofreu queda no número de delegados e delegadas ao 10º CONCURTO. A dinâmica observada no congresso da instituição pode estar associada ao desempenho favorável da economia brasileira no período recente. Conforme apresentamos no capítulo 1, todas as regiões do país, exceto a região sudeste, têm aumentado a sua participação no emprego e na renda nacional.

Gráfico IV.5. – Distribuição dos delegados por ramo no 10º CONCURTO (%)



Fonte: CUT (2010a: 14) - *SR= sem resposta

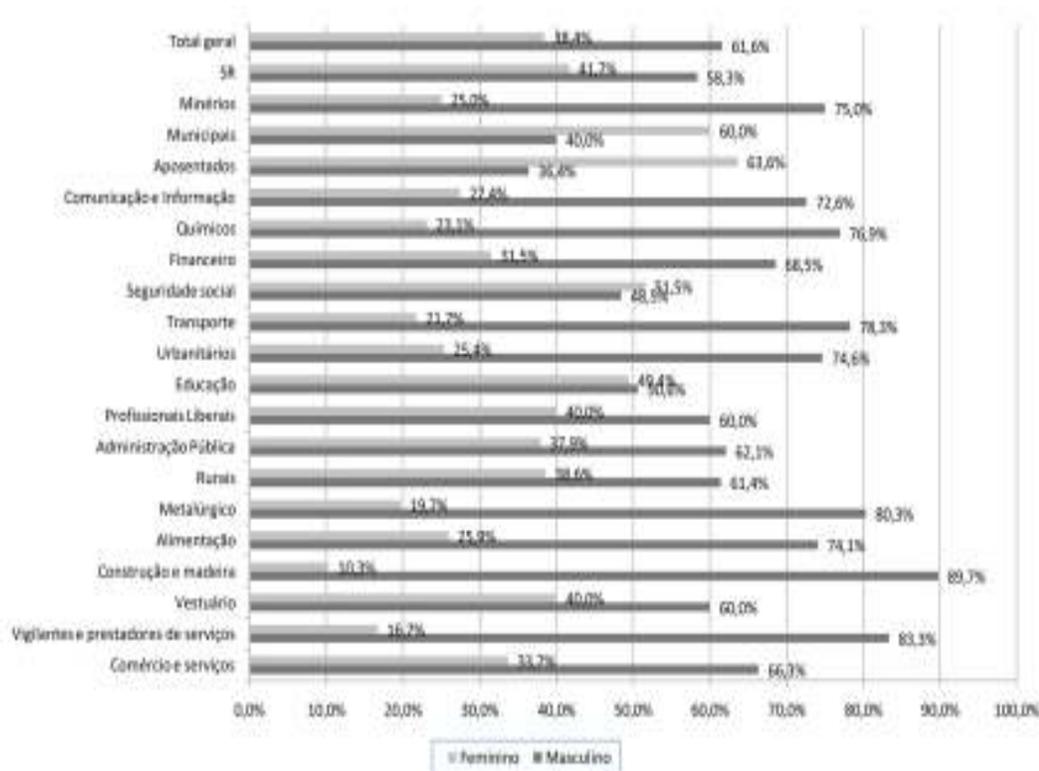
No tocante aos delegados por ramos de atividade econômica, como mostra o gráfico IV.5, os ramos com maior número de delegados foram educação (25,16%), rural (17,99%) e administração pública (8,1%). Os resultados verificados no 10º CONCURTO apontaram percentuais muito aproximados em relação ao congresso anterior. No 9º CONCURTO, os ramos com maior número de *representantes* foram educação (23,4%), rural (18,9%) e administração pública (8,8%), o que mostra que a composição social, analisada por ramo da CUT, apresenta sinais de estabilidade.

Os três ramos com menor número de participantes foram: vigilantes e prestadores de serviços⁸⁶ (0,95%), que é um ramo que tem organização sindical, mas formalmente

⁸⁶ A respeito dos delegados e delegados que se autodeclararam vigilantes e prestadores de serviços, a pesquisa considerou esta identificação enquanto um ramo da CUT, a fim de facilitar o trabalho analítico, mas se reconhece que não há resolução política da Central a respeito deste tema.

ainda não é reconhecido pela CUT em função das disputas *política* de ordem *interna*; extração mineral (0,42%), ramo que posteriormente foi incorporado ao ramo químico da CUT e, os profissionais liberais, com apenas 0,26%, ramo que passa por um “constante” processo de reorganização interno e que ainda não conseguiu consolidar a sua estrutura organizativa e uma pauta *política* comum.

Gráfico IV.6. – Distribuição dos delegados por ramo, 10º CONCURTO (%)



Fonte: CUT (2010a: 15)

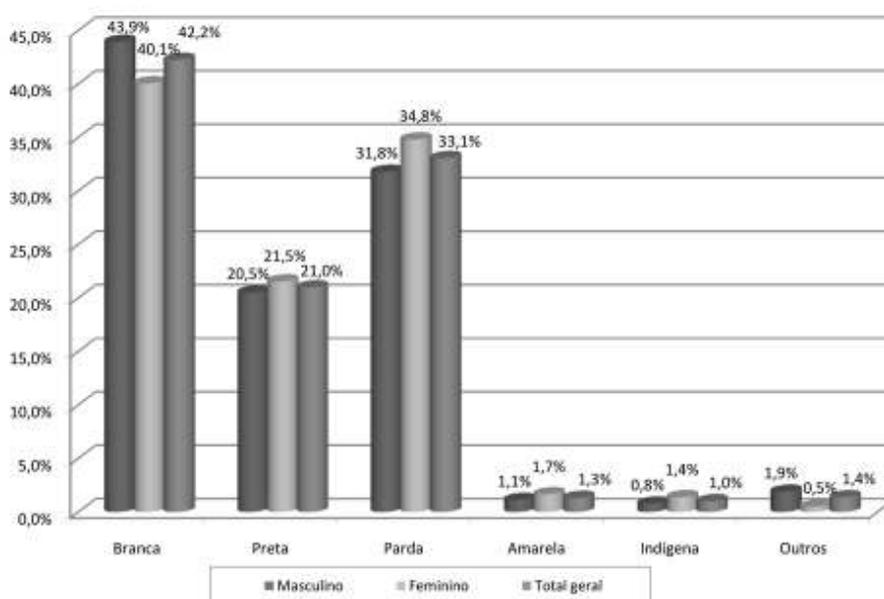
O gráfico IV.6 mostra a distribuição dos delegados por gênero e por ramo de atividade econômica, conforme a classificação que a CUT utiliza.

Em resolução da 12ª Plenária Nacional da CUT (2008), foi reafirmada a necessidade de avançar na organização das mulheres trabalhadoras, garantindo as cotas de gênero de, no mínimo, 30% em todos os espaços da CUT. Neste sentido, constatamos que apenas 10 dos 19 ramos analisados cumpriram a cota de, pelo menos, 30% de mulheres. Os ramos administração pública (37,9%), aposentados (63,6%), comércio e serviços (33,7%),

educação (49,4%), financeiro (31,5%), municipal (60,0%)⁸⁷, seguridade social (51,5%), profissionais liberais (40,0%), rural (38,6%) e vestuário (40,0%) atingiram esta cota mínima composta por mulheres em suas delegações.

Ao compararmos estes dados ao número de participantes mulheres no 9º CONCURTO, novamente os ramos que cumpriram a cota foram: administração pública (38,28%), comércio e serviços (30,77%), educação (48,27%), profissionais liberais (40%), rural (31,13%), seguridade social (45,33%), vestuário (40%). Portanto, se percebe, também, que há uma estabilidade na participação das mulheres distribuídas nesses ramos e se verifica, ainda, que só ocorreram avanços, no sentido de incluir mais mulheres na ação sindical, no ramo financeiro e aposentados.

Gráfico IV.7. – Distribuição dos delegados por cor/raça, 10º CONCURTO (%)



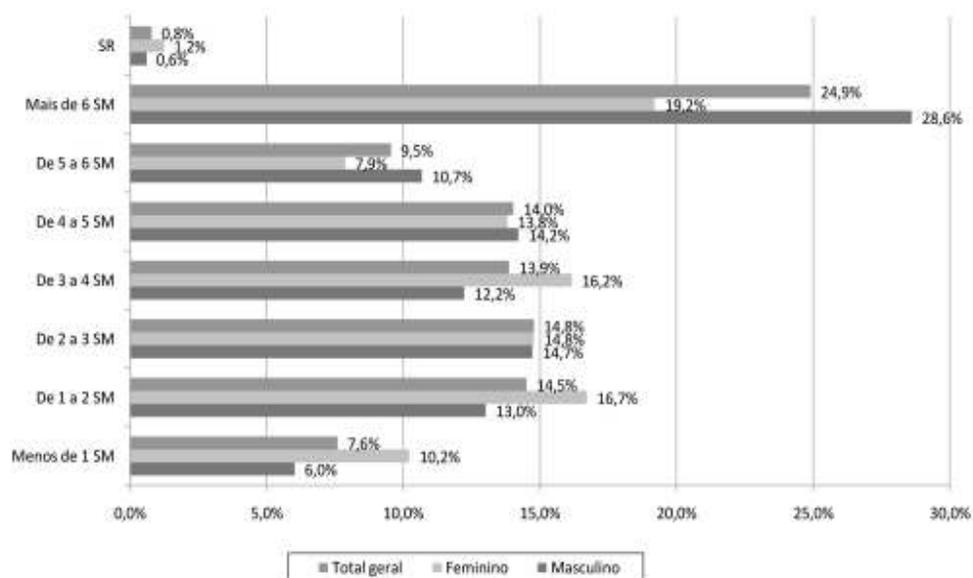
Fonte: CUT (2010a: 18)

Segundo a classificação oficial utilizada pelo IBGE, podemos considerar pretos e pardos como negros. De acordo com este parâmetro, a maioria dos homens (52,3%) e das mulheres (56,3%) se declarou negra. Em segundo lugar, com 42,2% do total de

⁸⁷ No 9º CONCURTO foi criado o ramo municipal. Portanto, neste congresso os trabalhadores do serviço público e que têm atuação na esfera municipal estão incluídos no ramo da administração pública.

respondentes, se situam os delegados que se autodeclararam brancos. A presença de amarelos e indígenas foi pequena. Ainda que, negros e negras sejam a maioria, é interessante notar que, somente no 10º CONCUT, foi aprovada a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. De acordo com a CUT (2012a), a *ação* visa coordenar a implantação de políticas de combate ao racismo nos diversos setores de atuação da CUT; estabelecer e coordenar a relação da CUT com os movimentos sociais de combate ao racismo; organizar os trabalhadores para intervirem no mundo do trabalho e sindical sobre as questões étnico-raciais e promover campanhas para promoção da igualdade racial nos diversos âmbitos e esferas. No entanto, esta é uma dinâmica *política* ainda em curso e que, no momento da aplicação desta pesquisa, não pode ser devidamente aferida.

Gráfico IV.8. – Distribuição dos delegados por faixa salarial, 10º CONCUT (%)



Fonte: CUT (2010a: 19)

O gráfico IV.8, mostra que a renda mensal dos delegados do 10º CONCUT estava concentrada na faixa acima de 6 salários mínimos, ou seja, acima de 2.790,00 reais (aproximadamente 1056 euros). O valor do salário mínimo era de 465 reais (aproximadamente 176 euros).

Assim como no 8º e no 9º CONCURTO, o percentual de delegados que afirmou receber menos de 1 salário mínimo foi pouco expressivo. Os respondentes que ganhavam entre R\$ 465,00 e R\$ 2.325,00, ou seja, se situavam nas faixas entre 1 e 5 salários mínimos foi 57,2%. A faixa mais destacada entre os homens e as mulheres foi a de mais de 6 salários mínimos, ou seja, 2.790 reais, aproximadamente 1.056 euros. Estes resultados, associado ao fato de que, em geral, dirigentes sindicais com *cargo* têm acesso aos benefícios concedidos pelo aparato sindical, tais como: carro, auxílio moradia, auxílio alimentação, passagens aéreas, entre outros, confirmam a existência de um sindicalismo de *classe média* no interior da CUT. No entanto, há clara diferenciação da renda mensal dos delegados quando desagregados por sexo, pois na base da pirâmide, 26,9% das mulheres ganhavam menos de 2 salários mínimos, enquanto que 19,0% dos homens se encontravam nesta faixa salarial. No topo da pirâmide, acima de seis salários mínimos, se situavam 19,2% das mulheres e 28,6% dos homens.

Gráfico IV.9. – Questões que devem ser asseguradas na regulação das relações sindicais e do trabalho, em primeiro lugar (%)

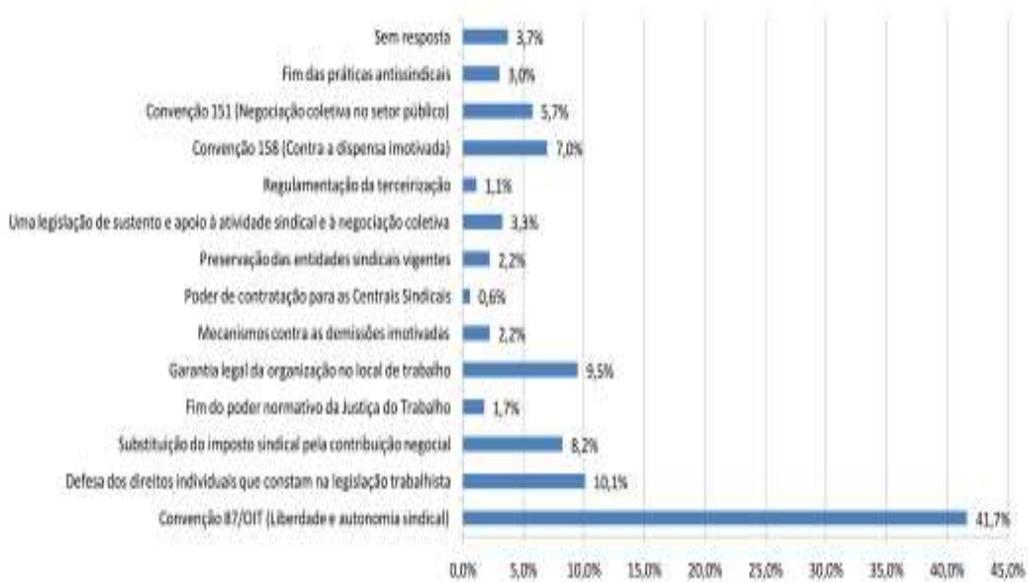


Gráfico IV.10. – Questões que devem ser asseguradas na regulação das relações sindicais e do trabalho, em segundo lugar (%)



Gráfico IV.11. – Questões que devem ser asseguradas na regulação das relações sindicais e do trabalho, em terceiro lugar (%)



Fonte: CUT (2010a: 29-30)

Na avaliação dos delegados presentes no 10º CONCURTO, as questões mais importantes a serem tratadas na regulação das relações de trabalho e sindicais, analisadas por ordem de prioridade foram: 1º Convenção 87/ OIT - Liberdade e Autonomia Sindical

(41,7%); 2º) Garantia legal da OLT (17,4%) e 3º) Convenção 158/ OIT - que trata da restrição das demissões sem justa causa (13,9%).

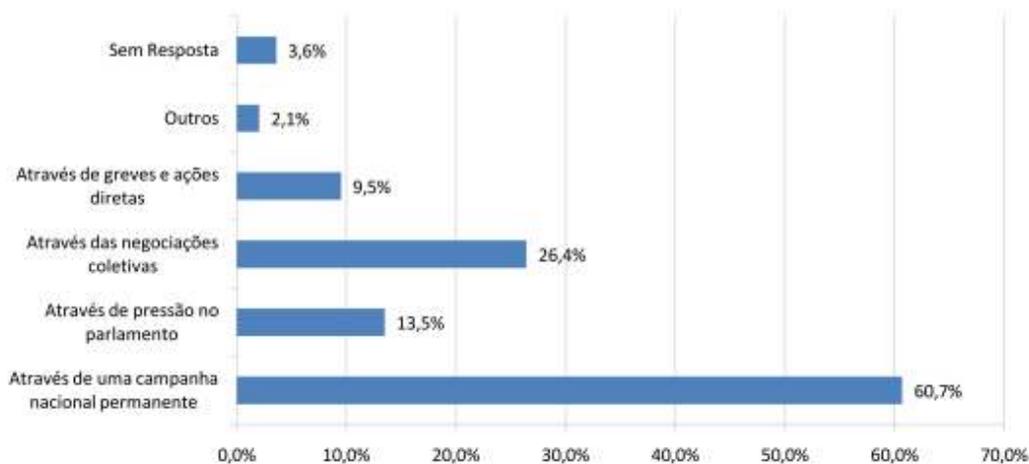
Os resultados apontam para o reconhecimento de um princípio histórico da CUT que é a defesa da Convenção 87 da OIT. Mas assim como no 8º e 9º CONCURTO, a Convenção foi novamente pouco associada à necessidade de extinguir o imposto sindical e instituir uma forma de contribuição negociada, conforme a CUT propõe nas suas teses. Assim, é provável que haja uma acomodação a atual estrutura sindical.

No entanto, o fato dos delegados indicarem como questões mais importantes a *organização no local de trabalho* e a *convenção 158 da OIT*, em segundo e terceiro lugar respectivamente, confirmou uma tendência observada desde o 9º CONCURTO, pois ambas as proposições se direcionam no sentido de propiciar a aproximação efetiva dos sindicatos às *categorias profissionais* que representam. A inserção ativa do sindicalismo no interior das empresas associada à ratificação da convenção 158, pode permitir que o trabalhador e o sindicato sejam comunicados sobre a demissão e a sua justificativa. Com isto, se abrem perspectivas para os sindicatos atuarem no combate à rotatividade no mercado de trabalho. Realidade que, no Brasil, tem gerado situações de emprego marcadas pela *flexibilidade* de caráter *precarizante e contínuo* (Kovacs, 2005).

Aprovada pela OIT em Genebra (Suíça), em 1982, a Convenção 158 da OIT chegou a vigorar no Brasil, mas o acordo em torno da matéria foi rompido pelo Decreto 2.100 de 1996, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 14 de fevereiro de 2008, o texto para a ratificação da Convenção 158 foi enviado pelo governo federal ao congresso nacional. Desde então, o projeto não avançou. Atualmente, se abriu uma nova perspectiva para a *ação* sindical no que tange a ratificação da convenção 158, pois, na gestão da Presidente Dilma Rousseff, as centrais sindicais passaram a participar de uma mesa de negociação permanente, proposta pelo governo federal.

Retomando ao tema da organização no local de trabalho - OLT, o *gráfico IV.12* mostra que, para 60,7% dos delegados a CUT deverá organizar uma campanha nacional permanente; 26,4% defendem que a OLT seja tratada no âmbito da negociação coletiva e apenas 13,5% dos delegados afirmaram que a OLT deve ser alcançada através de pressão no parlamento.

Gráfico IV.12. – Qual deve ser a estratégia da CUT frente à OLT (%)

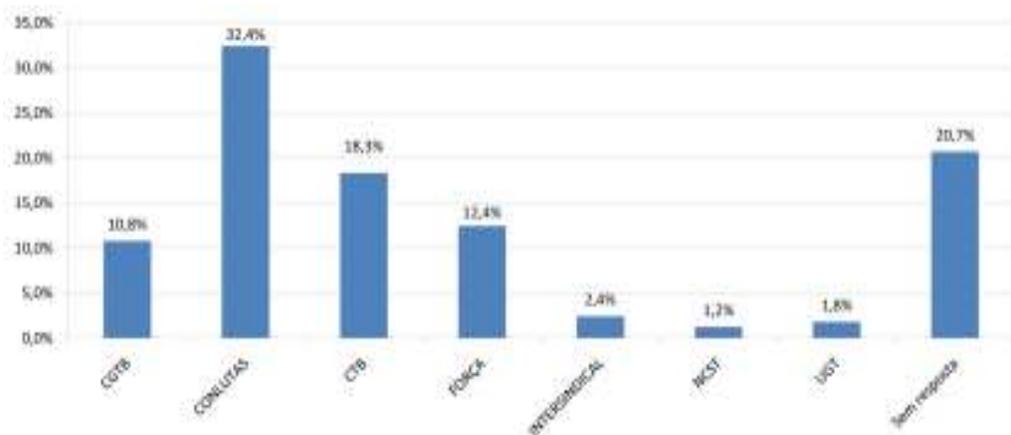


Fonte: CUT (2010a: 35)

Em novembro de 1993, a Central Única dos Trabalhadores realizou o seu 1º Encontro Nacional sobre OLTs. Os resultados deste encontro foram remetidos ao 5º CONCUT (1994). As propostas aprovadas destacaram a necessidade de estimular os sindicatos a formular uma política de OLT específica para a sua realidade; reivindicar a ratificação e a aplicação da convenção 135 da OIT; realizar uma campanha nacional, objetivando garantir subsídios à base sindical desta Central.

O breve retrospecto das ações elaboradas na década de 1990 sinaliza para um conjunto de iniciativas e proposições mais avançadas do que o debate que a Central Única dos Trabalhadores conseguiu realizar no período mais recente. Fato que se justifica pois, mesmo tendo aprovado como um dos eixos da sua estratégia no 10º CONCUT a *atualização e o fortalecimento do projeto sindical CUT com ampliação da base de representação visando à disputa de hegemonia*, tanto a resposta dos delegados, reivindicando *uma campanha nacional permanente*, quanto à resolução final do Congresso que se limitou a propor *a organização de um ousado programa de combate ao imposto sindical e de implementação da OLT* são indicativos de que a CUT ainda não conseguiu definir ações eficazes para orientar a sua militância no período 2009-12.

Gráfico IV.13. – Centrais sindicais e/ou projetos sindicais⁸⁸ que disputam a representatividade com a CUT, por ordem de prioridade (%)



Fonte: CUT (2010a: 30)

O gráfico IV.13 apresenta resultados interessantes que auxiliam na compreensão das alterações que estão a acontecer no campo político sindical nacional. Conforme demonstram os dados, no cenário de *concorrência* da CUT com as demais centrais sindicais, por ordem de prioridade, se verifica que: 1º) a Conlutas (32,4%) é a entidade que disputa com a CUT de forma mais acirrada; 2º) Sem resposta (20,7%); 3º) a Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil - CTB (18,3%); 4º) a Força Sindical - FS (12,4%); 5º) a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB (10,8%); 6º) a Intersindical (2,4%); 7º) a União Geral dos Trabalhadores - UGT (1,8%) e, em 8º) a Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST (1,2%).

De todas as centrais e projetos sindicais que mais disputam as bases sindicais com a CUT, de acordo com os delegados dos ramos, a CONLUTAS e a CTB são as que mais rivalizam. Todavia, é importante destacar que 20,7% do total de delegados assinalaram a opção “sem resposta”. O fato da CONLUTAS e da CTB terem sido destacadas representa algo novo, pois constatamos que a disputa está concentrada entre entidades que participaram da CUT. As respostas sinalizam para o que se pode considerar como a nova composição política da CUT que, desde 2003 (no início do Governo Lula), vem perdendo

⁸⁸ *Projeto sindical* – a pesquisa se utiliza desta expressão, considerando que a Conlutas e a Intersindical não obtiveram o reconhecimento do Ministério do Trabalho e Emprego.

tendências políticas ligadas a partidos como o PCdoB, o PSTU, o PSB e o PSOL e, esta dinâmica vem produzindo uma *acomodação* interna na *instituição*.

Tabela IV.18. – Disputa sindical, de acordo com a percepção dos delegados ao 10º CONCURTO (%)

Ramos	CGTB	CONLUT.	CTB	FORÇA	INTERS.	NCST	UGT	SR
Comércio e serviços	15,6	11,5	20,8	30,2	4,2	2,1	6,3	9,3
Vigilantes e prestadores de serviços	0,0	22,2	33,3	16,6	0,0	5,6	0,0	22,3
Vestuário	10,0	10,0	15,0	20,0	0,0	10,0	0,0	35,0
Construção e madeira	10,3	12,8	18,0	28,2	0,0	5,1	0,0	25,6
Alimentação	18,5	3,7	7,4	29,6	0,0	0,0	7,4	33,4
Metalúrgico	11,2	37,6	9,6	18,4	0,0	0,0	0,0	23,2
Rural	10,9	5,9	35,2	7,6	0,6	1,2	1,8	36,8
Administração Pública	5,2	58,8	12,4	5,9	2,0	0,0	0,0	15,7
Profissionais Liberais	0,0	40,0	20,0	20,0	0,0	0,0	0,0	20,0
Educação	10,3	53,3	13,6	6,3	2,5	0,6	0,2	13,2
Urbanitário	12,5	23,6	16,7	4,2	4,2	4,2	8,3	26,3
Transporte	13,0	8,7	28,3	28,3	4,4	6,5	2,2	8,6
Seguridade Social	16,5	34,0	10,3	9,3	8,3	1,0	2,1	18,5
Financeiro	10,5	44,8	11,9	14,7	3,5	0,0	5,6	9,0
Químico	13,5	21,2	15,4	23,1	3,9	0,0	0,0	22,9
Comunicação e informação	6,5	30,7	17,7	19,4	3,2	3,2	1,6	17,7
Aposentados	8,7	26,1	8,7	13,0	4,4	0,0	0,0	39,1
Municipais	11,3	22,5	20,0	20,0	1,3	0,0	0,0	24,9
Extração Mineral	12,5	25,0	12,5	0,0	0,0	0,0	12,5	37,5

Fonte: CUT (2010a:31-32)

A CONLUTAS foi destacada pelos ramos da administração pública (58,8%), educação (53,3%) e financeiro (44,8%). Conforme, apresentaremos no capítulo 5, o ramo da Educação sofreu uma quebra de mais de 30% em número de entidades filiadas, no período 2003-12, provavelmente um reflexo da *disputa* com a CONLUTAS. Para os delegados do ramo rural (35,2%), a CTB representa a central sindical que mais rivaliza com a CUT na disputa pelas bases sindicais. Também é expressivo o percentual de “sem resposta” (36,8%). Vale lembrar que, na ocasião do 10º CONCURTO, a Confederação

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) não era mais filiada a CUT. A desfiliação foi aprovada por 1.441 votos contra 1.109 durante o 10º Congresso Nacional da Contag, em março de 2009, em Brasília. A partir da desfiliação, passou a funcionar, na CONTAG, um sistema de coordenação *política* que é partilhado entre a CUT e a CTB. Entretanto, a *instituição* é independente de filiação a qualquer central sindical. Nesta situação, a *disputa* entre os dirigentes rurais da CUT, ligados ao PT, e os dirigentes rurais da CTB, ligados ao PCdoB, é constante na *instituição*. Esta realidade, de certa forma, pode ter influenciado a opinião dos delegados.

Nos ramos do comércio e serviços (30,2%), vestuário (20,0%), construção e madeira (28,2%), alimentação (29,6%) e químico (23,1%), a Força Sindical foi apontada como a central sindical que mais disputa com a CUT. Este resultado pode ser associado ao que apresentamos no capítulo 1, a Força Sindical se originou com forte peso no setor privado, nos segmentos da indústria e, além disto, ao longo da sua trajetória, conquistou espaço *político* nas *categorias* profissionais ligadas ao ramo do comércio e serviços. Para os delegados do ramo do transporte, a CTB e a Força Sindical, ambas com 28,3% estão empatadas na disputa pelas bases sindicais com a CUT.

O significativo percentual de “sem resposta” nos ramos vestuário (35,0%), alimentação (33,4%), rural (36,8%), aposentados (39,1%) e extração mineral (37,5%) revelou de imediato um déficit na capacidade da CUT em promover ações no campo da organização e da formação sindical. Portanto, se verifica que a prática sindical das bases sindicais desta *instituição* ainda está distante do cumprimento da estratégia aprovada no 10º CONCUR. Estratégia que propôs: “contemplar ações de ampliação da base de representação, com metas estipuladas, tendo como base um mapa do ramo ou região, identificando setores estratégicos, por sua atividade e/ou localização”, e “unidade para afirmar a CUT na disputa com as demais centrais ou projetos, sobre a base dos princípios históricos cutistas e da defesa das reivindicações dos trabalhadores, recusando o vale tudo que divide e enfraquece a nossa Central” (CUT, 2009c: 84-85).

Gráfico IV.14. – Como a CUT deve se preparar para as disputas sindicais, em primeiro lugar (%)

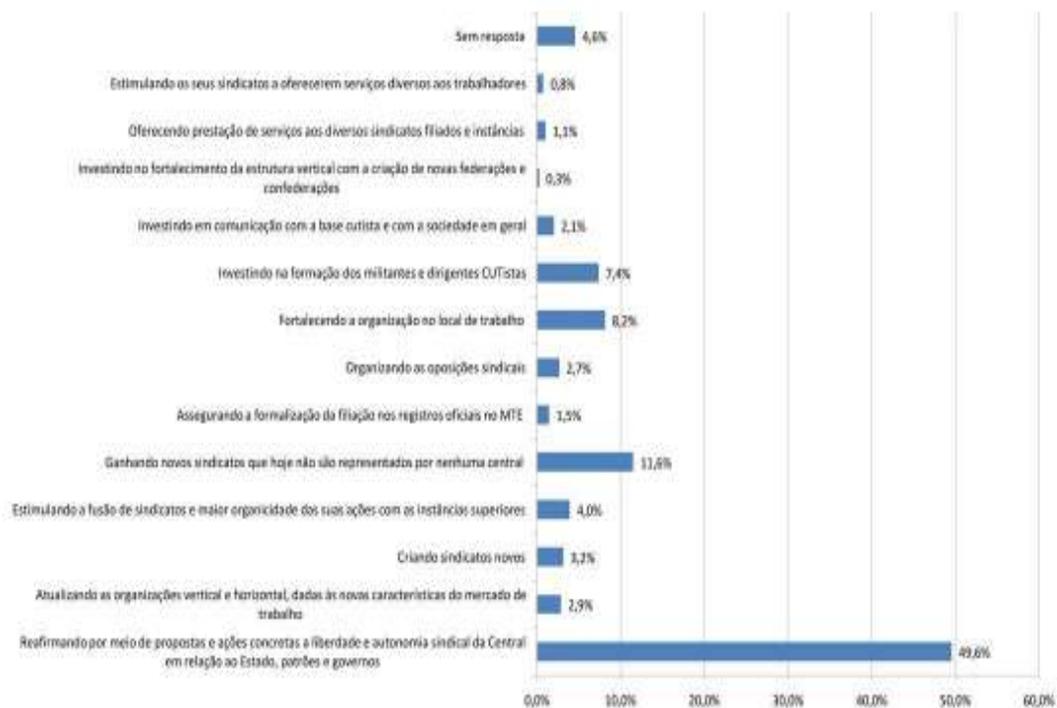


Gráfico IV.15. – Como a CUT deve se preparar para as disputas sindicais, em segundo lugar (%)

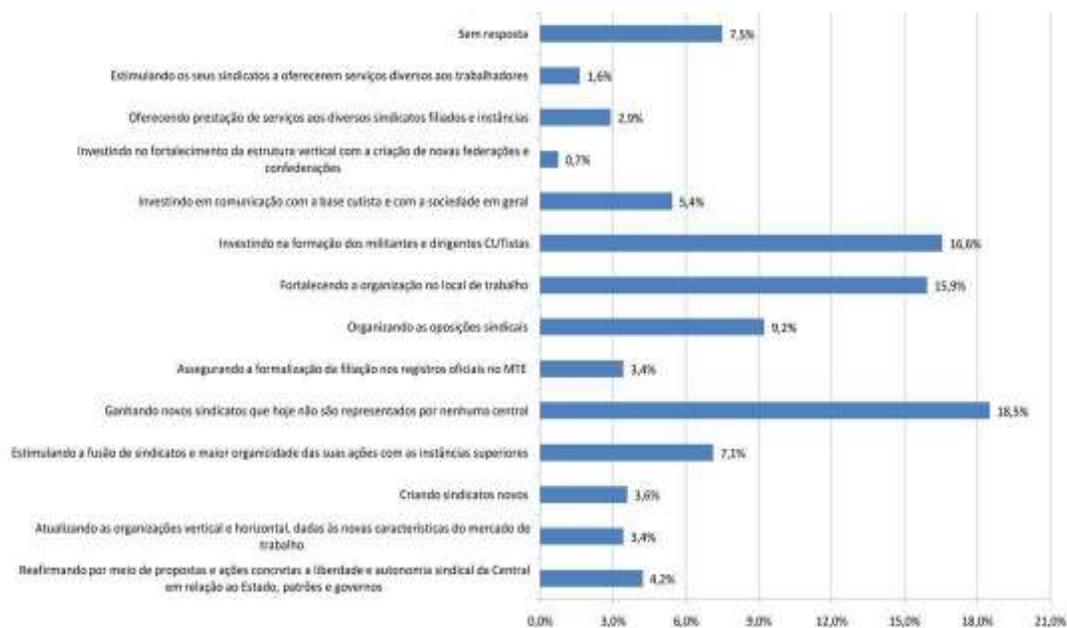
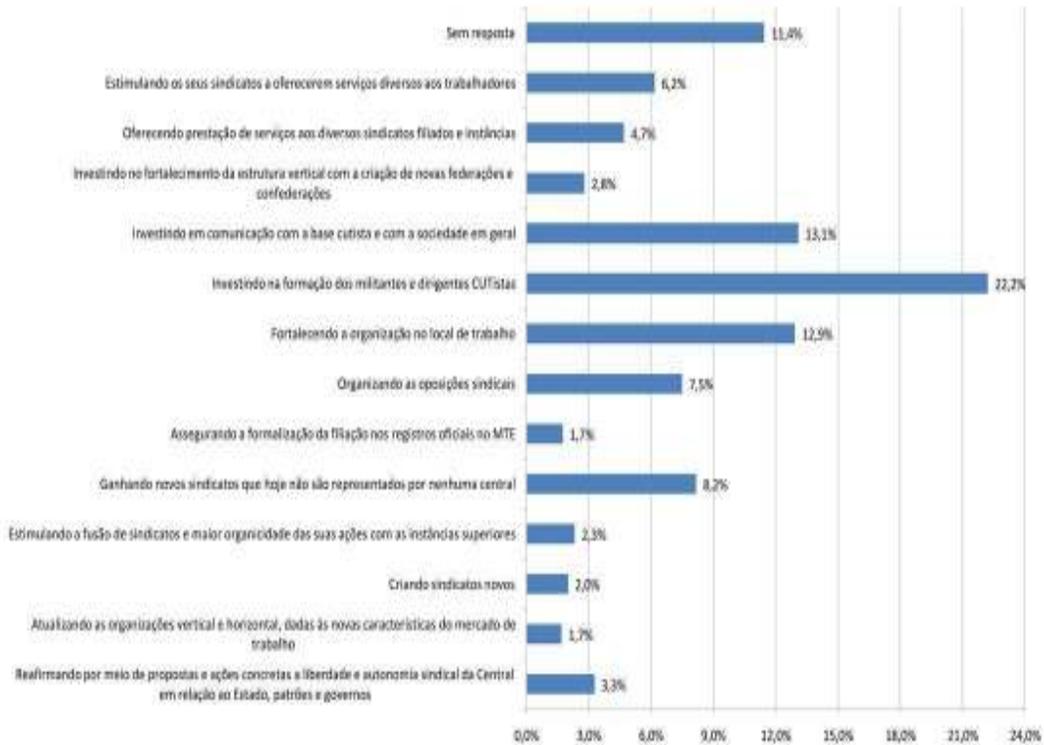


Gráfico IV.16. – Como a CUT deve se preparar para as disputas sindicais, em terceiro lugar (%)



Fonte: CUT (2010a: 32-33)

Os gráficos IV.14, IV.15 e IV.16 mostram a opinião dos delegados sobre a CUT e as prioridades para a ação sindical em um cenário de *concorrência* entre as centrais sindicais.

Para os delegados do 10º CONCUR, a central sindical deve desenvolver as seguintes ações: 1º) reafirmar a liberdade e autonomia sindical em relação ao Estado, patrões e governos; 2º) ganhar novos sindicatos que não são representados por nenhuma Central; 3º) investir na formação dos militantes e dirigentes sindicais.

As respostas dos delegados indicaram para a CUT a necessidade de situar o seu projeto sindical em conformidade com o seu princípio histórico de defesa da Convenção 87 da OIT, além de ampliar a sua base sindical e qualificar os seus dirigentes sindicais para atuar num novo contexto social e sindical.

As prioridades eleitas podem ter sido motivadas pelo cenário de reorganização das centrais sindicais no país, pois, a partir da aprovação do Projeto de Lei 1990/2007, se ampliaram as disputas entre as centrais sindicais. Uma prática comum é a busca por acelerar os processos de formalização das confederações, federações e sindicatos no Ministério do Trabalho e Emprego. A ação visa ampliar a *representatividade* numérica e garantir volumosos repasses financeiros. No entanto, compreendemos que as prioridades citadas pelos dirigentes da CUT estiveram bastante alinhadas aos princípios formulados na criação da *instituição* e, portanto, ainda não estão completamente ajustadas ao contexto de reconhecimento jurídico das centrais sindicais. Justificamos tal afirmação, pois constatamos que é inexpressivo o percentual de respostas sobre a importância em “assegurar a formalização da filiação das entidades nos registros oficiais do MTE”, ou seja, a ampliação da *representação* sindical por este caminho ainda não é percebida como ação estratégica para a CUT.

Na atual estrutura sindical o imposto sindical é uma fonte de sustentação financeira não só dos sindicatos, federações e confederações, como também das centrais sindicais. O *gráfico IV.17* retrata a opinião dos delegados sobre a sustentação financeira.

Gráfico IV.17. – Opinião dos delegados sobre o financiamento das entidades sindicais (%)



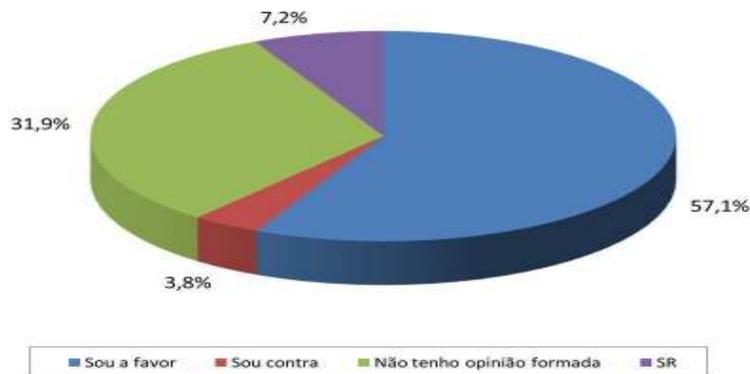
Fonte: CUT (2010a: 36)

Para os delegados as principais fontes de financiamento das entidades sindicais devem ser: 1º) a mensalidade dos associados (86,0%); 2º) a contribuição negocial (31,6%); 3º) sem resposta (35,4%). A pouca referência à manutenção do imposto sindical e o significativo número de respostas em torno da mensalidade e da contribuição negocial são indicadores que apontam na direção do debate sobre o fim do imposto sindical que a CUT sempre defendeu. No entanto, não podemos desconsiderar que 35,4% dos delegados não se posicionaram. A respeito deste tema, retomaremos o debate da sustentação financeira dos sindicatos no capítulo 5 que tratará dos principais *dilemas* da CUT neste início de século XXI.

Gráfico IV.18. – Possibilidade de haver mais de um sindicato por categoria, opinião dos delegados no 10º CONCURTO (%)



Gráfico IV.19. – Opinião dos delegados em relação à Convenção 87 da OIT (%)



Fonte: CUT (2010a: 38-39)

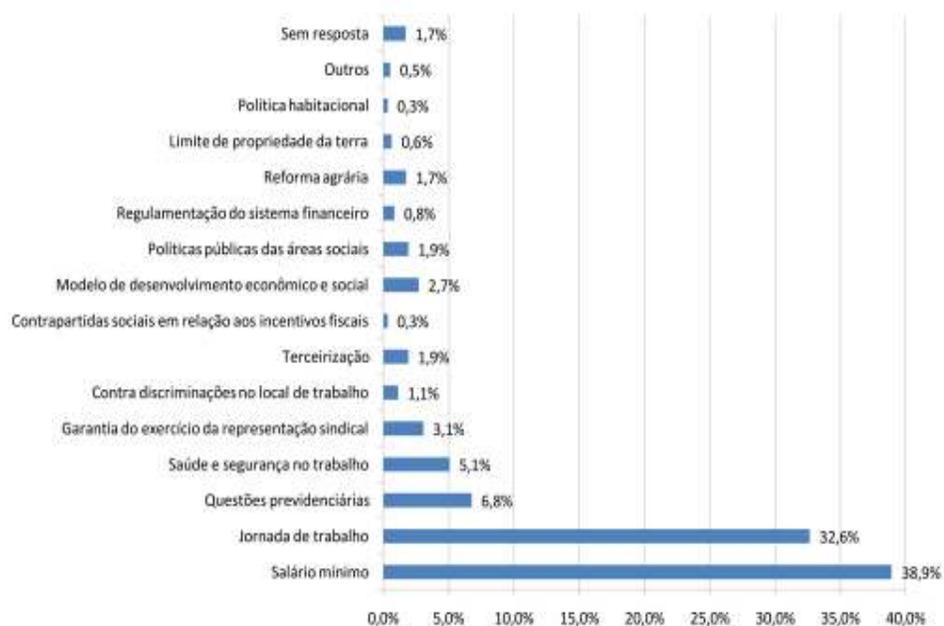
O gráfico IV.18 demonstra que, para 71,7% dos delegados, *não deve existir mais de um sindicato por categoria*, sendo então favoráveis à manutenção da unicidade sindical. No entanto, neste mesmo universo de entrevistados, 57,1% se revelaram *a favor da Convenção 87 da OIT que trata da Liberdade e Autonomia Sindical*, conforme mostra o gráfico 19.

No 8º CONCURTO (2003), as respostas dos delegados seguiram esta tendência, pois 54,3% dos entrevistados elegeram a convenção 87 da OIT como questão prioritária a ser assegurada em um cenário de reforma sindical e trabalhista, mas, ao mesmo tempo, 63,8% se mostraram contrários à existência de mais de um sindicato por categoria.

Passados seis anos, a CUT tem um quadro de dirigentes mais envelhecidos e mais experientes, considerando que o tempo de militância também se ampliou. No entanto, permanece o descompasso entre as percepções dos dirigentes sobre o significado prático da Convenção 87. Conforme demonstram os dados, a percepção em relação a uma possível convivência entre liberdade sindical e sindicato único na base se manteve, dando sinais de que a CUT não tem conseguido avançar com o debate e ações efetivas relacionadas aos objetivos do seu *projeto político organizativo* e à necessária mudança na estrutura sindical brasileira.

A ausência de *ações*, cujo sentido seja orientado de fato para a mudança da estrutura sindical com liberdade e autonomia, revela um distanciamento entre os princípios históricos preconizados pela *instituição* e a prática sindical dos dirigentes. Esta realidade, associada ao cenário de reconhecimento jurídico das centrais sindicais, pode conduzir a um novo processo de *institucionalização*, mas aprofundaremos esta análise no capítulo seguinte.

Gráfico IV.20. – Temas que devem ser objeto de negociação da CUT (%)

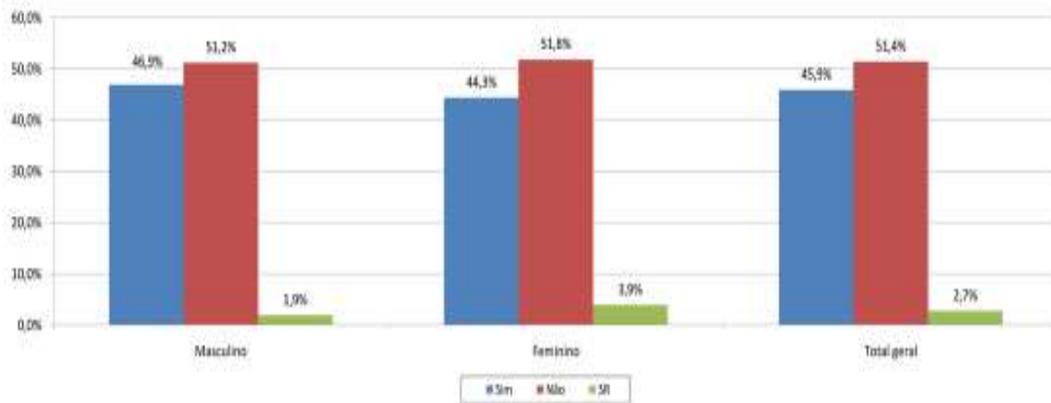


Fonte: CUT (2010a: 34)

O gráfico IV.20 mostra que, de acordo com os entrevistados, os temas prioritários para a CUT negociar devem ser: 1º salário mínimo (38,9%); 2º redução da jornada de trabalho (32,6%); 3º questões previdenciárias (6,8%) e 4º saúde e segurança no trabalho (5,1%). Os resultados indicaram que os delegados deram importância aos temas tradicionais da agenda sindical, tendência que foi confirmada também no 9º CONCUR, quando os resultados mais destacados apontaram: 1º valorização do salário mínimo (62,1%); 2º limitação das horas extras (22,8%); 3º reorganização da estrutura vertical e horizontal da CUT (15,0%) (CUT, 2006a).

Assim, concluímos que prevalece, no centro da agenda de negociação da CUT, temas que constam na agenda sindical desde a década de 1980. O resultado pode indicar que há um conjunto de propostas e reivindicações ainda não alcançadas pela *instituição*. Embora o 10º CONCUR tenha ocorrido em um conjuntura bastante diferenciada das duas décadas anteriores – em que a CUT vem investindo desde 2003 fortemente em ações e temas relativos ao modelo de desenvolvimento, inclusive tendo no centro da sua estratégia uma *agenda cidadã* que deve ganhar forma a partir de uma *Jornada pelo Desenvolvimento*.

Gráfico IV.21. – Delegados que conhecem a formulação da CUT para um *novo modelo de desenvolvimento* (%)



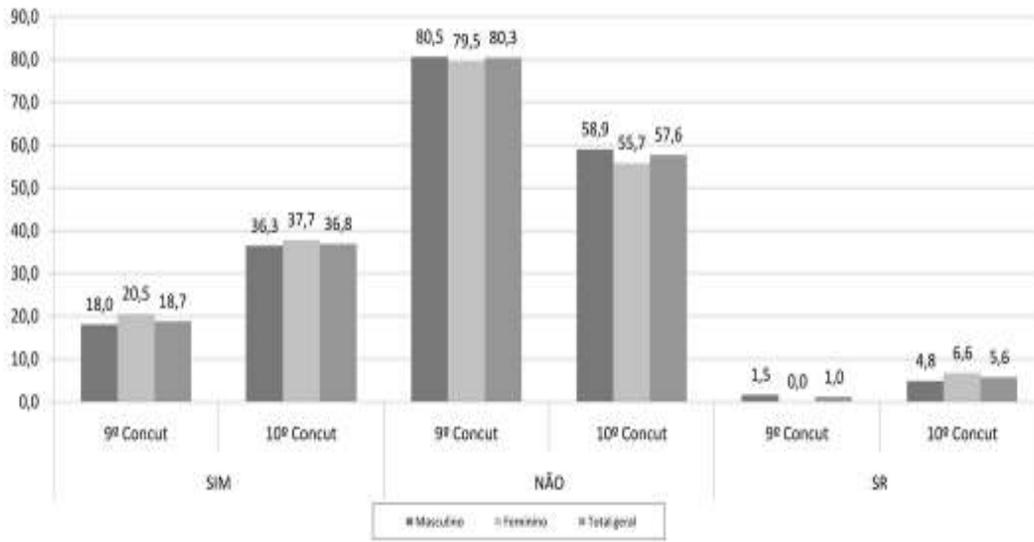
Fonte: CUT (2010a: 37)

O distanciamento dos delegados, em relação aos temas da *Jornada pelo Desenvolvimento*, que pretende dar ênfase a uma *agenda sindical cidadã* também pode ser verificado no *gráfico IV.21*. Do total de delegados que responderam a pesquisa, 45,9% têm conhecimento das propostas da CUT para um *novo modelo de desenvolvimento* e 51,4% afirmaram desconhecer a formulação e as propostas da CUT para *disputar um modelo de desenvolvimento*.

Comparando este resultado ao *gráfico IV.20*, que mostra que apenas 2,7% dos delegados consideraram o debate do *modelo de desenvolvimento* como uma *ação* prioritária na agenda de negociação da CUT. O resultado evidenciou um distanciamento entre a estratégia geral, desenvolvida pela CUT, de priorizar ações em torno de uma *agenda pelo desenvolvimento* e a *ação* sindical almejada pelos sindicatos de base e que pode significar uma agenda sindical intraorientada. No fundo se trata de *lutar por cidadania*, essencialmente a partir de conquistas relacionadas ao *espaço da produção*.

Portanto, se a CUT quiser avançar com o pretenso objetivo de *disputar hegemonia na sociedade*, a partir da sua *Jornada pelo Desenvolvimento* precisará superar os déficits próprios da *instituição*, tais como: comunicação interna, formação sindical, capacidade de articulação das pautas da sua Direção ao cotidiano das entidades de base, entre outros.

Gráfico IV.22. – Conhecimento sobre o conceito de Trabalho Decente/Digno (%)



Fonte: CUT (2010a: 41)

Concluindo a pesquisa, a CUT aferiu o conhecimento dos dirigentes sobre o tema Trabalho Decente que consta no debate da *agenda cidadã* que a CUT pretendeu desenvolver a partir da sua *Jornada pelo Desenvolvimento*. O gráfico IV.22, mostra uma comparação com os dados da pesquisa do 9º CONCUR. Verifica-se, através destes dados, que, em 2006, 18,7% dos entrevistados demonstraram conhecer o conceito de Trabalho Decente/Digno da OIT, ao passo que, em 2009, 36,8% dos entrevistados responderam “sim”.

O resultado pode ter sido reflexo, em grande parte, das proposições priorizadas ao longo da gestão 2006-2009, principalmente a partir de 2007, com a tentativa de desenvolver nacionalmente uma *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento* e, quando a partir de 2008 a CUT passou a organizar, em nível nacional, a convocação para a *Jornada Mundial pelo Trabalho Decente*. A ação é proposta pela Confederação Sindical Internacional (CSI) e pela Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA).

4.5. A Composição social da CUT no início do século XXI, Perfil dos delegados do 11º CONCUT

No período 2003-2012, ao compararmos o número de delegados que se credenciaram no 8º CONCUT com os dados do 11º CONCUT, verificamos que, em quase 10 anos, há uma retração de -14,38%, o que indica um quadro de *estabilização institucional*, conforme mostra a *tabela IV.19*.

Tabela IV.19. – Delegados credenciados, por gênero, comparativo 8º, 9º, 10º e 11º CONCUT:

8ºCONCUT (2003)		9º CONCUT (2006)		10ºCONCUT (2009)		11º CONCUT (2012)	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1841	871	1687	804	1426	873	1348	974
2712		2491		2299		2322	

Fonte: CUT (2003a), CUT (2006b), CUT (2009c), CUT (2012b) – (Elaboração própria)

Tabela IV.20. - Distribuição dos delegados por região, comparativo 9º, 10º, 11º CONCUT:

Região	9º CONCUT (2006)		10º CONCUT (2009)		11º CONCUT (2012)*	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Norte	7,7%	7,3%	8,5%	9,1%	9,13%	12,65%
Nordeste	31,4%	31,0%	32,2%	31,6%	30,81%	28,30%
Sudeste	38,8%	37,2%	34,9%	32,7%	33,38%	31,11%
Sul	13,9%	15,8%	14,9%	16,4%	16,26%	18,10%
Centro-Oeste	8,2%	8,7%	8,3%	8,7%	9,70%	9,31%

Fonte: CUT (2006a), CUT (2010a), CUT (2013)
(Elaboração própria) *Excluso sem resposta

Verificamos que persiste a tendência à redução do número de delegados na região sudeste, enquanto que as regiões norte, sul e centro–oeste seguem com um contínuo e leve incremento no seu número de participantes. A região nordeste apresenta oscilações na sua delegação, tendo sofrido uma retração no seu número de *representantes* numa comparação entre o 10º e o 11º CONCUT. Este dinamismo das delegações, com tendência à desconcentração regional, conforme afirmamos anteriormente, pode estar relacionado ao desempenho favorável da economia brasileira no período recente, o que gerou a ampliação da participação das regiões no emprego e na renda. É importante destacar que, desde o 9º CONCUT, a região sul é a única que envia mais mulheres do que homens para participar

dos congressos da CUT e, em virtude disto, apresenta um crescimento contínuo da delegação feminina.

Tabela IV.21. - Distribuição dos delegados por faixa etária, comparativo 9º, 10º e 11º CONCURTO (%)

Idade	9º CONCURTO (2006)	10º CONCURTO (2009)	11º CONCURTO (2012)
Menos de 25 anos	2,7%	1,6%	1,26%
De 25 a 35 anos	16,5%	15,6%	13,78%
De 36 a 44 anos	41,3%	29,5%	25,20%
De 45 a 54 anos	31,1%	38,1%	37,64%
De 55 a 64 anos	8,4%	15,0%	18,43%
65 anos ou mais*	-	-	3,54%
Sem resposta	0,0%	0,2%	0,15%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: CUT (2006a), CUT (2010a), CUT (2013)

(Elaboração própria)

*No 9º e no 10º CONCURTO não foi incluída a faixa 65 anos ou mais

Conforme mostra a *tabela IV.21*, a faixa etária que tem predominância desde o 10º CONCURTO é de 45 a 54 anos. A presença de jovens com até 35 anos continua diminuindo, mas com relativa estabilidade, passando de 19,2% em 2006 para 17,2% em 2009. Em 2012, três anos após a criação da Secretaria Nacional de Juventude da CUT, a juventude correspondia a 15,04% do total de participantes.

Ao criar a Secretaria Nacional de Juventude, que se organiza a partir das suas representações estaduais, a CUT propôs uma *ação* que visa normatizar a inclusão dos jovens e a produção de políticas para a juventude na *instituição*. No entanto, o efeito imediato é a criação de mais um *cargo*, negociado entre as tendências políticas que coordenam a *instituição*. Não se verifica a manutenção ou o crescimento na participação dos jovens e a única faixa etária que experimenta um crescimento contínuo é a dos participantes que tem entre 55 a 64 anos. Analisando o conjunto dos dados, podemos concluir que permanece a tendência ao envelhecimento dos dirigentes sindicais que participam dos congressos da CUT.

A seguir, apresentamos a *tabela IV.22* que mostra a posição dos delegados na estrutura sindical no 11º CONCURTO.

Tabela IV.22. – Posição dos delegados na entidade sindical no 11º CONCUT (%)

Entidade	Masculino	Feminino	Total
Diretor da Executiva	57,78%	44,52%	51,84%
Diretor	24,58%	30,31%	27,15%
Associado	6,67%	10,62%	8,44%
Associado e da oposição	1,81%	1,54%	1,69%
Membro de OLT	1,25%	1,03%	1,15%
Representante sindical no local de trabalho	4,31%	7,19%	5,60%
Membro da CIPA	0,69%	0,34%	0,54%
Outros	1,81%	2,40%	2,07%
Sem resposta	1,10%	2,05%	1,52%

Fonte: CUT (2013)

Assim como no 8º, 9º⁸⁹ e 10º CONCUT, a maioria dos delegados e delegadas ao 11º CONCUT ocupa *cargos* de direção. Em geral, os participantes ao CONCUT são membros de direção, portanto, são dirigentes políticos experientes que estão à frente do aparato sindical. Logo, para a CUT, segue o desafio da renovação dos seus quadros dirigentes, inclusive com a inserção efetiva de jovens. Caso contrário, se retrairão cada vez mais as possibilidades de exercício de um sindicalismo aberto ao *exterior*, a partir de uma agenda *cidadã*, conforme pretendido no discurso da instituição e nas resoluções congressuais.

Tabela IV.23. – Situação dos delegados no 10º e 11º CONCUT, quanto à liberação para o trabalho sindical (%)

	10º CONCUT (2009)	11º CONCUT (2012)
Sim, liberado (a) em tempo integral	49,5%	55,91%
Sim, liberado (a) em tempo parcial	10,0%	9,61%
Não estou liberado (a)	26,4%	26,14%
Parceiro/meeiro/arrendatário/proprietário rural/autônomo	7,7%	-
Sem Resposta	6,4%	8,34%

Fonte: CUT (2010a), CUT (2013) – (Elaboração própria)

⁸⁹ No 9º CONCUT (2006), foi analisada a composição dos delegados, segundo a inserção na estrutura sindical: 24,8% presidência, 4,6% vice-presidência, 3,6% tesoureiro, 28,3% secretaria geral, 2,3% conselho fiscal, 35,7% direção nacional, 0,7% representante de base (CUT, 2006a: 20).

A *tabela IV.23* mostra que maioria dos delegados no 11º CONCURTO (55,91%) declarou estar liberado integralmente para o exercício da atividade sindical. Comparado ao número de total de delegados liberados no 10º CONCURTO, se observa um aumento de 6,41 pontos percentuais. O número de delegados que respondeu “liberado em tempo parcial” e “não estou liberado” praticamente não se altera entre o período 2009 a 2012. Se somarmos os percentuais dos dirigentes sindicais que declararam estarem “liberados em tempo parcial e integral” para o trabalho sindical, obtém-se, 59,5% em 2009 e 65,52% em 2012. Este resultado aponta boas perspectivas para a CUT, pois pode indicar que há um amplo quadro de dirigentes *políticos* com disponibilidade para desenvolver a *agenda cidadã* e as suas políticas prioritárias na estrutura *vertical* e *horizontal* da CUT. Retomaremos este debate no capítulo 5.

Tabela IV.24. - Situação dos delegados liberados no 10º e 11º CONCURTO, quanto à remuneração (%)

Responsável pela remuneração	10º CONCURTO (2009)	11º CONCURTO (2012)
A empresa	49,1%	55,89%
O sindicato	29,8%	26,80%
Parte a empresa, parte o sindicato	6,6%	7,57%
A remuneração provém de outras fontes de renda	3,6%	1,80%
Aposentado	-	3,13%
Atualmente não recebo qualquer remuneração	3,6%	0,60%
Sem Resposta	7,3%	4,21%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: CUT (2006a), CUT (2013) (Elaboração própria)

A *tabela IV.24* mostra que, do total de delegados que no 11º CONCURTO se declararam liberados para o exercício das atividades sindicais, 55,89% respondeu que o seu salário é pago pela empresa e 26,80% afirmou que o seu salário é pago pelo sindicato. No 10º CONCURTO estes números representavam respectivamente 49,1% e 29,8% do total de respondentes. O melhor desempenho pode sugerir que os recursos financeiros das *instituições* podem ser menos direcionados para a sustentação de dirigentes *profissionais* e mais aplicados na *luta* sindical. Perspectiva de *ação* que a CUT preconiza aos seus afiliados, desde a sua fundação.

Tabela IV.25.– Primeiro congresso como delegado, comparativo 9º, 10º e 11º CONCUT (%)

	9º CONCUT (2006)	10º CONCUT (2009)	11º CONCUT (2012)
Masculino	53,5%	41,7%	51,3%
Feminino	59,3%	52,3%	48,7%
Total	55,5%	45,8%	44,2%

Fonte: CUT (2006a), CUT (2010a), CUT (2013) - (Elaboração própria)

Conforme mostra a *tabela IV.25*, no 11º CONCUT, do total de respondentes, 44,2% afirmaram que estavam participando pela primeira vez de um congresso da CUT. Deste total, 51,3% são homens e 48,7% são mulheres. Comparado ao número total de participantes pela primeira vez no 9º CONCUT (55,5%) se observa um movimento de declínio de 11,3 pontos percentuais, que pode ser associado a dificuldade de renovação dos quadros *políticos* que participam desse momento de decisão estratégico para o futuro da CUT.

Tabela IV.26. – Distribuição dos delegados por ramo, comparativo 9º, 10º e 11º CONCUT (%)

	9º CONCUT	10º CONCUT	11º CONCUT
Comércio e Serviços	6,2%	6,0%	5,12
Extração Mineral	0,7%	*0,4%	-
Seguridade Social	4,0%	5,1%	4,80%
Profissionais Liberais	0,7%	0,3%	0,24%
Vestuário	1,8%	1,1%	1,34%
Educação	23,4%	25,2%	26,54%
Construção e Madeira	3,1%	2,1%	3,46%
Urbanitário	4,0%	3,8%	3,39%
Alimentação	1,1%	1,4%	0,87%
Financeiro	7,1%	7,5%	7,24%
Metalúrgico	7,1%	6,6%	6,85%
Aposentados	1,9%	1,2%	1,50%
Químico	3,5%	2,7%	2,83%
Rural	18,9%	18,0%	14,25%
Comunicação e Informação	2,1%	3,3%	4,02%
Administração Pública	8,8%	8,1%	7,24%
Transporte	1,7%	2,4%	2,83%
Outro	4,0%	-	-
Municipais	-	4,2%	4,65%

Fonte: CUT (2006a), CUT (2010a), CUT (2013) - (Elaboração própria)

*Excluído Sem Resposta.

A *tabela IV.26* mostra a distribuição do total de delegados, respondentes por ramos de atividade, conforme a classificação utilizada pela CUT. O ramo da educação se mantém com o maior número de *representantes*, seguido pelo rural e pelo ramo da administração pública. No 11º CONCURTO, o ramo financeiro igualou-se à administração pública em número de participantes e cada um representou 7,24% do total de delegados. Nota-se que, no 11º CONCURTO a diferença entre os dois maiores ramos da CUT foi ampliada, pois a educação possui quase o dobro do número de delegados que foi enviado pelo ramo rural da CUT. É provável que a desfiliação da CONTAG à CUT, em 2009, e a acirrada concorrência com a CTB tenha contribuído para ampliar a desfiliação e a inadimplência dos sindicatos do ramo rural. Lembrando que, sindicatos inadimplentes, ou seja, aqueles que não pagam a CUT são impedidos de participar dos congressos e de outros eventos da Central. O valor das taxas para participar do congresso também pode ter influenciado na redução da delegação rural ao 11º CONCURTO. No entanto, mesmo com a redução do número de delegados aos 11º CONCURTO, no capítulo 5, mostraremos que o número de entidades filiadas não sofreu redução. Ao contrário, ao longo do período 2003-12, o número de entidades filiadas do ramo rural da CUT cresceu, 17,45%. A nosso ver, o que pode ter suportado este crescimento é a ampliação da representação da CUT em sindicatos ligados essencialmente à agricultura familiar e que estão organizados em torno da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Em 2012, os metalúrgicos e o ramo do comércio e serviços ocuparam a quarta e a quinta posição respectivamente, sendo novamente a menor delegação a dos profissionais liberais com 0,24% do total de participantes.

A análise dos dados permite concluir que há uma estabilidade na participação dos ramos ao longo dos três últimos congressos e que pode ser motivada por várias razões, entre as quais citaremos duas: 1º) a CUT não experimenta uma fase de forte crescimento e de *aceleração do processo de institucionalização*, conforme nos mostrou Rodrigues (1997) ao analisar esta *instituição* nas décadas de 1980 até 1993. No entanto, nos dias atuais é uma *instituição* forte. As perdas e recomposições políticas vivenciadas desde 2003 não conseguiram desestabilizar o tamanho das delegações aos congressos da CUT. Do ponto de vista da *representatividade* concedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, se verifica que os percentuais oscilam pouco, na primeira aferição, em 2008, a CUT representava 35,84% e na última, em 2012, a CUT representava 36,65% dos sindicatos deste país,

portanto, é a maior central sindical; 2º) outro fator que pode ter influenciado a manutenção do tamanho das delegações é que a CUT priorizou alterar o estatuto a partir do debate do seu *projeto político organizativo* e, sendo assim, a *instituição* pouco conseguiu avançar na questão da sua organização sindical. Logo, não se realizaram mudanças estatutárias que pudessem exercer influência sobre o critério de escolha dos *representantes* aos congressos da CUT.

Tabela IV.27. – Distribuição do total de delegados por ramo e gênero, comparativo 10º e 11º CONCURTO (%)

Ramos	10º CONCURTO (2009)		11º CONCURTO (2012)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Administração Pública	62,1%	37,9%	58,70%	41,30%
Alimentação	74,1%	25,9%	72,73%	27,27%
Aposentados	63,6%	36,4%	31,58%	68,42%
Comércio e Serviços	66,3%	33,7%	67,69%	32,31%
Comunicação e Informação	72,6%	27,4%	66,67%	33,33%
Construção e Madeira	89,7%	10,3%	81,82%	18,18%
Educação	50,6%	49,4%	43,92%	56,08%
Financeiro	68,5%	31,5%	57,61%	42,39%
Metalúrgico	80,3%	19,7%	66,67%	33,33%
Municipais	40,0%	60,0%	45,76%	54,24%
Profissionais Liberais	60,0%	40,0%	33,33%	66,67%
Químicos	76,9%	23,1%	72,22%	27,78%
Rurais	61,4%	38,6%	51,93%	48,07%
Seguridade Social	48,5%	51,5%	50,82%	49,18%
Transporte	78,3%	21,7%	75,00%	25,00%
Urbanitários	74,6%	25,4%	72,09%	27,91%
Vestuário	60,0%	40,0%	47,06%	52,94%

Fonte: CUT (2010a) e CUT (2013) - (Elaboração própria)

Ao compararmos a distribuição dos delegados por gênero, conforme mostra a *tabela IV.27*, se verifica que, entre o 10º e o 11º CONCURTO, as delegações femininas não cresceram somente nos ramos do comércio e serviços, municipais e seguridade social.

No 11º CONCURTO, dos 17 ramos presentes, 12 cumpriram a cota e apresentaram uma delegação de pelo menos 30% de mulheres. São eles: administração pública (41,30%), aposentados (68,42%), comércio e serviços (32,31%), comunicação e informação (33,33%), educação (56,08%), financeiro (42,39%), metalúrgico (33,33%), municipais (54,24%), profissionais liberais (66,67%), rurais (48,07%), seguridade social (49,18%), vestuário (52,94%). No entanto, os ramos da alimentação (27,27%), construção e madeira

(18,18%), químicos (27,78%), transporte (25,0%) e urbanitário (27,91%) não conseguiram cumprir as cotas de gênero no 11º CONCUT.

É importante destacar que o 11º CONCUT (2012) aprovou a paridade, de acordo com a *ordem* imposta no estatuto da *instituição*: “Na composição das direções e executivas estaduais e na direção nacional e executiva da CUT deve obrigatoriamente ser cumprido o princípio da paridade, ou seja, 50% de homens e 50% de mulheres. A direção que não cumprir este requisito não poderá ser empossada” (2012a: 29). A *ação* foi articulada pelas dirigentes mulheres de todas as *tendências políticas* que compõem a CUT, excetuando-se a tendência “CUT Independente e de Luta” que reúne os sindicalistas da *tendência* “O Trabalho” do PT. A nosso ver, a CUT deu um passo importante, avançou de um discurso *político* que tem a pretensão de incluir as mulheres na direção política da *instituição*, para uma *ordem* que visa normatizar essa *ação*, caso contrário às direções serão penalizadas.

Tabela IV.28. – Distribuição dos delegados por gênero e escolaridade, comparativo 8º, 9º CONCUT (%)

	8º CONCUT (2003)		9º CONCUT (2006)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Ensino Fundamental incompleto	13	5	15	8
Ensino Fundamental Completo	14	10	12	9
Ensino Médio Completo	41	35	41	35
Ensino Superior/Pós graduação	32	49	32	47

Fonte: CUT (2003a), CUT (2006a) - (Elaboração própria)

Ao compararmos os dados da *tabela IV.28*, se verifica que há pouca alteração entre o 8º e o 9º CONCUT. Nas faixas de menor escolaridade, os homens lideraram e corresponderam a 27% do total de participantes com Ensino Fundamental Completo e Incompleto, enquanto que 17% das mulheres se situavam nas mesmas faixas no 9º CONCUT. Quando a opção é Ensino Superior ou Pós-graduação, em 2006, 47% das delegadas e 32% dos delegados declararam que possuíam Ensino Superior ou Pós-graduação.

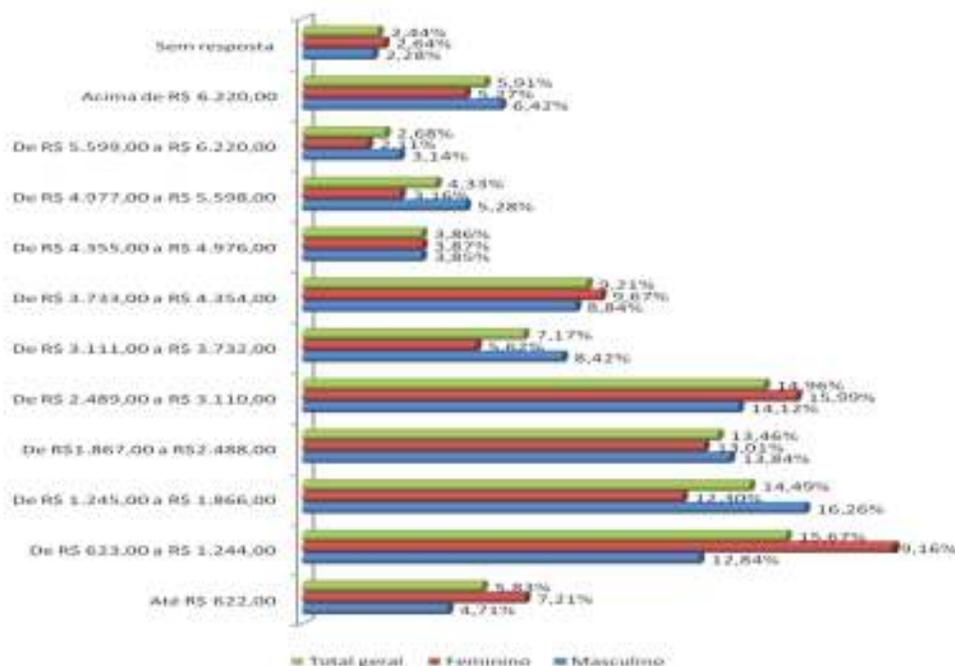
Tabela IV.29. - Distribuição dos delegados por gênero e escolaridade, comparativo 10º e 11º CONCUT (%)

Escolaridade	10º CONCUT (2009)		11º CONCUT (2012)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Não frequentei escola regular	0,2%	0,1%	0,43%	0,53%
Primeiro grau incompleto	8,6%	6,1%	6,42%	3,34%
Primeiro grau completo	4,1%	2,2%	3,85%	2,99%
Segundo grau incompleto	6,5%	5,1%	6,56%	2,64%
Segundo grau completo	26,3%	21,7%	25,82%	22,32%
Superior incompleto	15,3%	14,8%	13,55%	10,37%
Superior completo	23,9%	27,1%	21,11%	23,37%
Pós-graduação	14,3%	22,9%	21,54%	32,86%
Sem resposta	0,8%	0,0%	0,71%	1,58%
Total	100,0%	100,0%	100,00%	100,00%

Fonte: CUT (2010a), CUT (2013)
(Elaboração própria)

No 10º CONCUT, a faixa de escolaridade Segundo Grau completo ou Ensino Médio completo concentrou o maior número de delegados, com 26,3% do total de participantes homens, enquanto que, entre as mulheres, a maior concentração se localizou na faixa Ensino Superior, com 27,1% do total de delegadas respondentes. No 11º CONCUT se observa que, entre os homens, o Ensino Médio completo se manteve como a faixa de escolaridade predominante, 25,82%, mas, entre as mulheres, a faixa Pós-graduação, com 32,86%, foi a mais destacada, o que indica que as dirigentes investiram mais em educação do que os homens. Em quase dez anos, o número de dirigentes sindicais que afirmaram se situar na faixa de ensino “Superior Completo/Pós – graduação” avançou. No período 2003-2012, se constatou que o crescimento deste grau de escolaridade entre os homens foi de 10,65% e entre as mulheres foi de 7,23%.

Gráfico IV.23. - Distribuição dos delegados por faixa salarial⁹⁰ e gênero no 11º CONCURTO (%)



Fonte: CUT (2013)

Ao compararmos os dois extremos da pirâmide, no 9º e no 11º CONCURTO, se verifica que, na sua base, em 2006, 22,9% das mulheres ganhavam até 2 salários mínimos contra 16% dos homens. Por sua vez, em 2012, 26,37% das mulheres declararam ganhar até 2 salários mínimos contra 17,55% dos homens. A ampliação do número de trabalhadores nesta faixa salarial ocorreu em ambos os sexos, porém de forma levemente acentuada entre as mulheres. Este crescimento pode estar relacionado com a valorização do salário mínimo no período recente.

No topo da pirâmide, em 2006, 6% das mulheres se situavam nesta faixa acima de 10 salários mínimos contra 11,1% dos homens. Em 2012, 5,27% das mulheres declararam ganhar acima de 10 salários mínimos contra 6,42% dos homens. O resultado confirmou que os investimentos em educação realizados pelas mulheres, têm contribuído para a redução das desigualdades salariais entre as delegadas e os delegados aos congressos da CUT. No entanto, novamente os limites da pesquisa não permitiram aferir se há

⁹⁰ O valor do salário mínimo em janeiro de 2012 era de 622 reais, aproximadamente 259 euros.

desigualdades socioprofissionais entre delegados e delegadas que possuem a mesma ocupação.

Tabela IV.30 – Distribuição dos delegados por cor/raça e gênero, comparativo 9º, 10º e 11º CONCUT (%)

COR/RAÇA	9º CONCUT (2006)		10º CONCUT (2009)		11º CONCUT (2012)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Branca	49,6%	47,2%	43,9%	40,1%	38,66%	41,48%
Preta	24,5%	28,6%	20,5%	21,5%	18,69%	15,99%
Parda	24,6%	22,2%	31,8%	34,8%	37,23%	36,38%
Amarelo	0,6%	1,1%	1,1%	1,7%	1,57%	1,93%
Indígena	1,6%	0,9%	0,8%	1,4%	1,57%	1,05%
Outros*/Sem resposta**	-	-	1,9%	0,5%	2,28%	3,17%

Fonte: Fonte: CUT (2006a), CUT (2010a), CUT (2013) - (Elaboração própria)

A *tabela IV.30* mostra distribuição dos delegados por cor/raça e gênero nos três últimos congressos. Segundo a classificação oficial utilizada pelo IBGE, podemos considerar pretos e pardos como negros. De acordo com este parâmetro, a maioria dos participantes do 10º e do 11º CONCUT é negra. Nota-se que, ao longo dos três últimos congressos diminuiu o percentual dos delegados e das delegadas que se autodeclararam brancos e pretos. No entanto, é contínuo e expressivo o aumento do percentual de dirigentes pardos. A presença de amarelos e indígenas é pequena e há uma estabilidade na sua participação ao longo dos congressos.

Tabela IV.31. – Você conhece o conceito de “Trabalho Decente” da OIT? (%)

	9º CONCUT (2006)		10º CONCUT (2009)		11º CONCUT (2012)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Sim	18,0%	20,5%	36,3%	37,7%	72,60%	69,07%
Não	80,5%	79,5%	58,9%	55,7%	26,22%	29,64%
Sem resposta	1,5%	0,0%	4,8%	6,6%	1,18%	1,29%

Fonte: CUT (2006a), CUT (2010a), CUT (2013) - (Elaboração própria)

A *tabela IV.31* mostra o conhecimento dos delegados sobre o tema trabalho decente, comparativo 9º, 10º e 11º CONCUT por gênero. No 11º CONCUT, 72,60% dos homens e 69,07% das mulheres responderam que conhecem o conceito de “Trabalho Decente”. Verifica-se que, entre os homens, o conhecimento sobre o tema praticamente dobra a cada congresso. Entre as mulheres, este crescimento é também expressivo e

contínuo. Conforme dissemos anteriormente, os resultados positivos podem indicar que a CUT tem conseguido desenvolver estratégias formativas e de *ação* voltadas para ampliar o conhecimento dos seus dirigentes sobre o conceito de “Trabalho Decente”.

No entanto, a pesquisa não permite aferir como se desenvolve a incorporação dos componentes do trabalho decente/digno no cotidiano dos sindicatos da CUT. Também não conseguimos avaliar se há relação entre a agenda do Trabalho Decente com a agenda de *caráter cidadão*, ou seja, a *agenda pelo Desenvolvimento* que a CUT orientou os seus sindicatos a desenvolverem em parceria com as centrais sindicais, a partir de 2003. Além disto, os números positivos podem ter sido impulsionados pelo processo de organização da I Conferência Nacional de Trabalho Decente⁹¹ realizada de 08 a 11 de agosto de 2012, em Brasília. A Conferência de caráter tripartite foi convocada pelo Governo Federal.

Tabela IV.32. Opinião dos delegados sobre à Convenção 87 da OIT, comparativo 8º, 10º e 11º CONCUT (%)

	8º CONCUT (2003)	10º CONCUT (2009)	11º CONCUT (2012)
Sou a favor	54,3%	57,1%	84,65%
Sou contra	-	3,8%	0,79
Não tenho opinião formada	-	31,9%	7,64%
Sem Resposta	-	7,2%	6,92%

Fonte: CUT (2003b), CUT (2010a), CUT (2013) – (Elaboração própria)

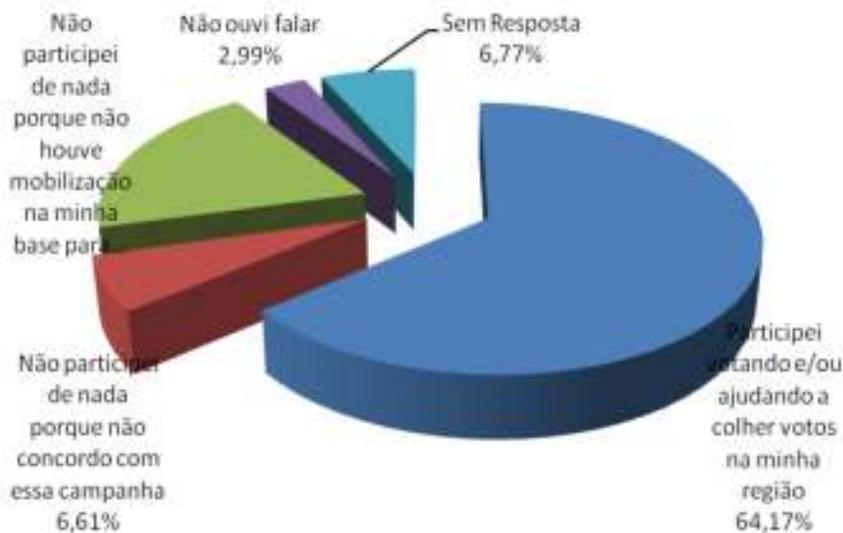
A *tabela IV.32* mostra a opinião dos delegados sobre à Convenção 87. No 11º CONCUT, a posição dos delegados em relação à convenção 87 apresentou significativa melhora. Do total de participantes, 84,65% respondeu “Sou a favor” da ratificação desta convenção. Sem dúvida, ocorreu um avanço expressivo, se comparado aos resultados obtidos no 10º CONCUT e no 8º CONCUT (57,1% e 54,3% respectivamente). Em 2012, o melhor resultado pode ter tido relação com a participação dos dirigentes no Plebiscito pelo *fim do imposto sindical* que a CUT organizou no início deste ano.

⁹¹ De acordo com a OIT Brasil, a conferência reuniu mais de 1500 participantes entre representantes de governos (federal e estaduais) e representantes de organizações de trabalhadores e empregadores. A etapa nacional representou o resultado das discussões ocorridas em 273 conferências preparatórias, 26 estaduais, 104 regionais, 5 microrregionais e 138 municipais (www.oitbrasil.org.br).

De acordo com o presidente da CUT, em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, em 06 de fevereiro de 2012:

A campanha entra no ar em março, mês em que todos os trabalhadores formais do país têm um dia de salário descontado por conta desse tributo compulsório. Além de ir até os locais de trabalho, vamos fazer campanhas publicitárias em rádios e TVs e um plebiscito sobre o fim do imposto sindical. Para a CUT, só com liberdade e autonomia sindical é possível construir entidades realmente representativas e preparadas para enfrentar os desafios da negociação coletiva e do contrato coletivo nacional por ramo de atividade. No entanto, isso só será possível com a extinção do imposto sindical, com liberdade e autonomia para que os trabalhadores decidam quanto querem pagar. É por isso que a CUT luta pela ratificação da convenção 87 da OIT, que garante a liberdade e a autonomia sindical. Por ela, estamos dispostos a ir para o enfrentamento. A luta é pela liberdade de expressão e de associação.

Gráfico IV.24 – Você ouviu falar do plebiscito que a CUT realizou sobre o fim do imposto sindical? (%)



Fonte: CUT (2013)

O gráfico IV.24 mostra o conhecimento dos delegados sobre a ação empreendida pela CUT no que tange ao fim do imposto sindical. Do total de delegados, 64,17% responderam de forma afirmativa a campanha iniciada pela CUT e 6,61% não participaram das ações porque não concordam com a campanha.

A tabela IV.33 mostra quais foram às três opções mais destacadas pelos delegados quando o assunto é a sustentação financeira das entidades sindicais.

Tabela IV.33. – Opinião dos Delegados sobre a sustentação financeira das entidades sindicais, comparativo 8º, 10º e 11º CONCURTO:

8º CONCURTO (2003)	
Mensalidade dos associados	94,3%
Pela taxa de financiamento das campanhas salariais	29,2%
Por recursos públicos para projetos especiais (qualificação, economia solidária, etc.)	24,3%
10º CONCURTO (2009)	
Mensalidade dos associados	86,0%
Sem resposta	35,4%
Contribuição negocial	31,06%
11º CONCURTO (2012)	
Contribuição negocial	41,0%
Mensalidade dos associados	38,0%
Imposto sindical	8%

Fonte: CONCURTO (2003b), CONCURTO (2010a), CONCURTO (2013) – (Elaboração própria)

Ao analisarmos o *gráfico IV.24* e as *tabelas IV.32 e IV.33*, a primeira vista, os resultados podem indicar que há sintonia entre a *ação* dos delegados presentes no dia a dia dos sindicatos e o discurso *institucional* que pretendia a *luta* pelo fim do imposto sindical, implantação da contribuição negocial e a ratificação da Convenção 87 da OIT, a partir de um plebiscito lançado nacionalmente.

No entanto, se somarmos os percentuais do *gráfico 24*, verificamos que 6,61% dos delegados não concordam com a campanha da CUT, 19,45% não se mobilizaram, 2,99% não ouviram falar e 6,77% não sabem responder, totalizando 35,82% dos participantes no 11º CONCURTO. Embora a *ação* pretendida pela *instituição* tenha um *potencial de poder* para mudar a organização sindical da CUT, se verifica que o alcance real das propostas nas bases da central sindical foi reduzido. Novamente, prevalece a distância entre o discurso *institucional* e a prática sindical dos delegados das bases sindicais da CUT, especialmente no que tange ao debate da estrutura e organização sindical. No próximo capítulo aprofundaremos este debate, apresentando-o como um dos principais *dilemas* da CUT no início do século XXI.

CAPÍTULO 5. Os Dilemas da CUT: rumo a uma *nova institucionalização sindical*?

Neste capítulo se analisa o cenário de reorganização do campo sindical nacional no início do século XXI. Uma experiência que tem levado a Central Única dos Trabalhadores a exercer um novo papel, centrado principalmente na sua capacidade de *articular* a agenda do sindicalismo brasileiro frente ao poder instituído e à sociedade. Com esta percepção de *mudança* em curso e do desafio de ter que exercer uma prática sindical diferente daquela realizada nos anos de 1980 e 1990, se objetiva compreender os impactos destas novas práticas sobre a *ação* da CUT, identificando os principais *dilemas* para a *instituição* no início do século XXI e indagando se há emergência de *novos processos de institucionalização*.

5.1. A *ação sindical cidadã* no início do século XXI – *Dilemas* e *Perspectivas para a CUT*

No período 2003-2010, há um “arrefecimento” do uso do conceito de *sindicato cidadão* no discurso e nas resoluções congressuais⁹². Porém, desde o 8º CONCUR, constatamos que ações como o *Acordo Social*; a *Agenda dos Trabalhadores*; a *Plataforma Democrática da Classe Trabalhadora* e a *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento* mostram que a agenda *política* nacional da CUT no *espaço da cidadania* adquiriu um perfil cujas características se referenciam no modelo de ação sindical idealizada como *sindicalismo cidadão*.

⁹² Somente no 9º CONCUR há referência ao sindicalismo cidadão, pois quando trata da Defesa do trabalhador enquanto consumidor, a CUT aprova: “A defesa de todos os interesses dos(as) trabalhadores(as) é o objetivo da CUT. Ao longo de sua história, foi desenvolvido o conceito de sindicalismo cidadão, propondo-se a organizar, também, as lutas dos trabalhadores(as) a partir da sua vida em comunidade, seu local de moradia e na defesa dos serviços públicos de qualidade, saúde pública, educação pública, creches e outros direitos de cidadania, inclusive no que diz respeito aos seus direitos políticos. A justa combinação das lutas do cidadão(ã) e do(a) consumidor(a) com a luta pela superação da exploração do trabalho, mantém a CUT em sintonia com a sua base social e ao mesmo tempo leva o trabalhador(a) a exercer o seu papel político. Para a CUT, portanto, além de lutar por habitação popular, saúde e educação pública de qualidade, é preciso defender os trabalhadores e trabalhadoras das imposições nefastas de contratos e prestação de serviços públicos e privados de crédito, energia, telefonia, saúde, educação, dentre outros. Com este objetivo, este 9º CONCUR decide: a) orientar suas entidades filiadas a, diretamente ou através de parcerias com instituições especializadas, oferecerem serviços de proteção ao trabalhador(a) enquanto consumidor de bens ou serviços; b) organizar em nível nacional, campanhas de defesa dos direitos dos consumidores inclusive com o chamamento à mobilização pública em torno do boicote ao consumo de determinadas marcas responsáveis por práticas atentatórias aos direitos do trabalhador(a)/consumidor(a)” (CUT, 2006b: 65-6).

Das ações citadas acima, nos deteremos na *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento*, documento lançado pela CUT em conjunto com as centrais sindicais, em abril de 2007. A nosso ver, este documento buscou sintetizar as proposições anteriores citadas no *Acordo Social* e na *Agenda dos Trabalhadores* e melhor conseguiu avançar com a pretensão de retomada da *ação* sindical *cidadã*, porque, a princípio, a proposição envolveu uma *articulação* sindical mais ampla em torno do conjunto das centrais sindicais do país e apresentou objetivos que se articulam para além dos *interesses* imediatos do sindicalismo organizado no país.

Como assinalamos no capítulo anterior, a *Agenda* se estrutura em quatro eixos temáticos cujas diretrizes e ações resumimos em dois blocos. O primeiro, que trata do *trabalho e desigualdades sociais*, inclui propostas como: manter uma política de valorização do salário mínimo no longo prazo, gerar empregos para reduzir o contingente de desempregados e fortalecer os mecanismos de proteção ao trabalhador; elevar a formalização do mercado de trabalho com a promoção do Trabalho Decente; fortalecer a organização sindical e democratizar as relações de trabalho; ampliar o investimento em infraestrutura e serviços sociais; ampliar o papel redistributivo do Estado e reduzir a desigualdade regional; garantir sistema de previdência social pública e universal; fortalecer a agricultura familiar e acelerar o processo de reforma agrária (Dieese, 2007).

O segundo bloco está centrado na ação do *Estado e no fortalecimento da democracia* e sugere as seguintes propostas: mudanças pontuais na política econômica; ampliação dos investimentos em infraestrutura e educação, fortalecimento do papel do servidor público, adequação do papel dos bancos, das empresas públicas e dos fundos de pensão; reorganização da política tributária brasileira; política externa voltada para a promoção do desenvolvimento produtivo e social do Brasil; promoção da segurança pública e a paz social; criação de espaços de participação social e política; asseguramento da participação dos atores e movimentos sociais nas instâncias de decisão de política pública como forma democrática de gestão; reforma política; instituição do orçamento participativo nacional como uma política de governo; revisão do funcionamento dos diversos conselhos tripartites, transformando-os em espaços efetivos de formulação e deliberação; democratização dos meios de comunicação (Dieese, 2007).

Na prática, os objetivos expressos na *Agenda pelo Desenvolvimento* deveriam ser concretizados a partir da organização de uma *Jornada pelo Desenvolvimento*. Também conforme comentamos no capítulo 4, a *ação* deveria compreender um conjunto de *lutas*, organizada pelas centrais sindicais proponentes da *Agenda pelo Desenvolvimento*.

A *ação* é inovadora em relação às práticas sindicais dos anos de 1990, na medida em que potencializa a *ação articulada* entre estas *instituições* sindicais a favor da execução de uma plataforma de *ação* que extrapola os limites do *espaço da produção* e pretende propor um projeto de desenvolvimento para o país. Porém, para avançar com o exercício desta *ação sindical cidadã*, se nota que, no decorrer do documento um dos *compromissos fundamentais* assumidos pela CUT desde a sua fundação, que é a defesa da Convenção 87 da OIT, é retirado da pauta unitária. Em função da opção pela unidade entre as centrais sindicais, e, portanto, a manutenção da *relação associativa* (Weber, 2009), a CUT se reduziu a pautar nesta *Agenda* somente a reivindicação de busca por reconhecimento das centrais sindicais como parte da estrutura sindical, mas com garantias de fonte de financiamento.

Associado às pretensões expressas nas reivindicações dessa ampla *Agenda*, se verifica que está posto o desafio de extrapolar os limites desta *relação social fechada* (Weber, 2009) entre as centrais sindicais. Na verdade, se a busca é por *ampliação dos direitos de cidadania*, se afirmar como *sindicato cidadão* significa se tornar capaz de construir uma ponte (sob o signo da autonomia e da cidadania) entre os segmentos que o sindicalismo representa e aqueles que têm sido designados por excluídos (Véras, 2002). Fato que pode exigir uma revisão das práticas sindicais tradicionais, avançando com o exercício de um sindicalismo aberto ao *exterior*, ou seja, com práticas que se localizam num *modo de abertura de modo de novos caminhos* (Santos, 2000) e que pretendem a inclusão de pessoas e de temas que não constam tradicionalmente na agenda sindical.

Estes são os pressupostos fundamentais para um sindicalismo que pretende aliar *contestação* e *negociação*, avançando rumo ao exercício do *sindicalismo cidadão*. A princípio, a iniciativa *Jornada pelo Desenvolvimento* surge com uma lógica diferente daquela que seria a tipologia do *sindicato cidadão* da década de 1990, pois conforme o dirigente da CGTB:

A eleição do presidente Lula e nosso apoio à sua candidatura, tanto no primeiro como no segundo mandato, aproximou de tal maneira as centrais a ponto de ser possível começarmos um processo unitário de luta. A participação do empresariado e do governo neste seminário foi resultado de uma estratégia: não vamos falar para nós mesmos, temos que falar para o conjunto da sociedade. Então vamos pegar o que tem na nossa agenda, ver o que interessa na agenda do governo e o que tem de igual na agenda do patrão e vamos fazer consenso nisso, lutar todo mundo junto (Dieese, 2007: 24).

No lançamento da *Agenda*, a fala do dirigente sindical da CGTB expõe a importância que o governo Lula tem no estabelecimento desta *relação social fechada* entre as centrais sindicais. Esta perspectiva é, em parte, compartilhada pelo dirigente da Força Sindical, pois, de acordo com o entrevistado, para além de qualquer proposta de *pacto social*, as mobilizações pela abertura democrática envolvendo militantes e sindicatos de todo o Brasil - o que Sader (1988) definiu como os *novos personagens que entram em cena*, ou seja, a ação do *novo sindicalismo* e dos *novos movimentos sociais* no contexto do final da década de 1970 até os anos de 1980 foi decisiva para criar as bases para o exercício da democracia no país. Abaixo, segue um trecho da entrevista:

Eu acho que a partir do governo FHC nós já tivemos avanços sobre isto. Inclusive tivemos negociações com o governo sobre a previdência, sobre qualificação profissional, sobre o pagamento do FGTS dos atrasados que teve lá dos Planos Cruzados, Plano Verão, nós tivemos debate sobre as câmaras setoriais. Então tivemos experiências no governo FHC que já apontavam para esta negociação, principalmente com essa participação maior das centrais sindicais. Agora eu sinto que no governo Lula se tornou maior, porque se abriu um campo de debates sobre questões como o salário mínimo. Tivemos iniciativas que organizaram ainda mais a busca de entendimento, entre os trabalhadores, os empresários e o governo. As centrais sindicais se tornaram mais reconhecidas não só pelo governo, mas pela população, porque você tem conquistas reais. Antes as conquistas ficavam na base dos sindicatos. A partir das negociações com o governo se tornaram mais palatáveis e a gente pode divulgar que quem conquistou os aumentos do salário mínimo foram as centrais sindicais. Então eu sinto que no governo Lula foi maior esta busca, mas eu quero assim dar a tônica de que para a conquista democrática no país, os sindicatos e os militantes foram os responsáveis por essa conquista. Eu não quero dissociar aqui um bem que é necessário que é sempre garantir a democracia no nosso país, que a gente obtém ganhos. O enfrentamento é bom, a luta é boa, mas a negociação e chegar a um acordo são fundamentais (Entrevista com o Secretário Geral da Força Sindical, outubro de 2009, linhas 117-136).

O governo Lula se ancorou numa proposta de *pacto social*, apresentado inicialmente no documento “União pelo Brasil” e, materializado a partir da instalação do

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). O Conselho foi criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e a sua principal função é: “assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, e apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade”(www.cdes.gov.br).

Esta perspectiva de *ação* política orientou a primeira e segunda gestões do governo e, em grande medida, propiciou uma política de alianças ampliada entre os segmentos *representantes* dos trabalhadores. Portanto, há perspectivas de sintonia entre as centrais sindicais e o poder instituído. Realidade que impulsionou uma relação sindical que, no âmbito nacional, se expressou a partir da constituição de uma linguagem homogênea e da aplicação de uma política cuja orientação do sentido da *ação* foi marcada pela unidade em torno dos grandes temas nacionais, como por exemplo, na questão do salário mínimo nacional. A reivindicação por valorização do salário mínimo não se restringiu às *classes* tradicionalmente organizadas pelas centrais sindicais, mas acabou por atingir uma gama diversificada de *trabalhadores* cuja *situação de classe*, em geral, não é favorável ao estabelecimento de *uma relação associativa*, conferindo uma nova visibilidade a *ação* das centrais sindicais no plano nacional.

As recomposições políticas que acontecem no interior da CUT têm associação à relação da CUT com o poder instituído. Mas vão para além disto, pois de acordo com o dirigente sindical da Conlutas, a partir da instalação do Fórum Nacional do Trabalho⁹³, se abriram as perspectivas para o reconhecimento legal das centrais sindicais com sustentação financeira garantida pelo Estado.

Esta sinalização para a *mudança* criou os pilares para o início da reorganização no *campo* sindical nacional neste novo século:

⁹³ O Fórum Nacional do Trabalho (FNT) de natureza tripartite e sob a coordenação do MTE foi criado pelo governo Lula com o objetivo de discutir a reforma sindical e trabalhista. No 8º CONCUR (2003) uma das principais deliberações do Congresso foi pela participação da Central no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), visando construir uma proposta de reforma sindical no país. O atual Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT) no qual a CUT e as centrais sindicais reconhecidas tem assento é fruto dos debates do FNT. Sobre a atuação da CUT no Fórum Nacional do Trabalho, vale a pena ver o trabalho de Ladosky (2009).

Nós estamos vivendo um processo de reorganização do movimento sindical e que vem de certo tempo. E, digamos assim, é um processo de reorganização mais pela esquerda que surge de rupturas da CUT, mas há processo de reorganização também pela direita. No processo de discussão da reforma sindical em 2004 e 2005, impulsionado pelo governo e com participação da CUT e da Força Sindical, houve uma movimentação do sistema confederativo brasileiro que gerou a NCST que foi uma iniciativa do Zé Calixto com 7 das 11 confederações. Porque ele achava naquele momento que iam se formar centrais e retirar a representação das confederações. Então ele formou uma Central para ele. Tem a UGT que vem de uma unificação de uma parte da Força sindical, SDS, CGT, CAT, é uma tentativa de construir um pólo maior e com mais condições de negociar. E no bom português, negociar as verbas do Estado, negociar espaço de representação. A CTB surge também de uma ruptura da CUT com outro viés. Nós temos muitos desacordos políticos com eles, mas é uma corrente política legítima neste sentido. Então o surgimento de novas centrais aumenta a necessidade de que haja um esforço comum acerca daquilo que possa ser feito em comum. O Dieese deu uma contribuição importante para isto e constituiu um conselho político com todas as centrais e este é um espaço que se reúne periodicamente e discute problemas, políticas e iniciativas que são importantes. Nós não participamos das iniciativas que se relacionam com a relação com o governo, porque se a gente entra neste espaço (Fórum) nós vamos sentir que somos um obstáculo. Então se as Centrais acham isto façam. E aquilo que nós temos em comum, nós vamos fazer juntos. A manifestação de 14 de agosto de 2009 e outras que surgirem nós vamos estar juntos e não tem nenhum problema. Mas, eu acho que aumentou a incidência de ações conjuntas das centrais também porque aumentou o número de centrais sindicais, o que aumenta a exigência de que haja um espaço de unidade, senão a fragmentação cresce muito (Entrevista com o dirigente sindical da Conlutas, dezembro de 2009, linhas 116-142).

No cenário de reorganização sindical que acontece tanto pela *esquerda* como pela *direita*, conforme definiu o dirigente da Conlutas, para além do reconhecimento sindical, medidas como a Portaria 186 e a Instrução Normativa nº 1⁹⁴ deram impulso às reconfigurações que acontecem no *campo sindical* atualmente. Esta realidade foi avaliada durante a 13ª Plenária estatutária da CUT, realizada em outubro de 2011. De acordo com esta central:

A Portaria 186 do Ministério do Trabalho abriu também a possibilidade de reconhecimento das federações e confederações CUTistas que se constituíram na prática sindical, independentemente da estrutura oficial e que hoje são legítimas representantes dos/as trabalhadores/as. Este

⁹⁴ A Instrução Normativa nº 01, de 3 de outubro de 2008, instituiu a obrigatoriedade do recolhimento do imposto sindical pelos órgãos da administração pública das três esferas de governo. Mas, em 15 de janeiro de 2013, o novo Ministro do Trabalho Sr. Carlos Daudt Brizola (PDT) decidiu tornar sem efeito a Instrução Normativa nº 1.

processo deu início, por outro lado, a uma grande disputa entre as Centrais Sindicais devido ao processo de regularização do registro destas entidades dentro das exigências impostas pela Portaria. Ainda, a Portaria 186 provocou alteração na dinâmica do movimento sindical possibilitando o desmembramento de base territorial e de categoria nos sindicatos sem qualquer critério de representatividade; o que vem provocando um fracionamento ainda maior das entidades, na contramão da proposta histórica da CUT de ampliação das bases de representação a partir da construção de sindicatos por Ramo e da ampliação da base territorial (CUT, 2011b: 53).

Embora a *Agenda pelo Desenvolvimento* possa ser associada à perspectiva de exercício de um *sindicalismo cidadão*, os limites da *ação política*, coordenada pelas bases sindicais da CUT, fizeram com que as ações objetivadas por essa *Jornada* fossem colocadas em segundo plano, conforme se observa na fala do dirigente de Minas Gerais. O entrevistado apontou que, na agenda dos sindicatos, as questões prioritárias continuam voltadas para o *espaço da produção*, focadas nas campanhas salariais e na saúde privada que pode ser oferecida ao trabalhador. Por exemplo, é comum que os sindicatos da CUT ofereçam serviços aos seus associados, tais como: planos de saúde privados, espaços para lazer e entretenimento, parcerias com instituições de ensino, entre outros serviços. Vale dizer, prestação de serviços destinada a suprir *interesses* de um sindicalismo que *representa* predominantemente trabalhadores de classe média.

É assim quando você chega na base, nos sindicatos. É lógico que as campanhas salariais elas passam muito pela questão salarial, qual vai ser o meu aumento real, as minhas melhores condições de trabalho, agora a CUT tem cumprido um papel importante junto a esses sindicatos e nas categorias. Agora esta questão do desenvolvimento no nosso entender a CUT hoje consegue fazer este debate de forma bastante importante, de forma bastante trabalhada, técnica inclusive. Porque num momento de crise internacional que se espalhou pelo mundo afora, e chegou aqui no país, se nós, trabalhadores, não tivéssemos cobrado que o país deveria seguir a linha do desenvolvimento, do crescimento, com certeza nós estaríamos numa das maiores crises. Estaríamos amargando o desemprego. Então naquele momento que nós falamos na continuidade do desenvolvimento e colocamos inclusive que era necessário manter a política de valorização do salário mínimo, a política com relação ao bolsa família, aumentar o número de empregos e fazer uma agenda totalmente contrária a proposta dos empresários. Então eu acho que nós conseguimos avançar na nossa proposta do desenvolvimento. Eu acho que nós estamos no caminho certo, neste debate com relação ao desenvolvimento. Nós conseguimos aplicar aquilo que falamos lá no 3º CONCURTO que é a questão de construir uma CUT cidadã, um sindicato cidadão, trabalhar a transformação da sociedade e do social. No nosso entendimento o sindicato cidadão, atravessa a porta da fábrica e, pode trabalhar a questão

das associações de bairro e da melhoria da vida do povo de maneira geral. Muitas vezes é só o trabalhador da saúde que vai discutir a saúde, mas a população de uma forma geral tem que discutir a saúde pública e o SUS. Hoje na questão da saúde nós temos até mesmo sindicatos que tem assistência médica particular, convênios, porque nós não colocamos o debate da utilização de fato e a melhoria do SUS (Entrevista com o Presidente da CUT Minas Gerais, julho de 2010, linhas 79-109).

Outro limite de caráter *político*, evidenciado no momento da aplicação da *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento*, e, portanto, para a agenda *cidadã* que a CUT pretendeu desenvolver, está localizado na *articulação* das centrais sindicais nos Estados, pois, com a permanente *disputa* no campo político *institucional*, não se consolidou uma *relação associativa* entre as *representações* das centrais sindicais que permita avançar com tal agenda nas regiões do país. Novamente, conforme o dirigente de Minas Gerais:

Eu acho que se você pega na questão das lutas mais gerais, por exemplo, a questão do salário mínimo, das 40h, eu acho interessante. Mas por outro lado, as centrais, eu acho que elas estão utilizando esta aproximação com a CUT para ter uma maior visibilidade e inclusive para acirrar a disputa com a CUT. Então as centrais em nível nacional tem uma relação muito boa com a CUT, mas quando você chega nos Estados a disputa é “pau puro”. Então a gente tem que ficar com o pé atrás e fazer esta unidade de ação, mas não esquecer da ação maior. Não esquecer que nos Estados e nos sindicatos a disputa prevalece e é cada vez mais acirrada. E a outra coisa é a questão do imposto sindical e o reconhecimento das centrais com o imposto através do MTE. Isto fortaleceu a CTB, a FS, mesmo porque nós não vamos fazer a mesma coisa, mas eles têm utilizado esse dinheiro não só para fazer o enfrentamento, mas para comprar sindicatos com o dinheiro do imposto sindical. Em Minas, a oferta pode ser estrutura, sede própria...a CUT que tem uma proposta mais a esquerda e com mais avanços, eu acho que nós tivemos uma grande perda, neste momento, nós temos mais prejuízo com o imposto do que avanço (Entrevista com o Presidente da CUT Minas Gerais, julho de 2010, linhas 15-40).

Na região norte, a preocupação caminha no mesmo sentido. De acordo com a entrevistada do Pará, o quadro de reconhecimento jurídico com garantia de sustentação financeira intensificou a *concorrência* entre as centrais sindicais e, em alguns casos, a *disputa* pelos sindicatos é definida em situações de coação e violência física. A nosso ver, estas perspectivas para a ação sindical tendem a impedir o exercício de um *sindicalismo cidadão*.

A região norte é bem diversificada na questão geográfica. E de 2003, 2004 com a criação das novas centrais a gente teve uma luta mais travada com a questão da disputa da base dos sindicatos. A CUT aparece mais na

sua base devido ao grande entrave nas negociações, salário, redução da jornada, juventude, mulheres, e aí estamos com este trabalho na base para mostrar a CUT aos seus ramos. A criação da Nova Central tem horas que a gente discute e vai para porrada mesmo, tem horas que a gente tem os mesmos acordos e objetivos, mas como é uma questão política, de divisão de base a gente tem que estar nas bases o tempo todo, para não deixar fazer esta divisão (Entrevista com a Secretária de Comunicação da CUT, julho de 2010, linhas 12-19).

Na região centro-oeste, a avaliação é de que a *Jornada pelo Desenvolvimento* tem um componente positivo que é a maior inserção da CUT na região. Neste caso, a inserção é traduzida em visibilidade comunicacional. No entanto, a articulação com as centrais sindicais para negociar uma *agenda pelo desenvolvimento*, prioritariamente junto com empresários e o poder instituído, é vista com restrições:

A partir da Jornada a CUT está mais presente no dia a dia do trabalhador, embora ela nunca deixe de estar, mas tem avançado com maior visibilidade da CUT nos Estados. Em São Paulo perguntar por CUT é fácil responder, mas no interior do país isto já se complica. Portanto, hoje os trabalhadores no interior do país (e eu falo por Goiás) têm uma melhor clareza do que é a CUT. Eu entendo que ela está mais presente, por fazer mais divulgação, saindo, divulgando material promocional, então isto é natural hoje, você vê o trabalhador comum que às vezes não tem esta consciência da necessidade de se sindicalizar está lá com uma camiseta da CUT e isto é muito legal. Mas, eu imagino que vá levar um bom tempo para amadurecer esta relação com as centrais, porque a CUT sabe quem ela é, sabe a que venho, e muitas centrais embarcaram neste modismo, neste movimento do processo de legalidade das centrais e estão aí tentando ver quem são neste cenário (Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente da CUT-Goiás, julho de 2010, linhas 8-23).

A CUT exerce um protagonismo no movimento de *articulação* das centrais sindicais reconhecidas pelo MTE, mas esta é uma dinâmica que tem maior peso no âmbito nacional, pois se verifica que há uma limitação *institucional* que é marcada pelo distanciamento da *ação* da cúpula da Direção da CUT Nacional em relação às Direções das Estaduais da CUT. Portanto, apesar da *ordem estatuída* se voltar para o cumprimento da *Jornada pelo Desenvolvimento*, nos Estados, se verifica que a *relação associativa* não tem a mesma intensidade. O que ocorre, em geral, é a *articulação* de algumas ações pontuais entre as centrais sindicais. Esta limitação foi salientada no capítulo 4, quando mostramos que, no 10º CONCURTO, em 2009, 45,9% dos delegados têm conhecimento das propostas da CUT para um *novo modelo de desenvolvimento* e 51,4% afirmaram desconhecer a

formulação, assim como as propostas da CUT para disputar um novo modelo de desenvolvimento.

No 10º CONCURTO, verificamos que, para os dirigentes sindicais, deve prevalecer na agenda de negociação da CUT, questões como salário, jornada de trabalho, entre outras pautas. Reivindicações que pretendem a *luta* por uma cidadania nas questões que dizem respeito ao *espaço da produção*. Apenas 2,7% dos delegados consideraram fundamental para a CUT tornar o tema *modelo de desenvolvimento econômico e social* uma *ação* prioritária no período 2009-12. O resultado reforça que há uma limitação *institucional* e demonstra o distanciamento entre as propostas defendidas pela cúpula da CUT e as suas bases sindicais.

Portanto, se a CUT quiser avançar com um *sindicalismo de negociação*, que se expressa a partir de uma *agenda pelo desenvolvimento* precisará superar déficits próprios da *instituição*, tais como: capacidade de articulação das pautas da CUT Nacional ao cotidiano das entidades sindicais da sua estrutura *horizontal* e *vertical*, falta de conhecimento dos seus dirigentes de base em relação às principais propostas da CUT, formação dos quadros dirigentes, entre outros.

Na sequência desta *Jornada pelo Desenvolvimento*, se a CUT pretende *disputar os rumos do desenvolvimento do país*, a partir do exercício de um *sindicalismo cidadão*, a *articulação* deste fórum das centrais sindicais em direção aos movimentos sociais, visando à legitimação desta *Agenda pelo Desenvolvimento*, é estratégica para a efetiva legitimação da prática sindical *cidadã* na sociedade. No entanto, a fala de um dos principais movimentos que compõem a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) demonstra que não há *muita ligação* entre esses fóruns. O reconhecimento desta agenda é pontual e se dá em situações de crise e maior vulnerabilidade social. Em geral, em momentos em que as centrais sindicais têm dificuldades de fazer uma *oposição*, por exemplo, a medidas governamentais.

As centrais sindicais agora também começaram a construir o próprio fórum delas e aí estão todas as centrais exceto a Conlutas e a Intersindical, inclusive até a Força sindical participa deste Fórum das Centrais. A partir deste fórum, as bandeiras de luta importantes do ponto de vista das conquistas dos trabalhadores, do ponto de vista para retomar a diminuição da carga horária, mantendo o salário, diminuição da

jornada, são bandeiras que nós desde o início da CMS estamos empunhando. Quando tem algumas bandeiras de luta que perpassa a CMS, faz com que haja uma costura de alianças entre a CMS e este fórum das centrais. Isto também resulta de que muitas vezes também se conversa com outros setores, como foi o caso da mobilização que houve para criticar as políticas que vem sendo tomadas por conta da crise e as demissões, do capitalismo e da crise econômica. De fato, acho que é importante essa convergência, esta articulação, ainda que não esteja muito ligado, acho que é importante fazer esta ponte. Então, por exemplo, a mobilização do mês de março de 2009 contra a crise foi uma mobilização que ultrapassou todos estes outros fóruns e então se juntou. Contrói-se uma aliança importante e o resultado disto é o povo na rua (Entrevista com o Secretário de Relações Internacionais do MST, dezembro de 2009, linhas 92-105).

A percepção revelada pelo dirigente do MST – associada ao que explicitamos no capítulo 4, enfocando que, frente às denúncias de corrupção, a CMS saiu em defesa do governo Lula – demonstra que há distanciamento na relação da CUT com os movimentos sociais e a sua agenda de *lutas* no âmbito nacional. A CUT Nacional tende a acionar a participação dos movimentos sociais de forma pontual, muitas vezes posicionando a CMS no âmbito das estratégias reativas frente às denúncias de atrelamento da Central Única dos Trabalhadores ao Governo Lula, o que reflete a busca por um maior grau de *autonomização* em relação à estrutura governamental.

A CUT deve *investir mais na relação com os movimentos sociais*. Esta é uma opinião destacada pelos movimentos sociais (CONAM e MST), além de ser uma percepção comum entre os *representantes* da CUT nos estados. Neste sentido, se pode apontar a aproximação com os movimentos sociais como sendo uma política aplicada em 24 estaduais⁹⁵ da CUT que constituíram a Coordenação dos Movimentos Sociais. É a partir da aproximação com este segmento que muitas *representações* estaduais veem que é possível a CUT pôr em prática uma agenda mais ampla, mais próxima do exercício de um sindicalismo de *caráter cidadão*.

Eu acho que a CUT deve continuar investindo na relação com os movimentos sociais. A questão do investimento com relação às centrais, eu acho que é pontual. Nós temos que organizar a sociedade como um

⁹⁵ As *representações* estaduais da CUT que afirmam ter constituído a Coordenação dos Movimentos Sociais são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Ceará, Bahia, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Paraíba (Fonte: Informações da Secretaria Geral da CMS, janeiro de 2010).

todo, o MST, o movimento de moradia, eu acho que é aí que a CUT tem que investir mais. Essa relação tem sido muito interessante, primeiro porque a CUT consegue fazer estas ações do conjunto do movimento social e a CUT não fica presa só a salário, aposentadoria. Mas a CUT consegue estar junto com o Sem Terra, na luta pela reforma agrária, consegue estar junto com os companheiros da luta pela moradia e essas são ações fundamentais para que a CUT possa ser uma central que representa a sociedade de uma forma geral. Nossa luta pelo salário mínimo, por exemplo, não é uma luta extremamente sindical, a questão dos trabalhadores você atingiu aí vários trabalhadores que não são filiados a CUT, ao sindicato, de todas as categorias, então o salário mínimo é uma questão social, não é uma questão somente sindical e então isto para gente é extremamente importante (Entrevista com o dirigente sindical da CUT – MG, julho de 2010, linhas 65-75).

Ainda sobre a avaliação das ações unificadas entre as centrais sindicais, se identificaram, por um lado, situações de *impasse*, como no caso da CUT-Pará. A dirigente sindical afirmou que: “A CUT não chega a perder com a unidade, mas muitos trabalhadores não entendem. Então, quando unifica para defender o trabalhador é bom, mas a gente fica preocupada com a relação com a base, os trabalhadores em si”. Ou seja, parece existir aqui um descompasso entre a *ação política* adotada pela CUT Nacional e as expectativas dos dirigentes e trabalhadores que têm atuação nos sindicatos de base.

Por outro lado, há situações em que o discurso *institucional* é assumido integralmente, como é o caso do dirigente da CUT-Bahia, que, ao ser entrevistado, afirmou que:

É uma política correta da CUT esta unidade em torno de bandeiras e grandes projetos. Nós não escondemos as nossas diferenças. Temos diferenças profundas de concepção, mas temos a grandeza e a maturidade de nos unificar na defesa de grandes projetos de interesse da classe trabalhadora. Nós não queremos apenas crescimento. Nós queremos crescimento com desenvolvimento, distribuição de renda e geração de mais e melhores empregos, garantia de serviços básicos e essenciais à população, ou seja, a presença do Estado na vida das pessoas. E nós vemos hoje regiões esquecidas pelo Estado. Onde não chega água de qualidade, energia elétrica, não tem estrada, rede de esgoto e escola de qualidade. Então a nossa luta é pelo desenvolvimento, crescimento, buscando a expansão das políticas públicas (Entrevista com o Presidente da CUT Bahia, julho de 2010, linhas 37-47).

Diante dos *dilemas* provocados pelo desenvolvimento de uma *relação social* ampliada entre as centrais sindicais com uma agenda comum, se verifica que a *Jornada pelo Desenvolvimento*, iniciada em abril de 2007, vai se distanciando da sua composição

política inicial. Embora a CUT continue com a sua pretensão de *influenciar nos rumos do desenvolvimento do país*, se pode verificar que tanto no discurso institucional, quanto na documentação produzida é feita uma alteração da cronologia e dos fatos, conforme mudam os *interesses da instituição*:

A Jornada pelo Desenvolvimento teve início em 2005, com a ocupação pacífica de Brasília e a construção da Agenda dos Trabalhadores, visando articular a estratégia da CUT aos grandes temas nacionais. O 9º CONCURTO, em 2006, confirmou esse movimento com resoluções baseadas no binômio trabalho e democracia, propiciando que a CUT definisse como eixo estratégico a disputa de projetos na sociedade.

Desenvolvemos uma ação articulada com as demais centrais sindicais e, em 2007, realizamos o “Seminário Nacional Desenvolvimento, distribuição de renda e valorização do trabalho”, como o objetivo de aprofundar a reflexão de questões elencadas como essenciais para uma proposta de desenvolvimento, a partir da concepção dos trabalhadores e a formatação da Agenda dos Trabalhadores para o Desenvolvimento (CUT, 2010b: 59).

Estas alterações revelam *mudança* na orientação do *sentido* da ação sindical, pois a partir de 2008 o que era para ser uma *Jornada pelo Desenvolvimento articulada* pela CUT e as centrais sindicais, se transformou numa *ação* da CUT que, depois da criação de grupos de trabalho, pretendeu a *consolidação da concepção de desenvolvimento* (CUT, 2010bg: 59). Neste contexto, a CUT se propôs a realizar seminários nas cinco regiões do país e produzir materiais específicos sobre o tema, tendo como horizonte a construção de uma *Plataforma da Classe Trabalhadora para as eleições 2008*. A *orientação* dada pela CUT as suas *representações* nos Estados era buscar o comprometimento dos candidatos aos governos municipais, objetivando aplicar as propostas da CUT após as eleições.

A *mudança* na orientação do *sentido* da ação sindical em relação aos aliados prioritários pode ter sido ocasionada por vários fatores, tais como: a ampliação das *lutas* pela posse das instituições, visando o aumento da representatividade oficial delegada pelo MTE; o distanciamento das *representações* Estaduais da CUT em relação à *ordem vigente* nacional, na medida em que estabelecer parcerias com as centrais sindicais em torno de uma *agenda pelo desenvolvimento* não foi uma estratégia prioritária nos Estados; o desconhecimento que os dirigentes revelaram em relação às propostas da CUT para a construção de *novo modelo de desenvolvimento*; as relações sociais estabelecidas entre as

instituições sindicais e os partidos políticos, interferindo nos avanços de uma agenda sindical nacional comum, entre outros fatores.

As mudanças na *relação social fechada* entre as centrais sindicais fizeram com que a CUT continuasse a sua *Jornada* pretendendo a organização de mais uma pauta *negocial*, desenvolvida com base nos moldes da *Plataforma da Classe Trabalhadora para as eleições 2008*. Assim, em maio de 2010, a CUT Nacional lançou a *Plataforma da CUT para as eleições 2010*, afirmando que:

A Plataforma será o instrumento para a consolidação das parcerias no movimento sindical e social, enraizamento das propostas e intervenção efetiva nas eleições nas eleições 2010. Está conformada com base em três Diretrizes Gerais: Valorização do Trabalho; Igualdade, Distribuição de Renda e Inclusão Social e, Estado Democrático com caráter público e participação ativa da sociedade. Deverá, então, se constituir num instrumento de debate e comprometimento dos candidatos às eleições 2010; no entanto, não se esgota neste momento. Reúne um conjunto amplo de propostas, elaboradas coletivamente em nossos fóruns e por entidades filiadas e orgânicas. Deve sim, constituir-se numa fonte de referência para posicionamentos e uma permanente ferramenta de negociação e mobilização. Mais ainda, instrumento de acompanhamento das políticas a serem implementadas, no país, no próximo período (CUT, 2010b: 7).

Nota-se que, ao propor uma *ferramenta de negociação e mobilização* que visa à *consolidação de parcerias no movimento sindical e social*, a CUT se aproxima das propostas expressas pelo *sindicato cidadão*. Porém, neste início de século, se observa que esta *ação* vai ganhar mais intensidade na *prática sindical* em períodos eleitorais. Esta perspectiva de *ação* pode corresponder a uma estratégia reativa frente ao pleito eleitoral e à *ampla* coligação nacional, pois, mesmo tendo aprovado um posicionamento político de apoio à candidata Dilma Rousseff do PT, para ter assegurado o *comprometimento dos candidatos* com as reivindicações da sua *Plataforma*, a CUT, no âmbito nacional teria que lidar com os *interesses* da coligação - *Para o Brasil seguir mudando* – que, além do PT, envolveu nove partidos políticos.

A organização da assembleia realizada no Estádio do Pacaembu, conforme comentamos no capítulo anterior, reforçou a *relação social fechada* para *dentro*, marcada pela *união de interesses* das centrais sindicais em eleger a candidata do PT. A constituição de uma linguagem homogênea orientada para o apoio à pré-candidata do PT fez com que a

CUT, a Força Sindical, a CTB, a CGTB e a NCST, aprovassem uma pauta consensual com 249 itens, denominada *Agenda da Classe Trabalhadora Pelo Desenvolvimento com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalho*, retomando, em grande medida, a *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento*, lançada em abril de 2007. Nesta nova etapa da *unidade* entre as centrais sindicais, a influência dos *partidos* não pode ser desconsiderada, pois muitos dos *líderes e quadros de partido* que integraram à coligação partidária formada pelo PT, PMDB, o PDT, o PSB, o PR, o PCdoB, o PRB, o PTN, o PSC e o PTC têm atuação nas direções das centrais sindicais. Em um cenário de reconhecimento legal, isto significa acesso ao *aparato* institucional sindical, incrementado pelos recursos do imposto sindical desde 2008.

No dia anterior, com a *ação* no Pacaembu, em 31 de maio de 2010, a Coordenação dos Movimentos Sociais realizou uma atividade similar à que foi organizada pelas centrais sindicais. A Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais, de acordo com a Secretaria Geral da CMS, envolveu mais de 2500 participantes, vindos dos estados de: Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. No final da atividade, foi aprovada uma plataforma de *ação* denominada *Projeto Nacional e Popular dos Movimentos Sociais*. O *Projeto* foi elaborado a partir de assembleias realizadas durante os Fóruns Sociais Mundiais Temáticos, em janeiro de 2010, nas cidades de Porto Alegre e Salvador. Desde então, a estimativa dos organizadores da *ação política* é de que mais de 10 mil pessoas participaram de sua formulação através de plenárias estaduais da CMS, realizadas nos estados brasileiros.

A análise do *Projeto Nacional e Popular dos Movimentos Sociais* vai demonstrar que o documento tem um conteúdo mais *contestatório* do que *negocial*, pois inicia com uma crítica contundente ao capitalismo e propõe o fortalecimento da solidariedade de *classe* como estratégia de resistência ao atual *modelo predatório*, conforme segue:

O capitalismo predatório destrói o meio ambiente causando graves desequilíbrios climáticos, desrespeita os povos de todo o mundo e suas soberanias, explora o trabalhador e desestrutura o mundo do trabalho, exclui o jovem, discrimina o homossexual, oprime a mulher, marginaliza o negro, mercantiliza a cultura é agora visto com ressalvas. A crise

financeira mundial é uma crise do sistema capitalista. Ela expôs as contradições intrínsecas a esse modelo e quebrou as certezas e a hegemonia do mercado como um “Deus” regulador das relações comerciais e sociais. Essa crise abriu a possibilidade de se rediscutir o ordenamento mundial através de um modelo mais multipolar com um maior protagonismo de países emergentes como o Brasil, repensar os rumos da sociedade, o papel do Estado e um novo modelo de desenvolvimento. Porém, sabemos que o momento pelo qual passamos é de profundas adversidades para a classe trabalhadora, em função da crise financeira e climática em curso. A consequência das crises é o aumento da desigualdade e por esse motivo reafirmamos o nosso desafio com as lutas e com a solidariedade de classe (CMS, 2010).

O documento expressa também uma preocupação com as questões relacionadas à *globalização hegemônica* (Santos, 2001) quando denuncia *os movimentos do imperialismo e reafirma o compromisso com a luta por justiça social, democracia, soberania, propondo a integração solidária da América Latina e de todos os povos do mundo* (CMS, 2010). No plano nacional, a plataforma de *ação* dos movimentos sociais faz uma avaliação positiva do Governo Lula, afirmando que “O Estado foi fortalecido alcançando maior ritmo de desenvolvimento, a distribuição de renda e o progresso social avançaram com a valorização do salário mínimo, das políticas sociais e a integração solidária do continente foi estimulada” (CMS, 2010). Porém, expõe duras críticas à política econômica deste governo e reivindica:

Mudanças na política econômica, com redução dos juros e do elevado superávit primário, para que o país transite para um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Estas mudanças são fundamentais para contribuir com o fortalecimento e a ampliação dos programas sociais, investimentos em infraestrutura, saúde, educação, habitação, saneamento, energia, transporte público, geração de emprego e distribuição de renda. Reivindicamos a realização de reformas estruturais que avancem e consolidem as conquistas deste último período. Lutamos pelas reformas política, tributária, urbana, agrária, da educação e dos meios de comunicação como forma de ampliar a participação do Estado na indução do desenvolvimento com a conquista de mais direitos para o povo. Seguiremos na luta contra o latifúndio e em defesa da biodiversidade e dos recursos naturais como forma de preservação do meio ambiente, dos ecossistemas, da fauna e flora integradas com o homem. Reafirmamos a luta contra os monocultivos predatórios, os desmatamentos, o uso de agrotóxicos que gera a poluição dos rios e do ar (CMS, 2010).

Embora a *ação* da Coordenação dos Movimentos Sociais não faça uma referência explícita ao apoio à candidata Dilma do PT à presidência da República, no final do documento consta a proposta de organizar “Comitês Sindicais e Populares de Campanha

com o objetivo de divulgar o Projeto Nacional e Popular dos Movimentos Sociais, fortalecer a unidade dos trabalhadores/as e movimentos sociais, mobilizar o povo para impedir o retrocesso, ampliar as conquistas e aprofundar as mudanças” (CMS, 2010). Deste modo, são delineadas as perspectivas de *ação social política* a serem perseguidas no período e se demonstra que há uma parcial *autonomia* da CMS em relação aos governos do PT.

Ao realizarmos uma análise passo a passo das duas mobilizações, se percebe que a CUT investiu nas duas ações *política*, empreendendo diferentes tipos de *capitais* (Bourdieu, 1989). Se, por um lado, a ação no Pacaembu exigiu um importante investimento econômico⁹⁶ e diversos tipos de contratações de serviços dos *profissionais da política*, por outro lado, a *ação política* com a Coordenação dos Movimentos Sociais se organizou de forma menos *profissional*. O local para a realização da Assembleia dos Movimentos Sociais foi cedido gratuitamente pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, que é filiado à CUT. A organização dos participantes foi voluntária e motivada principalmente pelas experiências de participação em *ações* com este formato, pois, em sua maioria, os diferentes movimentos sociais e instituições que integram a CMS têm origem no *campo democrático popular*.

A realização da Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais e da *ação política* no Pacaembu, que culminaram com a elaboração de plataformas de *ação*, permitiu a CUT superar o *caráter fechado* da *relação social* estabelecida entre as centrais sindicais e evidenciou um momento de abertura *para fora* a partir da aproximação com os movimentos sociais e diversos segmentos sociais que se identificam com estas plataformas. A nosso ver, a CUT investiu nestas iniciativas, buscando fortalecer a relação com as centrais sindicais e rearticular o *campo democrático e popular* que reúne, inclusive, *representantes de tendências políticas* que saíram da CUT. No entanto, estas *articulações* e *recomposições* se dão com maior intensidade em períodos eleitorais. O que evidencia que há limites para o exercício de um *sindicalismo cidadão*. Posterior às eleições, não há uma

⁹⁶ Para a realização da *ação política*, foi alugado um estádio de futebol em São Paulo. Além disto, as centrais sindicais investiram em contratação de serviços de infraestrutura, cobertura de imprensa, compra de passagens e de lanches. Estima-se que o investimento total tenha sido por volta de 800 mil reais.

busca por um enraizamento contínuo desta *Agenda pelo Desenvolvimento* e deste *Projeto Popular na comunidade*, por exemplo.

No último período, se verifica que a CUT tem apresentado dificuldades no sentido de estabelecer um posicionamento efetivo em direção a uma *ação sindical cidadã*, pois se, por um lado, há os limites na relação da CUT para *dentro*, por outro lado, os limites na relação da CUT para *fora*, principalmente na relação com os poderes executivo e legislativo, pode ter tido impacto nas estratégias que a Central Única dos Trabalhadores pretendeu desenvolver no sentido de avançar com uma *ação sindical cidadã*.

No período do Governo Lula, de 2003 a 2010, conforme apresentado no capítulo 4, as centrais sindicais viram crescer os espaços de participação institucional. Realidade que abriu novas perspectivas para a ampliação de direitos no *espaço da cidadania*. No entanto, a relação com o congresso nacional, especialmente com a Câmara dos Deputados não se mostrou favorável à plataforma de reivindicações que as centrais sindicais vêm apresentando neste início de século.

Mesmo quando a CUT apontou sinais de ruptura na *relação social fechada* entre as centrais sindicais e decidiu realizar a *ação sindical* somente com os seus militantes, se verifica que a bancada de deputados do PT não atuou de forma unificada a favor do andamento dos projetos e pautas de *interesse* defendidas nas plataformas da central sindical no espaço legislativo. Assim, se constata que há uma distância entre as aspirações da base sindical *petista* e o os *representantes* do PT no poder legislativo. Vale lembrar que, no período atual, o PT é um partido no governo.

De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diap, em 2010, foram eleitos 227 novos deputados (44,25%) e 286 reeleitos (55,75%). A origem da renovação está situada nos partidos pequenos e nas regiões centro-oeste e nordeste do país.

A seguir, apresentamos a *tabela V.1* que trata da distribuição dos deputados eleitos por partido político no período 2002-2010.

Tabela V.1. - Distribuição dos deputados eleitos por partidos político, comparativo 2002, 2006 e 2010

Partido / Ano	2002	2006	2010
PR*	26*	25 (-1)*	41 (+16)
PSC	1	9 (+8)	17 (+8)
PSB	22	27 (+5)	34 (+7)
PRB	0	1	8 (+7)
PT	91	83 (-8)	88 (+5)
PDT	26	24 (-2)	28 (+4)
PCdoB	12	13 (+1)	15 (+2)
PV	5	13 (+8)	15 (+2)
PRTB	0	0	2 (+2)
PRP	0	0	2 (+2)
PTdoB	0	1	3 (+2)
PMN	0	3	4 (+1)
PSL	0	0	1 (+1)
DEM**	84	65 (-19)	43 (-22)*
PSDB	71	66 (-5)	53 (-13)
PMDB	74	89 (+15)	79 (-10)
PPS	15	22 (+7)	12 (-10)
PTC	0	3	1 (-2)
PTB	26	22 (-4)	21 (-1)

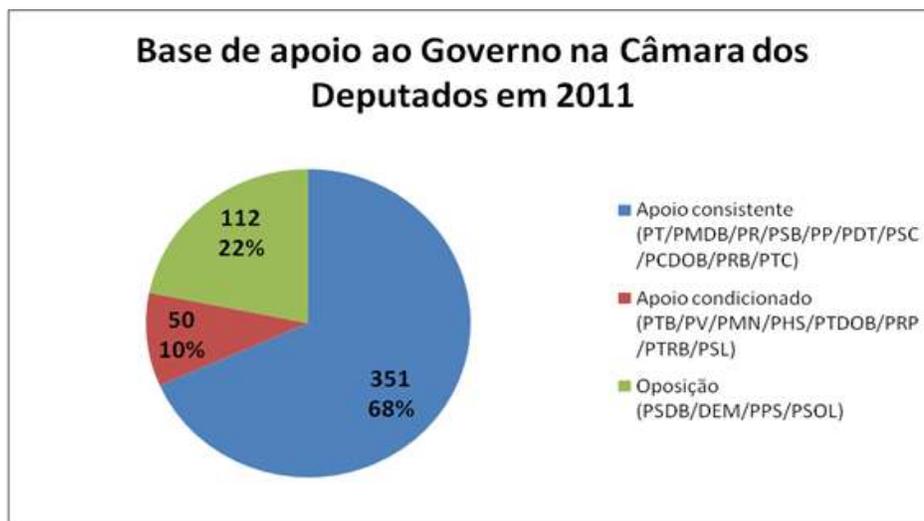
Fonte: Diap (2010)

* O Prona, que elegeu dois deputados em 2006, por força da cláusula de barreira se juntou ao PL para criar o PR.

** Antigo PFL.

A seguir, apresentamos o *gráfico* V.1 que mostra como a Câmara dos Deputados se posiciona em relação ao governo federal, projeção para o período 2011-15, elaborada pelo Diap.

Gráfico V.1. - Posição política da Câmara dos Deputados em relação ao governo federal, período 2011-15 (%)



Fonte: Diap (2010)

Esta pesquisa não pretende aferir as razões pelas quais a Câmara dos Deputados, principalmente os parlamentares *petista*, se mostraram distantes das reivindicações apresentadas pela CUT. Mas, ao olharmos a composição da câmara por partido político, articulada à análise do *gráfico*, podemos indicar que no período do governo Lula, a base de apoio era menor do que a ampla coligação constituída em 2010. Além disto, a grave *crise* política enfrentada pelo governo, entre 2004-2005, além das recomposições *políticas* que gerou tanto para o governo como para o Partido dos Trabalhadores e, ainda, o peso da liderança de Lula, que sempre esteve à frente de negociações nacionais importantes (como por exemplo, na questão do salário mínimo), podem ter sido fatores que limitaram a continuidade da *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento* e o exercício de um *sindicalismo cidadão no espaço da cidadania*.

Em 2011, no primeiro ano do Governo de Dilma Rousseff, a CUT pautou a sua atuação pela busca por maior *autonomia*. A busca por *autonomia* refletiu, em grande parte, o descontentamento da CUT com o novo governo e, novamente, com a Câmara dos Deputados, principalmente com os parlamentares do PT. Em artigo no Jornal *Valor Econômico*, publicado no site da CUT, em 27 de julho de 2011, o presidente da *instituição*

avaliou sobre a experiência da mesa de negociação permanente instalada no âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República:

Não queremos ser informados das decisões do governo, mas participar delas. Nós ficamos ali discutindo com o Gilberto Carvalho⁹⁷ a convenção 151 da OIT, o fim do fator previdenciário, a redução da jornada, as contrapartidas, o fundo de garantia. Paralelamente, tem uma reunião com os governadores, e a Dilma anuncia o modelo de concessão dos aeroportos. E aí, crise, saímos nós batendo, dizendo que não fomos consultados. É a mesma coisa, agora, em relação à desoneração da folha de salários. São exemplos de que o método é importante – ter negociação permanente – mas, ele não está dando conta das tarefas ou dos principais temas que nós queremos discutir. Se não tiver mesas de negociação permanente articuladas entre governo, empresários e trabalhadores, nos vários setores econômicos, nós vamos ficar presos a uma agenda muito interessante que nós queremos discutir lá na Secretaria Geral. Mas, a vida vai tomando decisões e nós corremos o risco de perder o timing, o passo.

No governo Dilma, é a partir da *ação* da Secretaria Geral da Presidência da República que a nova presidente do Brasil busca estabelecer uma agenda regular com uma pauta de *interesse* que visa articular o conjunto do movimento sindical e social organizado no país. Esta *ação* sinaliza para uma importante mudança na *relação* entre o governo e o sindicalismo no Brasil, pois a *relação social* passou a ser menos *articulada* pela presença do *líder carismático*⁹⁸ e tem se incorporado gradativamente na esfera da institucionalidade. Vale lembrar que Lula foi fundador do PT e da CUT e, pela sua trajetória *política e social*, em certa medida, sempre esteve presente no imaginário sindical como sendo o *representante das classes trabalhadora* no poder, isto pode justificar a relação de personalidade que ele construiu com as lideranças que estão à frente das principais centrais sindicais do país.

Além de inaugurar um novo padrão na *relação* entre o governo e as centrais sindicais, a gestão pública vem indicando *inovações* em relação às propostas do governo Lula e, na sua atual equipe *quadros políticos* vêm dando lugar a funcionários de *carreira*. Em 11 de maio de 2011, outro importante passo foi à instalação da Câmara de Políticas de

⁹⁷ Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, desde 2011.

⁹⁸ Utilizamos a expressão *líder carismático* com base na tipologia da dominação de Weber (2009). Para o autor, em sua forma genuína, a dominação carismática é de caráter especificamente extracotidiano e representa uma relação social estritamente pessoal, ligada à validade carismática de determinadas qualidades pessoais e à prova destas (Weber, 2009: 161). No entanto, quando esta relação não é puramente efêmera, mas assume o caráter de uma relação permanente, o caráter da dominação pode assumir formas tradicionais ou racionalmente estatuídas, ou ambas as coisas, em vários aspectos.

Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), vinculada ao Conselho de Governo da Presidência da República. A CGDC busca aprimorar a gestão pública, não só na formulação de mecanismos de controle da qualidade de gasto público, como também no estabelecimento de diretrizes (www.cdes.gov.br). Em suma, a meta é aprimorar custos, receitas, dar maior qualidade aos serviços e, em longo prazo, aprimorar o país em sua estrutura gerencial como um todo. O presidente desta Câmara é Jorge Gerdau, empresário e presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau.

Conforme apresentamos anteriormente, há uma tendência à incorporação do discurso e das práticas de gestão do setor privado no âmbito da *administração burocrática* (Weber, 2009). Estas perspectivas de ação têm impactos sobre o *modelo de desenvolvimento e de Estado* que o novo governo vem buscando construir por meio de consensos no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Porém, ao delegar ao *quadro administrativo burocrático do Estado* a condução da relação com as centrais sindicais e ao propor um novo perfil para a gestão pública, se verifica que cresceu a insatisfação do movimento sindical, especialmente da CUT, instituição na qual a *representação* do setor público tem um peso importante. A nosso ver, estas mudanças iniciais constituíram o *pano de fundo* para a retomada de ações de caráter mais *contestatário* do que *negocial*, organizadas inicialmente pela CUT nestes primeiros dois anos do governo Dilma.

Um ano após as mobilizações da Assembleia da Classe Trabalhadora, a CUT aprovou, na sua reunião da Direção Executiva Nacional, dos dias 17 e 18 de maio de 2011, organizar uma mobilização nacional no dia 06 de julho desse ano. A *ação* demonstrou mais uma vez que quando mudam os *interesses* da *instituição*, a *relação social fechada* entre as centrais sindicais se altera. Na *ação política*, a CUT procurou fortalecer a sua *unidade interna*, convocando somente as suas *representações* estaduais e alguns movimentos sociais que, de acordo com o presidente da *instituição*, têm “histórico de luta, mobilização, representatividade. E, bandeiras de luta em sintonia com a Plataforma que a CUT formula e pratica desde a sua criação. Por isso, a CUT procurou o MST, a CMP (Central de Movimentos Populares), a Marcha Mundial de Mulheres, a FUP (Federação Única dos Petroleiros) e outras entidades da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), que apoiaram a ideia e se incorporaram ao processo de mobilização e organização dessa

ação unitária da CUT e dos movimentos sociais” (www.cut.org.br). Este discurso denota uma clara inflexão em relação à *ação social política* priorizada em períodos eleitorais, na medida em que excluiu as centrais sindicais, e priorizou por se aproximar de um *campo político* em que predominam *quadros políticos* identificados ou filiados ao PT.

A pauta de reivindicações aprovada destacou a *luta* por ganhos reais e cláusulas sociais nas campanhas salariais do 2º semestre, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, fim do fator previdenciário, combate à precarização do trabalho e à terceirização, organização no local de trabalho, combate às práticas antissindicais, reforma política com democratização do Estado e reforma tributária visando desonerar a classe trabalhadora. A CUT retomou proposições históricas como a defesa da liberdade e autonomia sindical, o fim do imposto sindical e a criação da contribuição negocial. Nota-se que estes temas foram retirados da pauta sindical da CUT, principalmente quando as ações envolviam o conjunto das centrais sindicais.

A continuidade desta mobilização nacional ocorreu em agosto de 2011, quando a CUT organizou uma *ação* que chamou de *Pressão sobre os três poderes* em Brasília, reforçando as críticas aos poderes, executivo e judiciário, conforme se observa neste trecho da entrevista do presidente da CUT:

Temos 2 milhões e 800 mil novos processo judiciais a cada ano, resultado da falta da negociação coletiva, de instrumentos de organização por local de trabalho que resolvam os conflitos e da quantidade de empresários que desrespeitam os direitos dos trabalhadores. É fundamental discutir o papel da Justiça do Trabalho, porque hoje o Judiciário não julga a pauta dos trabalhadores, mas garante liminares por meio do Interdito Proibitório que não permitem ao sindicato cumprir o papel de realizar assembleias, discutir com as bases. Pior, em todo o Brasil há exemplos de sindicatos que aprovam uma greve e ao invés de julgar o motivo da paralisação, o Judiciário define a greve como abusiva e determina a volta imediata ao trabalho sob pena de multas altíssimas, e favorece quem não quer negociar. Vamos cobrar do governo a implementação do Contrato Coletivo Nacional e a instalação de mesas de negociação nacionais divididas por setor econômico porque isso é que faz com que trabalhadores, governo e empresários possam construir propostas para melhorar a situação das relações de trabalho no Brasil. Além disso, não podemos permitir que os empresários tenham acesso ao dinheiro público do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), Fundo de Garantia, enquanto muitas demitem, sem nenhuma obrigatoriedade de responsabilidade e contrapartida social (CUT, 2011c: 2-3)

Além destas reivindicações, é importante destacar que a distância entre a base da CUT que é *petista* e os parlamentares do PT persistiu nos dois primeiros anos de governo. Os dados expressos no *gráfico* que apontou uma projeção de 68% de apoio parlamentar na Câmara dos Deputados ao governo Dilma, a nosso ver, indicam que a tendência é o poder legislativo priorizar o apoio aos projetos de *interesse* do Executivo. Além disto, os 88 parlamentares *petistas* eleitos em 2010, se dividem por *tendências* políticas e contam com diferentes bases de apoio *político*. Assim, o movimento sindical ligado a CUT pode não ter tido força *política* suficiente para motivar os parlamentares a atuarem a favor da *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento*. A seguir, se apresenta o quadro V.1 com a composição socioprofissional dos deputados que mostra que, na Câmara dos Deputados, é forte o peso dos *representantes* oriundos das profissões liberais e dos segmentos empresariais.

Quadro V.1 – Composição socioprofissional Câmara dos Deputados, comparativo 2006-2010:

2006	2010
<ul style="list-style-type: none"> ■ 265 profissionais liberais ■ 120 empresários (24 rurais) ■ 88 assalariados (31 professores e 23 servidores públicos) ■ 19 operários (7 metalúrgicos) ■ 21 natureza diversa (líder comunitário, sacerdote, bispo, pastor, cantor, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 253 profissionais liberais ■ 124 empresários (22 rurais) ■ 93 assalariados (40 professores e 37 servidores públicos) ■ 12 operários (5 metalúrgicos e 7 agricultores) ■ 31 natureza diversa (líder comunitário, sacerdote, bispo, pastor, cantor, atleta, ator, estudante e voluntário social)

Fonte: Diap (2010)

Na linha de retomada da *ação* de caráter mais *contestatário* do que *negocial*, na 13ª Plenária Nacional (2011) a Central Única dos Trabalhadores aprovou um plano de lutas que pretendeu retomar a *luta* contra as privatizações. Em resumo, a *ação política* deveria se orientar para realizar uma campanha nacional contra a privatização dos aeroportos; *lutar* em conjunto com a FUP contra os leilões do petróleo, defendendo a reconquista do monopólio através de uma Petrobras 100% estatal; *lutar* contra tentativas de privatização dos Correios S/A; *lutar* contra a privatização e as concessões da gestão portuária; combater a privatização dos serviços de saneamento e defender o fortalecimento das empresas

estatais e autarquias do setor, bem como apoiar e fortalecer a campanha nacional da FNU contra as Parcerias Público Privadas (PPPs) no setor de saneamento; *lutar* contra a privatização das rodovias e pelo fim dos pedágios pagos a essas empresas; *lutar* contra qualquer política de municipalização do ensino no sentido de exigir a corresponsabilidade dos estados e de união com a educação básica, continuar a *luta* pela reestatização do que foi privatizado (Vale, setor elétrico, telefônico, ferrovias).

A retomada da *ação* mais contestatória em torno do combate às privatizações, embora tenha sido decidida por consenso entre todas as *tendências políticas* que compõem a CUT, foi pouco preparada. Diante disto, a *instituição* ainda não conseguiu realizar a maior parte das propostas aprovadas na sua 13ª Plenária Nacional e no seu 11º CONCURT. O resultado pode ser mais um indicativo de que, neste início de século XXI, a *ação contestatória* acaba cedendo lugar a *negociação*, direcionada a pautas que buscam a *ampliação dos direitos de cidadania*. No âmbito do funcionalismo público, se localiza o maior foco de *resistência e contestação* aos governos do PT. Entretanto, neste caso, a *luta* tem se concentrado na fase das campanhas salariais, sendo a greve⁹⁹ a principal *ação*. A *disputa* se foca em reivindicações por *salário e carreira* para o *corpo de funcionários* que atua na esfera da *burocracia* estatal. Assim, a *agenda cidadã e negocial* cede espaço para as reivindicações específicas das fortes *categorias* organizadas.

Tabela V.2. - Distribuição dos sindicatos do setor público por central sindical

Central Sindical	Número de sindicatos com registro no MTE
CUT	345
Sem central	422
Força Sindical	160
NCST	117
UGT	106
CTB	47
CGTB	39
Conlutas	21
Outras Entidades	23
Total	1280

Fonte: Dieese (2012), elaborado a partir da base de dados do MTE, ano de 2011.

⁹⁹ De acordo com Sistema de Acompanhamento de Greves do Dieese, entre 1995 e 2002, foram realizadas 133 greves na esfera pública federal. E, entre 2003 e 2010, durante os dois mandatos presidenciais de Lula, o número de greves atingiu 248.

A tabela V.2 mostra que a CUT possui 345 sindicatos filiados, ou seja, 26,95% do total de sindicatos registrados no cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego. Sendo assim, *representa* a maior parcela dos servidores públicos filiados às centrais sindicais reconhecidas. Neste sentido, a CUT pode ter exercido um maior protagonismo na condução das greves do período, porém, conforme dissemos anteriormente, a *contestação* está localizada nas reivindicações em torno do *espaço da produção*. Além disto, é importante destacar que, em muitos dos sindicatos filiados a CUT, os *cargos* de direção são divididos por central sindical. Assim, em uma mesma *instituição* a frente do *aparato institucional*, a CUT pode compartilhar a *representação política*, por exemplo, com a Conlutas e a CTB, que se originam de *tendências políticas* que atuavam por *dentro* da CUT. Esta articulação de *interesses* pode garantir para a CUT a manutenção da filiação do sindicato e, a nosso ver, esta *associação* pode ter influenciado a condução de ações de caráter contestatório e com forte intensidade no setor público.

Voltando aos limites para *dentro* da CUT, é importante acentuar que a coordenação da *Jornada pelo Desenvolvimento*, desde 2006, foi exercida pela presidência da CUT em parceria com a *CUT Socialista e Democrática – CSD*. A *Articulação Sindical*, embora seja a maior *tendência política* da CUT, do ponto de vista interno, não se mostrou homogênea nas ações desencadeadas por essa *agenda cidadã*. Não é nosso objetivo averiguar os motivos que levaram essas diferenças internas que, em geral, levaram os dirigentes sindicais a fazerem, no *espaço público*¹⁰⁰, um discurso homogêneo, mas que, no cotidiano da *instituição*, nem sempre produziu ações alinhadas com os objetivos desta *Jornada*. No entanto, podemos pontuar que, com a saída de importantes *tendências políticas*, a *relação associativa* para *dentro* da *Articulação Sindical* ficou mais tensa. Diante deste contexto, a *disputa*, que antes era travada em direção as outras *tendências políticas*, passou a se concentrar cada vez mais no âmbito da poderosa *Articulação* e envolve, geralmente, as mesmas *lideranças* desta *tendência*.

O acirramento da *concorrência*, no âmbito da *tendência política* majoritária na CUT, pode ser visualizado a partir das *disputas políticas* nos períodos preparatórios aos congressos da CUT. O período que antecedeu o 8º CONCUR foi marcado pela *disputa*

¹⁰⁰ A respeito do conceito de espaço público, ver Arendt (2001).

entre João Felício, dirigente do Sindicato de Professores do Ensino Oficial de São Paulo (APEOSP) e Luiz Marinho, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SMSBC). O acordo, costurado anteriormente ao congresso e submetido à apreciação em plenárias estaduais da *Articulação Sindical*, conduziu Marinho à presidência da central, João ao *cargo* de Secretário Geral e João Vaccari ao *cargo* de Secretário de Relações Internacionais.

No 9º CONCURTO¹⁰¹, João Felício era o Secretário Geral, mas acabou por assumir a presidência da CUT em 2005, assim que Luiz Marinho foi chamado para assumir o Ministério do Trabalho. Felício *disputou* com Artur Henrique da Silva Santos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Estado de São Paulo (SINERGIA). Artur Henrique foi eleito no 8º CONCURTO a Secretário Nacional de Organização e depois assumindo a Secretaria Geral da CUT entre 2005-2006. Contou com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. No entanto, a escolha do candidato a presidência da CUT só foi resolvida através do voto numa plenária específica com os delegados da *Articulação Sindical*. O resultado final indicou que do total de 1446 delegados da *Articulação Sindical*, 789 votaram em Artur Henrique e 652 delegados votaram em João Felício; sendo os demais 1 voto nulo e 4 votos em branco. João Felício foi eleito Secretário de Relações Internacionais *cargo* que ocupa até hoje.

Em 2009¹⁰², a *disputa* política que movimentou os bastidores do congresso foi pela Secretaria de Administração e Finanças. Na época, dois bancários disputaram o *cargo*. Nesta situação, ambos os candidatos eram da *Articulação Sindical* e pertenciam ao ramo

¹⁰¹ No 9º CONCURTO em 2006, a chapa 1 foi composta unicamente com membros da FES, contrário à reeleição de Lula e às formas de gestão da Direção Nacional, para eles de feição governista e pouco atuante na defesa dos trabalhadores. A chapa 2 contou com membros da CSC e do *Trabalho*. Estas duas correntes apresentaram em comum o apoio à reeleição de Lula e críticas à forma de gestão da Direção Nacional, na opinião destes, pouco respeitosa em relação às correntes minoritárias. A chapa 3 agregou membros da Articulação Sindical e da CSD, ambas prestando apoio irrestrito à reeleição de Lula. A chapa 1 (FES) obteve 152 votos, representando 6,40% dos votos dos delegados. Com isto, a chapa 1 não teve nenhum representante na Direção Nacional da CUT 2006-2009, tendo em vista que não obteve o mínimo de 20% dos votos dos delegados. Isto precipitou a decisão desta corrente de se retirar da CUT em direção à Intersindical. A chapa 2 (CSC e O Trabalho) obteve 583 votos (24,56%) e teve seis cargos efetivos e uma suplência indicada na Direção Nacional (Ladosky, 2009: 72).

¹⁰² Em 2009, a unidade na eleição da nova Direção Nacional culminou na Chapa Única. O urbanitário Artur Henrique foi reeleito presidente pelos 2.461 delegados que participaram do 10º CONCURTO. A gestão compreende o período 2009-2012.

financeiro. A *disputa* ficou concentrada entre Vagner Freitas, dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e Secretário de Organização da CUT e Jacy Afonso de Mello, dirigente do Sindicato dos Bancários de Brasília e Secretário de Administração e Finanças no período 2006-2009. No final, houve uma “troca” de *cargos*. Assim, Vagner se tornou o novo Secretário de Finanças e Jacy Afonso foi conduzido à Secretaria de Organização. Em 2012¹⁰³, os dois bancários disputaram novamente. O que estava em jogo era a presidência da *instituição*. O conflito foi resolvido numa Conferência da *Articulação Sindical*, realizada em março de 2012, na Quadra dos Bancários, em São Paulo. Na ocasião a *Articulação Sindical* decidiu pelo nome de Vagner Freitas que contou com o forte apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Jacy Afonso foi reconduzido ao *cargo* de Secretário de Organização.

No período em análise, verificamos que não há uma alternância real de *poder*. Assim, em situações de *disputa* por *cargos* que envolveram os principais dirigentes sindicais da Articulação Sindical, o peso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da Apeoesp e do Sindicato dos Bancários de São Paulo foi decisivo, portanto, o *poder* continua bastante concentrado em São Paulo e em *instituições* que, desde a fundação da CUT, têm um papel preponderante. Esta realidade aponta para um quadro de *estabilização institucional* no período 2003-12. Logo, mesmo que, na ocasião dos dois últimos congressos nacionais da CUT, a *Articulação Sindical* se apresente no *espaço público* com um discurso homogêneo e, em geral, com os conflitos já previamente resolvidos, o fato é que as contínuas *disputas* sucessórias, não só para a presidência da *instituição*, como também em relação aos demais *cargos*, revelaram *impasses* que esta *tendência política* vai ter que administrar, caso queira de fato avançar com o seu pretense objetivo inicial de instituir uma *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento*.

Ainda sobre as ações da *Jornada pelo Desenvolvimento* e os limites para *dentro* da CUT, podemos considerar que a Articulação de Esquerda e a Esquerda Popular e Socialista (anteriormente denominada Tendência Marxista), mesmo que de forma pontual,

¹⁰³ No Concut 2 chapas concorreram a Chapa 1 da Articulação Sindical com todas as *tendências* políticas da CUT obteve 1929, portanto 90,52%, enquanto que a Chapa 2 da “CUT Pode Mais” encabeçada pela professora gaúcha Rejane de Oliveira recebeu 189 votos, 8,87%. Houve ainda dois votos em branco e 11 nulos. A “CUT Pode Mais” é uma dissidência da CSD e se afirmou como *tendência política* da CUT a partir do processo congressual de 2012.

são *tendências* que se envolveram com esta *ação política*. A voz mais destoante é a dos *representantes* da “CUT Independente e de Luta” que agrega os militantes da *tendência política* “O Trabalho” do PT. Na Direção Executiva Nacional da CUT, o período a que aqui se dá prioridade, portanto desde 2003, verificamos que “O Trabalho” possui 1 *representante*. No entanto, mesmo com uma *representação política* numericamente pouco influente para *dentro* da CUT, esta *tendência política* sempre expôs duras críticas em relação à política de unidade com as centrais sindicais.

A “CUT Independente e de Luta” defende uma atuação independente e não pactuada entre “patrões” e os “governos”, por isso são contra a participação da CUT na esfera da institucionalidade. Abaixo, segue um trecho de uma carta assinada por esta *tendência política*, que, a nosso ver sintetiza as prioridades *políticas* defendidas por estes *representantes*.

A Executiva Nacional da CUT de 17 e 18 de maio/2011 adotou posições corretas, como a afirmação de que os salários não provocam inflação e que devemos exigir aumentos reais nas campanhas do período. Afirmou também a vontade de romper com o quadro de “unicidade pela cúpula” que as demais centrais sindicais querem impor desde a sua legalização (num “consenso forçado” que só beneficia os que sobrevivem do imposto sindical), convocando um Dia Nacional de Luta da CUT para o dia 06 de julho em conjunto com os parceiros de luta como o MST e outros. Mas, ao mesmo tempo, a CUT vem participando de uma mesa de diálogo permanente com as 6 centrais e o governo, buscando consensos impossíveis. O que se deve fazer é exigir a abertura de uma verdadeira negociação com o governo e os patrões sobre a base da plataforma de reivindicações da CUT: 40 horas, fim do fator previdenciário, aplicação da lei do piso para os professores, fim do imposto sindical, combate a terceirização e reforma agrária (O Trabalho, 2011).

É cedo para avaliar, mas a nova direção eleita no 11º CONCUR dá sinais de continuidade à estratégia de articulação de plataformas de *ação* e, no início de 2013, a *relação associativa* entre as centrais sindicais dá fortes sinais de retorno. Neste sentido, em 23 de janeiro de 2013, a CUT, a Força Sindical, a UGT, a CTB, a NCST e a CGTB anunciaram a realização de uma *Marcha pela Cidadania, Desenvolvimento e Valorização do trabalho*, no dia 6 de março deste ano. A marcha unificada apresentou a seguinte pauta de reivindicações: redução da jornada de trabalho sem redução de salário, fim do fator previdenciário, reforma agrária, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, política de valorização dos aposentados, 10% do PIB para a educação, 10% do orçamento

da união para a saúde, correção da tabela do imposto de renda, convenção 151 e 158 da OIT e ampliação do investimento público.

Considerando estas perspectivas de *ação*, pensamos que o desafio que se impõe para a CUT nesta *nova* etapa se refere a sua capacidade em *articular* pragmaticamente estratégias de *contestação* e de *participação* (Santos, 2004; Costa, 2011). Portanto, se a CUT pretende avançar com a sua proposta de *luta por um Estado democratizado e um novo padrão de desenvolvimento*, conforme expresso nas diversas *plataformas* que construiu nesta primeira década do século XXI terá que enfrentar um dos seus principais *dilemas* que está localizado na relação do sindicalismo CUT *versus* governo do PT. Em síntese, se trata da questão da *autonomia*.

A capacidade da CUT em intensificar e dar continuidade a uma *ação sindical* voltada para uma *agenda cidadã*, independente dos apoios dos poderes no âmbito do Executivo e do Legislativo, mas que se posiciona de fato como *representante* legítima dos *interesses* das *categorias* que representa, buscando apoios na sociedade para uma agenda social mais *ampla*, são avanços que, se concretizados, poderão apontar para a constituição de uma *nova institucionalidade* neste início de século. Contudo, a princípio, o que se observa é a forte tendência a uma *estabilização institucional*.

Analisando sob este prisma, se conclui que as estratégias e as ações que a CUT procurou desenvolver no período em análise, em geral, foram reafirmadas a cada congresso. Fato que pode indicar que a CUT tem um longo caminho a percorrer, se quiser avançar ou inovar em relação a uma agenda *cidadã*. É válido lembrar que esta *ação* apresentou mais intensidade nos períodos eleitorais. Diante disto, percebemos que existe uma tendência a forte paralisia em torno desta *agenda ampla e* de caráter negocial em períodos pós-eleitorais ou pré-congressuais que tende a envolver os mesmos atores e as mesmas *instituições* em torno da *disputa* pelos principais *cargos* na CUT.

A seguir, aprofundamos a análise sobre as consequências do *novo* arranjo jurídico institucional para *dentro da CUT*, focando na análise do seu *projeto político organizativo* e buscando identificar os principais *dilemas* para a *ação* sindical no sentido de averiguar se há contributos para uma *nova institucionalização* no período analisado.

5.2 O Projeto de Lei 1990/2007: o reconhecimento jurídico das centrais sindicais e os *dilemas* da CUT

A CUT passa por um momento de *transição*, pois com o reconhecimento jurídico das centrais sindicais e com sustentação financeira, assegurada a partir do recurso do imposto sindical, se abrem perspectivas para o surgimento de novos processos de *institucionalização* na central sindical. A nosso ver, é precisamente nesta questão que está localizado um dos principais *dilemas* desta central sindical, ou seja, a utilização do imposto sindical como parte das receitas da *instituição*, ação que se contrapõe ao que historicamente a CUT sempre defendeu. O impasse sobre tal prática é percebido nas falas dos entrevistados:

Olha é aquela coisa no momento onde há a legalização, a CUT dizer não quero, não posso...e outras centrais pegando este recurso financeiro. Você vai permitir o avanço de certas centrais sindicais que historicamente não tem nenhum compromisso com a classe trabalhadora porque aí elas terão mais recursos, condição de chegar mais a frente. Eu acho que é justo e as coisas mudam. Nos anos 80 passamos por uma fase de automação e com menos trabalhadores, portanto hoje temos menos recursos sindicais. Então como podemos neste momento lançar mão deste recurso? Não vejo outra saída (Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente da CUT-Goiás, julho de 2010, linhas 52-59).

As Centrais querem pegar tudo quanto é sindicato, não para fazer trabalho de base, mas sim para receber o imposto, elas não querem qualidade, elas querem quantidade. E a CUT prioriza por qualidade e sempre foi contra o imposto. As outras centrais pegam o imposto não para investir, mas para fazer viagem. A CUT pega o imposto para investir na base, com curso de formação, quer fazer o desenvolvimento (Entrevista com a Secretária de Comunicação da CUT – Pará, julho de 2010, linhas 49-55).

No sistema capitalista nós precisamos de financiamento. Então a responsabilidade de financiar as centrais sindicais é dos trabalhadores. Nós enquanto CUT, enquanto concepção de luta, nós somos contra o formato do imposto sindical, mas nós temos que criar outros instrumentos de financiamento da luta sindical. Os elementos já estão formatados que é a questão da taxa negocial, que é fruto de um trabalho e de um envolvimento do conjunto da classe trabalhadora, mas enquanto não fizer a troca do imposto sindical por outro instrumento que financia a luta dos trabalhadores, enquanto não tiver consenso com as outras centrais, eu acho que a CUT deve continuar recebendo este imposto sindical e usando este imposto sindical para combater esta estrutura sindical arcaica que tem no país. Inclusive lutar pela extinção do imposto e colocação em prática da taxa negocial como um instrumento mais moderno e

democrático de financiamento da luta dos trabalhadores (Entrevista com o Presidente da CUT-Bahia, julho de 2010, linhas 84-96).

Como podemos observar, os entrevistados se distanciam de um dos principais *princípios* assumidos pela CUT que “defende que os/as trabalhadores/as se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, e que devam decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido, a CUT lutará pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da OIT, no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os/as trabalhadores/as brasileiros/as” (CUT, 2012a: 2-3). Para os dirigentes sindicais das diversas regiões do país, o imposto sindical deve ser utilizado como forma de fazer *luta*. Neste caso, as *lutas* se dão numa situação de *concorrência* entre a CUT e o conjunto das centrais sindicais. É o que os dirigentes costumam designar como *disputa de bases*.

Em dezembro de 2008, a CUT organizou uma Conferência Nacional de Finanças, na qual fez uma avaliação da sua situação financeira e do cenário de *transição* do fim do imposto sindical para a implantação da contribuição negocial. Nas resoluções deste encontro, a CUT expôs a existência de um déficit financeiro, pois das suas entidades filiadas na época, apenas 51% estava em dia com as contribuições estatutárias, e ponderou que “a saída de forças políticas de dentro da CUT, impôs à Central uma redução na sua arrecadação e a necessidade de uma intensificação na sua ação sindical, nos investimentos em disputas eleitorais e no acompanhamento de sindicatos em processo de filiação e de desfiliação”(CUT, 2008b: 10).

Na visão da CUT, a redução da arrecadação foi provocada pela reorganização do campo sindical nacional. Todavia, podemos acrescentar outro fator que é a inadimplência das suas *entidades de base*, ou seja, quando os sindicatos deixam de repassar à contribuição financeira¹⁰⁴ à *instituição*. As razões que motivam esta prática são variadas,

¹⁰⁴ Art. 71. Todas as entidades sindicais filiadas à CUT contribuirão com 10% de sua receita bruta anual para a sustentação financeira da Central Única dos Trabalhadores.

Art. 72. Cabe à CUT Nacional recolher a contribuição de cada entidade sindical filiada e distribuí-la na seguinte forma:

I - 3,6% para as Estaduais da CUT

II - 3,8% para as Confederações Orgânicas e entidades nacionais filiadas;

III - 2,2% para a CUT Nacional;

podemos citar como causas a insuficiência de recursos financeiros, pois a prioridade é a manutenção do sindicato e dos *cargos* dirigentes, desinteresse *político* pela CUT, motivado pelo sentimento de distanciamento entre a base e a cúpula desta *instituição*, entre outras razões.

Assim, embora a CUT mantenha a sua posição histórica pelo fim do imposto sindical, opta pelo recebimento do recurso, alegando a necessidade de compensar a redução da arrecadação e de ampliar os investimentos nas disputas eleitorais. Além disto, em 2008, se definiu como pouco preparada para extinguir imediatamente o uso desta fonte financeira:

A CUT deve reafirmar o caráter de transitoriedade do imposto sindical. Porém, constata-se que muitas de nossas entidades não estão preparadas para o seu fim imediato ou no curto prazo. Temos que ter uma estratégia para nos preparar para um novo cenário de liberdade e autonomia sindicais, de fato. Um dos meios de avançarmos na superação das dificuldades existentes é investir na formação em todos os níveis (CUT, 2008b: 30).

Como forma de preparação ao *novo* cenário sindical, a CUT se propôs a receber e dividir o uso do recurso do imposto sindical da seguinte forma: 50% do investimento em estrutura física - aquisição de sedes próprias, reformas, etc., 50% no que considera investimento *político*, de acordo com a *instituição*, voltado ao combate do imposto sindical. Fato que, para a CUT, significa organizar campanha de sindicalização nos moldes da experiência de 1991 e 1999, isto é, fazer a *luta* sindical, através da organização de oposições sindicais, envolvendo as Estaduais e os ramos da CUT. Além disto, foi ainda aprovada à criação de um *Fundo Especial de Reserva* que corresponde a 10% da parcela do Imposto Sindical a ser utilizada em alegadas situações de emergência.

Ao aprovar a proposta expressa acima, se percebe que a CUT está diante de outro *dilema*. Se o fortalecimento da estrutura física não avançar de forma *articulada* ao pretenso objetivo político de fundo que é o fim do imposto sindical - com *representantes de categorias profissionais* que legitimam a pauta e os princípios da CUT – se depreende que

IV - 0,2% para o Fundo de Fortalecimento das Estaduais;

V - 0,2% para o Fundo de Solidariedade.

§ 1º. O repasse de recursos às Regionais é de responsabilidade das Estaduais da CUT (CUT, 2012a: 32-3).

há o risco desta central potencializar o desenvolvimento de uma ampla *burocracia sindical* acomodada a fortes estruturas com orçamentos ampliados devido ao recebimento do recurso compulsório.

No entanto, é precipitado afirmar que uma nova *institucionalização* emergiu na CUT, a partir de 2008, com a aprovação do Projeto de Lei 1990/2007 e a garantia do imposto sindical. É preciso considerar que, entre os *Cutistas*, nas pesquisas aplicadas no 8º e no 10º CONCUR, conforme demonstramos no capítulo 4, prevaleceu à visão de que “sindicato deve se sustentar a partir da mensalidade dos associados” e, no 11º CONCUR, os dirigentes sindicais afirmaram que a “contribuição negocial” deve ser à principal base de sustentação destas instituições. Além disto, apenas 2,7% dos *Cutistas*, no 10º CONCUR, citaram a formalização das confederações, federações e sindicatos no Ministério do Trabalho e Emprego como *ação* prioritária para a CUT desenvolver no período 2009-12.

Os resultados demonstram que a percepção dos dirigentes está bastante alinhada aos *valores e objetivos* da *instituição* que permanecem os mesmos desde a sua fundação. Entretanto, se, por um lado a CUT não efetivou mudanças *estatutárias* que imponham *ordem* contrária aos princípios preconizados desde 1983, por outro lado, se verifica que a CUT vem ampliando o seu *aparato burocrático institucional*, a partir da criação de novas secretarias¹⁰⁵, da ampliação do número de dirigentes que compõem as direções executivas, e da *profissionalização* da sua Direção Nacional que passou de uma *representação*

¹⁰⁵ O 10º CONCUR (2009c: 91-2) aprovou as seguintes alterações na composição das secretarias nacionais: 1. Ficam extintas a 1ª Secretaria e 1ª Tesouraria. 2. São criadas as seguintes secretarias: Secretaria de Saúde do Trabalhador; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria de Juventude e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. 3. A Secretaria de Organização se transforma em Secretaria de Relações de Trabalho. 4. A Secretaria de Política Sindical se transforma em Secretaria de Organização e Política Sindical. A composição das Secretarias Nacionais passou a ser a seguinte:

I) Presidência Nacional, II) Vice-Presidência Nacional, III) Secretaria-Geral Nacional, IV) Secretaria Nacional de Administração e Finanças, V) Secretaria Nacional de Comunicações, VI) Secretaria Nacional de Formação, VII) Secretaria Nacional de Organização e Política Sindical, VIII) Secretaria de Relações Internacionais, XI) Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora, X) Secretaria Nacional de Relações de Trabalho, XI) Secretaria Nacional de Políticas Sociais, XII) Secretaria Nacional de Juventude, XIII) Secretaria Nacional pela Igualdade Racial, XIV) Secretaria Nacional de Saúde do Trabalhador, XV) Secretaria Nacional de Meio Ambiente.

O 11º CONCUR (2012b: 91) decidiu: aumentar a Direção Executiva Nacional de 27 para 32 membros, acrescentar os adjuntos para as secretarias: Geral, Administração e Finanças, Relações Internacionais, Formação, Organização, Relações de Trabalho e Saúde do Trabalhador.

rotativa¹⁰⁶ para uma *representação* fixa, com *representantes* eleitos pelas Estaduais da CUT e pelos seus ramos. Em 2009, a Direção Nacional foi composta por 45 representantes indicados pelas Estaduais da CUT e 45 indicados pelos ramos da CUT. Porém, com a alteração estatutária aprovada em 2012, este número passou para 46, totalizando 92 *representantes* neste espaço deliberativo.

Vale a pena destacar que o fortalecimento do *aparato burocrático institucional*, no período 2008-12, de imediato exigiu mais investimentos em infraestrutura física, além da criação de mais *cargos* para *dirigentes políticos* e técnicos que assessoram a CUT por áreas temáticas. Para a CUT, fica o desafio da *articulação* de um conjunto de secretarias cada vez mais *especializadas* em um determinado *tema* e *tipo* de *ação* sindical. E principalmente, fica a questão do custeio da *instituição*, pois, embora o discurso institucional combata o imposto sindical, é provável que o recebimento do recurso compulsório repassado pelo MTE tenha impulsionado este processo de *reorganização institucional*.

No cenário de reorganização do campo sindical no Brasil, após o reconhecimento legal das centrais, a partir do 10º CONCURT, as resoluções aprovadas apresentaram pela primeira vez e de forma detalhada o debate que a CUT fez sobre os impactos da saída das *tendências políticas* e as consequências que o *novo* arranjo jurídico institucional pode gerar para *dentro* da *instituição*.

O combate à fragmentação das organizações sindicais deve orientar a política sindical cutista. Nesse sentido, é necessário criar planos de fusão de entidades de base e de fortalecimento dos ramos, democráticos e construídos desde a base, cabendo à entidade sindical representativa a missão direta de negociar. No entanto a CUT deverá apoiar e fomentar a luta e intervir quando convocada nas negociações, no sentido de fortalecer os direitos dos trabalhadores e das entidades filiadas. A CUT também é atacada por setores que saíram de nossa central para construir seus projetos particulares como a Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas, o Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora – Intersindical, e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB. Não é possível aceitar que cutistas se

¹⁰⁶ Antes da mudança estatutária, aprovada em 2009, as Estaduais da CUT e os ramos se reuniam com antecedência e escolhiam os seus *representantes* a cada reunião da Direção Nacional. Além disto, as despesas (passagem, hospedagem, alimentação e diária) eram custeadas parte pelo Estado e parte pela CUT Nacional; a chamada taxa-rateio. Hoje, todas as despesas são custeadas pela CUT Nacional e as reuniões da Direção Nacional ocorrem a cada 4 meses.

aliem a setores anti-CUT em congressos e eleições sindicais. Temos, todos, a responsabilidade de dizer que a hora é de unidade para afirmar a CUT na disputa com as demais centrais ou projetos, sobre a base dos princípios históricos cutistas e da defesa das reivindicações dos trabalhadores, recusando o vale - tudo que divide e enfraquece nossa central. A CUT formalizará denúncia também junto à Procuradoria da República – Ministério Público Federal acerca das diversas denúncias encaminhadas pelos sindicatos apontando o uso indevido do Ministério do Trabalho e Empregos – MTE, através dos seus gestores como do seu aparelhamento em favor de determinada Central Sindical (CUT, 2009c: 84-85).

Nesta linha, conforme mostramos no capítulo 4, na pesquisa aplicada durante o 10º CONCURT, a CUT perguntou aos seus delegados: No cenário das disputas sindicais quais as centrais sindicais e/ou projetos sindicais que mais disputam a representatividade com a CUT, de acordo com o grau de acirramento da disputa na base? As respostas mais assinaladas foram: a Conlutas (32,4%), sem resposta (20,7%), a CTB (18,3%), a Força Sindical (12,4%). Os dados confirmaram que a *concorrência* sindical hoje está concentrada entre as organizações que se reivindicam de esquerda e que foram *tendências políticas* na CUT. Além disto, é elevado o número de *sem respostas*, confirmando o momento de *transição* pelo qual a CUT passa frente ao *novo* cenário sindical, em que a *relação associativa* se altera. Se antes a *disputa* com o PSTU e a CSC era feita por *dentro* da CUT, hoje a *concorrência* adquire novos contornos institucionais.

A respeito disto, segue a fala do dirigente da Conlutas:

Eu acho que o reconhecimento é uma conquista e é importante. Ou seja, parte da nossa luta histórica que as entidades que representam os trabalhadores sejam reconhecidas pelo Estado e possam exercer plenamente a representação. Então deste ponto de vista era um absurdo que as centrais sindicais fossem a única instância de organização dos trabalhadores no sistema de representação sindical que não tinham reconhecimento oficial. O que nós não concordamos da lei que legalizou é relativo ao imposto sindical. Nós achamos que uma condição indispensável para que uma organização dos trabalhadores possa representá-lo de forma plena é a independência política em relação ao Estado, ao governo e aos empresários. Nós historicamente, nós o chamado novo sindicalismo brasileiro, nós nascemos lutando contra o imposto sindical, é a base econômica do atrelamento dos sindicatos ao Estado. Se nós somos contra o imposto sindical, nós tínhamos que ter lutado pela legalização das Centrais, mas aceitar que as centrais sejam financiadas pelo imposto sindical é um retrocesso muito grande. Nós obviamente pleiteamos o registro da Conlutas, já fizemos o registro da Conlutas, já está tudo encaminhado no Ministério e estamos fazendo o cadastramento dos sindicatos, agora junto com isto a Conlutas aprovou

no seu congresso que não vai receber o imposto sindical mesmo que a gente tenha direito. Se o sistema for de repasse automático para nossa conta bancária, nós vamos devolver para o sindicato da base da conlutas. O que nós receberemos de imposto sindical é o imposto correspondente à base que nós estamos representando. Então devolvemos para o sindicato e os sindicatos resolvam na Assembléia de base o que querem fazer com este dinheiro. Mas, nós achamos /um retrocesso numa organização que nós estamos construindo e achamos que tem de ser independente (Entrevista com o dirigente sindical da CONLUTAS, dezembro de 2009, linhas 83 a 106).

A Conlutas busca se contrapor à CUT e às centrais sindicais reconhecidas, apresentando-se como uma alternativa no *campo sindical* nacional. Em síntese, porque se constitui por uma coordenação nacional de lutas que pretende exercer uma prática sindical marcada pela “Independência organizativa, política e financeira frente ao Estado, à burguesia, aos governos e demais instituições políticas e religiosas”(www.cspconlutas.org.br), ou seja, uma experiência mais próxima do exercício de um *sindicalismo de contestação* (Rosa, 1998; Costa, 2011). A fala do dirigente demonstra que a busca pelo *status* de central sindical é algo que vem sendo perseguido. No entanto, caso obtenha o reconhecimento formal pelo MTE, isto é, a representação outorgada pelo Estado, a Conlutas terá que aliar a *ação sindical contestatória* à participação em negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite. Assim, se abrem perspectivas para o exercício de uma prática sindical que pretende aliar *contestação com a negociação*, correspondendo a uma experiência muito próxima da que já é exercida pelo conjunto das centrais sindicais reconhecidas no país.

Em artigo publicado no site da CUT, em maio de 2011, o presidente da *instituição* afirma que *A CUT é diferente das outras centrais*:

Temos assistido recentemente a tentativa de algumas centrais sindicais de pegar carona nas mobilizações da CUT. Sob o falso argumento da unidade das centrais sindicais em torno da pauta trabalhista aprovada no Pacaembu, em junho de 2010, e das conquistas obtidas nos últimos anos, dizem que basta fazermos mobilizações conjuntas para obtermos vitórias. A avaliação da conjuntura nacional feita pela direção da CUT é diferente. Essa suposta unidade é falsa. Talvez o único ponto em que temos consenso entre as centrais sindicais seja a redução da jornada de trabalho para 40 horas, que é fundamental, mas somente a nossa “unidade” não foi capaz de colocar a proposta para ser aprovada pelo congresso nacional (www.cut.org.br).

E, na finalização do artigo, o dirigente afirma:

Somos diferentes: lutamos em todas as frentes. As demais centrais, ao elaborarem a agenda das suas mobilizações, colocam quase todas as suas fichas na disputa junto ao Congresso Nacional acreditando que essa é a única frente de luta. Para a CUT, a principal tarefa é mobilizar os trabalhadores/as na base. É importante ainda deixar claro que não faltou à CUT, nos últimos anos, disposição para dialogar e elaborar propostas em conjunto com as demais centrais. Investimos muito tempo e trabalho nessa tarefa, porém o vai e vem das outras entidades em suas posições, deixando os processos de tomada de decisão inconclusos, é o que de fato prejudica essa unidade na luta. Continuaremos sempre buscando a unidade na luta quando o assunto for de interesse geral da classe trabalhadora, como é o caso da luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário (www.cut.org.br).

Detendo-se nesta linha de buscar se diferenciar e se distanciar das outras centrais sindicais, a CUT dedicou a etapa preparatória à Plenária Nacional ao debate do seu *projeto político organizativo* e a sua relação com a atual estrutura sindical. A realização da 13ª Plenária Nacional Estatutária, de 04 a 07 de outubro de 2011, em Guarulhos - São Paulo, marcou uma etapa importante deste debate, pois, na ocasião, a CUT elegeu como foco das discussões o tema da “Liberdade e Autonomia Sindical por uma nova estrutura sindical” e se propôs a fazer um retrospecto dos princípios fundadores do seu projeto político, além de uma avaliação da sua estratégia organizativa *interna*, visando construir propostas frente ao cenário de *concorrência sindical* acirrada. Conforme se lê a seguir:

É preciso reconhecer que essas mudanças ocorridas no cenário sindical nos últimos anos aumentaram o poder e o controle do Ministério do Trabalho sobre a dinâmica do movimento sindical, através da manutenção do financiamento a partir do imposto sindical, da exigência do registro e da atualização no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, ferindo diretamente os princípios da liberdade e autonomia. É neste contexto que se insere a decisão de CUT de reafirmar sua histórica campanha pela criação de uma contribuição democrática como base para a sustentação das entidades sindicais, a taxa negocial, aprovada democraticamente pelos/as trabalhadores/as substituindo o imposto sindical; e pela ratificação da convenção 87, pelo direito de negociação coletiva dos/as servidores/as públicos/as através da regulamentação da convenção 151 da OIT, pela regulamentação da organização no local de trabalho e por uma legislação que ponha fim às práticas antissindicais. A CUT deve ocupar todos os espaços de disputa e de articulação política na defesa destas bandeiras históricas que são condição para mudar a estrutura sindical brasileira, e contribuindo para a transformação das relações de trabalho, a partir das bases, rumo a um Estado Democrático (CUT, 2011b: 52-53).

Com a aprovação desta resolução, na qual a CUT faz uma crítica *aberta* ao Ministério do Trabalho, se verifica uma mudança na orientação do *sentido da ação* em relação ao poder instituído. A *ação* pode ter influenciado na alteração do caráter da *relação social fechada* entre as centrais sindicais, ou seja, em momentos de maior *contestação* no que tange ao debate sobre a atual estrutura sindical, a visão da CUT colidiu com as opiniões das outras centrais sindicais. Abaixo segue a percepção da CTB sobre o recebimento do imposto sindical através do repasse do MTE:

Sobre a sustentação, dos sindicatos até as centrais sindicais, a única forma de se sustentar é com a ajuda do trabalhador. Porque se não for o trabalhador a sustentar, só nos restaria a opção de ser sustentado pelos patrões. Claro que nós temos que ficar atentos para que os valores sejam razoáveis. Então eu acho que quem atacar a sustentação dos sindicatos visa na verdade quebrar com o movimento sindical. Num sistema capitalista sem ter dinheiro para fazer a luta o movimento quebraria. Então o objetivo central deste pessoal que ataca a sustentação do movimento sindical é que o sindicalismo não tenha papel político. Nós não aceitamos isto. As contas das centrais sindicais estão abertas. Eles têm é que deixar de ser hipócrita e dizer por que eles querem tirar a sustentação (Entrevista com o presidente da CTB, linhas 31 a 47).

Vê-se que a CUT vai buscando se diferenciar das outras centrais sindicais a partir da *luta* pela implementação da convenção 87 da OIT e pelo fim do imposto sindical. Portanto, posicionando-se de forma contrária à parte da proposta aprovada pela lei que reconheceu as centrais sindicais, vemos que este fato se caracteriza como indício de uma *mudança* na estratégia da *instituição*. Ou seja, se a CUT conseguir efetivar esta proposta na sua *ação social política* poderá reter *novos* processos de *institucionalização* que possam se desenvolver a partir da incorporação do imposto sindical, da utilização do “dinheiro fácil” que as instituições sindicais recebem, gerando uma acomodação nas suas reivindicações, portanto uma acomodação institucional ao novo cenário sindical. Além disto, a *ação* pode ter sido motivada pela tentativa de barrar o cenário de *concorrência* entre as centrais sindicais, pois, para a CUT com a conquista da *liberdade sindical*, a contribuição financeira deve ser proporcional à representatividade do sindicato, isto é, ao número de trabalhadores associados. Deste modo, reforçaria a sua hegemonia no campo sindical nacional, contrapondo-se à lógica de *representatividade* numérica exigida pelo MTE.

O Ministério do Trabalho e Emprego, a partir da Portaria nº 194¹⁰⁷, de 17 de abril de 2008, estabeleceu critérios para a aferição da representatividade das centrais sindicais, aprovando um conjunto de requisitos que vão desde o cadastramento das entidades até a constituição de critérios de aferição com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), permitindo a formulação de um índice de representatividade que condiciona o montante financeiro a ser repassado para as centrais. Ainda sobre a lógica de representatividade estabelecida pelo MTE, se pode considerar que *outra* medida, que corresponde a uma tentativa de oposição *aberta* ao ministério, foi aprovada na 13ª Plenária Nacional da CUT:

No regime de liberdade sindical, devemos atuar com o conceito de REPRESENTATIVIDADE. Pode existir mais de um sindicato numa determinada categoria ou base territorial, mas QUEM ASSINA ACORDO É O SINDICATO COM MAIOR REPRESENTATIVIDADE; ou seja, com maior número de trabalhadores/as associados/as naquela base. A DEMISSÃO DE DIRIGENTES sindicais que vem sendo feita pelos/as empregadores/as fere a liberdade e autonomia sindical. O artigo 522 da CLT, que limita o número de dirigentes sindicais com estabilidade sindical deve ser revogado. A liberação de dirigentes sindicais para o exercício do mandato, que é fundamental para a democracia e a liberdade sindical, deve ser deliberada pelos/as trabalhadores/as e garantida na legislação e nas negociações coletivas (CUT, 2011b: 56).

¹⁰⁷ PORTARIA Nº 194, DE 17 DE ABRIL DE 2008 - Aprova as instruções para a aferição dos requisitos de representatividade das centrais sindicais. Art. 1º Para fins de verificação da representatividade, as centrais sindicais deverão se cadastrar no Sistema Integrado de Relações do Trabalho – SIRT. Art. 2º As entidades que pretendam a aquisição das atribuições e prerrogativas de centrais sindicais deverão atender aos requisitos constantes do art. 2º da Lei nº 11.648, de 2008. Art. 3º A verificação da observância dos requisitos previstos nos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 11.648, de 2008, utilizará como parâmetros as declarações de filiação de sindicatos a centrais sindicais informadas no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES. Art. 4º Para análise do cumprimento do previsto no inciso III do art. 2º da Lei nº 11.648, de 2008, serão utilizados como parâmetros de pesquisa os dados do CNES e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE apurados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Art. 5º A aferição do índice previsto no inciso IV do art. 2º da Lei nº 11.648, de 2008, será realizada anualmente pelo MTE, utilizando-se das informações da RAIS do ano-base correspondente a dois anos anteriores, outros dados de órgãos oficiais e do CNES do dia 31 de dezembro do ano anterior ao do ano-base de referência. Art. 6º O índice de representatividade (IR) será calculado utilizando-se a seguinte fórmula: $IR = TFS / TSN * 100$, onde: IR = índice de representatividade; TFS = total de trabalhadores filiados aos sindicatos integrantes da estrutura organizativa da central sindical, comprovado nos termos do art. 5º; TSN = total de trabalhadores sindicalizados em âmbito nacional, comprovado nos termos do art. 5º. Art. 7º As centrais sindicais que, no ano-base de referência, atingirem os requisitos legais serão consideradas para efeito de cálculo da taxa de proporcionalidade (TP). Art. 8º O MTE divulgará anualmente, no mês de fevereiro do correspondente ano, a relação das centrais sindicais que atenderem aos requisitos de que trata o art. 2º da Lei nº 11.648, de 2008, indicando seus índices de representatividade. Parágrafo único. Às centrais sindicais que atenderem aos requisitos legais, será fornecido Certificado de Representatividade (CR). Art. 9º Até que a Caixa Econômica Federal - CAIXA automatize os procedimentos de apuração e transferência da contribuição sindical relativa às centrais sindicais, o MTE apurará e enviará as informações sobre o montante devido às entidades que cumpriram os requisitos, para que a CAIXA proceda ao repasse dos percentuais previstos nos artigos 589 e 590 da CLT.

Estes critérios básicos devem orientar nossos sindicatos no desafio de superar a dependência em relação ao imposto sindical. Inserem-se neste contexto, a ampliação da sua representatividade através do fomento à organização no local de trabalho e de campanhas de sindicalização, e o investimento na ampliação da participação dos/as trabalhadores/as na vida do sindicato. Estas ações devem ser desenvolvidas de forma que o vínculo estabelecido fortaleça o comprometimento da base com a gestão e a sustentabilidade da entidade, e que a contribuição voluntária seja uma fonte de receita adequada às necessidades de uma gestão eficiente e democraticamente decidida (CUT, 2011b: 61).

A nosso ver, estas resoluções têm como objetivo orientar o *sentido da ação social política* da CUT e, portanto, correspondem a uma reação da *instituição* no sentido de evitar a *dominação burocrática*¹⁰⁸ exercida pelo estado e articulada pelo MTE sobre o conjunto das organizações sindicais no Brasil. Se, para a maioria das centrais sindicais, o consentimento das regras formais impostas pela burocracia estatal (veja-se os critérios expostos na Portaria nº 194) pode significar a satisfação de um conjunto de *interesses de classe*, a partir de um posicionamento político mais independente, a CUT pretende apontar alternativas que visam a construção de uma *contraorganização própria* capaz de evitar a burocratização da *instituição* e o surgimento de *novos processos de institucionalização* no interior desta central sindical.

As resoluções da 13ª Plenária apontaram para a necessidade de substituir o formalismo reclamado pelas exigências da portaria por um critério de representatividade que se respalde na legitimidade que o trabalhador confere ao projeto e à prática sindical da CUT. Esta abordagem se aproxima da concepção historicamente defendida por esta central e que, neste momento de *reorganização* da estrutura sindical, é posta em *xequê*. Portanto, é precisamente sobre a noção de *concepção sindical* e, principalmente, sobre como a *ação* da CUT deve se orientar em relação à estrutura sindical que a 13ª Plenária Nacional dedicou um longo debate. Na ocasião, a Central Única dos Trabalhadores fez uma análise crítica

¹⁰⁸ Para Weber (2009: 146) “Do mesmo modo que os dominados só podem defender-se normalmente contra uma dominação burocrática existente criando uma contra-organização própria, também sujeita à burocratização, o próprio aparelho burocrático é obrigado a continuar funcionando em virtude de interesses de natureza material ou puramente objetiva, isto é, ideal: sem ele, numa sociedade com *separação* dos funcionários, empregados e trabalhadores dos meios administrativos e com indispensabilidade de *disciplina* e *qualificação*, a possibilidade de existência moderna acabaria para todos, menos para aqueles que ainda se encontrassem de posse dos meios de abastecimento (os camponeses). Para a revolução que chegou ao poder e para o inimigo ocupante, esse aparelho continua geralmente funcionando da mesma forma que para o governo legal até então existente”.

do funcionamento das suas *instituições* e avançou com a tentativa de construir o que seria um *tipo ideal* de organização sindical.

Dentro deste contexto, destacamos que Lousã (2011) apresenta contributos que sugerem novos princípios e práticas para este modelo de organização sindical *ideal*, ou seja, “aquela a que se almeja e ainda não se tem”(Lousã, 2011: 137). Neste sentido, a autora reitera a posição de Costa (2005) quando afirma que o sindicalismo global do século XXI será tanto mais sucedido politicamente quanto melhor se articular com outros “globalismos” (mulheres, direitos humanos, grupos ecológicos, consumidores, pacifistas) e com outras causas (diferença sexual, multiculturalismo, cidadania, ecologia, ambiente). Temas que não estão necessariamente ligados à agenda sindical tradicional e, salienta que é necessário que os sindicatos reivindiquem efetividade nas leis, no Estado e nos Tribunais; eficiência e eficácia no papel da inspeção do trabalho em Portugal (Lousã, 2011).

Além disto, Lousã (2011) sugere proposições, que a nosso ver, podem ser classificadas como sendo de caráter mais interno, ou seja, voltadas para *dentro* das organizações sindicais. Assim, o *sindicato ideal* deve: reforçar a figura a do(a) delegado(a) sindical que pode ser elo de ligação em duplo sentido entre a Direção e os(as) trabalhadores(as) nos locais de trabalho; desenvolver transparência contabilística como forma de garantir a saúde financeira e assegurar com independência o funcionamento das instituições; ter *quadros* dirigentes sindicais orientados pela ética e coesão – pluralismo na ação sindical, mas com independência partidária; investir no alargamento e na inovação dos conteúdos da negociação coletiva; oferecer assistência jurídica a tempo integral e gratuita aos sindicalizados; criar quotas sindicais e quotas de gênero visando atingir um equilíbrio entre os sexos nas esferas laboral, pessoal e familiar; organizar o voluntariado de trabalhadores reformados, mas feito com “conta e medida”; organizar os serviços de lazer, protocolos de descontos e parcerias, mas com parcimônia, priorizando o fornecimento de serviços por instituições da economia social ou do comércio justo, e, por fim, investir em formação sindical e educação para a cidadania civil e laboral, aproveitando as estruturas que as centrais sindicais possuem, e buscando estabelecer elos com institutos especializados e universidades a nível nacional, europeu e mundial.

As propostas de Lousã (2011) podem contribuir para o sindicalismo brasileiro pensar e estruturar a sua necessária renovação, porém, no caso da CUT, o que verificamos é que as preocupações evidenciadas na 13ª Plenária estiveram focadas em questões relacionadas à *atualização do projeto político e organizativo*. Assim, a CUT debateu temas que se direcionam principalmente, para a sua estrutura e organização sindical. A organização dos temas foi feita por eixos. Em resumo: *I - O sindicato deve ser um órgão que expresse a liberdade de organização e a unidade de classe*, que tratou do debate sobre liberdade sindical *versus* unicidade sindical; *II - O sindicato deve ser uma organização democrática*; neste ponto, fez uma crítica aos estatutos dos seus sindicatos que ainda não foram transformados com o objetivo de garantir a democracia nas eleições e a participação das bases. Ainda neste tema foram feitas considerações sobre as eleições sindicais com relação à disputa com as centrais sindicais e ao processo acelerado de disputas internas na CUT. No final, se apontou que, em todas as situações de disputa, a premissa é a construção da unidade e que ainda se apresentam diretrizes para a conformação de um *estatuto classista*; *III - O sindicato deve se organizar pela base*. Neste aspecto, se referiu à ampliação da organização sindical dos trabalhadores a partir do local de trabalho - OLT; *IV - O sindicato deve ter independência de classe*. Neste ponto, a CUT retomou o debate do fim do imposto sindical e defendeu a implantação da contribuição da negociação coletiva a ser aprovada em assembleia pelos trabalhadores sócios e não sócios do sindicato. Além disto, a CUT argumentou que ambos devem pagar a contribuição, pois todos se beneficiam dos resultados da negociação coletiva; *V - O sindicato deve organizar o conjunto da classe trabalhadora*, incluindo trabalhadores excluídos do sistema de proteção social (CUT, 2011b).

Neste último ponto, a Central Única dos Trabalhadores refletiu sobre a necessidade de avançar com ações que visam à *representação* dos segmentos sociais mais vulneráveis no mercado de trabalho, tais como: mulheres, jovens, negros, trabalhadores informais, trabalhadoras domésticas, trabalhadores migrantes e os trabalhadores terceirizados. O debate pode ter sido influenciado pelo novo contexto social e econômico, pois, tendo em vista o crescimento da economia, o “aquecimento” do mercado formal de trabalho e a emergência de uma “nova classe trabalhadora brasileira” (Souza, 2012), na qual os trabalhadores não são *pobres*, mas também não se enquadram no padrão típico das *classes médias*, a CUT se viu impulsionada a revisar a sua ação sindical e o alcance das

suas práticas em relação a estes segmentos sociais que estão sendo incorporados pelo mercado de trabalho e que não tem *representação política* a partir das centrais sindicais.

Ao propor a *Atualização do Projeto Político Organizativo*, a CUT incluiu no roteiro dos debates da 13ª Plenária uma avaliação sobre as suas federações e confederações, buscando incentivar a elaboração de novas propostas que permitam avançar com a estratégia de organização por *ramos de atividade*. Tratou-se, pois, de mais uma tentativa de *atualizar* a estrutura vertical, que se institucionalizou aceleradamente a partir dos anos de 1990 e, com isto, evitar a *concorrência* e a pulverização por *dentro* da CUT e *entre* a CUT e as demais centrais sindicais do país. Sendo, assim, a Central Única dos Trabalhadores estabeleceu como prazo até o 12º CONCUR (2015), efetuando uma avaliação parcial da proposta de organização setorial na 14ª Plenária (2014). Vale lembrar que, em outros períodos, a CUT também estabeleceu prazos para o debate e a reorganização dos seus ramos. No entanto, as confederações e as federações foram pouco disciplinadas no atendimento da *ordem legítima* e, em geral, na agenda destas *instituições*, prevalecem às reivindicações das *categorias* que representam.

Em 2012, a *ação* que a CUT conseguiu desenvolver de forma mais elaborada, no que tange à *atualização* do seu *projeto político e organizativo* foi a *Campanha Nacional por Liberdade e Autonomia Sindical*. A primeira atividade da campanha foi à organização do plebiscito nacional pelo fim do imposto sindical, lançado pela CUT Nacional, na cidade de Campinas, em São Paulo, no dia 26 de março de 2012, durante uma assembleia de trabalhadores. A CUT Nacional também realizou dois atos públicos em São Paulo, no dia 10 de abril, no centro da cidade e, no dia 13 de abril, no vão livre do Masp. A Central usou a ferramenta tecnológica “twitter”, no dia 04 de abril, para promover nas redes sociais a *ação* pelo fim do imposto sindical.

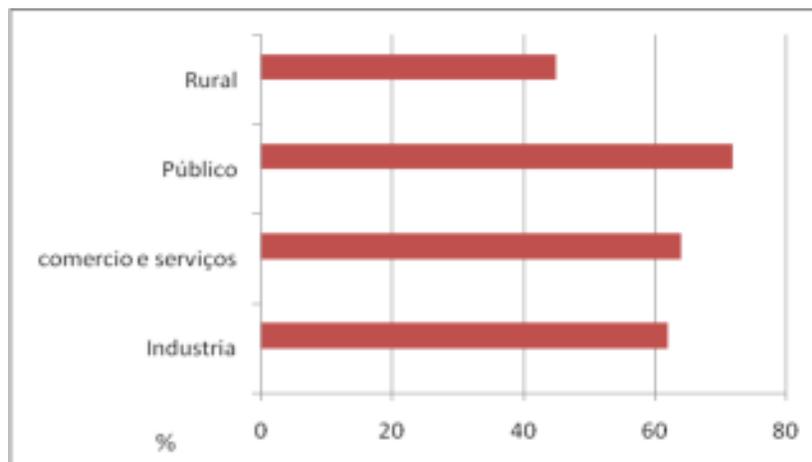
No entanto, mesmo com a realização destas atividades e com a distribuição das urnas, cédulas, folhetos, cartazes, camisetas e bonés, além de São Paulo, somente os estados do Amazonas, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rondônia, Ceará, Pará e a Bahia informaram sobre a realização de algum tipo de *ação*, promovendo a campanha da CUT nas regiões. Com relação às confederações e federações, apenas a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços - CONTRACS e a

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS enviaram relatos informando sobre as atividades organizadas que objetivavam o fim do imposto sindical.

Conforme apresentamos no capítulo 4, 64,17% dos delegados ao 11º CONCUR indicaram que participaram do plebiscito votando ou ajudando a colher votos na sua região, e 6,61% não participaram das ações porque não concordam com a campanha da CUT. Portanto, apesar dos resultados demonstrarem, a primeira vista, envolvimento dos delegados com a pauta da CUT, a nosso ver, é provável que os dirigentes que estão na *cúpula* das direções não tenham reproduzido a campanha nas suas bases sindicais. Este resultado pode explicar a baixa adesão dos Estados e da *estrutura vertical* da CUT, ou seja, para a maioria dos seus sindicatos, federações e confederações esta não foi uma *ação política* prioritária no período.

Ainda sobre o envolvimento dos delegados e das delegadas com o plebiscito pelo *fim do imposto sindical*, o *gráfico V.2* abaixo mostra a divisão dos delegados por macrossetor¹⁰⁹.

Gráfico V.2. - Divisão dos delegados por macrossetor



Fonte: Elaboração própria com base na Pesquisa Amostral CUT/IOS 11º CONCUR

¹⁰⁹ A partir do 11º CONCUR (2012b), a CUT passou a adotar a organização por macrossetores. São eles: serviço público, comércio, serviços e logística, rural e indústria. De acordo com a proposta da CUT, o macrossetor deverá ser o ponto de convergência dos diversos ramos interessados em elaborar uma agenda negocial e a *ação política* de forma unificada.

O gráfico V.2 mostra que o macrossetor serviço público concentra o maior número de delegados e delegados que se envolveu com o plebiscito “votando e/ou ajudando a colher votos por região”. Este dado pode resultar da própria experiência destes trabalhadores que, desde o final dos anos de 1970, se organizam de forma autônoma em relação à estrutura oficial e, na prática já sobrevivem com a mensalidade dos associados. Vale lembrar que, somente com a Constituição de 1988 os trabalhadores do setor público conquistaram o direito de organização sindical (artigo 37, VI, CF).

O fato do plebiscito não ter sido uma prioridade pode indicar *acomodação* dos dirigentes da CUT à atual estrutura sindical. Assim, a CUT, ao reforçar esta posição política contrária ao imposto sindical e ao pretender retomar a *luta* pela ratificação da convenção 87, pode ter realizado uma *ação* orientada para *dentro* da instituição, que corresponde a mais uma tentativa de incorporação dos seus *filiados* aos seus valores e objetivos. Portanto, se verifica que a *luta* não é somente contra a estrutura oficial, a ação do MTE e do Poder Judiciário, conforme foi expresso na 13ª Plenária, mas está implícito o desafio de superar as contradições internas da ordem do discurso e da prática sindical da *instituição*. Portanto, mesmo com uma CUT mais homogênea, com predominância de sindicalistas ligados a ARTSIND, que historicamente defendem a Convenção 87 e o fim do imposto sindical, neste início de século, ainda não se verificam mudanças que caminham em direção à efetivação destes princípios.

Contudo, não podemos desconsiderar que uma importante parcela das entidades filiadas a CUT já não depende deste recurso financeiro compulsório. Assim, o sentido da *ação* política pode ter sido orientado para *fora* dos limites da *instituição* ao buscar “se diferenciar” das outras centrais sindicais. A CUT fez um movimento mais *amplo* em direção à sociedade, em busca de apoios e legitimação ao seu *projeto político e organizativo* que pretende o fim do imposto e a liberdade sindical. O movimento para *fora* pode ter sido impulsionado pela conjuntura política e sindical, pois, naquele período, a CUT optou por fazer uma oposição *aberta* à ação do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente no que tange às denúncias de concessão do registro sindical a entidades sindicais sem *real representatividade*.

Nos bastidores da *mobilização*, que iniciou com um *plebiscito nacional*, a CUT procurou combinar estratégias de *negociação*, pois notamos que, neste mesmo período, uma importante reorganização interna ocorreu no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Assim, no primeiro semestre de 2012, a pasta continuou sob o comando do PDT, mas Manoel Messias Melo, militante do PT e na época Secretário de Relações de Trabalho da CUT, se tornou o Secretário de Relações de Trabalho¹¹⁰ do referido Ministério para o período de 2012 a 2014.

O 11º CONCUR, realizado de 09 a 13 de julho de 2012, deu continuidade aos debates iniciados na 13ª Plenária Nacional. Com certa parcialidade, avançou principalmente com relação à aprovação da paridade de gênero na sua estrutura *horizontal*. Conforme apontamos no capítulo anterior, a CUT deu um passo importante: passou de um discurso *político*, que tem a pretensão de incluir as mulheres na direção política da *instituição*, para uma *ordem* que visa normatizar essa *ação*.

No entanto, a inclusão da *paridade* no estatuto da *instituição*, conforme aprovado no 11º CONCUR (2012), pode ter sido fortemente influenciada pela aprovação da paridade no 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em Brasília, entre os dias 02 a 04 de setembro de 2011. Na ocasião, os militantes do PT deliberaram pela paridade de gênero na composição das direções, delegações, comissões e nos cargos com função específica de secretarias. O resultado demonstra que a CUT, mesmo sendo uma *instituição forte*, orientou a sua *ação*, visando à *mudança* da sua composição interna, e,

¹¹⁰ Art. 17. À Secretaria de Relações do Trabalho compete: I - formular e propor políticas, programas e projetos para a democratização das relações do trabalho, em articulação com as demais políticas públicas, fortalecendo o diálogo entre o Governo, trabalhadores e empregadores; II - elaborar e propor diretrizes e normas voltadas para a promoção da autonomia das relações entre trabalhadores e empregadores; III - planejar, coordenar, orientar e promover a prática da negociação coletiva, mediação e arbitragem; IV - promover estudos sobre a legislação sindical e trabalhista, na sua área de competência; V - acompanhar o cumprimento, em âmbito nacional, dos acordos e convenções ratificados pelo governo brasileiro junto a organismos internacionais, em especial à OIT, nos assuntos de sua área de competência; VI - elaborar e gerenciar o cadastro de entidades sindicais de trabalhadores e empregadores, servidores públicos e profissionais liberais, bem como o banco de dados sobre relações de trabalho; VII - propor ações que contribuam para a capacitação e aperfeiçoamento técnico dos profissionais que atuam no âmbito das relações do trabalho; VIII - conceder e cancelar registro de empresas de trabalho temporário e registro de entidades sindicais de acordo com critérios objetivos fixados em lei; IX - promover parcerias com órgãos da administração pública na formulação de propostas e implementação de programas na área de competência; e X - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério, em sua área de competência (Fonte: Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004).

portanto a *atualização* do seu *projeto político e organizativo* pretendendo à inclusão das mulheres também em função da pressão do *ambiente externo*. No caso, a *ação* do partido político que reúne a militância do PT e da CUT.

O avanço seguinte alcançado no 11º CONCURTO está relacionado com a aprovação de uma resolução que trata da *Convenção Cutista*. A *Convenção* é uma *ação política* que pretende *disciplinar as disputas* que ocorrem por *dentro* da CUT. De acordo com a Central Única dos Trabalhadores, a chapa deverá obedecer os seguintes critérios:

A comissão eleitoral organizadora da Convenção CUTista será composta paritariamente pelas chapas concorrentes e por representantes da Direção Executiva da CUT Estadual e do respectivo ramo de atividade, garantindo igualdade de condições entre os/as concorrentes, prezando sempre pelo respeito à democracia e garantindo a lisura do processo; Poderão participar da Convenção apenas as correntes políticas CUTistas; Duas ou mais correntes CUTistas podem se aliar e montar uma chapa para disputa na Convenção; Os/as concorrentes não poderão adotar mecanismos que impossibilitem ou dificultem o pleno exercício democrático e o andamento da Convenção sob pena de ter sua candidatura caçada pela comissão eleitoral; A votação poderá ser por meio de coleta de votos em urnas ou em plenária realizada especificamente para esse fim; Após a apuração de todos os votos, em urnas ou em plenário, a comissão eleitoral proclamará o resultado indicando o percentual que cada chapa obteve; A partir do resultado obtido as correntes deverão, obrigatoriamente, compor uma chapa única CUTista respeitando o tamanho que cada corrente demonstrou no processo de Convenção; A distribuição dos cargos na chapa CUTista que disputará as eleições sindicais deverá respeitar o critério da proporcionalidade adotado pela CUT. O processo deve ser referendado pela Estadual da CUT e pelo Ramo (CUT, 2012b: 41).

Se, por um lado, a CUT é uma *instituição forte com autonomia* para propor um “regramento” em relação ao ambiente externo, conforme se observou em relação ao MTE, por outro lado, a aprovação da *Convenção Cutista* pode ter sido uma tentativa de controle do ambiente interno, marcado pela acirrada concorrência sindical. No entanto, ainda é cedo para avaliar os impactos desta resolução aprovada em um congresso nacional, assim como os seus contributos para o pretense objetivo de *atualizar o projeto político e organizativo da instituição*. Paralelamente à aprovação da *atualização do seu projeto político organizativo*, a CUT tem um longo caminho a percorrer, se quiser de fato realizar *ações* que caminham no sentido de promover a incorporação plena dos *objetivos e valores* da *instituição* nos seus filiados. No momento atual, apesar dos *dilemas* que são gerados em função da incorporação do imposto sindical e das regras de *representatividade* elaboradas

pelo aparelho burocrático do Estado, no cotidiano da *ação* sindical *cutista* ainda não se verifica a consolidação de um *novo projeto político e sindical*, que aponta para *novos objetivos e princípios institucionais*, conformados em um novo estatuto.

Tabela V.3. - Comparativo dos ramos da CUT, por número de entidades filiadas, nos anos de 2003, 2006, 2009 e 2012

Ramos	Número de entidades filiadas				Var.2012-2003	Var.2012-2003 %
	2003	2006	2009	2012		
Alimentação	101	96	97	112	11	10,89
Vestuário	78	76	70	71	-7	-8,97
Construção	91	91	63	83	-8	-8,79
Químico	76	67	53	78	2	2,63
Metalúrgico	95	100	70	77	-18	-18,95
Urbanitário	45	49	44	48	3	6,67
Extração	37	34	22	-	-	-
Cinematográfico*	1	-	-	-	-	-
Beneficiamento*	1	-	-	-	-	-
Artesanato*	1	-	-	-	-	-
Comércio	207	243	216	252	45	21,74
Comércio autônomo	48	43	36	44	-4	-8,33
Turismo e hospitalidade*	2	-	-	-	-	
Saúde	182	166	152	181	-1	-0,55
Transporte	79	98	90	110	31	39,24
Técnico*	12	-	-	-	-	-
Comunicação	102	101	86	90	-12	-11,76
Financeiro	110	112	99	101	-9	-8,18
Educação	234	204	158	154	-80	-34,19
Difusão artística*	17	-	-	-	-	
Profissionais liberais	23	25	21	26	3	13,04
Funcionalismo público	542	689	781	882	340	62,73
Aposentados	2	1	1	1	-1	-50,00
Informática	17	18	17	19	2	11,76
Rural	1.238	1.267	1.341	1.454	216	17,45
Total	3341	3480	3417	3783	442	13,22

Fonte: Elaboração própria com informações do Cadastro SG-CUT Nacional

*Dado não informado pelo Cadastro/SG-CUT

A *tabela V.3* apresenta o comparativo dos ramos da CUT e o número de entidades filiadas no período 2003-12. A nosso ver, o momento é marcado por uma forte *estabilização institucional*, razão pela qual é precipitado afirmar que a CUT se converteu em uma central institucionalizada, verticalizada e dependente do Estado (Antunes, 2011). Os dados demonstram que, mesmo com a “corrida” pelo registro sindical num cenário de reconhecimento das centrais sindicais, a CUT não passou por um processo de acelerado crescimento e *institucionalização sindical*, conforme nos mostrou Rodrigues (1997) ao analisar a trajetória da central sindical até 1993. O crescimento da CUT, num período de quase 10 anos ficou em torno de 13%. Vale lembrar que, entre 1991 e 2001, a CUT teve um crescimento de 70% passando de 1.668 para 2.834 entidades filiadas.

Além disto, conforme mostramos no capítulo 4 é estável a participação dos delegados aos congressos da CUT, sendo que, a variação no período 2003-12, é de -14,38%. Assim, o que constatamos é a *forte* tendência a uma *estabilização institucional* que pode ser verificada não só pela representatividade numérica dos sindicatos e dos delegados credenciados aos CONCUTs, como também pela permanência do que a CUT classifica como “desafios” para a *ação* sindical, como por exemplo, no que tange ao debate do seu *projeto político organizativo*, visando a mudança na sua organização e na estrutura sindical do país.

O fato da Central Única dos Trabalhadores, em alguns momentos, ter colocado em questão as atuais regras impostas pela burocracia estatal e dar como prazo até o 12º CONCUT (2015) para o debate que almeja reorganizar a sua estrutura *horizontal* e *vertical*, bem como optar por fazê-lo antes de realizar uma mudança estatutária, a nosso ver, sinaliza para uma resposta sindical ao novo contexto e não apenas uma *acomodação institucional* ao atual cenário sindical. No entanto, é a capacidade de superação dos *dilemas* por *dentro* da instituição articulada à capacidade de elaboração de uma estratégia afirmativa para *fora* que poderá contribuir para a CUT transitar para uma nova *institucionalização* no início de século XXI.

CONCLUSÃO

Este estudo buscou analisar a trajetória da CUT sobretudo durante a vigência do Governo Lula, no período 2003-10. Tratou-se do momento em que a CUT, no *espaço da cidadania*, para além da pauta sindical relacionada às reivindicações trabalhistas e às *ações de resistência*, passou a priorizar a *articulação* de uma pauta em prol do desenvolvimento do país, com uma ampla agenda de *negociação*. Diante disso, a *ação* da CUT pretendeu incorporar novos *atores sociais*, em especial, as centrais sindicais. Neste sentido, objetivamos apreender os significados da *relação associativa* entre as centrais sindicais.

A partir da análise da *composição social* da Central Única dos Trabalhadores, buscamos identificar o *perfil* dos dirigentes sindicais e as influências que podem exercer para o estabelecimento de uma *relação associativa* entre as centrais sindicais. Procuramos, também, elencar quais os seus contributos para a *atualização do projeto político organizativo*; mudança que foi sendo perseguida por esta central sindical ao longo do período 2003-12. Além disto, se priorizou por analisar aspectos da configuração jurídico-institucional das centrais sindicais na atualidade. Apontamos, também, as principais mudanças, bem como os *dilemas* para a ação sindical da CUT, averiguando se há perspectivas para a conformação de *nova institucionalização* no início do século XXI.

A *ação* sindical *cidadã*, que pretende a *luta* por ampliação de direitos de cidadania, na década de 2000, teve como reforço a vigência do Governo Lula, que se mostrou mais sensível às reivindicações dos *representantes* dos trabalhadores. Esta experiência influenciou a *relação associativa* entre as centrais sindicais e a realização de um conjunto de ações unificadas, mas não contribuiu para impulsionar novos processos de *institucionalização* da CUT no início do século XXI. Mas, o que verificamos é a tendência a uma forte dinâmica reorganizativa política de caráter interno e uma tendência a forte *estabilização institucional*. Analisando especificamente a CUT, o descontentamento com o grau de *autonomia* desta central sindical em relação ao governo Lula também foi decisivo para o início do *processo de reorganização institucional interno*, no qual esta *instituição* perdeu tendências políticas que se orientavam a partir da *ação* de partidos políticos como o PSTU e o PSOL. Ambos os partidos, assim como o PSDB, o DEM e o PPS se

posicionaram como *oposição* ao Governo Lula e posteriormente ao Governo Dilma. Vale lembrar que, na Câmara dos Deputados, o PSTU não tem representação e o PSOL conseguiu eleger 3 deputados em 2010.

Conforme discutimos no capítulo 4, as centrais sindicais tiveram êxito na *luta* pela valorização do salário mínimo¹¹¹, na ampliação da participação institucional e (podemos acrescentar) na conquista do próprio reconhecimento jurídico com garantia de financiamento. Afinal, esta era uma reivindicação expressa na *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento*.

A composição social permitiu aferir que a CUT tem avançado com a inclusão de mulheres a frente das direções das suas entidades. Fato comprovado no 11º CONCURT, momento em que, do total de participantes, 58,05% eram homens e 41,95% eram mulheres. Além disto, a aprovação da paridade demonstrou que a CUT deu um passo importante, avançou de um discurso *político* que tem a pretensão de incluir as mulheres na direção política da *instituição*, para uma *ordem* que visa normatizar esta *ação*.

Comparando os dados do 11º CONCURT aos dois congressos anteriores, se notou que há uma tendência à redução do número de delegados na região sudeste, enquanto que as regiões norte, sul e centro-oeste seguem com um contínuo e leve incremento no seu número de participantes. Já a região nordeste se consolidou como a segunda maior delegação aos congressos da CUT e, sendo assim, desde 2009, revelou percentuais muito próximos aos da região sudeste. No entanto, a *composição política* da Direção Executiva Nacional, considerando a representação por ramos de atividade econômica, mostrou que, no período em análise, a região sudeste continua a deter os *cargos* de maior poder na hierarquia da *instituição*, prevalecendo à força política e econômica de São Paulo sobre as demais regiões do país. Inclusive com forte concentração do poder de decisão nos tradicionais “redutos” da política sindical *Cutista*, a saber: o Sindicato dos Metalúrgicos do

¹¹¹ Pochmann (2011) destaca que o rendimento médio familiar *per capita* no topo da distribuição da renda (10% mais ricos) no Brasil cresceu 1,6%, em média, entre 2003 e 2008. O rendimento médio familiar *per capita* na base da distribuição da renda no Brasil (10% mais pobres) cresceu 9,1% ao ano. Inicialmente, devido à política de aumento do valor do salário mínimo que permitiu injetar um trilhão de reais aos trabalhadores de salário de base somente no período de 2003 a 2010. Mas também contribuíram para este resultado a política de transferência direta de renda aos segmentos sociais mais vulneráveis e a recente adoção da política de inclusão bancária, que permite elevar o crédito tanto ao consumo como à produção em segmentos de baixa renda.

ABC, o Sindicato dos Bancários de São Paulo e a Apeoesp. Esta realidade também aponta para um quadro de *estabilização institucional*, no período analisado.

O envelhecimento dos dirigentes foi uma tendência já apontada por Rodrigues (1997) quando analisou o perfil dos delegados no 4º CONCUT (1991). Neste sentido, se viu que 57,9% dos dirigentes se situava na faixa etária de 30 a 39 anos. Na década de 2000, essa tendência se confirmou e, em virtude disso, nos congressos da CUT, predominaram os dirigentes situados na faixa etária de 36 a 44 anos e de 45 a 54 anos. Resultados que demonstram que participam dos congressos da CUT dirigentes políticos experientes e com alto grau de escolaridade, estando à frente do aparato sindical. A maioria exerce *cargos* de direção, seguindo a mudança estatutária aprovada no 3º CONCUT (1988).

A análise dos dados permitiu concluir que há uma estabilidade na participação dos ramos reconhecidos pela CUT ao longo dos três últimos congressos. Assim, o ramo da educação se manteve como o maior número de *representantes*, seguido pelo rural e pelo ramo da administração pública. No 11º CONCUT, o ramo financeiro se igualou à administração pública em número de participantes e cada um representou 7,24% do total de delegados.

A nosso ver, a estabilidade na participação dos ramos demonstra que a CUT é uma *instituição forte*. Sob este aspecto, vemos que as perdas e as recomposições políticas, vivenciadas desde 2003, não conseguiram desestabilizar o tamanho das delegações aos congressos da CUT. Outro fator que pode ter influenciado a manutenção do tamanho das delegações é que, neste início de século XXI, não se realizaram mudanças estatutárias que pudessem ter influência sobre o critério de escolha dos *representantes* aos congressos da CUT.

A *composição social* é estável com um quadro de dirigentes liberado para viver *da* política, pois são funcionários remunerados e, em geral, disponíveis parcialmente ou totalmente para a atividade sindical. Todavia, os dirigentes sindicais da CUT se mostraram pouco preparados para lidar com a totalidade da *Agenda dos Trabalhadores Pelo Desenvolvimento*. A *ação* pode ser o diferencial do novo século nesta *instituição*, pois insere as reivindicações do espaço da produção *dentro* de uma pauta social mais ampla, buscando exercer um *modelo de sindicalismo aberto ao exterior*. Na visão da CUT, a

Agenda sintetiza a luta por um novo modelo de desenvolvimento. Fato que nos faz pensar que esta estratégia negociada almeja civilizar o capitalismo, a partir de um conjunto de reivindicações sintetizadas em grandes diretrizes como “Valorização do trabalho”, “Igualdade, distribuição de renda e inclusão social”, “Estado democrático com caráter público e participação ativa da sociedade”. Sendo assim, a CUT pretende lutar por ampliação dos direitos de cidadania para além do espaço da produção. Característica presente no modelo originário desta central sindical e intensificada a partir da década de 1990, tendo como baliza a inserção do conceito de *sindicato cidadão* na agenda sindical.

Em contraste ao exposto, verificamos que a prática sindical ainda está bastante centrada nas reivindicações das categorias, ou seja, a questão política que se impõe no cotidiano dos sindicatos é a luta por cidadania no espaço da produção. Perspectiva que tende a reduzir o alcance da ação cidadã que a CUT pretendeu desenvolver em articulação com os movimentos sociais e outros segmentos sociais não representados pelas centrais sindicais. Além disto, o reconhecimento legal das centrais sindicais gerou inúmeros impasses para consecução desta agenda cidadã nos Estados. As entrevistas apontaram que a base sindical da CUT se mostrou “confusa” e pouco interessada em instituir uma relação associativa com as centrais sindicais. Ao mesmo tempo, se constatou a necessidade de ter que administrar um conjunto de lutas que se dão numa situação de concorrência entre as centrais sindicais, num cenário de legalização destas centrais sindicais.

A busca por articular as centrais sindicais em torno de uma pauta comum se destacou como uma dinâmica que teve maior peso no âmbito nacional. Situação que demonstra que há um distanciamento entre a ação política da cúpula da Direção da CUT Nacional e as Direções das Estaduais da CUT. Além disto, a ausência de legitimação da pauta sindical nacional nas bases da CUT pode indicar que, em ramos com forte sindicalização, a prioridade pode ter sido as reivindicações imediatas das categorias. Resultado que reforça o limite institucional existente para dentro da CUT e demonstra que há distanciamento entre as propostas defendidas pela cúpula da instituição e as suas bases sindicais.

A nosso ver, a utilização do imposto sindical como parte das receitas da instituição é o principal dilema que a CUT terá que enfrentar neste início de século XXI,

caso queira avançar com o seu objetivo de *atualizar o seu projeto político e sindical*. Neste sentido, ao compararmos as falas dos entrevistados com os resultados obtidos a partir da análise da composição social, verificamos que, ao mesmo tempo em que os dirigentes sindicais defendem a utilização do imposto sindical como forma de fazer *luta*, também afirmam que a principal forma de sustentação dos sindicatos deve ser a mensalidade dos associados e a contribuição negocial.

Além dos dilemas citados, a CUT está diante de outro *dilema*, pois se a ampliação da sua estrutura física e burocrática não avançar de forma *articulada* ao pretensão objetivo político de fundo que é o “fortalecimento da CUT visando acabar com o imposto sindical”, se depreende que há o risco dessa central sindical potencializar o desenvolvimento de uma ampla *burocracia sindical* assentada num forte aparato institucional com orçamentos ampliados devido ao recebimento do recurso compulsório. Portanto, distante dos objetivos da *ação* política defendida no plano sindical nacional, especialmente pela *cúpula* que dirige a *instituição*.

Fora os argumentos já expostos, a *instituição* terá que lidar com outras realidades que já relatamos ao longo do estudo. A CUT não experimenta uma fase de forte crescimento e de *aceleração do processo de institucionalização*, entretanto, nos dias atuais, é uma *instituição forte*. As perdas e recomposições políticas vivenciadas desde 2003 não conseguiram desestabilizar o tamanho das delegações aos congressos da CUT, além do número de entidades filiadas ter obtido um incremento em torno de 13% no período 2003-12, configurando uma fase que caracterizamos como *estabilização institucional*. As pesquisas aplicadas nos quatro últimos congressos mostraram que permanece o desafio da renovação dos seus quadros dirigentes, inclusive com a inserção efetiva de jovens e mulheres em *cargos* de direção. Caso contrário, se retraem cada vez mais as possibilidades de exercício de um sindicalismo aberto ao *exterior*, a partir de uma agenda *cidadã*, conforme pretendido no discurso da *instituição*.

A dificuldade em estabelecer um posicionamento efetivo em direção a uma *ação sindical cidadã*, a nosso ver, tem relação com a capacidade de superação dos *dilemas* por *dentro* da instituição, em específico no que tange ao *projeto político e organizativo*.

Portanto, é a superação destes limites que poderá contribuir para uma *nova institucionalização da CUT* no início do século XXI.

A consolidação do projeto sindical de origem da CUT, respaldado nos princípios da *liberdade e autonomia sindical*, vai depender do quanto esta central sindical conseguir avançar com a sua *estratégia de atualização e fortalecimento* do seu projeto político e sindical que pretende a reorganização da sua estrutura *horizontal e vertical*. O ano de 2015, na ocasião do 12º CONCURT, é o prazo máximo que a CUT Nacional estabeleceu para tratar desta *questão política*. Assim, no seguimento dos resultados encontrados, é possível propor algumas ideias que pensamos poderem contribuir para esta *instituição* avançar com a perspectiva de incentivar uma *nova institucionalização*, ancorada nos princípios que a CUT sempre defendeu.

Eis, portanto, alguns dos desafios gerais que estão colocados para as práticas do movimento sindical *cutista* na conjuntura atual.

- Tratar a *agenda cidadã* da CUT como uma política permanente. A *relação social fechada* com as centrais sindicais e a Coordenação dos Movimentos Sociais têm que ser uma estratégia contínua. Logo, não se pode intensificar somente quando o *ambiente externo* é favorável, por exemplo, conforme se verificou nos períodos eleitorais, quando a política de unidade fazia parte dos interesses desta *instituição* e do conjunto de *representações política* que a compõem.

- Debater a *agenda cidadã* da CUT com a sociedade. Neste início de século XXI a CUT avançou ao propor no centro da sua pauta uma *agenda pelo desenvolvimento* que tem reivindicações relacionada com uma pauta social ampla direcionada a *ampliação dos direitos de cidadania*. No entanto, para a CUT, o desafio que se impõe é buscar a *legitimação* da sociedade para esta agenda que se articula para além dos *interesses* das *categorias* que representa. Perspectiva que poderá contribuir para ampliar a *autonomia* da central sindical em relação aos apoios dos poderes Executivo e Legislativo e avançar com as reivindicações expressas na sua pauta social *ampla*.

- Ampliar a capacidade da CUT de *articular* pragmaticamente estratégias de *contestação* e de *participação* (Santos, 2004; Costa, 2011). Portanto, se a CUT pretende

avançar com a sua proposta de *luta por um Estado democratizado e um novo padrão de desenvolvimento*, precisa qualificar os seus *representantes* que têm atuação nos espaços tripartites. No entanto, a representação institucional não pode ser reduzida ao cumprimento assíduo de agendas, mas a *ação política* deve se orientar para a defesa das pautas de *interesse da instituição* de forma contínua. Esta perspectiva de *ação* poderá contribuir para um maior grau de *autonomização* na relação da CUT com o Congresso Nacional e na relação do sindicalismo CUT *versus* governo do PT, ampliando as possibilidades para a implantação das reivindicações expressas na sua *agenda pelo desenvolvimento*.

- Introduzir o debate da atualização do *projeto político e organizativo* no cotidiano das entidades sindicais. Portanto, a *ação política* deve ser efetivamente orientada para *dentro* da CUT. Esta *questão política* não pode ser tratada com mais intensidade somente em períodos que antecedem os congressos e as plenárias da CUT, em função da possibilidade de realizar mudanças no estatuto da *instituição*. Mas, “A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. Tal esforço exige, a um tempo, paixão e senso de proporções” (Weber, 2008: 123). Portanto, se a CUT pretende reverter o quadro *estabilização institucional* e evitar a *acomodação* a atual estrutura sindical, deverá produzir uma dinâmica real e participativa a partir da sua base sindical. A estratégia deve ser contínua e voltada à produção de *incentivos* que levem a militância da CUT a participar da *ação* que visa à atualização do seu *projeto político e organizativo* de modo a avançar com a consolidação de uma *nova institucionalização sindical* fundada nos moldes dos princípios originários da CUT.

SIGLAS

ABDI, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABI, Associação Brasileira de Imprensa
ABONG, Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
ABRAÇO, Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
ADS, Agência de Desenvolvimento Solidário
AE, Articulação de Esquerda
ALN, Ação Libertadora Nacional
ANAMPOS, Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical
ANDES-SINDICATO NACIONAL, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPG, Associação Nacional de Pós-Graduandos
ANTEAG, Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
AP, Assembléia Popular
APEOESP, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
ARTSIND, Articulação Sindical
ASC, Aliança Social Continental
ASSIBGE-SN, Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística
ATTAC, Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos
BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIXA, Caixa Econômica e Federal
CARF, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CAT, Central Autônoma de Trabalhadores
CBJP, Comissão Brasileira de Justiça e Paz
CCFDS, Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social
CCFGTS, Conselho Curador do Fundo de Garantia por tempo de Serviço
CCQS, Círculos de Controle de Qualidade
CDES, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBRAPAZ, Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz
CEDOC-CUT, Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT
CEEBS, Comunidades Eclesiais de Base
CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores
CGTB, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CIOSL, Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
CIVES, Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
CLP, Controles lógicos programáveis
CLT, Consolidação das Leis do Trabalho
CMP, Central de Movimentos Populares
CMS, Coordenação dos Movimentos Sociais
CNB, Confederação Nacional dos Bancários
CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDI, Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
CNDM, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNES, Cadastro Nacional de Entidades Sindicais
CNIG, Conselho Nacional de Imigração
CNM-CUT, Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT

CNPIR, Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial
CNPS, Conselho Nacional da Previdência Social
CNQ-CUT, Confederação Nacional dos Químicos da CUT
CNRT, Conselho Nacional de Relações de Trabalho
CNS, Conselho Nacional de Saúde
CNTE-CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT
CNTI, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CNTSM-CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral da CUT
CNTSS-CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT
CNTT-CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes da CUT
CNTV-CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário da CUT
CODEFAT, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONADE, Conselho Nacional dos Direito da Pessoa Portadora de Deficiência
CONAM, Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONCIDADES, Conselho Nacional das Cidades
CONCLAT, Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONCUT, Congresso Nacional da CUT
CONDSEF-CUT, Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal da CUT
CONEM, Coordenação Nacional de Entidades Negras
CONFETAM, Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal
CONJUVE, Conselho Nacional de Juventude
CONLUTAS, Coordenação Nacional de Lutas
CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAC-CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústria, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais da CUT
CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTEE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
CONTICOM-CUT, Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira da CUT
CONTRACS-CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT
CPT, Comissão Pastoral da Terra
CRT, Conselho de Relações de Trabalho
CSA, Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas
CSB, Central dos Sindicatos Brasileiros
CSC, Corrente Sindical Classista
CSD – CUT, CUT Socialista e Democrática
CSI, Confederação Sindical Internacional
CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT, Central Única dos Trabalhadores
DEM, Democratas
DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENAMP, Encontro Nacional de Articulação de Movimentos Populares
ENCLATS, Encontros Estaduais das Classes Trabalhadoras
ENOS, Encontro Nacional das Oposições Sindicais
FASE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador

FEEB, Federação dos Bancários dos Estados da Bahia e do Sergipe
FENADADOS-CUT, Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados da CUT
FENAJ-CUT, Federação Nacional dos jornalistas da CUT
FENAJUFE, Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Judiciário Federal
FENTECT-CUT, Federação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Correios, Telégrafos e Similares da CUT
FES, Fundação Friedrich Ebert
FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FISENGE-CUT, Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros da CUT
FITERT-CUT, Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão Aberta ou por Assinatura da CUT
FITTEL-CUT, Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicação da CUT
FMI, Fundo Monetário Internacional
FNA-CUT, Federação Nacional dos Arquitetos da CUT
FNL, Fórum Nacional de Luta
FNT, Fórum Nacional do Trabalho
FNU-CUT, Federação Nacional dos Urbanitários da CUT
FS, Força Sindical
FSM, Fórum Social Mundial
FUNDACENTRO, Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
FUP-CUT, Federação Única dos Petroleiros da CUT
IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOS-CUT, Instituto Observatório Social da CUT
JIT, Just in time
JOC, Juventude Operária Católica
LGBT, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MDB, Movimento Democrático Brasileiro
MEP, Movimento de Emancipação do Proletariado
MMM, Marcha Mundial de Mulheres
MR8, Movimento Revolucionário 8 de outubro
MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD, Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTE, Ministério do Trabalho e Emprego
MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)
NCST, Nova Central Sindical de Trabalhadores
OAB, Ordem dos Advogados do Brasil
OIT, Organização Internacional do Trabalho
ONG, Organização Não Governamental
ORIT, Organização Interamericana de Trabalhadores
OSI, Organização Socialista Internacionalista
PAC, Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B, Partido Comunista do Brasil
PCB, Partido Comunista Brasileiro
PCBR, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDT, Partido Democrático Trabalhista

PED, Processo de Eleição Direta
PETROBRÁS, Petróleo Brasileiro S.A.
PHS, Partido Humanista da Solidariedade
PIB, Produto Interno Bruto
PL, Partido Liberal
PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN, Partido da Mobilização Nacional
PNAD/IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra em domicílio do IBGE
PP, Partido Progressista
PPPs, Parcerias público-privadas
PPS, Partido Popular Socialista
PR, Partido da República
PRB, Partido Republicano Brasileiro
PRN, Partido da Reconstrução Nacional
PSB, Partido Socialista Brasileiro
PSC, Partido Social Cristão
PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL, Partido do Socialismo e Liberdade
PSTU, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT do B, Partido Trabalhista do Brasil
PT, Partido dos Trabalhadores
PTB, Partido Trabalhista Brasileiro
PTC, Partido Trabalhista Cristão
PTN, Partido Trabalhista Nacional
PV, Partido Verde
RAIS, Relação Anual de Informações Sociais
Rebrip, Rede Brasileira pela Integração dos Povos
SDS, Social Democracia Sindical
SINASEFE, Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica e Profissional
SINERGIA, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Estado de São Paulo
SINPAF-CUT, Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa Agropecuária e Florestal da CUT
SINTAPI-CUT, Sindicato Nacional dos Aposentados da CUT
SMABC, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
SSB, Sindicalismo Socialista Brasileiro
UBES, União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UBM, União Brasileira de Mulheres
UGT, União Geral dos Trabalhadores
UJS, União da Juventude Socialista
UNE, União Nacional dos Estudantes
UNITRABALHO, Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
UNMP, União Nacional por Moradia Popular
US, Unidade Sindical

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTSIND (2008) *Subsídios II Conferência Nacional da ARTSIND*. São Paulo: ARTSIND.
- ARTSIND (2013) *Concepção, Estrutura e Prática Sindical: Rumo a 4ª Conferência Nacional da ARTSIND*. São Paulo: ARTSIND.
- Almeida, Maria H.T (2008) “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança” in Sorj, Bernardo; Almeida, Maria H.T (orgs.) *Sociedade Política no Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 279-232.
- Almeida, Maria H.T (1978) *Estado e classes trabalhadoras no Brasil: 1930-145*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade de São Paulo.
- Alves, Giovanni (2000) *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Amorim, Elaine (2003) *No limite da precarização? Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de Campinas.
- Antunes, Ricardo (1995) *O novo sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Pontes.
- Antunes, Ricardo (1999) *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Antunes, Ricardo (2003) *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Antunes, Ricardo (2011) *O Continente do Labor*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Araújo, Ângela (2002) “Estado e Trabalhadores” in Araújo, Ângela (org.) *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 29-57.
- Arendt, Hannah (2001) *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Avritzer, Leonardo (2009) “Sociedade civil e participação no Brasil democrático” in Avritzer, Leonardo (org.) *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 27-54.
- Bauman, Zygmunt (1999) *Globalização: As Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Belligni, Silvano (1997), “Hegemonia” in Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco (orgs.) *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 579-581.

Beneyto, Pere J. (2008) “El sindicalismo español en perspectiva europea: de la anomalia a la convergencia” *Cuadernos de Relaciones Laborales*. 26(1), 57-58.

Bihr, Alain (1998) *Da Grande Noite à Alternativa: O movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Boito Jr., Armando (1991) *O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical*. São Paulo: Hucitec.

Boito Jr., Armando (1994) “De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro”. *São Paulo em Perspectiva*. 8 (3), 23-28.

Boletim da CUT Indepe e de Luta, nº 11, junho de 2011.

Bourdieu, Pierre (1989) *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

Braga, Ruy (2003) *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã.

Braga, Ruy (2006) “Uma sociologia da condição proletária contemporânea”. *Tempo Social*. 18 (1), 133-152.

Bresciani, Luis P. (1997) “Os desejos e o Limite: Reestruturação Industrial e a Ação Sindical no Complexo Automotivo Brasileiro” in Leite, Márcia de Paula (org.). *O Trabalho em Movimento*. Campinas: Papirus, 31-112.

Burawoy, Michael (1985) *The politics of production: factor regimes under capitalism and socialism*. Londres: Verso.

Cardoso, Adalberto Moreira (1999) *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Cardoso, Adalberto M. (2007) “Os sindicatos: representação de interesses e ação política de capital e trabalho no Brasil” in Avelar, Lúcia; Cintra, Antônio O. (orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp, 359-373.

Carvalho, Guilherme (2012) *A representação da CUT no governo Lula (2003-2010)*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual Paulista.

Castel, Robert (1998) *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

Castells, Manuel (1999) *A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castro, Nadya A. (1995) “Modernização e Trabalho no Complexo Automotivo Brasileiro” in Castro, Nadya A (org.) *A máquina e o Equilibrista - inovações na indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 15-52.

Chahad, José P. (2003) “As modalidades especiais de contrato de trabalho na CLT e a flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro” in Chahad, José P.; Cacciamali, Maria C. (orgs) *Mercado de trabalho no Brasil: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho*. São Paulo: LTr, 41-77.

CMS (2006) *Histórico da Coordenação dos Movimentos Sociais*. São Paulo: CMS.

CMS (2010) *Projeto Nacional e Popular dos Movimentos Sociais*. São Paulo: CMS.

Conceição, Jefferson J. (2008) *Quando o apito da fábrica silencia: sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na Região do ABC*. São Paulo: MP Editora.

Consolidação das Leis do Trabalho (2005). São Paulo: Editora Saraiva.

Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988, São Paulo: Saraiva, 2005.

Coriat, Benjamin (1994) *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: UFRJ

Costa, Hermes A. (2005) *Sindicalismo Global ou Metáfora Adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de Coimbra.

Costa, Hermes A. (2008) *Sindicalismo Global ou Metáfora Adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.

Costa, Hermes A. (2011) “Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas” in Estanque, E.; Costa, H.A. (orgs.) *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 13-48.

CTB (2009) *Estatuto da Central dos Trabalhadores e Trabalhadora do Brasil*. São Paulo: CTB.

CUT (1981) *Resoluções da 1ª CONCLAT*. São Paulo: CUT.

CUT (1983) *Resoluções do 1º CONCLAT*. São Paulo: CUT.

CUT (1984a) *Resoluções da Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (1984b) *Resoluções do 1º CONCUR*. São Paulo: CUT.

CUT (1986) *Resoluções do 2º CONCURTO*. São Paulo: CUT.

CUT (1987) *Resoluções da 2ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (1988) *Resoluções do 3º CONCURTO*. São Paulo: CUT.

CUT (1989) *Resoluções da 3ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (1990) *Resoluções da 4ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (1991) *Resoluções do 4º CONCURTO*. São Paulo: CUT.

CUT (1992) *Resoluções da 5ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (1993) *Resoluções do 6ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (1994a) Comin, Alvaro; Lopes, Adriana “Delegados ao Concut: os três últimos concuts” *Revista de Fato/CUT*. 26-29.

CUT (1994b) *Resoluções do 5º CONCURTO*. São Paulo: CUT.

CUT (1996) *Resoluções da 8ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (1997) *Resoluções do 6º CONCURTO*. São Paulo: CUT.

CUT (1999) *Resoluções da 9ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (2000) *Resoluções do 7º CONCURTO*. São Paulo: CUT.

CUT (2002a) *Panorama dos Ramos da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (2002b) *Pesquisa Conhecimento e Imagem da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (2002c) *Resoluções da 10ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (2003a) *Resoluções do 8º CONCURTO*. São Paulo: CUT.

CUT (2003b) *Quem são e o que pensam os Delegados do 8º CONCURTO*. São Paulo: CUT

CUT (2005a) *A Agenda dos Trabalhadores. Projetos e temas da CUT para o diálogo com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário*. São Paulo: CUT.

CUT (2005b) *Resoluções da 11ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (2006a) *Quem são e o que pensam Delegados e Delegadas do 9º CONCURTO*. São Paulo: CUT.

CUT (2006b) *Resoluções do 9º CONCURTO*. São Paulo: CUT.

CUT (2006c) *Subsídios ao Planejamento Estratégico Situacional da CUT*. São Paulo: CUT

CUT (2008a) *Resoluções da 12ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (2008b) *Resolução final da Conferência Nacional de Finanças*. São Paulo: CUT.

CUT (2009a) *Cronologia das Lutas 1981-2009*. São Paulo: CUT

CUT (2009b) *Proposta de critérios para indicações em conselhos e representações institucionais*. São Paulo: CUT

CUT (2009c) *Resoluções do 10º CONCUR*. São Paulo: CUT.

CUT (2009d) *Subsídios ao Planejamento Estratégico Situacional da CUT*. São Paulo: CUT

CUT (2010a) *Quem são e o que pensam os Delegados e as Delegadas do 10º CONCUR*. São Paulo: CUT

CUT (2010b) *Plataforma da CUT para as eleições 2010*. São Paulo: CUT.

CUT (2010c) *Jornal da CUT*, ano 3, nº26. São Paulo: CUT.

CUT (2011a) *Conselhos de políticas públicas na estratégia da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (2011b) *Resoluções da 13ª Plenária Nacional da CUT*. São Paulo: CUT.

CUT (2011c) *Jornal da CUT*, ano 4, nº 36. São Paulo: CUT.

CUT (2012a) *Estatuto*. Central Única dos Trabalhadores. São Paulo: CUT.

CUT (2012b) *Resoluções do 11º CONCUR*. São Paulo: CUT.

CUT (2013) *Perfil dos Delegados e das Delegadas do 11º CONCUR*. São Paulo: CUT

Da Silva, Manuel C. (2007) *Trabalho e Sindicalismo Em Tempo de Globalização: Reflexões e Propostas*. Mafra: Círculo de Leitores.

Dagnino, Evelina (1994) “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania” in Dagnino, E. (org.). *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 103-115.

De Carvalho, Fernanda F. (2007) *Programa Integrar Metalúrgicos da CNM/CUT – Estratégia de acção sindical emancipatória? O caso do RS-Brasil*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de Coimbra.

De Carvalho, José M. (2007) “Fundamentos da política e da sociedade brasileiras” in Avelar, Lúcia; Cintra, Antônio O. (orgs). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp, 19-31.

De Filippo, A.; Falcon, M. e Dasen; C. (1993) *Le syndicalisme dans L'Union Européenne*. Suisse: Seminário de Sociologia da Política Social (mimeo.).

De Sousa, Henrique J. C. (2011) “Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos)”. *Projecto Sociedade Civil e Democracia*. Working Paper. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

De Toni, Miriam (2003) “Visões sobre o trabalho em transformação”. *Sociologias*. 9, 246-286.

Delgado, Juan Manuel; Gutiérrez, Juan (1998) *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madri: Síntesis Psicología.

Diap (2010) “Radiografia das eleições gerais de 2010” in *Reunião da Direção Nacional da CUT*. Brasília, 30 de novembro de 01 de dezembro de 2010.

Diário Oficial da União. Edição Extra, seção I, p.1. Lei nº 11648, 31 de março de 2008.

Dieese (2001) *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese.

Dieese (2012) “O Emprego e a Organização Sindical dos Servidores Públicos no Brasil” in *1º Encontro do Macrossetor Serviço Público da CUT*. São Paulo, 12 e 13 de novembro de 2012.

DIEESE, CAT, CGTB, CUT, Força Sindical, NCST, SDS (2007) *Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento*. São Paulo: Dieese.

DIEESE, CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST (2010). *Agenda para um projeto nacional de desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho*. São Paulo: Dieese.

Ebbinghaus, Bernhard; Visse, Jelle (2000) *The societies of Europe – Trade Unions in Western Europe since 1945*. London: Macmillan Reference.

Estanque, Elísio (2000) *Entre a Fábrica e a Comunidade. Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento.

Estanque, Elísio (2003) O 'efeito classe média': desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI, in Cabral, M. Villaverde, J. Vala e A. Freire (org.), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS/ISSP), 69-105.

Estanque, Elísio G. (2004) “Mudanças e clivagens no mundo do trabalho: novas tecnologias ou novas desigualdades? O caso português” in Estanque, E. ; Silva, L. M.; Vêras, R.; Ferreira, A. C. e Costa, H. A. (orgs.) *Relações Laborais e Sindicalismo em*

Mudança - Portugal, Brasil e o contexto transnacional. Coimbra: Editora Quarteto, 107-132.

Estanque, Elísio (2005) “A Reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global” in Santos, Boaventura S. (org.) *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 359-401.

Estanque, Elísio (2005) “Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 71, 113-140.

Estanque, Elísio (2007) “Recomposições no mundo laboral e desafios para a ação sindical” *Revista Ariús*. 13 (1), 11-20.

Estanque, Elísio (2012), *Classe média: ascensão e declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Ferraz, Marcos (2005) *Da cidadania salarial à Agência de Desenvolvimento Solidário – O sindicalismo CUT e os desafios para inventar uma nova cidadania*. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo.

Ferreira, António Casimiro (1998) “Da participação do Estado e da sociedade civil na resolução dos conflitos de trabalho” in AAVV, *Debate sobre a administração e justiça do trabalho*. Lisboa: Conselho Económico e Social, 53-118.

Filgueiras, L. e Gonçalves, R. (2007) *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Filgueiras, Luiz; Pinheiro, Bruno; Pinheiro; Philigret, Celeste; Balanco, Paulo “Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula” in *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 35 – 69.

Força Sindical (1993) *Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical*. São Paulo: Geração Editorial.

Força Sindical (2009) *Estatuto da Força Sindical*. São Paulo: Força Sindical.

Franzoi, Naira (2002) “Kanban” in Cattani, Antônio David (org.) *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 175-176.

Frederico, Celso (1994) *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. São Paulo: Cortez.

Freire, João (2001) *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*. Porto: Edições Afrontamento.

Fuchtner, Hans (1980) *Os Sindicatos Brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Gadotti, Moacir; Pereira, Otaviano (1989) *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez.

Galvão, Andréia (2006) “O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos” *Outubro*. 14, 131-150.

Galvão, Andréia (2009) “A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula” *Outubro*. 18, 175-197.

Giannotti, Vito (1988). *O que é estrutura sindical*. São Paulo: Brasiliense.

Gianotti, Vito (2007) *Histórias das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X.

Gohn, Maria da Glória (2001) “Educação, Trabalho e Lutas Sociais” in Gentili, Pablo; Frigotto, Gaudêncio (orgs.) *A Cidadania Negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez.

Gohn, Maria da Glória (2011) *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez.

Gohn, Maria da Glória (org) (2011) *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes.

Gomes, Ângela de Castro (1988) *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice.

Gorz, André (1987) *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Gruppi, Luciano (1978) *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Habermas, Juergen (1987) “A nova intransparência: a crise do Estado de Bem Estar Social e o esgotamento das energias utópicas” *Novos Estudos Cebrap*. 18, 103-114.

Harvey, David (1992) *Condição Pós – Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

Harvey, David (2011) *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Hirata, Helena S. (org.) (1993) *Sobre o “Modelo” Japonês: Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Hyman, Richard (1992) “Trade unions and the disaggregation of working class” in Regine, M. (org) *The future of labour movements*. Londres: Sage, 150-168.

Hyman, Richard (2001) *Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class and Society*. London: Sage.

Hyman, Richard; Grumbrell-McCornick, Rebecca (2010) “Trade unions, politics and parties: is a new configuration possible?” *European Review of Labour and Research*. 16 (3), 315-331.

Incisa, Ludovico (1997), “Corporativismo” in Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco (orgs.) *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 287-291.

Kóvacs, Ilona (2005) “Emprego flexível em Portugal: alguns resultados de um projecto de investigação” in I.Kóvacs (org.) *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta, 11-53.

Kovács, Ilona; Lopes, Margarida Chagas (2012) “A juventude e o emprego: entre a flexibilidade e a precariedade” in Casaca, S. F. (org.), *Mudanças laborais e relações de género: novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Almedina, 51-86.

Krein, José Dari; dos Santos, Anselmo Luis (2012) “A formalização do Trabalho: crescimento econômico e efeitos da política laboral no Brasil” *Nueva Sociedad*. 239, 60-73.

Kurz, Robert (1992) *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra.

Ladosky, Mario H. G. (2009) *A CUT no Governo Lula: Da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa*. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo.

Lambert, Rob; Webster, Eddie (1988) “The re-emergence of political unionism in contemporary South Africa?” in Cobbett, W.; Cohen, R. (orgs.) *Popular struggles in South Africa*. Londres: James Currey, 20-41.

Larangeira, Sônia (2002) “Círculos de Controle de Qualidade” in Cattani, Antônio David (org.) *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 55-59.

Leite, Márcia P. (1987a) “A classe operária e a questão sindical” in Fischer, Rosa M.; Fleury, Maria T. Leme (Orgs). *Processo e relações do trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, 81-96.

Leite, Márcia P. (1987b) “Reivindicações sociais dos metalúrgicos” in Fischer, Rosa M.; Fleury, Maria T. Leme. (Orgs). *Processo e relações do trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, 97-121.

Leite, Márcia P. (1995) “Inovação Tecnológica e Relações de Trabalho: A Experiência Brasileira à Luz do Quadro Internacional” in Castro, Nadya A. (org.). *A Máquina e o Equilibrista – Inovações na Indústria Automobilística Brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 335-360.

Leite, Márcia P. (2003) *Trabalho e Sociedade em Transformação: Mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Leite, Márcia de Paula (2009) “O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades” in Leite, Márcia de Paula; Araújo, Ângela Maria Carneiro (orgs.) *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 67-94.

Lima, Marinús P. (1991) “Relações de Trabalho, estratégias sindicais e emprego (1974-90)”. *Análise Social*. 26 (114), 905-943.

Lopes Neto, Sebastião; Gianotti, Vito (1990) *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis: Vozes.

Lopes Neto, Sebastião; Gianotti, Vito (1993) *Para onde vai a CUT?* São Paulo: Scritta Editorial.

Lousã, Olinda (2011) “Um sindicato ideal é possível! (?)” in Estanque, Elísio; Costa, Hermes A. (orgs.) *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 137-170.

Magalhães, João P.A. (2010) “Estratégias e Modelos de Desenvolvimento” in *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 19-34.

Maranhão, Ricardo (1978) Sindicatos X comissões de fábrica: uma falsa alternativa. *Revista Cara a Cara*. 2, 152-8.

Martins, Heloísa H.T.S (1986) *Igreja e movimento operário no ABC (1954-195)*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo.

Méda, Dominique (1999) *O trabalho: um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século.

Mészáros, István (2006) “Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda” in Antunes, Ricardo (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 27- 44.

Mineiro, Adhemar S. (2010) “Desenvolvimento e inserção externa: algumas considerações sobre o período 2003-2009 no Brasil” in *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 133-159.

Moisés, José A. (1982). “A Estratégia do Novo Sindicalismo”. *Revista de Cultura e Política*, 6 (5/6), 96-112.

Moody, Kim (1997) *Workers in a lean world: unions in the international economy*. Londres: Verso.

Moraes Filho, Evaristo de (1978) *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega.

- Moroni, José Antônio (2009) “O direito à participação no governo Lula” in Avritzer, Leonardo (org.) *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 107-141.
- Müller-Jentsch, Walther (1998) “Les théories des relations industrielles: une mise en perspective” *Sociologie do Travail*. (2), 98, 233-262.
- Munck, Ronaldo (1988) *The new international labour studies: an introduction*. Londres: Zeed Books.
- Munck, Ronaldo (1999) “Labour dilemmas and labour futures” in Munck, R.; Waterman, P.(orgs.) *Labour world wide in the era of globalization: alternative union models in the new world order*. Londres. MacMillan Press, 3-23.
- Nascimento, Cláudio (1998) *Sindicato-cidadão*. Santa Catarina: Florianópolis (mimeo.).
- Neri, Marcelo (2010) *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Editora Saraiva.
- NCST (2005) Carta de Princípios da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Brasília: Nova Central Sindical de Trabalhadores.
- Offe, Claus (1989) “Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?” *Trabalho e Sociedade*. 1, 13-41.
- Oliveira, Francisco de (1993), “Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras”.*Novos Estudos CEBRAP*. 36, 3-7.
- Panebianco, Angelo (2005) *Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pedersini, Roberto (2010) “Trade union strategies to recruit new groups of workers”. Dublin, Eurofound.
<http://www.eurofound.europa.eu/eiro/studies/tn0901028s/tn0901028s.htm>
- Pereira, Merval (2010) *O Lulismo no poder*. Rio de Janeiro: Record.
- Piccinini, Valmíria; Oliveira, Sidinei R.; Rübenich, Nilson V. (2006). “Formal , flexível ou informal? – reflexões sobre o trabalho no Brasil” in Piccinini, V.; Holzmann, L.; Kóvacs, I.; Guimarães, V. N; Casaca, S. (orgs). *O Mosaico do Trabalho na Sociedade Contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 93-117.
- Pinto, Almir P. (2007) *100 anos de sindicalismo*. São Paulo: Lex Editora.
- Pochmann, Márcio (2001) *O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Pochmann, Marcio (2008) *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Pochmann, Márcio (2011) *O trabalho no Brasil pós – neoliberal*. Brasília: Liber Livros.

Pochmann, Márcio (2012) *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Pogrebinski, Thamy (2010) “Conferências Nacionais, Participação Social e Processo Legislativo” *Série Pensando o Direito*. 27, 13-63.

Prado, Antônio (1999) “A Controvérsia da crise do Fordismo e a transição pós-fordista: algumas reflexões sobre o caso brasileiro” in *Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: Processos de Integração Regional*. São Paulo: Dieese.

PT (2001) *Estatuto do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.

PT (2002a) *Carta ao Povo Brasileiro*. São Paulo: PT.

PT (2002b) Programa de Governo 2002: Coligação Lula Presidente. São Paulo: PT.

PT (2002c) “*Compromisso com a mudança*”. Primeiro pronunciamento de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente eleito da República Federativa do Brasil. São Paulo: PT.

Quivy, Raymond, Van Campenhout, Luc (2005) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva: Portugal.

Ricci, Rudá (2010) *Lulismo: Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.

Rodrigues, Iram Jácome (1990) *Comissões de Fábrica e Trabalhadores na Indústria*. São Paulo: Cortez.

Rodrigues, Iram Jácome. (1991) “As Comissões de Empresa e o Movimento Sindical” in Boito Júnio, A.; Noronha, E.; Rodrigues, I.J.; Rodrigues, L.M.; Novaes, R. R (orgs.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 139-170.

Rodrigues, Iram Jácome (1997) *Sindicalismo e Política. A Trajetória da CUT*. SP: Scritta.

Rodrigues, Iram Jácome (org.) (1999) *O novo sindicalismo: Vinte anos depois*. São Paulo: Ed. Vozes.

Rodrigues, Iram Jácome (2007) *Trabalho e Sindicato em antigos e novos territórios produtivos. Comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense*. São Paulo: Annablume.

Rodrigues, Leôncio M. (1968) *Sindicalismo e Sociedade*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

- Rodrigues, Leôncio M. (1974) *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Rodrigues, Leôncio M. (1990a) *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rodrigues, Leôncio M. (1990b) *Partidos e Sindicatos*. São Paulo: Editora Ática.
- Rodrigues, Leôncio M. (1991) “As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais” in Boito Júnior, A.; Noronha, E.; Rodrigues, I.J; Rodrigues, L.M.; Novaes, R. R (orgs.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 13-91.
- Rodrigues, Leôncio M.; Cardoso, Adalberto M. (1993) *Força Sindical: Uma análise sócio-política*. São Paulo: Paz e Terra.
- Rodrigues, Leôncio M. (2002) *Destino do Sindicalismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Rosa, Maria T. S. (1998) *Relações de Trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ruas, Roberto (1993) “Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição” in *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 25-41.
- Ruas, Roberto e Zawislak, Paulo A. (2005) “A Externalização Produtiva no Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul: impactos sobre o emprego e qualificação” In Leite, Marcia de P.; Gitahy, Leda. (Orgs.) *Novas Tramas Produtivas - Uma Discussão Teórico-Metodológica*. São Paulo: Senac São Paulo, 149-170.
- Ruduit, Sandro (2002) “Terceirização/subcontratação” in Cattani, Antônio David (org.) *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 335-341.
- Sader, Eder (1988) *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sader, Emir; Gentili, Pablo (2007) (orgs) *Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sagnes, Jean (1994) *Histoire du syndicalisme dans le monde: des origenes à nos jours*. Toulouse: Private.
- Salerno, Mario (1995) “Flexibilidade e Organização Produtiva” in Araújo, Nadya (org.). *A Máquina e o Equilibrista – Inovações na Indústria Automobilística Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 55-83.

Salerno, Mario (1985) *Produção, Trabalho e Participação: CCQ e Kanban numa Nova Imigração Japonesa*. Dissertação de Mestrado em Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Santos, Boaventura de Souza (1994) *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Souza (1995) “Teses para renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo” *Vértice*. 68, 132-139.

Santos, Boaventura de Souza (2000) *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Souza (org.) (2001) “Globalização: Fatalidade ou Utopia”? in *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento, 31-99.

Santos, Boaventura de Souza (2002) *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva.

Santos, Boaventura de Souza (2005) *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Souza (2004) “Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo” in Estanque, E.; Silva, L. M.; Vêras, R.; Ferreira, A. C.; Costa, H. A. (orgs.) *Relações Laborais e Sindicalismo em Mudança - Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. Coimbra: Editora Quarteto, 161-180.

Santos, Boaventura de Souza, Costa, Hermes Augusto (2005) “Para ampliar o cânone do internacionalismo operário” in Santos, Boaventura de Souza (org.) (2005) *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 21-54.

Santos, Boaventura de Souza (2006) *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Souza (2008), "El Foro Social Mundial y la Izquierda Global", *El Viejo Topo*, 240, 39-62.

Scipes, Kim (1992) “Understanding the new labour movements in the third World: the emergence of social movement unionism”. *Critical Sociology*, 19 (2), 81-101.

Scipes, Kim (2000) “Social movement unionism: a call for theoretical clarification”. *Labour Movements*. Research Committee (RC) 44 (Dezembro) da Associação Internacional de Sociologia. Madrid: Universidad Complutense.

Secco, Lincoln (2011) *História do PT 1978-2010*. São Paulo: Ateliê Editorial.

- Segatto, José A. (1987) *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Segatto, José A. (2010) “Organizações sindicais, Estado e Sociedade civil no Brasil” *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, 3 (1), 1-7.
- Seidman, Gay W. (1994) *Manufacturing militance: workers movements in Brazil and South Africa, 1970-1985*. Berkeley:University of California Press.
- Singer, André (2009) “Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo” *Novos Estudos Cebrap*. 85, 83-102.
- Singer, André (2012) *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Singer, Paul (2003) “Economia Solidária” in Cattani, Antonio D. (org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 116-125.
- Souza, Amaury; Lamounier, Bolivar (2010) *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora.
- Souza, Jessé (2012) *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Stoleroff, Alan (2013) “A crise e as crises do sindicalismo: há uma revitalização possível?” in Varela R. (org.) *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 207–239.
- Taylor, Andrew J. (1989) *Trade Unions and Politics: A Comparative Introduction*. Basingstoke:Macmillan.
- Teixeira, Francisco J.S. (org.) (1996) *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora.
- Tenório, Fernando G. (2000) *Flexibilização Organizacional: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Touraine, Alain; Mottez, Bernard (1970) “Classe ouvrière et société global” in Friedman, G.; e Naville, P. (orgs.) *Traité de Sociologie du Travail*. Paris: Armand Colin, 235-281.
- Trópia, Patrícia V. (2009) *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular.
- UGT (2007) *Declaração de Princípios da União Geral dos Trabalhadores*. São Paulo: UGT.
- Vasapollo, Luciano (2006) “O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista” in Antunes, Ricardo (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 45-57.

Venco, Selma (1999) *Telemarketing: O emprego que desemprega*. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade de Campinas.

Venco, Selma (2006) *Tempos moderníssimos nas engrenagens do telemarketing*. Tese de Doutorado em Economia. Universidade de Campinas.

Véras, Roberto (2002) *Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualizações - Do Novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo.

Véras, Roberto (2004) “Governo Lula, pacto social e acção social” in Estanque, E.; Silva, L. M.; Véras, R.; Ferreira, A. C. e Costa, H. A. (orgs.) *Relações Laborais e Sindicalismo em Mudança - Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. Coimbra: Editora Quarteto, 45-73.

Véras, Roberto (2007) “O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil” in Oliveira, F.; Rizek, C. (orgs.) *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 49-69.

Vianna, Luiz W. (1978) *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Waterman, Peter (1993) “Social movement unionism: a new model for a new world order” *Review*. 16 (3), 245-278.

Waterman, Peter (1999) “The new social unionism: a new union model for a new world order” in Munck, R.; Waterman, P. (orgs.) *Labour worldwide in the era of globalization: alternative union models in the new world order*. Londres: MacMillan Press, 247-264.

Waterman, Peter (2002), “O internacionalismo sindical na era Seattle” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 62, 33-68.

Weber, Max (2009) *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, volume 1, 4ª ed. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Weber, Max (2009), *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, volume 2, 4ª ed. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Weber, Max (2005) *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Lisboa: Edições 70.

Weber, Max (2006) *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática.

Weber, Max (2008) *Ciência e Política: duas vocações*. 15ª ed. São Paulo: Cultrix.

Webster, Edward; Adler, Glenn (1999) “Toward a class compromise in South Africa’s double transition: bargained liberalization and consolidation of democracy” *Politics and society*. 27 (3), 347-385.

Xavier, Bernardo G. L. (1993) *Curso de direito do trabalho*. Lisboa: Verbo.

Xavier, Bernardo G. L. (1999) *Iniciação ao direito do trabalho*. Lisboa: Verbo.